

DE CONTEMPORANEO.



W. & A. G. & Co.

London & New York

C. FERDINAND II.

W. & A. G. & Co.

GALERIA DOS
BRASILEIROS
ILUSTRES

.....

Coleção Brasil 500 Anos

GALERIA DOS
BRASILEIROS
ÍLUSTRES

S. A. Sisson

Volume I

BRASIL 500 ANOS

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

COLEÇÃO BRASIL 500 ANOS

Lançamentos programados para 1999:

O Brasil no Pensamento Brasileiro (Volume II) – Walter Costa Porto e Carlos Henrique Cardim (organizadores)

Textos Políticos da História do Brasil (9 volumes) – Paulo Bonavides e Roberto Amaral (organizadores)

Rio Branco e as Fronteiras do Brasil – A. G. de Araújo Jorge

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 1999

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº

CEP 70168-970

Brasília – DF

.....

Galeria dos brasileiros ilustres / S. A. Sisson [editor]. -- Brasília : Senado Federal, 1999-.

2v.: il., retrs. – (Coleção Brasil 500 anos)

1. Brasil, biografia (1822-1861). 2. Político, biografia, Brasil (1822-1861). 3. Escritor, biografia, Brasil (1822-1861). I. Sisson, S. A. II. Série.

CDD 920.081

.....

.....

Sumário

Advertência do Editor
Pág. 11

Introdução
Pág. 13

Senhor
Pág. 17

Marquês de Paraná
Pág. 19

Eusébio de Queirós
Pág. 25

Barão de Mauá
Pág. 33

José Clemente Pereira
Pág. 39

Visconde de Uruguai
Pág. 47

Visconde de Abaeté
Pág. 55

Marquês de Olinda
Pág. 65

Visconde de Itaboraí
Pág. 73

Marquês de Monte Alegre
Pág. 79

Marquês de Caxias
Pág. 85

Marquês de Abrantes
Pág. 99

Conde de Irajá
Pág. 107

Bernardo de Sousa Franco
Pág. 115

Cândido Batista de Oliveira
Pág. 123

Marquês de Valença
Pág. 131

Visconde de Maranguape
Pág. 139

Visconde de Sapucaí
Pág. 145

Visconde de Cairu
Pág. 155

José Bonifácio de Andrada e Silva
Pág. 165

Visconde de Caravelas
Pág. 177

D. Pedro II
Pág. 183

Luís Pedreira do Couto Ferraz
Pág. 191

José Maria da Silva Paranhos
Pág. 203

Gabriel José Rodrigues dos Santos
Pág. 211

Barão de Iguaraçu
Pág. 223

- Marquês de Baependi
Pág. 231
- José Martiniano de Alencar
Pág. 247
- Evaristo Ferreira da Veiga
Pág. 257
- A. C. R. de Andrada Machado e Silva
Pág. 267
- João da Silva Carrão
Pág. 283
- Conde de Santa Cruz, Arcebispo da Bahia
Pág. 295
- Fr. Francisco do Monte Alverne
Pág. 313
- Jerônimo Francisco Coelho
Pág. 341
- Francisco de Lima e Silva
Pág. 357
- Visconde do Rio Bonito
Pág. 369
- Nicolau Pereira de Campos Vergueiro
Pág. 377
- Bernardo Pereira de Vasconcelos
Pág. 385
- Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos
Pág. 395
- Sérgio Teixeira de Macedo
Pág. 401
- Manuel Felizardo de Sousa e Melo
Pág. 419

José Tomás Nabuco de Araújo
Pág. 427

Januário da Cunha Barbosa
Pág. 435

Marquês de Paranaguá
Pág. 443

Bispo de Anemúria
Pág. 453

Teresa Cristina Maria
Pág. 465

.....

Advertência do Editor

V

oltamos hoje à primeira idéia que tínhamos de publicar uma Galeria dos homens ilustres do Brasil, acompanhados de notícias biográficas. Deu lugar a isto uma razão mui séria: a impossibilidade em que se acha de fazer as três biografias para cada mês e pessoa encarregada de escrever a obra. Poderiam, é verdade, ser feitas por pessoas diferentes; mas neste caso, tornar-se-á impossível a unidade de pensamento e de vistas que deve haver em uma obra semelhante; o que seria um grandíssimo inconveniente.

Não renunciaremos todavia à publicação da obra, com o título: Os Contemporâneos do Brasil, pelo Sr. Dr. J. M. de Alencar: pelo contrário, esperamos dar brevemente à luz, em formato de oitavo e em mais de um volume, a história dos brasileiros que têm ilustrado a sua terra. Estas biografias, severamente escritas, farão conhecer o seu autor por uma nova face: a de historiador, título que eclipsará aqueles que já têm como jornalista e romancista.

Ao mesmo tempo prometemos ao público um grande e sucessivo melhoramento na impressão dos retratos. Os obstáculos que temos encontrado da parte daqueles que deviam ajudar-nos; os preços exorbitantes exigidos por aqueles que cuidam ter o monopólio da litografia, nos levarão a formar um impressor que, se ainda não atingiu a perfeição de trabalho dos da Europa, tem contudo tanta inteligência como estes, e, com a prática que pouco a pouco irá adquirindo, nada mais nos deixará que invejar aos bons operários europeus do mesmo gênero.

A. Sisson

.....

Introdução

As biografias dos homens notáveis e eminentes de um país são páginas soltas do grande livro da história dele.

Nas relações dos feitos e dos trabalhos dos estadistas, dos diplomatas, dos generais, dos administradores, dos sábios, dos poetas e dos artistas de uma nação está encerrado o segredo dos grandes acontecimentos políticos, do progresso moral e material, das provações, dos triunfos, da glória, e também às vezes da decadência dela.

Além da importância imensa que debaixo deste ponto de vista apresentam as biografias, acresce que todos os povos naturalmente se ufanam de ver perpetuada a memória de seus heróis e varões beneméritos, ou nos cantos dos poetas, ou nos momentos que a gratidão nacional lhes consagra, ou enfim, e, principalmente, nos escritos de biógrafos e conscienciosos, que são ao mesmo tempo uma justa satisfação para os contemporâneos, e um tesouro precioso reservado para a posteridade; um tributo de gratidão devido aos beneméritos, e, o que não importa menos, um incentivo poderoso, que convida os filhos a seguir os exemplos dos pais, e que faz suceder por novos os antigos beneméritos.

Mas a simples relação dos feitos dos grandes homens ainda não é tudo: a Nação, como a família, se apraz de conservar indelével a imagem e a figura de seus membros mais distintos.

A Pátria, como a mais extremosa das mães, se extasia ante os retratos de seus filhos: os contemporâneos, que nem todos conhecem de perto os seus concidãos

mais assinalados, e a posteridade, que é apenas herdeira de sua fama, folgam de procurar na frente do sábio os cálculos profundos de sua vasta inteligência, nos olhos do guerreiro o fogo marcial que brilhara nos campos de batalha. Encontra-se finalmente um encanto indizível em ter junto da história do herói, ou do homem eminente, a imagem de seu rosto: então parece que se renova o passado, ou que se testemunha cenas brilhantes, de que se esteve longe: então como que se vê o estadista meditando no seu gabinete, como que se admira o orador na tribuna, e o poeta exaltando-se em suas horas da mais feliz e ardente inspiração.

Foi levado por estas considerações e pelo suave empenho de demonstrar de algum modo o nosso reconhecimento à hospitalidade amiga e generosa que viemos encontrar no seio do Império do Brasil, que empreendemos e tomamos sobre os ombros a difícil e trabalhosa tarefa da obra a que damos o título de Galeria dos Brasileiros Ilustres.

O título da nossa obra indica bem claramente que tomamos por ponto de partida a época gloriosa da Independência do Brasil; mas por certo que não desconhecemos quanto se enriqueceria a nossa galeria com um grande número de varões ilustres, que se assinalaram nos séculos anteriores, e ainda nos primeiros anos do atual.

Desde o Padre José de Anchieta, que embora nascido no Velho Mundo, foi o apóstolo do novo, e tornou-se brasileiro por uma vida inteira consagrada ao Brasil, desde o Padre José de Anchieta, dizemos, até o Padre Caldas, o ilustre poeta e famoso orador fluminense, poderíamos contar uma insigne falange de beneméritos, que se libertaram da lei da morte pelos serviços mais relevantes.

Mas assim compreendida e dilatando-se pelo espaço imenso de mais de três séculos, a nossa tarefa tornava-se pesada demais para nossas mesquinhas forças, e não poderia ser completamente desempenhada conforme o programa que os impusemos, principalmente porque pediríamos debalde ao passado os retratos de muitos dos seus célebres.

Começando porém da época da Independência do Brasil, nós partimos do berço do Império, começamos a nossa marcha ao grito do Ipiranga, e contemplamos ainda vivos muitos dos ilustres cidadãos, que devem enriquecer a nossa galeria, ou sentimos ainda frescas e recentes as recordações daqueles que já desceram ao túmulo.

Assim, pois, fica bem determinado, bem explícito o pensamento da obra, que tomamos a peito realizar.

Foi e é nossa idéia bosquejar somente, sob o ponto de vista histórico, a vida e o caráter dos homens que se têm ilustrado no belo Império americano; desenhar as principais figuras, que têm deixado vestígios de sua passagem neste país e em sua cena política desde a Independência até os nossos dias; em uma palavra, apresentar os quadros e a história do Brasil neste período, expondo, a par dos retratos, os feitos dos seus varões que mais se têm distinguido.

Podemos ufanar-nos de que o nosso empenho fosse bem recebido e acoroçoado pelos brasileiros, e muito nos honra a distinção com que S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro II se dignou de tomar debaixo de sua imediata proteção especial a Galeria dos Brasileiros Ilustres.

É uma glória imensa para o Brasil, e que a posteridade aquilatará devidamente, o fato de se sentir sempre a influência benéfica e protetora do imperador, onde quer que se trate de dar impulso às ciências, às letras, às artes e à indústria no seio do país cujos destinos lhe foram confiados pela Providência.

Animados por este majestoso incentivo, e certos da continuação do favor do público, a nossa obra progredirá esperançosa e constantemente dirigida pelo mesmo pensamento.

Em nossos trabalhos biográficos, esmerilhando cuidadosamente a vida pública do homem, suspenderemos nossos passos diante do lar doméstico e cerraremos os olhos ao proceder particular; não pertence ao escritor a vida íntima do cidadão, somente à tradição cabe revelar esses detalhes para completar o caráter dos homens célebres.

Nossa missão, pois, se resume exclusivamente em transmitir à posteridade os traços dos principais personagens do heróico drama da Independência do Brasil, e daqueles outros que, herdeiros desse legado glorioso, dirigem o país em sua marcha regular. Dos primeiros, a maior parte já pagou o tributo à morte, e não são mais que sombras ilustres do panteão histórico do Brasil; alguns porém restam ainda, como venerandos monumentos do passado, e com seu exemplo, seus conselhos e sua experiência animam aqueles que, jovens ainda, e cheios de vigor e de esperanças, continuam a obra grandiosa de seus pais.

Para estes últimos, representantes das novas idéias, nossas biografias serão apenas a primeira parte de suas vidas, parte sem dúvida a mais difícil, porém ao mesmo tempo a mais gloriosa; porque é ela o laço, o anel, a cadeia que prende duas épocas da história do Brasil, o passado, época de lutas tremendas, e de organização depois da vitória; e a atualidade, período de progresso e de civilização.

Tal é o fim a que se propõe a Galeria dos Brasileiros Ilustres: praza ao céu que ela corresponda aos nossos desejos, às nossas esperanças e aos trabalhos a que não nos poupamos, e que possa concorrer no presente e no futuro para a glória deste portentoso país que Deus acumulou de favores e de riquezas, e a quem deu filhos tão dignos e cidadãos tão dedicados.

S. A. Sisson

.....

Senhor,

D

Desde remotas eras é costume entre os que muito lidavam, entre os que muito empreenderam, festejar, no fim da luta, quando termina a empresa, a alegria ou o repouso de um dia, em compensação de meses ou anos de cuidados e fadigas.

Nesse dia saudoso, rápido como são as horas mais ditosas da vida, o desafogo do coração é um bem-estar delicioso, o sossego do espírito com um devaneio doce, cheio de encantos.

Deve sentir assim o peregrino que, após longa viagem, trepa ao píncaro de um monte e de lá, assentado à fresca sombra do arvoredado, mede sorrindo o caminho que já aquém lhe fica.

Ao voltar à pátria amada, deve sentir assim o nauta que, longe dela, tantas vezes viu acordar e adormecer o dia sobre o buliçoso leito das ondas do oceano.

Nas próprias horas de lida, Senhor, há entretanto, quer para o que percorre a terra, quer para o que atravessa os mares, momentos de consoladora esperança: no rigor das estações, a linfa clara que corta o deserto renova as forças do primeiro, no meio das tempestades a estrela trêmula que incendeia o azul do céu promete ao segundo serena bonança, propícia aragem.

Senhor, também o artista que alguma idéia levanta à sombra protetora do Vosso trono tem dessas horas, tem dessas consolações que lhe dão nova fé, nova coragem na ocasião dos trabalhos; o amor de Vossa Majestade às artes, às empresas úteis é para o artista o que é a gota cristalina do regato para o lábio seco do pere-

grino: a força; e Vós, Senhor, sois para ele o que é para o navegante o astro brilhante engastado nos plúmbeos folhos do horizonte: a esperança.

Por isso, Senhor, o artista que tanto amparo deve à Vossa mão augusta entrega o seu coração às efusões mais gostosas, ao prazer mais fundo, à gratidão mais sincera, vendo realizada a sua idéia, terminada a sua obra depois de quatro anos de dedicação e perseverança.

Tão puro como o incenso queimado em aras sagradas, possa o seu cântico de reconhecimento subir os degraus do trono imperial e aos pés de Vossa Majestade desatar-se em perenes harmonias, em consonâncias que expressem os respeitosos e estremecidos votos do artista pela ventura do alto protetor das artes, do sábio monarca brasileiro.

Mas se é dado, Senhor, àquele que tanto recebeu, desejar mais, pedir ainda, digno-se Vossa Majestade conceder que o augusto nome do protetor seja nesta coleção de retratos e biografias de seus leais servidores o símbolo do seu valor, e ao mesmo tempo como a prova evidente do quanto, Senhor, amais os vossos e animastes o artista.

Diante dessa página de honra, o coração de meus irmãos na arte palpitará contente; porque eles que vos prezam, Senhor, compreenderão que no dia em que descanso, em que como o nauta esqueço os embaraços da viagem, em que como o viajor calculo o caminho andado, Vossa mão benfeitora se estendeu de novo ao artista, e sobre a sua obra, sobre a sua filha depôs, como prêmio, uma jóia valiosa: o vosso augusto nome, Senhor!

E é de justiça, Senhor, que o que está escrito tão profundamente no coração do empresário apareça no seu livro, venha a lume no fruto de sua empresa.

Eis, Senhor, o que ainda implora de vossa imperial benevolência, eis o que ainda espera.

O mais grato de vossos devedores

S. A. Sisson.



Alves Lda. & Juny. & Moraes

Lda. & Mda. de S. J. 191

MARQUEZ DE PARANÁ

Mozart de Barros

.....

Marquês de Paraná

Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná, nasceu na Província de Minas Gerais, Vila de Jacuí em 11 de janeiro de 1801; era filho legítimo do coronel Nicolau Neto Carneiro Leão e de sua primeira mulher, D. Joana Severina Augusta Lemos.

Partiu em 1820 para a Universidade de Coimbra, onde tomou o grau de bacharel em Direito no ano de 1825. Nomeado juiz de fora de S. Sebastião em 1826, serviu depois diversos lugares de magistratura, como os de auditor de marinha e ouvidor do Rio de Janeiro, e no fim de três ou quatro anos de exercício foi elevado ao cargo de desembargador de Relação de Pernambuco com exercício na desta corte. Na ocasião em que devia entrar para o Supremo Tribunal de Justiça, como lhe vedasse pela lei a sua qualidade de conselheiro de estado, aposentou-se. Percorreu por conseguinte na carreira da Magistratura todos os cargos e todas as honras, faltando-lhe unicamente o último degrau de hierarquia judiciária, que não atingiu, porque já então o estadista dominava o magistrado: o homem político fazia desaparecer o juiz.

Foi eleito deputado por Minas à segunda legislatura, que começou a funcionar no ano de 1830. Honório Hermeto Carneiro Leão ligou-se ao partido moderado; apesar de não ser orador, a sua atividade e energia, a sua dialética cerrada o distinguiram logo entre os seus colegas.

Chegou finalmente o memorável dia 30 de julho de 1832, uma das datas mais célebres do Brasil: não entraremos no alcance político dos acontecimentos que então se passaram, deixando que a posteridade julgue de que lado estava a razão e a justiça.

Apesar de haver aderido ao plano de convenção, H. H. Carneiro Leão apresentou-se na sessão de 30 de julho resolvido a combatê-lo; separou-se de seus antigos aliados, e pronunciou-se com tanta firmeza e energia contra o projeto, que conseguiu produzir na maioria um fracionamento, que, ligando-se à oposição, suplantou o partido moderado, e rejeitou a idéia da reforma constitucional.

Deste fato data propriamente a influência de H. H. Carneiro Leão; sua decisão, o seu pronunciamento franco e enérgico, e sobretudo o feliz resultado de que foi coroada sua iniciativa, o colocaram imediatamente à frente do novo partido que havia organizado, porque era de fato um novo partido este que se havia formado da fusão dos opositores com os liberais divergentes.

Tornou-se pois o homem da situação, e depois do famoso Ministério de Quarenta Dias, foi chamado para fazer parte do gabinete de setembro em que ocupou a pasta da Justiça.

Contava então pouco mais de trinta e um anos: seu caráter independente, que se havia revelado bem claramente no curto espaço de sua vida política, tornou-se ainda mais notável no ministério; desde o começo declarou que não aceitaria imposições, nem governaria por direções estranhas.

Era ainda muito moço na vida e na política para que seus antigos chefes se resignassem a ceder-lhe o primeiro lugar e a trabalhar sob as suas vistas; daí proveio uma divergência entre o novo Ministro da Justiça e os homens que dirigiam a onipotente maioria.

Assim, apesar da situação que ele criara, e que elevou ao poder os homens da maioria, foi repellido por eles; e o ódio político dos seus antigos aliados chegou a tal ponto que reuniram os eleitores mineiros para cassarem o diploma do homem que acabava de obter a mais brilhante reeleição.

Nem por isso H. H. Carneiro Leão renunciou às suas opiniões de liberalismo moderado, e quando em 1834 a morte de D. Pedro I, aniquilando as esperanças de uns e os receios de outros, destruiu a bar-

reira que dividia os antigos partidos, o seu talento deu-lhe uma posição eminente nesta Câmara poderosa, que obrigava a retirar-se da regência o homem que ela mesma elevava.

Organizou-se então o célebre gabinete de 19 de setembro de 1837; e nesta ocasião deu H. H. Carneiro Leão uma prova de sua penetração de homem político: desdenhando o prestígio de uma pasta, preferia conservar-se na Câmara como chefe da maioria, e dominar o ministério desta posição respeitável que o seu talento e a sua influência então decisiva lhe asseguravam.

Iniciando-se em 1840 o projeto da maioria, combateu-o apresentando outro com uma reforma da Constituição; repentinamente porém o retirou sem prévio acordo com o gabinete, talvez por uma dessas resoluções prontas e decisivas, que o seu espírito previdente e a sua firmeza de vontade lhe faziam tomar muitas vezes.

Deste fato resultou a indecisão que mostrou o Governo do regente nesse período, e a lei que declarou a maioridade e inaugurou o reinado atual em 23 de julho de 1840.

A mudança de política que então se deu colocou-o na oposição, onde sob uma fase diferente teve ainda ocasião de dar provas de sua firmeza e atividade: naqueles tempos em que a oposição não era, como hoje, um simples descontentamento, mas uma luta tenaz e constante, o seu espírito revelou todos os recursos de um hábil político.

Com a entrada do Ministério de 1841 recuperou a sua posição de chefe da maioria, e distinguiu-se como presidente do Rio de Janeiro, combatendo a rebelião de 1842, e foi nessa época nomeado senador e conselheiro de Estado: a província ainda conserva a lembrança dos benefícios que deve à sua administração vigorosa.

Sendo encarregado de organizar um novo Ministério em 20 de janeiro de 1843, ocupou nele a pasta da Justiça, e depois a de Estrangeiros, até fevereiro de 1844, em que fez aparecer a questão de gabinete que mudou novamente a política do país.

Voltou então à oposição, e nela manteve-se sempre firme até a elevação do Ministério de 29 de setembro de 1848, ao qual prestou serviços relevantes com a sua presidência de Pernambuco em 1849, e com a sua missão ao Rio da Prata em 1851.

Teve o oficialato da Ordem do Cruzeiro em 10 de agosto de 1841 e a Grã-Cruz de Cristo em 18 de março de 1851.

Carta real de S. M. D. Pedro V de Grã-Cruz da Real Ordem Militar portuguesa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, em 26 de janeiro de 1856, carta imperial de Visconde de Paraná em 10 de julho de 1852, e de marquês do mesmo título em 5 de dezembro de 1854.

Quando, em 5 de setembro de 1853, o Visconde de Paraná foi chamado para a organização de um novo Ministério, a política do país, essa política que desde 1830 tinha dominado inteiramente o espírito público, estava de todo gasta.

A luta, que durante tantos anos havia animado com a sua agitação febril as questões de governos e administração, desaparecia, deixando após si a reação, e com ela o letargo de todas as paixões políticas, a descrença nos poucos princípios que haviam servido de normas e de programa às diversas opiniões.

Um dos dois partidos enfraquecidos, decomposto, sem harmonia e sem ligação, havia tudo perdido, até o nome que o distinguiu; alguns homens notáveis pela influência passada, restos de um grande núcleo, lembravam ainda, como hoje, esses liberais ilustres que haviam dirigido os negócios do país durante os primeiros anos de sua organização, e inaugurado por uma revolução legal o reinado atual.

O último Ministério do Marquês de Paraná é a história contemporânea que todos conhecem.

Ele realizou o grande pensamento da conciliação proclamado do alto do Trono e foi o iniciador de uma nova política.

Faleceu no dia 3 de setembro de 1856, sendo presidente do Conselho, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, senador do Império, conselheiro de Estado, ministro do Supremo Tribunal de Justiça, oficial da Ordem do Cruzeiro, Grã-Cruz de Cristo, da Águia Branca da Rússia, da Ordem Militar da Conceição de Vila Viçosa, provedor da Santa Casa de Misericórdia.



22 años 1848 de la Ley

1848 17/18 de la Ley

JUSIANO DE QUINCE SOUTHERO MATTEO CASARA

Jusiano de Quince Souttero Matteo Casara

.....

Eusébio de Queirós

Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara nasceu aos 27 de dezembro de 1812 em São Paulo de Luanda, ao tempo em que seu pai o conselheiro Eusébio de Queirós Coutinho da Silva ali servia o lugar de ouvidor-geral da comarca.

Era este conselheiro casado com sua prima D. Catarina M. de Queirós Câmara. Foi juiz de fora de Benguela, ouvidor-geral de Angola e depois desembargador da Bahia com exercício de ouvidor na comarca do Serro do Frio, então Vila do Príncipe em Minas Gerais, donde foi escolhido em 1821 para ser um dos fundadores da relação de Pernambuco. Nomeado deputado para as cortes de Portugal, preferiu ir servir naquela relação o lugar de procurador da Coroa por ordem do então ministro José Bonifácio de Andrada e Silva, que lhe votava grande estima em consequência da adesão que mostrara aos princípios da independência proclamando as colônias da África, convidando-as a que se separassem de Portugal para se unirem ao Brasil. Em 1825 veio tomar assento como desembargador agravista na Casa da Suplicação: em 1827 foi nomeado desembargador do Paço e chanceler governador das justiças na relação da Bahia, onde regressou para o Rio de Janeiro em 1828 por ser da primeira organização do Supremo Tribunal de Justiça. Seu filho quinto de nascimento, mas primogênito dos dois únicos que

escaparam ao clima deletério da África portuguesa, veio para o Rio de Janeiro contando três anos de idade: tinha seis anos quando, levado ao Serro do Frio, aprendeu ali as primeiras letras; em 1822 aprendeu latim em Pernambuco com o padre Francisco do Rego Barros; em 1826 e 1827 freqüentou o seminário de São José, estudando filosofia racional e moral com o padre mestre Fr. Peres, retórica e grego com o padre mestre Fr. Custódio de Faria. Este professor fazia do seu discípulo tal conceito que no atestado de prêmios, os seus mesmos condiscípulos proclamariam que a ele competia. Em 1828 repetia na Bahia a aula de retórica quando se abriu o curso jurídico de Olinda, para onde foi remetido em companhia do primeiro lente daquela Academia e seu diretor interino, o desembargador Lourenço José Ribeiro.

Seu exame de latim foi por onde começou a nova academia, assim como foi o primeiro estudante que se habilitou para nela se matricular. Tinha acabado de fazer 15 anos, teve por condiscípulos homens feitos e alguns dos que mais se têm distinguido. Entretanto coube-lhe a honra de ser premiado com o atual bispo do Rio de Janeiro, o Sr. Conde de Irajá, que já era sacerdote e lente de teologia moral no seminário de Olinda. Foi premiado ou proposto a prêmio em todos os quatro anos desse curso em que houvera prêmios. Fechada a Academia antecipadamente pelas perturbações de 1832, fez ato e tomou o grau de bacharel formado no mês de setembro, e aos 20 de outubro chegou ao Rio de Janeiro para a companhia de seu pai, que então servia no Supremo Tribunal de Justiça; aos 9 de novembro foi nomeado juiz do crime do bairro do Sacramento nesta corte, lugar que começou a servir como juiz de fora no dia 24 de novembro de 1832. Ia fazer 20 anos em 27 de dezembro!

Em 19 de março de 1833 foi nomeado juiz de direito chefe de polícia da Corte contando, como se vê, muito menos de 21 anos. A época era melindrosa: filho de um homem que se ocupava exclusivamente dos seus deveres como magistrado, e que se conservava sempre estranho à política, o filho continuou na mesma vereda até o ano de 1840. Em 1835 casou-se com a Sr^a D. Maria Custódia Ribeiro de Oliveira Queirós, filha legítima do abastado capitalista e comendador Manuel José Ribeiro de Oliveira, já então falecido, e de sua mulher D. Engrácia Maria da Costa Ribeiro, filha do tenente-coronel Manuel José da Costa, a qual é hoje a Sr^a Condessa da Piedade por ser viúva em

segundas núpcias do Conselheiro de Estado José Clemente Pereira. Ocupou o lugar de chefe de polícia desde março de 1833 até o mês de abril de 1844 com uma ligeira interrupção de 5 meses em 1840.

Em março de 1842 foi nomeado desembargador da Relação do Rio de Janeiro, continuando no exercício de chefe de polícia: apenas pois obteve a demissão desse cargo, continuou a servir na Relação até maio de 1848, em que da Câmara dos Deputados passou a ocupar o Ministério da Justiça, em 29 de setembro de 1848, onde se conservou até maio de 1852.

Em 1838 foi eleito deputado à Assembléia Provincial, e logo um dos primeiros; em 1840, apesar de candidato da opposição, obteve o 5º lugar entre os deputados do Rio de Janeiro para a Câmara dissolvida em preparatórias no ano de 1842. Reeleito na de 1843, serviu nela até 1844, em que foi também dissolvida discutindo-se o voto de graças de que fora relator, tendo previamente pedido e obtido demissão de chefe de polícia.

Voltou à Câmara dos Deputados em 1848, donde saiu, como vimos, para o Ministério; reeleito daí em diante, constantemente foi eleito e escolhido senador em 1854.

Quando em março de 1833 entrou para o cargo de chefe de polícia, esse cargo não tinha atribuições; não podia dar uma busca, e até havia quem lhe contestava o direito de ordenar prisões; a consignação para a polícia apenas era para pagar a secretaria e deixava menos de dois contos anuais para eventuais.

Eis como se exprime o relatório de Sr. Marquês de Palma em 1833: "O chefe de polícia está quase limitado a transmitir notícias aos juizes de paz, e a recebê-las dele para as comunicar ao governo".

É fácil portanto ajuizar que o chefe de polícia é quase um nome vão que não serve senão para comprometer o magistrado que o tiver.

O público, fácil de iludir-se com os nomes, quer exigir deles os mesmos serviços que recebia do intendente-geral da polícia, mas ele de fato nenhuns serviços poderá prestar, e para disso nos convencermos basta ponderar que não tem jurisdição para passar um só mandado de busca, um só mandado de prisão.

Entretanto, a cidade estava inçada de ladrões que atacavam as casas mesmo nas ruas mais freqüentadas da cidade como Ourives, Quitanda, Ouvidor, etc.

Pedro Espanhol era seu chefe, que espalhava o terror, mas passeava impunemente: as fábricas de cobre trabalhavam até na Rua do Cano!

A atividade da polícia apreendeu em 1833 dentro de poucas semanas mais de seis fábricas, uma delas em tão grande escala, que excedia em alguns misteres à Casa da Moeda. Pedro Espanhol foi preso depois de resistência, que o deixou tão ferido que em alguns dias morreu; sua quadrilha foi dispersada, indo a maior parte para as galés, sendo o seu último feito o ataque da ilha da Caqueirada, onde foi arruinado o infeliz liberal: pagaram quatro com a pena última o seu arrojo: algumas dezenas de seus sócios foram purgar nas galés seus atentados.

O Tesouro foi roubado; mas a perseverança da polícia conseguiu em alguns meses reaver quase todo o roubo, prender os saltadores, e se todos não pagaram suas culpas, dependeu isso do júri de Niterói, então de escandalosa celebridade.

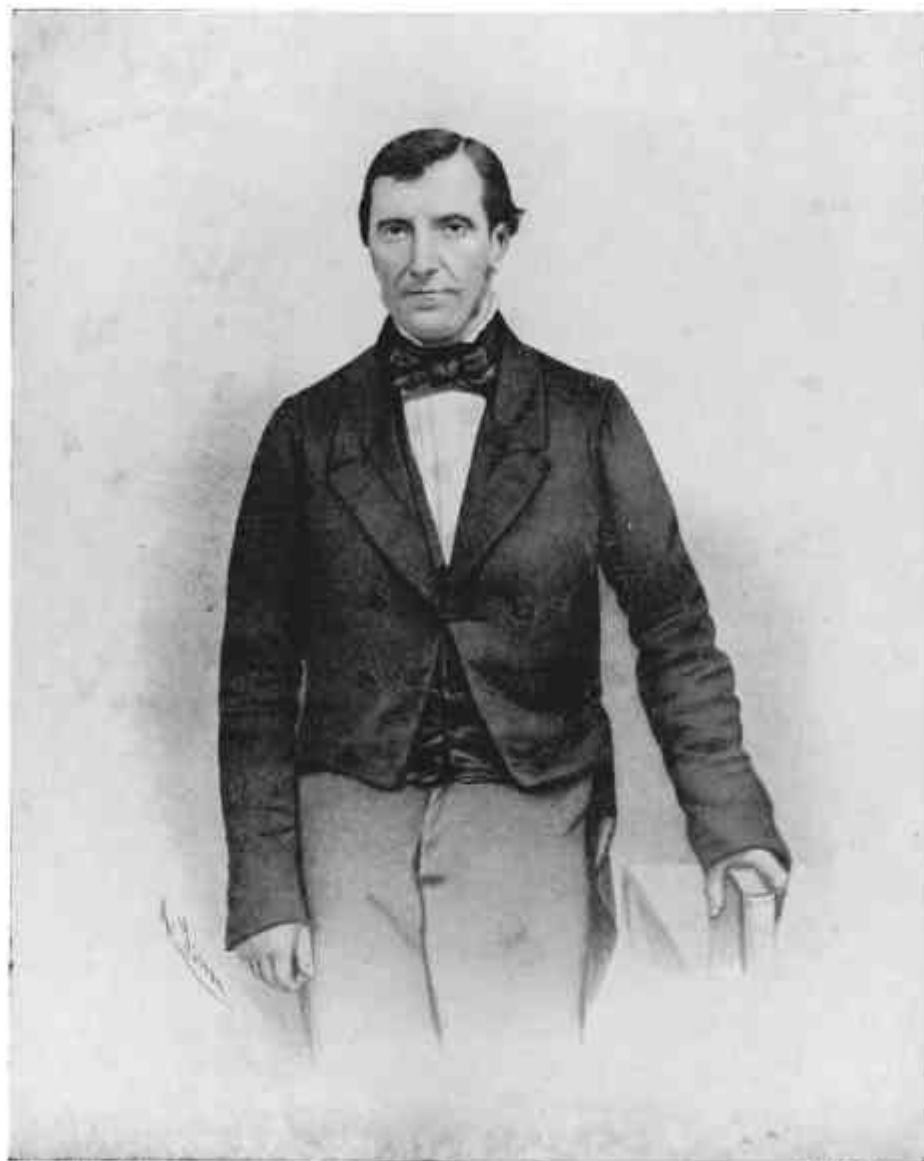
Diligências importantes sobre o papel-moeda descobriram as fábricas até mesmo em Portugal, onde se encontraram provas e fábricas por indicações feitas pela polícia do Rio de Janeiro.

Já em 1836 assim se exprimiu o Sr. Limpo, visconde de Abaeté, no seu relatório: Só uma atividade que não cansa, um zelo que não desmaia, podem explicar algumas importantes diligências que se têm feito nesta Capital. Além das prisões de muitos facinorosos, apreendeu-se, no mês de dezembro do ano próximo passado, a um francês cerca de 90 contos de réis em notas falsas. A fábrica foi vigiada constantemente pela polícia por espaço de mais de um mês, e a apreensão das notas efetuou-se precisamente na ocasião em que elas iam ser introduzidas na circulação. Uma diligência delineada com tanta perspicácia, seguida com tanta perseverança e executada com tão feliz resultado, fazia honra à polícia mais bem montada.

No Senado, o marquês de Barbacena exaltava a nova atividade da polícia na Câmara dos Deputados, os membros de partidos opostos elogiavam o jovem chefe de polícia.

O Sr. Vasconcelos, então ministro, Marinho, Otôni e Limpo, de idéias inteiramente opostas, o elogiavam. O júri chegou a ter onze sessões anuais, das quais oito presididas pelo chefe de polícia para pôr em dia processos atrasados desde 1808! Em 1833, em dezembro, houvera os distúrbios da Sociedade Militar; o chefe de polícia então em nulidade em política não era nem eleitor; as ordens eram transmitidas diretamente aos juizes de paz; nestes dias ele nem teve a disposição da força da polícia; o ministro mandou prender o juiz, encarregando a direção ao juiz de paz da Glória, João da Silveira do Pilar; o chefe de polícia inspirava tão pouca confiança em política que só foi informado do que se fazia depois de tudo feito. O ministro procurou substituí-lo; e chegou a oferecer ao Sr. Paulino (visconde de Uruguai) esse lugar, o que não foi aceito; e como as questões políticas cessaram, tomando as deliberações todas o ministro com os juizes de paz, e no mais o chefe de polícia agradou e foi conservado.

Do tempo do ministério os fatos são muito recentes e públicos. Da vida parlamentar o mesmo.



A. D. S. & P. S. de Moraes

D. S. & P. S. de Moraes

MARQUÊS DE MAUÁ

Marquês de Mauá

.....

Barão de Mauá

Irineu Evangelista de Sousa, filho legítimo de João Evangelista de Sousa e de sua mulher D. Mariana de Sousa e Silva, nasceu a 28 de dezembro de 1813 na freguesia do Arroio Grande, distrito de Jaguarão, província de São Pedro do Rio Grande do Sul. No ano de 1822 veio para a corte concluir sua educação, estreando a sua carreira comercial ao ano de 1825 como caixeiro do negociante de fazendas Antônio José Pereira de Almeida. Apesar de sua tenra idade, tanta aptidão mostrou para o comércio e por tal forma se houve no desempenho de seus deveres, que retirando-se o Sr. Almeida à vida privada quatro anos depois, não se esqueceu de recomendar o seu jovem caixeiro a um amigo que estava no caso de aproveitar os seus serviços. Em 1829, pois, entrou Irineu Evangelista de Sousa para a muito acreditada casa comercial de Ricardo Carruthers, o qual, reconhecendo logo as felizes disposições de que era dotado, comprazeu-se em auxiliá-lo a desenvolvê-las, encarregando-o pouco depois da direção da sua casa de comércio à qual o associou no dia 1^o de janeiro de 1836, e deixando-o à testa dos seus negócios quando no ano seguinte se retirou para a Europa.

Desde essa época a casa de Carruthers e Cia., da qual Irineu Evangelista de Sousa era sócio-gerente, tornou-se uma das principais

desta corte pelo elevado crédito que lhe granjeara a sua hábil direção. Para dar maior desenvolvimento ainda a suas operações comerciais, empreendeu Irineu Evangelista de Sousa em 1840 uma viagem à Europa, estabelecendo durante sua estada ali uma casa em Manchester sob a firma de Carruthers, de Castro e Cia.

Regressando ao Rio de Janeiro em 1841, casou-se a 11 de abril desse mesmo ano com sua sobrinha D. Maria Joaquina de Sousa, que, conjuntamente com toda a sua família, fora buscar ao Rio Grande em 1835.

Querendo concorrer por sua parte para o progresso comercial da província onde nascera, estabeleceu no ano de 1845 uma casa no Rio Grande sob a firma de Carruthers Sousa e Cia. A atividade do seu espírito, porém, não se satisfez com tão pouco. No ano de 1846 fez a aquisição do belo estabelecimento de fundição e estaleiro da Ponta da Areia, elevando-o logo gradualmente da decadência em que se achava ao estado próspero e florescente que poucos anos depois o tornaram o primeiro estabelecimento desse gênero na América meridional. Nesse mesmo ano, tendo sido pelo corpo comercial do Rio de Janeiro eleito presidente da Comissão da Praça do Comércio, teve mercê do hábito de Cristo.

Em 1847, achando-se na cidade do Rio Grande, organizou ali a companhia rio-grandense de reboques a vapor, para facilitar o serviço da barra da província.

Por decreto de 24 de janeiro de 1850, foi agraciado com o oficialato da Ordem da Rosa, na qual foi elevado a comendador em 15 de maio de 1851 em remuneração dos serviços prestados na confecção dos regulamentos para a execução do Código Comercial. Nesse ano fundou em Nova Iorque uma casa comercial sob a firma de Carruthers Dixon e Cia., e revertendo nessa época ao país os avultados cabedais empregados no tráfico do escravocrata, em virtude da cessação desse ilícito comércio, iniciou Irineu Evangelista de Sousa o espírito de associação entre nós organizando nesse mesmo ano de 1851 o Banco do Brasil que tão assinalados serviços prestou a esta praça e que três anos depois, pela sua fusão com o Banco Comercial, serviu de núcleo à instituição de crédito que hoje funciona com o mesmo título e para cuja fundação poderosamente concorreu Irineu Evangelista de Sousa.

Logo em seguida foram por ele criadas: a de navegação e comércio do Amazonas e a de diques flutuantes.

Em 30 de abril de 1851, por ocasião da inauguração da primeira via férrea no Brasil, levada a efeito pelo seu gênio empreendedor, foi agraciado com o título de barão de Mauá. Em julho desse ano transferiu a propriedade do estabelecimento da Ponta da Areia a uma companhia que organizou e da qual é o principal acionista e administrador. Ainda nesse ano fundou nesta praça, com uma casa filial em Londres, a sociedade bancária em comandita sob a firma de Mauá Mac Fregor e Cia., que a despeito da injusta e desabrida guerra que por muito tempo sofreu, tem prosperado em bem dos interessados e da praça do Rio de Janeiro, que nela encontra sempre um poderoso auxiliar.

Em julho de 1856, estabeleceu uma casa bancária em Montevideu sob a firma de Mauá e Cia., que muitos bons serviços já tem prestado ao comércio da República Oriental, a cujo governo por várias vezes e em épocas bem críticas acudira o nosso distinto patricio com empréstimos de seus capitais, promovendo ainda por esta forma os interesses do Império.

Além destas empresas por ele mesmo criadas, o barão de Mauá tem concorrido com seus esforços, sua vasta inteligência e sua fortuna para a realização de todas quantas empresas de algum vulto existem no país.

Entre os concessionários da projetada estrada de ferro de São Paulo, figura ainda o nome do barão de Mauá, que pretende levar a efeito mais esse importante melhoramento por meio de capitais levantados em sua máxima parte fora do país.

Nas últimas eleições para deputado, o círculo do Rio Grande resolveu unanimemente, em sinal do apreço em que tem o seu distinto comprovinciano, dar-lhe um lugar na Câmara temporária, na qual já tivera assento como suplente desde o ano de 1855. Ali por várias vezes se tem feito ouvir o nobre barão, sempre que se trata de questões comerciais, pugnando pelos direitos da classe a que pertence e sustentando diferentes medidas tendentes a beneficiar a indústria do país.

O barão de Mauá é membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, tesoureiro do Hospício de Pedro II e sócio de muitas outras instituições de beneficência.

Seu talento não vulgar e seus serviços, a amenidade do seu trato e sua nunca desmentida probidade tornam-no um dos caracteres mais distintos de que o Brasil com razão se pode ufanar.



Alonso 164-117

José a. M. de la Cruz

JOSÉ CLEMENTE PAZOS

José Clemente Pazos

.....

José Clemente Pereira

A 17 de fevereiro de 1787 nasceu José Clemente Pereira, no lugar de Adem, vila de Castelo-Mendo, comarca de Trancoso, bispado de Pinhel, em Portugal.

Seus pais, José Gonçalves e D. Maria Pereira, confiaram sua educação literária a um seu tio sacerdote, o qual habilitou-o nos preparatórios necessários para matricular-se na Universidade de Coimbra, onde obteve o grau em Direito e Cânones.

No tempo da invasão dos franceses na Península, José Clemente alistou-se no batalhão acadêmico que então se organizou em Portugal e de que foi comandante José Bonifácio de Andrada e Silva.

Na carreira das armas não tardou muito que sua coragem e aptidão o tornassem conhecido muito vantajosamente, pelo que foi elevado a capitão e comandante de uma das guerrilhas que mais dano causou às armas francesas.

De Portugal passou a atacar os franceses em Espanha, debaixo das ordens do duque de Wellington, fazendo parte do famoso exército anglo-luso, que tanto concorreu para a primeira queda do Império, dando em suas armas o mais terrível golpe e obrigando-os à evacuação da Península com grandes perdas e inúmeras derrotas.

Nesse exército militou por muito tempo; viu com a espada na mão a abdicação de Fontainebleau, e ouviu de sua pátria o eco da queda inesperada do mais assombroso astro do século.

Já não era preciso pelear. A paz universal tinha tornado inútil a espada do jovem guerreiro. José Clemente deixa a Europa em 1815 e vem para o Brasil começar uma nova carreira, em que tantos louros e tanta glória o esperavam.

Desconhecido na segunda pátria que abraçou, viu-se obrigado a recorrer à advocacia para viver, e assim passou até 1819, tempo em que, graças a seu mérito pessoal e reputação adquirida, foi nomeado juiz de fora, encarregado de criar a vila da Praia Grande, hoje cidade de Niterói, que com efeito criou alinhando e medindo com suas próprias mãos ruas e praças, e edificando uma capela que servisse de matriz e que hoje já não existe.

Além disto, abasteceu de água a nova vila, e tantos outros serviços lhe prestou que a Câmara Municipal reconhecida dedicou-lhe em 1840 uma rua que denominou de S. José.

Com verdadeiro entusiasmo recebeu, a 26 de fevereiro de 1821, a notícia de que o povo se reunia para jurar fidelidade à Constituição que as Cortes estavam fazendo, e sem perda de tempo a Câmara de Maricá, onde se achava, fê-la prestar e tomar juramento, e ordenou luminárias, Te Deum e outras públicas manifestações de regozijo popular de que ele mesmo estava sinceramente possuído.

A 30 de maio desse ano entrou em exercício no lugar de juiz de fora da corte, e por esse tempo foi eleito presidente da Câmara Municipal, da qual recebeu, assinado por seus colegas, um documento em que se manifesta admiração e reconhecimento pela energia e coragem admiráveis que desenvolveu no dia 5 de junho, opondo-se destemidamente aos oficiais dos batalhões portugueses que, insurgidos e armados no largo do Rocio, queriam que se jurasse a Constituição portuguesa e se desse ao príncipe D. Pedro uma junta de nove membros que assistissem a seus despachos, o que era coagi-lo a fazer única e exclusivamente o que fosse da vontade de Avilez.

Ainda como presidente da Câmara desta corte, foi ele quem suscitou a idéia e levou a execução a célebre representação de 9 de janeiro de 1822, e possuído de amor e santo zelo pela causa de sua nova

pátria, penetrou acompanhado de seus colegas no palácio de Bobadela, onde encontrou o príncipe que devia mais tarde ser o primeiro imperador brasileiro, recostado ao trono de seu pai. Ali falou-lhe com tanta força e eloquência dos perigos iminentes a Portugal e ao Brasil se Sua Alteza Real partisse como exigiam e urgiam os portugueses, que este, tocado de suas razões acedeu aos desejos ardentes do povo brasileiro e deixou escapar de seus lábios esse famoso FICO que foi o *fiat lux*, a aurora aventureira de uma nova era de esperanças para o Brasil.

Nesse dia escreveu-se no livro das leis eternas o fato mais tarde realizado de nossa independência, e José Clemente, que foi um dos mais ardentes corifeus dessa causa santa e gloriosa, é somente por este, quando mesmo outros títulos não tivesse, credor de nosso profundo e eterno reconhecimento; tanto mais que essa sua dedicação no momento em que Portugal mais se empenhava recalcar a cabeça do gigante que ensaiava esse brado de morte, que lhe queriam sopitar antes que reboasse em todos os ângulos do mundo, atraiu-lhe o ódio e a vingança portuguesa que não eram por certo mui fáceis de afrontar sem riscos e perigos, e que muito fizeram sofrer.

Dado aquele primeiro passo, José Clemente não soube mais descansar. Na corte trabalhava com empenho e sofreguidão, já propondo ao príncipe a reunião de uma assembléia geral das províncias do Brasil, já animando-o e incutindo-lhe a idéia de lançar a primeira pedra fundamental do Império da Santa Cruz; e fora da corte comunicava-se com muitos independentes como o coronel Fontoura em Montevidéu e outros em várias províncias, merecendo por tudo isto uma portaria do príncipe D. Pedro, em que lhe fazia ver o desejo que tinha que não se aproveitasse ele de uma licença que como juiz de fora tinha alcançado, porque Sua Alteza, em vista de seu patriotismo e dedicação, não podia prescindir de seus valiosos serviços.

O Ipiranga ouviu soar esse brado glorioso de um príncipe magnânimo que deixa a pátria e um trono fortalecido por muitos séculos, por um povo a quem ama e a quem quer dar a mão como anjo de salvação. O Brasil não é mais uma pobre colônia, o riso de satisfação que se debuxa em todos os semblantes, e a legenda, Independência ou Morte, que se lê nos laços que trazem todos o indivíduos, dão prova ao mundo que chegou o dia de levantar-se gigante o império americano.

Resta somente aclamar Imperador o príncipe que por nós tudo sacrificou e confeccionar uma Constituição que sirva de base a seu Governo; e é ainda José Clemente quem dirige a famosa circular de 17 de setembro de 1822 em que se exige um juramento prévio de manter e defender a Constituição tal qual no-la desse a Assembléia Constituinte e Legislativa. Mas assim como seus serviços a Portugal prestados em sua mocidade foram depreciados e esquecidos, assim tudo o que fez pelo Brasil foi interpretado e comentado por seus inimigos de modo que viu-se José Bonifácio na portaria de 11 de novembro tratá-lo e a seus amigos de facção oculta e tenebrosa, de furiosos demagogos e anarquistas que ousavam, temerários, com o maior maquiavelismo caluniar a indubitável constitucionalidade do Imperador e de seus mais fiéis ministros. Mudou José Clemente de idéias, ou foi infamemente caluniado?

Seja como for, na devassa que se seguiu à deportação foram pronunciados por demagogos José Clemente e muitos de seus partidários mais notáveis; mas este homem que foi desterrado por demagogo recebe a 17 de fevereiro de 1824 a dignitária do Cruzeiro juntamente com Labatut, general da Independência, e sendo essa a segunda vez que se distribuiu aquela condecoração.

Nas primeiras eleições para deputados foi eleito pelo Rio, por S. Paulo e por Minas, e por esse tempo foi pelo imperador elevado a intendente-geral da polícia, e depois chamado para o Ministério, em que, conciliando as funções de ministro e de intendente, prestou a esta cidade relevantes serviços.

O Código Criminal que hoje nos rege é obra sua refundida por Bernardo Pereira de Vasconcelos, e o Comercial de 1847 deve a ele como relator da comissão que apresentou o projeto primitivo em 1834 o ter passado no Senado, embora com grandes alterações.

A província do Pará considerou-o digno de representá-la na câmara dos senadores, e mandou seu nome na lista tríplice para um dos lugares daquela corporação. Sendo escolhido pela Coroa, tomou assento entre os anciãos da pátria e sustentou sempre ali o prestígio de seu nome.

Agora acompanhe-se o ilustre brasileiro em outra fase de sua vida e ver-se-á que o homem político, que tanto pugnou pela independência do Brasil, em nada avulta mais que o homem da caridade que

concebeu o plano e realizou a construção dos dois mais belos e mais úteis edifícios desta corte, onde o pobre que sofre do corpo e o que sofre do espírito acham remédio e cura para seus males.

Com efeito, José Clemente Pereira, deputado geral, senador do Império, ministro da Justiça e duas vezes da Guerra, não vale mais, e talvez nem tanto quanto José Clemente, provedor e fundador dos hospitais da Misericórdia e Pedro II, que rivalizou com os primeiros do mundo e são eles mesmos em seu gênero os primeiros da América.

Na construção e direção desses hospitais não poupou o provedor coisa alguma que pudesse ser útil à humanidade pobre a quem dedicara os últimos quinze anos de sua vida. Consultou a Academia de Medicina sobre o local que nem por isto foi bem escolhido, procurou para dirigir o serviço sanitário das enfermarias os médicos e cirurgiões mais notáveis, e conhecendo os grandes serviços que na Europa prestam as irmãs de caridade de S. Vicente de Paula, chamou-as ao Brasil e proveu delas os seus dois hospitais. Sabe-o Deus se com isto prestou ou não um serviço ao sofrimento, mas em todo o caso suas intenções eram puras e suas vistas da mais sublimada caridade.

O Rio de Janeiro lhe deve nessas duas obras monumentais que levaram à mais remota posteridade o nome e a glória de José Clemente, uma dívida de coração que não lhe pode pagar, porque a caridade é de Deus e só ele tem o poder de remunerar aqueles que sacrificam a vida do mundo por essa mais sublime das virtudes.

Este grande homem, este grande vulto duplamente amado e respeitado dos brasileiros, deixou a peregrinação da vida em 1854, no meio de lágrimas e bênçãos de uma população de infelizes que perderam nele um pai sempre solícito em minorar-lhes os sofrimentos e as misérias.

O senhor D. Pedro I nomeou-o desembargador, dignitário do Cruzeiro, intendente da polícia, ministro do Império, grande dignitário da Ordem da Rosa, e ocupou-o em mais duas repartições ministeriais.

O senhor D. Pedro II nomeou-o ministro da Guerra em 23 de março de 1841, senador em 31 de dezembro de 1842, conselheiro de estado em 14 de setembro de 1850, e primeiro presidente do Tribunal do Comércio em 4 de setembro do mesmo ano.

Foi eleito deputado à assembléia-geral por Minas, S. Paulo, e quatro vezes pelo Rio de Janeiro, senador por Alagoas uma vez, duas pelo Rio de Janeiro e uma pelo Pará por onde foi escolhido.

Enfim, e como a prova mais saliente de seu merecimento pessoal e de suas virtudes, recebeu José Clemente do senhor D. Pedro II a maior honra que um monarca pode despende com um súdito. Sua Magestade mandou elevar-lhe uma estátua no Hospício de Pedro II, de frente da sua que ocupa uma das salas daquele grande edificio.

OS CONTEMPORANEOS



A. S. de 1857

Lith. de 1857. Rio de Janeiro

VISCONDE D'URUGUAY

Visconde de Uruguay

.....

Visconde de Uruguai

Paulino José Soares de Sousa, hoje visconde de Uruguai, nasceu na cidade de Paris, no ano de 1807.

Ainda muito moço, deixou sua cidade natal e veio para o Maranhão em companhia de seus pais, o Dr. José Antônio Soares de Sousa e D. Antônia Madalena Soares de Sousa.

Naquela província começou a fazer os primeiros estudos para a carreira das letras, que tão brilhantemente percorreu e em que logrou muito mercedamente criar um nome considerado e respeitado dentro e fora do Império pelas nações cultas que reconhecem nele o diplomata eminente e o estadista profundo do Brasil.

Na idade de quinze anos deixou sua família e passou a Portugal, com o fim de estudar na Universidade de Coimbra, onde com efeito matriculou-se e estudou até o quarto ano de direito e cânones; não podendo tomar o grau naquelas matérias por ter nesse ano rebentado a revolução em favor de D. Miguel de Bragança e ter-se em consequência fechado a universidade.

Voltando ao Brasil, o Sr. Paulino não quis perder tantos anos de fadigas, e com os olhos no futuro esperançoso que sua vasta inteligência lhe prometia, resolveu prosseguir na carreira que havia começado, para o que dirigiu-se à província de São Paulo, onde já então

existia a Academia de Direito, e aí terminou sua vida escolar, tomando grau de bacharel no ano de 1831.

A política que naquele tempo revolvía todas as cabeças, e absorvia em seu turbilhão todas quantas inteligências que o Brasil produzia, nenhum atrativo teve para ele, ou se o teve encontrou em seu juízo reto e em sua vontade mais forte que suas inclinações uma barreira insuperável. O Sr. Paulino atirou-se para outro lado: escolheu a magistratura, e pouco tempo depois de formado alcançou o despacho de juiz de fora de São Paulo, donde no fim de oito meses foi removido para a Corte, no lugar de juiz do crime do bairro de São José, a que também foi anexado o expediente da Intendência da Polícia.

Com a execução do Código do Processo deixou o juizado do crime de São José e passou a ocupar o do cível da segunda vara da corte.

O ato adicional criando as assembleias de províncias abriu um novo campo em que brilharam e se fizeram conhecidas muitas inteligências que não tinham alcançado entrar no seio da representação geral do país. Foi desse número o Sr. Paulino, que estreou brilhantemente sua carreira parlamentar na Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, da qual recebeu a maior prova de consideração, sendo por ela escolhida para entrar na lista dos vice-presidentes daquela província.

O magistrado íntegro tinha reunido à sua coroa de glória novos louros colhidos na tribuna. Seu nome já era tão conhecido quanto respeitado, e o regente Feijó, apreciando com justiça as qualidades que o distinguiam, despachou-o presidente da província que o tinha eleito deputado.

Esse cargo importante que ele desempenhou tão hábil quanto honradamente deu-lhe tal popularidade que em 1836 foi eleito por aquela província para representá-la na Câmara dos Deputados da Nação.

Esta prova de consideração nunca mais lhe foi retirada até a sua entrada para o Senado, salvo na eleição de 1844, em que saiu segundo suplente, o que o não privou de tomar assento por ter falecido um deputado, e entrado para o Senado o primeiro suplente.

Na Câmara ligou-se ao lado político de que era chefe Bernardo Pereira de Vasconcelos, o marquês de Paraná, mas não só nunca se levantou para defender e sustentar idéias exageradas, tão em moda

naqueles tempos, como até mesmo não tomou parte em discussões puramente políticas e de partido.

Essa abstenção numa época em que não havia outra base nem outra matéria de discussão que não fosse a política de partido, longe de prejudicar sua reputação, fazendo-o cair no esquecimento, que para os homens políticos é a morte, deu-lhe pelo contrário a reputação de grave, prudente e moderado. É que ele teve ocasião de se mostrar e fazer-se lembrado.

Como relator da comissão que em 1836 apresentou o projeto de interpretação ao ato adicional de que foi o mais extremo defensor, teve ele ocasião de mostrar-se mais vantajosamente do que o poderia fazer nessas questões pequenas que absorviam todos os ânimos e estragavam tão belas idéias e tão robustas inteligências.

No ano de 1840 foi o Sr. Paulino pela primeira vez fazer parte do Conselho da Coroa, aceitando a instância de seus amigos e correligionários políticos a pasta da Justiça do Ministério de 23 de maio, em que esteve apenas dois meses, caindo com seus colegas no dia 23 de julho, em que subiu ao trono imperial o senhor D. Pedro II; mas nem por ter sido tão curto o seu governo passou ele despercebido e indiferente para o país.

No Senado sustentou uma longa discussão sobre o projeto da lei de 3 de dezembro de 1841, apresentado pelo senador Vasconcelos, com as emendas que lhe foram anexas.

Nas eleições que se seguiram à maioria do Imperador, tomou uma parte muito ativa, e tendo sido reeleito deputado, foi, em 1841, chamado ao Ministério de 23 de março ocupando novamente a pasta da Justiça.

Como membro daquele governo, e particularmente como ministro da Justiça, tomou medidas enérgicas e até certo ponto violentas, para reprimir o movimento revolucionário despertado em Minas e São Paulo.

Este procedimento do Sr. Paulino, que se tem alguma desculpa é somente a de ter sido aconselhado por circunstâncias extraordinárias, deu-lhe na opinião pública o conceito de violento e partidário.

Em 1843 caiu o Ministério de 23 de março, e subiu o de 20 de janeiro. O Sr. Paulino continuou neste, passando a 8 de junho a ocupar

a Pasta dos Negócios Estrangeiros por ter passado a da Justiça ao marquês de Paraná.

Continuou com essa pasta até 2 de fevereiro de 1844, quando, retirando-se do poder, foi para a Câmara dos Deputados fazer decidida oposição ao Gabinete que subira naquela data.

Foi nesse ano que, pela dissolução da Câmara, procedeu-se a novas eleições em que, como já se sabe, saiu segundo suplente. Tomando assento em razão de ter morrido o cônego Januário e entrado para o Senado o marquês de Caxias, colocou-se novamente nos bancos da oposição, e neles permaneceu firme até o fim da legislatura.

Nas eleições de 1848 foi reeleito deputado pela província do Rio de Janeiro, que ele por tantos anos representara; mas foi esta a última vez, porque logo após essa eleição o povo que o tinha honrado com seu voto desde 1834, que lhe tinha em todas as legislaturas subsequentes confiado a guarda e defesa de seus mais sagrados direitos, quis dar-lhe uma prova mais subida de sua estima e seu reconhecimento, elegendo-o seu representante na Câmara vitalícia, para onde entrou por carta imperial de 21 de março de 1849.

Nem foi esta a única e a primeira vez que igual honra coube ao distinto senador pelo Rio de Janeiro. Já antes a mesma província tinha oferecido seu nome à consideração da Coroa, e o Maranhão o tinha também uma vez incluído na lista tríplice para um senador.

A 8 de outubro desse ano entrou para o Ministério de 29 de setembro de 1848, e ocupou pela segunda vez a pasta dos Negócios Estrangeiros, em que muito se distinguiu da primeira.

Nesse ministério, sem dúvida a mais gloriosa fase da vida pública do Sr. Paulino, contribuiu ele eficazmente para a destruição do cancro roedor da sociedade brasileira – o comércio infame de carne humana.

Seu brilhante discurso pronunciado na Câmara dos Deputados a 15 de julho de 1850 elevou-o e colocou o governo do Brasil em uma posição tão nova quanto nobre e respeitável. Foi com efeito a primeira vez que se viu esse governo pronunciar-se com tanta decisão e firmeza; e a correspondência de S. Ex^a com a legação inglesa, em que se opõe à arrogância de uma nação poderosa que tudo quer levar pela força, a firmeza e resignação, calma e fria da nação fraca que prefere a extinção ao

aviltamento de sua dignidade e de seus brios, é um padrão de glória para o ministro, para a Coroa e para o país.

Foi ainda nesse seu Ministério que o Brasil se coligou com o general Urquiza para derrubarem o tirano Rosas, e neste empenho tomou uma parte muito ativa o ministro dos Estrangeiros.

Com as repúblicas do Uruguai e do Peru concluiu o Tratado de Comércio, Limites e Navegação Fluvial de 23 de outubro de 1851, e depois de ter prestado todos esses serviços ao país, deixou o poder a 6 de setembro de 1853, sendo dois dias depois nomeado conselheiro de estado ordinário.

A 2 de dezembro de 1854 foi-lhe concedido, por graça imperial, o título de visconde de Uruguai, com grandeza; em 1855 foi encarregado, como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário, de uma missão especial junto à corte de Napoleão, dando dessa vez mais uma prova de inteligência, patriotismo e talento diplomático. O fim daquela difícil missão era regular os nossos limites com a Guiana Francesa, que tinha a pretensão de estender sua posse até a margem esquerda do Amazonas.

O nosso ministro mostrou a sem-razão desta pretensão, e provou à luz da evidência que o rio Oiapoque é a divisa dos dois países, como se depreende não só das tradições e idéias arraigadas entre os dois povos como e principalmente dos próprios tratados entre eles celebrados. De volta dessa missão, o Sr. visconde de Uruguai não tem mais tomado parte ativa nos negócios do país, limitando-se a tratar deles como senador do Império.

Diversas nações da Europa honraram nele o distinto estadista brasileiro concedendo-lhe condecorações de suas ordens mais estimadas.

O Sr. visconde de Uruguai, senador do Império e oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, foi agraciado em 1850 por S. M. o rei de Nápoles com a grã-cruz da ordem de São Genaro; pelo rei da Dinamarca em 1852 com a da ordem real de Danebrog; pelo imperador da Áustria, no mesmo ano, com a da ordem imperial da Coroa de Ferro, e pelo rei de Portugal com a da ordem de Cristo daquele reino.

Além disto, é membro honorário da Academia Tiberina de Roma; da Academia Arqueológica da Bélgica; da Academia Britânica de Ciências, Artes e Indústria; da Sociedade de Zoologia e Aclimação de

Paris; da Sociedade Animadora das Ciências, Letras e Artes de Dunquerque; do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Rio da Prata e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro.

O Sr. visconde de Uruguai é casado com a Exm^a Sr^a D. Ana de Macedo Álvares de Azevedo, com quem se desposou a 20 de abril de 1833.

OS CONTEMPORANEOS



A. B. 1870

Eng. L. F. 1870

VISCONTE D'ARATE

Visconde de Arate

.....

Visconde de Abaeté

Antônio Paulino Limpo de Abreu, visconde de Abaeté, nasceu em Lisboa a 22 de setembro de 1798.

Seu pai, Manuel do Espírito Santo Limpo, tenente-coronel do corpo de engenheiros, lente de matemáticas do Colégio dos Nobres, diretor do Observatório Astronômico, e sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa, morreu deixando-o ainda muito pequeno em companhia de sua mãe, Dona Maria da Maternidade de Abreu e Oliveira, a qual, tendo recebido do rei D. João VI uma pensão que devia ser paga no Rio de Janeiro, trouxe-o consigo para esta cidade pouco depois da mudança da corte para o Brasil.

No Rio, o Sr. Limpo de Abreu foi estudar no Seminário de S. José as faculdades necessárias para matricular-se no curso de Direito da Universidade de Coimbra, tendo vistas de seguir a carreira da magistratura.

Preparado convenientemente, partiu para Portugal em 1815, e tendo frequentado as aulas de direito, em que muito se distinguiu, fez sua formatura a 19 de maio de 1820, e a 17 de julho tomou o grau de licenciado em leis, não podendo tomar o de doutor, apesar de estar para isto habilitado com todos os exames, por ter receio que rebentasse a revolução que já naquele tempo se preparava com grande afã, e ter por isto deixado a metrópole e partido para o Rio em setembro de 1820.

Chegando a esta corte, foi em seguida despachado juiz de fora da Vila de S. João d'el-Rei por decreto de 22 de janeiro de 1821, e tendo desempenhado este cargo por algum tempo com distinção, exerceu depois o ouvidor interino da comarca do Rio das Mortes, que não menos reputação lhe granjeou.

Por decreto de 7 de fevereiro de 1823, foi nomeado ouvidor da comarca do Rio Grande do Norte, mas não foi exercer este lugar porque o governo precisou de seus serviços em Paracatu, camarca de Minas Gerais, para onde foi nomeado por decreto de 24 de setembro do mesmo ano, e onde se casou com a Exm^a Sr^a D. Ana Luísa Carneiro de Mendonça, filha legítima do tenente-coronel de milícias João José Carneiro de Mendonça, abastado fazendeiro e negociante.

A 12 de outubro de 1826, o governo imperial, querendo remunerar seus bons serviços e aproveitar seus conhecimentos não vulgares, despachou-o desembargador ordinário da Relação da Bahia, e a 19 de dezembro de 1828, deu-lhe exercício na Casa da Suplicação do Rio de Janeiro, onde serviu até a extinção desse tribunal, e ocupou uma casa de agravos e o lugar do promotor da justiça.

Quando se executou em 1833 a reforma judiciária, foi nomeado desembargador da Relação do Rio de Janeiro, onde serviu até 13 de maio de 1846, tendo como desembargador mais antigo presidido aquele tribunal desde maio até dezembro de 1844.

Já nesse tempo era o Sr. Limpo de Abreu muito conhecido no país e justamente reputado uma de nossas celebridades mais eminentes; por isto e por depositar nele toda a confiança que infundia sua carreira tão adiantada, e sem nenhuma nódoa, antes inteligente e honradamente percorrida, o governo da Regência nomeou-o, por decreto de 26 de maio de 1837, ministro-adjunto do Conselho Supremo Militar e de Justiça, em que serviu até 12 de fevereiro de 1838, tempo em que pediu e obteve sua demissão, oferecendo ao mesmo tempo os vencimentos a que tinha direito, para as despesas do Estado a braços com a rebelião do Rio Grande do Sul.

Um só degrau faltava ao Sr. Limpo para tocar ao fastígio da magistratura brasileira. S. Ex^a tinha justos títulos para merecer aquela eminente posição a que não devem chegar senão os homens distintos no país por sua ilustração e por suas qualidades morais; também a 14 de

maio de 1846 baixou a carta imperial que o nomeava ministro do Supremo Tribunal de Justiça, lugar em que muito pouco tempo permaneceu, aposentando-se a 8 de março de 1848 com os vencimentos de desembargador, apesar da proposta do Sr. Pimenta Bueno, então Ministro da Justiça interino, que lhe queria dar, como já se tinha feito a outro, o ordenado por inteiro.

O moço que por seu próprio impulso se atirou à carreira das letras e nela escolheu a magistratura é agora chegado ao fim daquela árdua missão em cujo desempenho foi colhendo sempre, desde o primeiro até o último passo, os louros que nunca faltam ao homem de verdadeiro mérito.

O relatório da Justiça, apresentado pelo Sr. Feijó à assembléa geral de 1832, fala do Sr. Limpo de quem aquele senhor recebeu eficaz coadjuvação na repressão dos criminosos, nos termos mais laudatórios e lisonjeiros possíveis. S. Ex^a exprime-se assim: "É à integridade e ao amor da justiça do desembargador, que nestes últimos tempos serviu de promotor, que se deve nas suas visitas às cadeias a descoberta de tantos desgraçados inteiramente esquecidos e até fatalmente abandonados."

O Sr. Feijó referia-se ao estado das cadeias, à miserável situação dos presos e à demora dos processos.

Além deste documento que tanto honra ao Sr. Limpo, e tanto abona sua conduta como magistrado, mereceu aquele Senhor do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, quando obteve sua aposentadoria, um outro em que se declara que fora assíduo em desempenhar com zelo e atividade os deveres do emprego, conduzindo-se sempre com muita inteligência e probidade, e tornando-se digno de toda a consideração e estima de seus colegas.

Tão breve quanto exige o pouco espaço reservado a este trabalho, tem sido esboçada a vida do Sr. Limpo encarada pelo lado da magistratura; mas não foi somente por aí que se fez notável aquele cavalheiro e, portanto, é preciso acompanhá-lo em outra fase de sua existência. Não fora crível que um moço de uma inteligência tão robusta como a do Sr. Limpo, e animado pelas aspirações que são um verdadeiro e constante apanágio daquela faculdade, se conservasse arredado da única cena em que podia com mais largueza pôr em jogo todos os seus recursos intelectuais, e fazer-se conhecido e subir. O Sr. Limpo ao chegar ao

Brasil entregou-se corajosa e esperançosamente à onda política que tão alto o elevou e em que de sua parte tão notável figura fez desde seus primeiros anos.

Minas Gerais foi a província do Império que o escolheu para representá-la na assembléia geral legislativa. Eleito pela primeira vez em 1824, foi reeleito até a legislatura de 1843 que foi dissolvida em 1844, e em que não foi considerado por se achar fora do Império em virtude do movimento revolucionário que em 1842 teve lugar nas províncias de Minas e São Paulo; daí por diante foi sempre eleito até o ano de 1847 quando entrou para o Senado.

Na Câmara defendeu e sustentou com muito calor e distinção as idéias liberais, em cujo partido militou com muita popularidade, sendo ele mesmo um de seus mais conspícuos.

Em 1830 e 1831 foi nomeado membro das comissões que examinaram e emendaram o projeto dos Códigos do Processo Criminal e Penal, e em 1834 sustentou e defendeu as reformas que se converteram em lei do estado pelo ato adicional à Constituição.

Na discussão calorosíssima que suscitou o projeto em 1840, apresentado de considerar maior, e elevar ao trono o Sr. D. Pedro II, foi ele um dos membros mais preeminentes da oposição, e nesta ocasião assumiu uma posição tão brilhante e elevada, que o *Diário do Rio*, folha que não era de suas idéias, exprime-se a seu respeito nestas palavras: "Assim ficou a Câmara pendente da indicação do Sr. Limpo, e é hoje o Sr. Limpo quem tem de dar a direção à discussão da Câmara, e não só isso, como também ao espírito público!"

Foi presidente da Câmara nas sessões de 1833 e 1845, e completou sua carreira parlamentar entrando para o Senado por carta imperial de 13 de novembro de 1847, tendo já sido seu nome três outras vezes oferecido à escolha do Imperador pela província de Minas de que é senador.

Resta considerar alguns fatos mais importantes da vida administrativa e diplomática do Sr. Limpo, na qual se encontrará o mesmo homem eminente, que já é conhecido como magistrado e como legislador.

Tendo no ano de 1833 rebentado na capital de Minas Gerais um movimento sedicioso, que obrigou o presidente a mudar para outro

lugar a sede do governo, e achando-se a província em um grau extraordinário de agitação, e a capital constantemente ameaçada, foi o Sr. Limpo de Abreu nomeado presidente daquela província, e seguiu para ali em fins daquele mesmo ano.

Suas maneiras e suas qualidades o fizeram logo estimado e respeitado dos mineiros, e ele, prevalecendo-se dessas boas disposições, logrou, sem derramar uma gota de sangue, pacificar a província, depois do que instou por sua demissão, que obteve em 1835.

Os mineiros agradecidos deram-lhe dessa vez mais uma prova de consideração. O Sr. Limpo foi nomeado vice-presidente pela assembléia provincial, a quem naquela época competia tal atribuição.

Ao chegar de sua presidência de Minas foi nomeado pelo primeiro regente, por decreto de 14 de outubro de 1835, ministro da Justiça e interinamente do Império, passando a 3 de junho de 1836 a ocupar a pasta dos Estrangeiros.

Fazendo parte do Ministério da Maioridade, ele ocupou pela segunda vez a pasta da Justiça, e posteriormente dirigiu pela segunda, terceira e quarta vez a dos Negócios Estrangeiros nos Ministérios de 1845, 1848 e 1853.

No primeiro desses ministérios o Sr. Limpo muito se distinguiu pela energia com que se portou em relação à Inglaterra, sendo o autor do protesto contra o *bill* aprovado pelo parlamento britânico, que sujeita os navios brasileiros, suspeitos de empregar-se no tráfico ao julgamento dos tribunais ingleses.

Esse protesto enérgico e patriótico do ilustre ministro brasileiro contra o ato de violência e da mais inqualificável prepotência nunca se riscará da memória e do coração daqueles que dão o devido apreço à honra e à dignidade de sua pátria.

No Ministério de 1853 o Sr. Limpo de Abreu foi quem deu ao ministro do Brasil, em Portugal, as instruções que regularam e dirigiram as negociações que precederam a convenção de 12 de janeiro de 1855, que teve por duplicado fim a prevenção e repressão da moeda e dos papéis de crédito, com curso legal nos dois países, e a extradição dos indivíduos convictos desse crime.

Desse ministério saiu o Sr. Limpo de Abreu em 14 de junho de 1855, por assim ter entendido necessário, como manifestou no

Senado, logo que a expedição que o governo mandara ao Paraguai não teve, por motivos independentes de sua vontade, todos os resultados que se deviam esperar.

Em 1851 o Sr. Limpo celebrou, por parte do Brasil, com o plenipotenciário da República do Uruguai os tratados de 12 de outubro, e nesta difícil comissão portou-se juntamente com o outro plenipotenciário brasileiro, de modo que o ministro dos Estrangeiros, em aviso de 21 de outubro do mesmo ano, lhes dirigiu, por ordem de Sua Majestade Imperial, as mais significativas expressões de louvor.

Quando em 1855 rebentou em Montevidéu a revolução que destruiu a autoridade do presidente legal daquela República, o Sr. Limpo de Abreu foi enviado pelo Brasil com plenos poderes para proceder como exigissem as circunstâncias extraordinárias em que se achava aquele país; e nesta tão difícil quanto arriscada missão ainda uma vez angariou ele a estima e a consideração do governo e do povo brasileiro, por ter dela saído tão bem quanto era para desejar e esperar de sua capacidade.

Ao terminar tão satisfatoriamente essa missão, foi o Sr. Limpo encarregado de uma outra, junto ao governo da Confederação Argentina, e neste novo empenho foi tão feliz como no primeiro, celebrando a 7 de março de 1856 um tratado de comércio e navegação, que é do maior alcance para o futuro dos dois países.

Assim, em Montevidéu, procurou o Sr. Limpo de Abreu libertar o governo imperial de quaisquer vínculos que pudessem comprometê-lo nas perturbações e dificuldades que ali surgem e pululam quase diariamente, e no Paraná esforçou-se quanto pôde por estabelecer com um governo estável e com o país cheio de vida e de futuro as bases de uma política franca e liberal que, segundo a opinião mais imparcial e esclarecida, convirá ampliar e desenvolver, com o que ganharam ambos os estados, e não menos os interesses gerais da paz, do progresso e da civilização.

Sua Majestade, que não sabe esquecer seus bons servidores, tem estendido sobre o Sr. Limpo sua imperial munificência, concedendo-lhe por carta de 29 de julho de 1840 o título do conselho; a 2 de agosto do mesmo ano, a graça de gentil-homem de sua Câmara; a 9 de fevereiro de 1841, o foro de fidalgo cavaleiro; a 25 de março de 1845, a

dignitária da Ordem Imperial do Cruzeiro; a 14 de junho de 1848, o lugar de conselheiro de estado ordinário; a 26 de junho de 1852, a grã-cruz da Ordem de Cristo, e a 2 de dezembro de 1854, o título de visconde de Abaeté com grandeza.

Além destes títulos e condecorações que bem mostram a consideração em que tem suas eminentes qualidades o chefe do estado, o Sr. visconde de Abaeté foi condecorado por carta régia de 17 de outubro de 1855 com a grã-cruz da ordem portuguesa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.



A. S. 1857

Publicado em 1857

MARQUEZ DE OLINDA

Marquês de Olinda

.....

Marquês de Olinda

Pernambuco é a província natal do Sr. Pedro de Araújo Lima, marquês de Olinda.

Nascido em 1787, viveu em companhia de seus pais até o ano de 1843, em que deixou sua bela pátria e foi buscar em outros climas a instrução e a ciência, que seu espírito ávido de grandes futuros ali não tinha achado suficiente; porque o regime colonial que então pesava sobre o Brasil não permitia a este país mais do que os primeiros rudimentos dos conhecimentos humanos, e estes mesmos sabe Deus com quanto se lutava para os adquirir, visto como só nos lugares mais populosos, como as principais capitais, é que se encontravam pessoas habilitadas para os ensinar.

O Sr. Araújo Lima teve a fortuna de nascer em lugar onde, ainda que escassa, não faltava completamente aquela espécie de instrução; também por isso, quando em 1813 partiu para Lisboa, já levava de Pernambuco estudados e sabidos os preparatórios de que tinha necessidade para matricular-se na Universidade de Coimbra a que se destinava, e onde tomou grau de doutor em cânones no ano de 1819.

Imediatamente que terminou seus estudos em Portugal regressou ao Brasil, onde sua estrela feliz lhe preparava um caminho brilhante para um futuro ainda mais brilhante de glória.

Chegando à sua pátria em 1820, foi logo despachado ouvidor da comarca de Paracatu, província de Minas Gerais; não chegou porém a exercer esse lugar, porque pouco tempo depois de sua nomeação, foi eleito deputado às cortes constituintes de Lisboa, no ano de 1821, fazendo então parte dos 50 deputados brasileiros que se bateram corajosamente contra os 130 portugueses, que já em sua ausência e a despeito mesmo de sua presença prevaleceram-se a princípio de estarem sós e depois da maioria de número para suplantarem as justas reclamações contra as audaciosas pretensões de reduzirem o Brasil, a quem tinham elevado à categoria de reino-unido, ao antigo e miserável estado em que vivera antes da vinda e estabelecimento da família real no Rio de Janeiro.

Sabe-se o resultado dessa luta desigual e gloriosa para os poucos filhos do Brasil que na capital da metrópole ousaram levantar a voz contra o ódio encarnizado de uma população inteira.

O Sr. Araújo Lima voltou ao Brasil com seus companheiros quando as exigências de Portugal levaram sua colônia ao extremo de dar o passo glorioso de sua independência.

Aí chegando, foi imediatamente eleito deputado à Assembléa Constituinte convocada em 23 de março e reunida na corte do Rio de Janeiro a 3 de maio de 1823.

Nessa assembléa tempestuosa o Sr. Araújo Lima tornou-se muito notável, e quando, depois dos últimos esforços daquela congregação dos primeiros homens do Brasil, o Imperador Pedro I a fulminou com o decreto de dissolução, e teve de nomear um ministério, chamou-o para a pasta do Império que ocupou apenas por três dias, porque, tendo sido nomeado a 14 de novembro, deixou o ministério a 17 do mesmo mês.

Dissolvida a constituinte e jurada a 25 de março de 1824 a Constituição do Império, procedeu-se às eleições para deputados à nova assembléa geral legislativa. Pernambuco não esqueceu ainda dessa vez seu distinto filho que já tanto se tinha feito notável, quer na constituinte portuguesa, quer na brasileira, a que por aquela província tinha sido mandado; elegeu-o seu deputado à assembléa geral, e ali o Sr. Araújo Lima, a favor de seus grandes conhecimentos e de seus reconhecidos dotes oratórios, como de muitas outras qualidades, adquiriu uma

posição eminente, sendo na terceira sessão de 1827 eleito presidente, o que ainda tornou a ser por muitas vezes, como veremos.

Durante esta legislatura foi ele chamado pelo Imperador Pedro I ao Ministério do Império, cuja pasta recebeu a 2 de novembro de 1827 e deixou a 15 de junho de 1828.

Nesse ano procedendo-se à eleição de deputados à 2ª legislatura, o Sr. Araújo Lima foi reeleito por Pernambuco, e continuou sempre a sê-lo em todas as outras legislaturas até sua entrada para o Senado.

Por todo o tempo que continuou na Câmara dos Deputados ele sustentou sempre no mesmo pé o prestígio e influência de que gozara desde o princípio de sua carreira parlamentar; é assim que o vemos presidente da Câmara em 1829, vice-presidente em 1831, 1832 e 1833; e novamente presidente em 1835, 1836 e 1837.

Durante todas as comoções que abalaram o Império desde a Abdicação até a Regência única do Sr. Feijó, o Sr. Araújo Lima não apareceu senão como deputado, sendo apenas uma vez encarregado das duas pastas da Justiça e Estrangeiros que só ocupou por 40 dias a contar de 3 de agosto a 13 de setembro de 1832.

Depois desse dia voltou outra vez ao seio da Câmara legislativa de onde saiu no ano de 1837 para o Senado por eleição de Pernambuco, e pouco tempo depois, a 18 de setembro do mesmo ano, último dia da regência Feijó, para o Ministério do Império, onde veio pela terceira vez tomar sobre seus ombros o peso daquela pasta que muito pouco o sobrecarregou nesta ocasião, porquanto o regente Feijó achando-se a braços com a revolução do Pará ainda mal extinta, com a do Rio Grande do Sul em toda a sua força e com uma forte oposição na Câmara dos Deputados, tomou a resolução de resignar o poder a 19 de setembro daquele ano, e em virtude disto e de ser ele ministro do Império, coube-lhe, como manda a Constituição, a regência interina do país.

A popularidade de que gozava em ambas as câmaras fez que a 22 de abril de 1838 fosse por elas confirmada a regência que até ali exercera interinamente. Esta influência, porém, que lhe permitia dispor de uma grande maioria, assim na câmara temporária como na vitalícia, não o defendeu contra o pronunciamento das províncias que lhe trouxeram sérios embaraços.

A Bahia a 7 de novembro de 1838 declarou-se independente até a maioria do Sr. D. Pedro II. O Maranhão por motivo da criação dos prefeitos levantou o estandarte da revolta bem conhecida com o nome de Balaiada; e o Rio Grande do Sul continuou a resistir às forças da legalidade e a ter sobre elas vantagens que lhe permitiram invadir a província de Santa Catarina onde tomaram a cidade de Laguna.

Era preciso da parte do novo regente muita força de espírito e energia de vontade para resistir a todos esses poderosos obstáculos que desde o princípio de seu governo vieram antepor-se e empecer sua marcha; aquelas qualidades, porém, não lhe faltavam, e graças a elas ele foi pouco a pouco desassombrando o caminho que tinha de seguir em sua administração.

A cidade da Bahia, atacada a 13, 14 e 15 de março de 1838, rendeu-se e com ela foi por terra completamente aniquilada a revolta que ali se levantara.

Os balaios depois de mil sacrifícios e de imensa carnificina tiveram também de ceder nos fins de 1840 aos esforços do coronel Luís Alves de Lima, a quem o regente confiara no princípio daquele ano a pacificação da província do Maranhão.

O Rio Grande do Sul enfim que não pôde ser totalmente pacificado foi ao menos reduzido a uma posição bem precária.

Apesar de todos esses trabalhos e de muitos outros serviços prestados ao país, os jornais acharam naquela guerra motivos para, em princípios de 1840, se declararem em oposição aberta à regência do Sr. Araújo Lima, e esse eco da imprensa repercutiu nas câmaras que logo depois de sua abertura naquele ano se declararam em maioria contra ele.

Todo o Brasil conhece o resultado dessa oposição, que trouxe como consequência a maioria do Sr. D. Pedro II, e portanto a retirada do Sr. Araújo Lima da suprema administração do país.

Se este lhe deve bens, ou males por essa sua administração, não discutiremos, nem mesmo convém fazê-lo; o que é certo porém é que um homem menos ativo e enérgico teria sem remissão deixado soçobrar a nau do Estado batida de todos os lados por tempestades políticas e tufões revolucionários.

Em 1848 o Sr. D. Pedro II chamou-o ao Ministério de 29 de setembro como ministro dos Estrangeiros e presidente do Conselho,

lugar que deixou a 8 de outubro de 1849, tendo a 6 de outubro de 1848 deixado a pasta da Fazenda que exercera desde 4 de setembro do mesmo ano.

No corrente ano de 1857, tendo pela morte do marquês de Paraná ficado acéfalo o ministério por ele criado, resignou este o poder na proximidade de abertura das câmaras, e por esta ocasião foi o Sr. Araújo Lima encarregado de organizar como o fez o atual ministério de que é presidente e ministro do Império.

S.M.I. o Sr. D. Pedro II, querendo dar uma prova pública do grau de apreciação em que o tinha, agraciou-o com o título de visconde de Olinda e mais tarde em 1854 com o de marquês do mesmo nome; além disto condecorou-o com a grã-cruz da Ordem de Cristo e oficialato do Cruzeiro.

Estrangeiras o Sr. Marquês de Olinda conta as seguintes condecorações: grã-cruz de St. Estêvão da Hungria; da Legião de Honra da França; e S. Maurício e S. Lázaro da Sardenha.



Arvelho grav.

Des. Letorin Paris

Tom. 1.º A.

VISCONDE DE ITABORAITY

Visconde de Itaboraity

.....

Visconde de Itaboraí

A

13 de dezembro de 1802 nasceu no Porto de Caxias, freguesia de Itaboraí, província do Rio de Janeiro, o Sr. Joaquim José Rodrigues Torres, depois visconde de Itaboraí.

Foram seus pais o Sr. Manuel Rodrigues Torres, já falecido, e D. Emerenciana Matilde Torres, os quais não pouparam cuidados e meios de educá-lo nos sãos princípios da mais severa moral, cujo influxo ainda hoje se exerce e manifesta-se em todos os atos e na vida inteira do Sr. de Itaboraí em quem nenhuma ação conhecida jamais marcou o brilho do nome de honesto e honrado que adquiriu entre seus concidadãos e que ninguém poderá recusar-lho.

É que do mesmo modo por que as primeiras idéias e as impressões da infância são as que mais se gravam na memória dos homens, e aí permanecem sempre vivas, assim também os primeiros princípios de educação que recebemos de nossos pais são os que hão de em todo o tempo servir de norma a nossas ações e a todos os atos de nossa vida. Feliz quem teve pais zelosos que não esqueceram, ou não abandonaram a educação de seus filhos, e que lhes deram desde o berço o germe e a base de toda a felicidade na Terra: uma consciência apurada, e uma alma propensa para o bem tanto quanto instruída nas sendas da honra e da virtude.

Nesse ponto o Sr. visconde de Itaboraí não tem que invejar a pessoa alguma, e a prova a mais palpitante do quanto seus pais se esmeraram por sua educação está na vida mesma desse cavalheiro.

Não foi porém somente o moral de seu filho que os pais do Sr. de Itaboraí quiseram e procuraram por todo o modo desenvolver e aperfeiçoar; o lado intelectual não lhes mereceu menos cuidado, porque bem viam eles que as luzes da inteligência são a primeira condição e condição essencial de todo o progresso e desenvolvimento humanitário.

Assim, pois, ao mesmo tempo que seus exemplos e conselhos lhe ensinaram o caminho da honra, confiando-o a bons mestres que lhe iluminassem o espírito, procuraram ensinar-lhe também o caminho da glória.

Foi por isto que, ainda em mui tenra idade e depois de ter o Sr. Rodrigues Torres os seus estudos primários, mandou-o seu pai estudar preparatórios no Seminário de S. José, donde saiu habilitado para matricular-se na Universidade de Coimbra a que se destinava, e para onde partiu em 1821 com o fim de estudar matemática, que com efeito estudou e em que saiu formado no ano de 1825.

Como estudante logrou o Sr. Torres adquirir uma reputação que, apesar de criada tão longe de seu país natal, não deixou por isto de chegar até aí, tanto que vindo ele para o Brasil em 1826, foi nesse mesmo ano nomeado lente substituto da Academia Militar, o que não foi certamente pequena honra nem pequena prova de inteligência para um moço de 23 anos de idade que apenas tendo deixado os bancos de estudante não teve por isso mesmo tempo nem ocasião de se fazer conhecido por outros trabalhos que não fossem os escolares.

Nesse lugar serviu o Sr. Torres desde 1826 até 1833 em que pediu sua demissão, não sem dúvida porque lhe faltassem as qualidades necessárias para o magistério, mas talvez porque não visse naquela carreira o futuro que aspirava, e divisasse pelo contrário ao longe e em outras direções mais belos horizontes.

Seja como for, é para lamentar que o Sr. Rodrigues Torres não sacrificasse um pouco do interesse que o levou a dar aquele passo, pelo amor da mocidade brasileira, que não tinha naquele tempo, como tem hoje, muitos lentes que a animassem e a ilustrassem com seus conhecimentos; e tanto mais é isto para sentir-se quanto o Sr. Torres, além do muito aproveitado tempo que levava na Universidade de Coimbra,

tinha ainda voltado à Europa em 1827 e aplicado-se em Paris até 1829, sem dúvida a estudos de sua profissão.

Regressando pela segunda vez ao Brasil, começou o Sr. Torres a aparecer muito vantajosamente na cena política, a ponto de ser em 1831 chamado à pasta da Marinha pela regência de Lima e Silva, Bráulio Muniz e Costa Carvalho.

Apesar de começar sua carreira administrativa sob os piores auspícios, pois que, como bem se sabe, naquele tempo calamitoso, os motins e sedições surgiam a cada instante uns das ruínas dos outros, e isto não somente na corte, mas ainda nas províncias e especialmente nas do Norte que tiveram cada uma das suas sublevação particular; apesar de todos esses embaraços, dizemos embaraços poderosos para um moço que pela primeira vez toma as rédeas do poder, o Sr. Rodrigues Torres saiu-se bem e retirou-se do Ministério conceituado e prestigioso, de modo que logo depois em 1832 foi novamente chamado para a pasta que deixara; persistindo ainda toda agitação geral do Império, e especialmente das províncias do Pará, que mesmo em 1832 proclamou-se independente; de Pernambuco, que teve a guerra terrível dos Cabanos ou de Panelas de Miranda e Ceará, a braços em a de Pinto Madeira, que havia começado em 14 de dezembro de 1831 e que terminou em 13 de outubro de 1832, entregando Pinto Madeira as armas ao general Labatut, comandante das forças da legalidade.

No meio de todos esses abismos que se abriam diante dos passos dos regentes e que empeciam a marcha regular de seu governo, ainda não naufragou a boa reputação e conceito em que era tido o ministro da Marinha; ao contrário, a habilidade com que por sua parte concorreu para que o governo do país se sustentasse firme no posto que a maioria da nação lhe havia confiado o fez ainda mais estimado e tornou-o muito popular, especialmente na província do Rio de Janeiro, da qual teve em 1833 a honrosa missão de representá-la na Câmara dos Deputados. Foi a primeira vez que o Sr. Rodrigues Torres se apresentou na tribuna dos representantes do país, mas já antes disto todo ele conhecia os talentos oratórios do novo deputado, que como ministro mais de uma vez tinha levantado a voz no seio de ambas as câmaras.

Como deputado o Sr. Rodrigues Torres distinguiu-se menos por orador eloqüente, que o não é, do que por argumentador fino e con-

sumado. Enuncia facilmente suas idéias, sua linguagem é precisa e limada e seus argumentos de uma lógica cerrada, difficilima de desfazer. É um desses homens que convence, mas que não comove, que sabe falar à razão, mas que ignora os meios de tocar o coração.

Por todas estas qualidades ele occupou logo na Câmara uma posição eminente, e abraçando as idéias saquaremas tornou-se um dos mais eminentes dentre seus chefes.

Esta influência que ele exerceu como deputado, que continuou sempre a ter até 1844, estendeu-se além deste ano em que foi ele eleito senador pela província do Rio de Janeiro, e só a conciliação emanada do trono e executada pelo Gabinete Paraná pôde, fazendo desaparecer a divisão política, fazer também desaparecer de um e de outro lado aqueles individuos que mais se elevam acima dos outros em cujo número está o Sr. Torres.

Em 1837 o regente Feijó quis aproveitar-se de sua prática adquirida no Ministério da Marinha, nomeando-o para aquella pasta.

Em 1840 foi o Sr. Torres deslocado de sua repartição favorita, sendo chamado a occupar a pasta do Império e interinamente e da Marinha, muito tempo porém não durou neste ministério, e, quando em 1843 o Sr. D. Pedro II o chamou outra vez ao ministério, voltou já pela quarta vez a dirigir os negócios tão atrasados da repartição da Marinha.

Este ministério deixou ele para subir novamente ao poder em 1849 como ministro dos Negócios da Fazenda, que continuou a ser até 1853, em que caiu aquelle Ministério, justa ou injustamente acusado de ter muito durado e pouco feito pelo país.

Por sua parte o Sr. Itaboraí prestou ao Brasil um serviço importantissimo fazendo passar nas câmaras o projeto de criação do Banco do Brasil, de que veio ser presidente, pelo falecimento do conselheiro Lisboa Serra.

Em 1841 teve o título do conselho e a condecoração de Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, e em setembro de 1853 foi nomeado conselheiro de Estado.

No dia 2 de dezembro de 1854 S. M. Imperial o Sr. D. Pedro II concedeu-lhe o título que hoje tem de visconde de Itaboraí.



Alman. 1857

Lith. de M. de la Roche

MARQUEZ DE MONT'ALGERIE

Marque de Mont'Algerie

.....

Marquês de Monte Alegre

José da Costa Carvalho, atualmente marquês de Monte Alegre, é filho legítimo de José da Costa de Carvalho e D. Inês Maria da Piedade Costa. Nasceu a 7 de fevereiro de 1796 na freguesia de Nossa Senhora da Penha da província da Bahia, subúrbio da capital.

Ainda muito moço foi a Portugal estudar na Universidade de Coimbra, na qual tomou o grau de doutor em leis em 1819 na idade de 23 anos.

Apenas concluiu seus estudos, voltou à terra natal e aí abraçou e seguiu a carreira da magistratura, em que começou pelos lugares de Juiz de Fora e ouvidor da cidade de São Paulo, lugares estes que ocupou desde 1821 até 1822.

Nesse último ano casou-se naquela cidade com D. Genebra de Barros Leite, sua primeira mulher, que faleceu em 1837, pelo que passou a segundas núpcias em 1839 com D. Maria Isabel de Sousa e Alvim, hoje marquesa de Monte Alegre.

O Príncipe D. Pedro, depois Imperador Pedro I, tinha por aquele tempo acedido aos votos dos brasileiros, que de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro lhe tinham mandado representações pedindo-lhe que não partisse, como lhe fora ordenado pelas Cortes portuguesas. Logo que determinou ficar no Brasil, resolveu também o príncipe convocar

uma Assembléia Constituinte Legislativa para o Brasil e de fato a convocou a 3 de junho de 1822 e a instalou a 3 de maio de 1823.

Nesta primeira assembléia brasileira, cujo fim lastimável ninguém ignora, teve assento o Sr. Costa Carvalho eleito pela província da Bahia onde teve seu berço.

Não sabemos a qual dos dois grupos pertenceu ele na constituinte; mas acreditamos que moço, cheio de fogo e de patriotismo, não podia ter abraçado outro estandarte que não o dos patriarcas da Independência do Brasil, os ilustres irmãos Andradas.

Em 1826 reuniu-se na corte a primeira assembléia geral legislativa dos representantes das diversas províncias do Brasil, como foi determinado pela Constituição jurada a 25 de março de 1824. Nessa ilustre corporação dos mais eminentes filhos das províncias brasileiras figurou o Sr. Costa Carvalho como representante da Bahia que já outrora o tinha mandado à constituinte.

Logo na primeira legislatura ele se distinguiu muito entre seus colegas, de quem seus talentos e dotes oratórios não vulgares alcançaram a honra de ser nomeado presidente da Câmara em 1828, tendo já sido vice-presidente na sessão de 1827.

Terminado o quadriênio da primeira legislatura, procedeu-se em 1829 às eleições de novos deputados, e o Sr. Costa Carvalho ainda pela terceira vez mereceu de sua província natal a honra de representá-la.

Na nova Câmara aberta em 1830 alcançou ele de seus colegas desde logo a mesma consideração que já tinha merecido aos da Câmara passada, pelo que foi escolhido para presidi-la durante toda a sessão daquele ano.

O ano de 1831, que devia ver a terminação do Primeiro Império, estava também destinado para ser aquele em que coubesse ao Sr. Costa Carvalho a mais elevada honra a que pode aspirar um cidadão, a honra de ter em suas mãos o leme do estado, e os destinos de sua pátria.

A abdicação de 7 de abril de 1831 deixou o Brasil acéfalo, porque o príncipe herdeiro da Coroa apenas contava 6 anos. Para dar remédio a tão grave mal reuniram-se logo os senadores e deputados que se achavam no Rio de Janeiro ao tempo da saída do Sr. D. Pedro I, e nomearam uma regência de três cidadãos, que deviam funcionar até a

abertura das câmaras pelas quais foi nomeada a regência permanente ainda composta de três membros.

Nesta entrou com o brigadeiro Francisco de Lima e Silva e deputado João Bráulio Muniz o Sr. Costa Carvalho, que depois de ter com seus colegas lutado corajosamente contra as facções que se levantaram cada dia e a cada canto do império, retirou-se por doente para São Paulo, e não assinou mais papel algum oficial como regente desde 18 de julho de 1833.

Tendo-se reconhecido a necessidade de uma revisão na Constituição que nos regia, e aparecendo em consequência a lei da reforma ou ato adicional que mandava substituir a regência trina pela única, ou de um só indivíduo, resignaram o poder os regentes de 1831, e o Sr. Costa Carvalho, um dos três, embora retirado da administração, foi justamente apreciado pelo país cujos deputados autorizaram em 1835 ao novo regente Feijó para lhe conferir a grã-cruz da Ordem Imperial do Cruzeiro em remuneração de seus serviços.

Em razão de ter estado ocupando o lugar de regente do Império, não pôde ser eleito deputado à 3ª legislatura, e assim tendo deixado a direção dos negócios do país, foi para S. Paulo, onde passou os anos de 1835 e 1836 como diretor do curso jurídico daquela cidade.

Em 1837 foi eleito deputado por aquela província; em 1839 trocou o título de deputado pelo de senador do Império, a que foi elevado pela província de Sergipe, que quis por si só pagar de um modo generoso a dívida sagrada que o Brasil todo havia contraído com aquele homem.

Nem foi somente aquela porção do povo brasileiro a quem o Sr. Costa Carvalho não era ligado por laço algum de família, ou nascimento, quem quis dar um público testemunho de apreço às qualidades cívicas e relevantes serviços prestados ao país pelo regente decaído; S. M. o Sr. D. Pedro II, um ano quando muito depois de sua ascensão ao trono, agraciou-o em 1841 com o título de barão de Monte Alegre, que conservou até 1843 em que foi elevado a visconde do mesmo nome em que esteve até 2 de dezembro de 1854 em que foi novamente elevado a marquês de Monte Alegre que é hoje.

Em 1842 foi nomeado presidente da província de S. Paulo, onde era conhecido e muito estimado, razões por que foi ele de preferência escolhido para aquela comissão, visto que se achava naquele ano abalada por movimentos revolucionários a província que lhe foi confiada.

Esta sua administração ainda mais lhe granjeou a estima dos paulistas que sempre foram seus amigos e admiradores.

Naquele mesmo ano foi o Sr. Monte Alegre nomeado conselheiro de estado extraordinário, passando a ordinário daí a 11 anos, em março de 1853.

Em 1843 recebeu do Senado a honra de presidir a sua sessão; e de S. M. o rei dos franceses a grã-cruz da Legião de Honra por motivo de ter ele assistido como testemunha ao casamento do príncipe de Joinville com A. A. I. a Sr^a D. Francisca.

Em 1848, o visconde de Monte Alegre organizou o Ministério de 29 de setembro e foi presidente do Conselho desde 8 de outubro de 1849 até 11 de maio de 1852, dia em que se retirou do Ministério em que dirigiu os negócios do Império.

Nesse ministério cabe ao Sr. de Monte Alegre parte da acusação que lhe faz o país de não ter feito no período de cinco anos o bem que podia em prol do desenvolvimento intelectual e material de que tanto carecemos. É verdade que subindo ao poder no tempo calamitoso da revolução de Pernambuco, o Ministério de 29 de setembro esteve muito empenhado em destruir aquele terrível flagelo e reparar suas funestas conseqüências.

O Sr. marquês de Monte Alegre é presidente da Sociedade de Estatística do Brasil; da Associação Central de Colonização do Rio de Janeiro; é membro honorário da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; da Academia Imperial de Belas-Artes e de outras sociedades; porém um dos seus títulos que mais o deve ufanar é o de criador da imprensa na província de S. Paulo, em cuja capital fundou o primeiro periódico, denominado *Farol Paulistano*, de que foi redator desde seu aparecimento até julho de 1831.

Como magistrado o Sr. Monte Alegre foi sempre respeitado e tido na maior consideração; parlamentar ele soube granjear o nome que ainda hoje o distingue e foi exatamente na tribuna que alcançou a posição eminente a que mui cedo se elevou e em que se acha hoje colocado; administrador foi sempre reto e justiceiro, tanto quanto prudente e inteligente; enfim, qualquer que seja o lado por onde se encare a sua vida pública, o Sr. de Monte Alegre é sempre um nome respeitável e um vulto venerando.



Libro de Historia Nueva y de Regencia

45 San Loh. y 1000 de Loh

MARQUEZ DE CAZIAS

Marques de Cazias

.....
Tenente-General Marquês de Caxias

Luís Alves de Lima e Silva, 1^o Barão de Caxias, Conde e Marquês do mesmo título, nasceu a 25 de agosto de 1803, no arraial do Porto da Estrela, da província do Rio de Janeiro, e foi batizado na freguesia de Inhomirim, a que o mesmo arraial pertencia. É filho legítimo do falecido marechal-de-campo, senador do Império, Francisco de Lima e Silva, e de D. Maria Cândida de Oliveira Belo, também falecida.

Casou a 6 de janeiro de 1833 com D. Ana Luísa Carneiro Viana, atual marquesa de Caxias, dama honorária de Sua Majestade a Imperatriz, filha legítima do Conselheiro Paulo Fernandes Viana e de D. Luísa Rosa Carneiro da Costa, ambos falecidos.

Seu pai o destinou à mesma profissão das armas que abraçara, e a que se haviam dedicado todos os seus antepassados; pelo que, quando ele apenas contava cinco anos de idade, obteve assentar-lhe praça no 1^o Regimento de Infantaria de linha da corte, a 22 de novembro de 1808, sendo comandante do dito regimento seu avô o Brigadeiro José Joaquim de Lima da Silva.

El-Rei o Sr. D. João VI (então príncipe regente) querendo agraciá-lo, em atenção aos serviços de seu pai e avô, mandou que se lhe contasse tempo de serviço desde o dia da praça, como foi declarado por

Aviso Régio. Completando seus estudos preparatórios, dedicou-se ao do curso de sua arma na Real Academia Militar da Corte; e concluiu-o em 1819, sendo já alferes, havendo obtido aprovações plenas em todas as doutrinas do dito curso. Cedendo à louvável ambição de adquirir conhecimentos teóricos superiores aos especiais de sua arma, deu-se ao estudo do curso de engenharia na mesma academia; e quando só lhe faltavam dois anos para concluí-lo, tendo tido sempre aprovações plenas nos outros estudos, foi escolhido pelo Sr. D. Pedro I, em outubro de 1822, sendo então tenente, para o lugar de ajudante do Batalhão do Imperador, nessa ocasião organizado pelo mesmo Augusto Senhor com aquela denominação, e com o nobre destino de marchar para a província da Bahia, a fim de expedir dali as tropas lusitanas que, sob o comando do brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo, ousavam impugnar a realização da Independência do Brasil, que havia sido proclamada naquele mesmo ano. Nesse pleitear heróico de uma nação que sustentava o nome que havia escrito na lista das nações independentes, o tenente Luís Alves de Lima e Silva traçava pelo seu valor as primeiras letras do nome com que a história do seu país há de apresentá-lo à posteridade.

Depois da gloriosa luta da Independência, o jovem tenente do Batalhão do Imperador, em conseqüência da recomendação especial de seus chefes, e de seu general, teve a satisfação de ver seu nome na lista dos primeiros agraciados com a condecoração da Ordem Imperial do Cruzeiro, no grau de cavalheiro, na mesma ocasião da instituição desta Ordem. Sendo já capitão daquele batalhão, seguiu com ele para Montevideu (então capital província brasileira cisplatina) em junho de 1825, a fim de sustentar a integridade do Império ameaçada pela revolta do general D. Juan Antonio Lavaleja. Nessa porfiosa luta de perto de quatro anos, o capitão Luís Alves de Lima e Silva, na posição de major-de-brigada da coluna da vanguarda, sustentou a reputação que ganhara na guerra da Independência. Entrou em todos os recontros das forças do general Oribe com as imperiais que guarneciam a praça de Montevideu, e dirigiu pessoalmente quase todas as surtidas destas forças contra as sítiantes. Dessas surtidas releva comemorar a em que o capitão Lima, à testa de uma companhia de caçadores, e de algumas guerrilhas a cavalo, assaltou um lanchão armado, e guarnecido por 50 homens do inimigo, que ocultando-se durante a noite no arroio do Pando, saía de dia a

roubar as embarcações mercantes que das outras províncias do Império se dirigiam a Montevideú. Para levar a efeito este arrojado lance, teve de atravessar com iminente risco a linha dos sitiados da praça; mas ele fê-lo com tal sagacidade e fortuna, que não foi pressentido pelas forças do comando do general Oribe, debaixo de cuja proteção estava o lanchão, o qual foi tomado, e toda sua guarnição aprisionada. Este feito de bizzarria, pequeno pela luta, mas grande pela arrojada concepção e execução de seu plano, e pela importância de suas conseqüências para os sitiados, pôs ao peito do Capitão Luís Alves de Lima, que o concebeu e executou, a comenda da Ordem Militar de S. Bento de Aviz. Estabelecida a paz com a Confederação Argentina, teve ele um prêmio de seus serviços a promoção ao posto de major. E, porque não houvesse vaga deste posto em nenhum dos corpos de 1^o linha, aquela promoção teve lugar para o 1^o Regimento da 2^a, ficando porém servindo no Batalhão do Imperador, a que pertencera, até abrir-se vaga neste, o que se deu dentro de poucos meses. Havendo sido por este tempo (1829) criada a Ordem da Rosa, o Major Lima mereceu a honra de ser incluído na lista dos primeiros agraciados com a dita ordem, no grau de cavalheiro. Aparecendo a quadra vertiginosa que produziu a revolução de 7 de abril de 1831, ele não se deixou dominar pelo espírito revolucionário que havia contaminado quase toda a tropa de guarnição à corte. Sem tomar nenhuma parte ativa nas peripécias daquele drama, esperou o desenlace, e as conseqüências dele, no posto de honra em que a força das circunstâncias o colocou pela dupla qualidade de cidadão e de soldado. Depois da abdicação do Sr. D. Pedro I, a tropa, cuja subordinação e disciplina haviam sido profundamente abaladas por doutrinas perniciosas levantadas pelo vórtice revolucionário, ameaçava a permanência da desordem, e o saque à cidade: então o major Luís Alves de Lima, reunindo alguns oficiais seus parentes e amigos, tomou com eles a louvável deliberação de empunharem a espingarda do soldado, e rondarem incessantemente as ruas comerciais da cidade, por serem as mais ameaçadas pela soldadesca desenfreada.

Esta reunião de oficiais regularizou-se, e constituiu-se no corpo que teve a denominação significativa e heróica de – Batalhão de Oficiais-soldados – Soldados voluntários da Pátria. – Deste batalhão foi o major Luís Alves de Lima escolhido 2^o comandante por aclamação de

seus briosos camaradas oficiais soldados, posto houvesse entre eles muitos de patente mais elevada.

Por esse tempo tratou-se da organização e instrução da Guarda Nacional; e o major Luís Alves de Lima foi nomeado seu instrutor-geral, com a gratificação de 50\$000 mensais, que ele cedeu a favor dos cofres públicos, pela delicada consideração de ser então seu pai um dos regentes do Império.

A dissolução da tropa de linha e da policial suscitou ao ministro da Justiça de então, Diogo Antônio Feijó, a idéia de organização de um corpo regular para a polícia da cidade, a que deu o nome de – Municipais Permanentes –; e estando nesse empenho, tendo já 123 homens distribuídos por duas companhias incompletas de infantaria, e meia de cavalaria, convidou o major Luís Alves de Lima para encarregar-se da organização e disciplina daquele corpo; e tendo ele aceitado tal comissão, no mesmo posto de major assumiu o comando do corpo, para o qual afluíram desde logo muitos dos melhores oficiais do Exército, e oficiais inferiores e soldados dos corpos dissolvidos, que ele escolheu dos de melhor conduta que conhecia.

Foi à testa desse corpo de homens escolhidos, único então incumbido da guarda efetiva do sossego público, que seu comandante o major Lima sufocou na Praça da Aclamação a revolta de 3 de abril de 1832, e em Mataporcos a de 17 do mesmo mês e ano, tomando aos revoltosos naquele dia uma peça de artilharia, e neste duas, e aprisionando grande parte deles.

Por estes tempos já lavrara com intensidade o incêndio da revolta na província do Rio Grande do Sul, ateado em 1835. Então o Gabinete de 19 de setembro de 1837 resolveu que um de seus membros fosse ao teatro das operações naquela província, investigar as causas do prolongamento de tão desastrosa guerra civil, e estudar os meios de pôr-lhe termo. O Conselheiro Sebastião do Rego Barros, que, como Ministro da Guerra, fazia parte daquele gabinete, foi o indicado para tal comissão; e o já então tenente-coronel Luís Alves de Lima foi nomeado para acompanhá-lo, a fim de coadjuvá-lo no que pudesse a bem do proficuo desempenho de tão importante comissão. Sem ser desligado do corpo de municipais permanentes, seguiu com aquele ministro para a dita província de Rio Grande do Sul, levando 200 homens das praças

adidas ao corpo de seu comando, por ele engajadas para irem reforçar os desfalcados corpos de 1ª linha que se achavam naquela província. Nessa comissão, desempenhada a contendo do governo, soube o tenente-coronel Lima conquistar por tal modo as simpatias de seus camaradas do exército do Sul, que, depois de sua volta, muitas cartas para aqui dirigidas reclamaram o concurso de seus serviços ali; e até por parte do governo se fizeram instâncias para que ele voltasse ao Rio Grande.

O tenente-coronel Lima, porém, ponderou que, existindo empregados no exército do Sul dez ou doze oficiais-generais de alta patente, não lhe era lícito contar com a abnegação deles, para que se não ressentissem de o verem, com a patente de tenente-coronel, à testa da direção dos negócios da província, em tão melindrosa conjuntura; e que ressentimentos tais não podiam deixar de ser ominosos para o resultado dessa direção. Considerações semelhantes, por ele lealmente feitas ao então regente do Império, conselheiro Pedro de Araújo Lima, hoje Marquês de Olinda, demoveram-no dessa idéia.

Se tão ponderosas razões inibiam o tenente-coronel Lima de ir manifestar nas regiões do sul do Império o zelo que o caracterizava pela manutenção da paz pública e das instituições nacionais, elas não tiveram a mesma força para inibi-lo de o ir fazer nas regiões do Norte. O Maranhão se havia conflagrado, e os negócios ali tinham assumido um caráter assustador, depois que os revoltosos dessa província segunda vez se apossaram da cidade de Caxias, e que suas forças receberam incremento, pelo incremento de sua audácia não reprimida. Então o jovem comandante dos municipais permanentes, que havia sido promovido a coronel a 2 de dezembro de 1839, recebeu a Carta Imperial de 14 do mesmo mês e ano, nomeando-o presidente da referida província do Maranhão, e o encargo de comandar em chefe todas as forças que ali tinham de operar contra a revolta, ficando assim reunidas em uma só pessoa as duas autoridades.

O novo presidente partiu pois para seu destino levando grande número de oficiais de sua escolha para serem empregados na província. Esses oficiais, vendo no crescente prestígio do seu digno companheiro de armas um penhor de mais lisonjeiro futuro, voluntariamente se ofereceram para acompanhá-lo, e para partilharem dos perigos que o esperavam. Chegando a Maranhão, o Presidente achou a popu-

lação, que se conservara fiel, sob a pressão do terror incutido pela fama das atrocidades praticadas pelos rebeldes, os quais em número de dez a doze mil se haviam assenhoreado de todo o centro e sul da província. A capital do Maranhão estava entrincheirada, a artilharia do forte de S. Luís encravada, e a maior parte da riqueza da província depositada a bordo das embarcações mercantes que estavam no porto.

O novo presidente, encarando como de necessidade primária restabelecer a confiança no povo, e a ordem na administração, mandou desencravar a artilharia do forte de S. Luís, e arrasar as fortificações que cercavam a cidade pelo lado de terra; providenciou eficazmente para fazer correr desassombrado o mecanismo administrativo; inspecionou os corpos que tinha de conduzir ao encontro dos rebeldes; cortou os abusos que encontrou na instrução, disciplina, e fornecimento destes, e restabeleceu a regularidade na arrecadação e na despesa dos dinheiros públicos.

Na perseguição dos rebeldes o Presidente reprovou e coibiu o sistema bárbaro, que antes seguiam as tropas legalistas, de vingar cruelmente com crueldades.

Segundo esse sistema atroz, ao prisioneiro rebelde não era permitido quartel. A crueldade para com seus companheiros encarniçava os rebeldes, e lhes infundia a coragem do desespero, preferindo morrer combatendo até a última, ao suplício que contavam como certo se caíssem no poder dos chefes legalistas.

As ordens terminantes do presidente comandante-em-chefe a tal respeito foram religiosamente executadas. A guerra desceu então das alturas de sua ferocidade, e por assim dizer humanizou-se. Os revoltosos, vendo à testa dos legalistas um homem que impunha às suas baionetas o extermínio dos recalcitrantes, e a proteção aos vencidos, começaram a depor as armas, e da rápida redução de suas forças foi consequência a extinção da revolta, e a paz da província. O coronel Luís Alves de Lima, tendo completamente desempenhado a árdua e nobre missão que lhe fora cometida, solicitou do governo imperial sua exoneração dos cargos de presidente e comandante das forças da província, e essa exoneração lhe foi concedida a 2 de abril de 1841. Os seus bons serviços prestados na pacificação da província tendo-lhe merecido a honra de ser nomeado veador das sereníssimas princesas imperiais a 2 de agosto de 1840, tiveram como complemento de remuneração o ser

ele prometido ao posto de brigadeiro, e agraciado com o título de barão de Caxias, a 28 de julho de 1841. A própria província do Maranhão, querendo dar-lhe uma distinta demonstração de apreço pelo relevante serviço de havê-la arrancado da voragem da anarquia, elegeu-o unanimemente seu representante na Câmara dos Deputados. O novo brigadeiro estreou o seu generalato no comando das armas da corte, que o governo lhe confiou em 21 de março de 1842.

A Câmara dos Deputados de que era membro o brigadeiro barão de Caxias foi dissolvida em maio de 1842; e nesse mesmo mês arrebentou a revolta da província de S. Paulo, na cidade de Sorocaba. Aquele general foi logo escolhido pelo governo para reduzir ao grêmio da lei os paulistas. E, pois, recebeu em 18 de maio a missão de comandar em chefe as forças de operações na província de S. Paulo e a carta imperial de 1º vice-presidente da província. Em menos de 24 horas embarcou com destino à cidade de Santos, levando consigo apenas 400 recrutas que deviam servir de núcleo ao exército que foi autorizado a organizar com a Guarda Nacional da província, que foi posta à sua disposição. Chegado a Santos teve notícia de que os revoltados de Sorocaba, na força de mais de 2.000 homens, dirigiram-se sobre a capital da província, da qual estavam distantes apenas três marchas. Imediatamente o general abalou-se com a força de seu comando, e entrou na capital no mesmo dia em que os rebeldes deviam a ela chegar; e deixando aí um dos oficiais do seu estado-maior encarregado de preparar a cidade para defender-se de qualquer empresa dos rebeldes, partiu a encontrá-los, conduzindo dali duas peças de artilharia de pequeno calibre. Usando dos estratagemas da guerra, o general expediu ordens em todas as direções, indicando sua marcha, requisitando às autoridades locais rações para 2.000 homens, que realmente tinha, e dando outras providências que pudessem ocultar aos rebeldes a verdadeira força do exército de operações, suas linhas de marcha, e seu ponto objetivo. A indecisão dos revoltados sobre este objeto fez com que eles não avançassem sobre a cidade, capital, e parassem distante dela duas léguas pouco mais ou menos. O general então tomou posições, e de acordo com o presidente da província, Senador José da Costa Carvalho, hoje marquês de Monte Alegre, tratou de reunir com toda a urgência a Guarda Nacional, e fez cortar as duas pontes que estavam na direção das estradas pelas quais os rebeldes

provavelmente deveriam seguir. Conseguindo reunir em poucos dias uma força respeitável, fez uma arrojada surtida sobre a cidade de Campinas, e passando à retaguarda dos rebeldes sem ser pressentido surpreendeu e derrotou no lugar da Venda Grande, nas proximidades daquela cidade, a força que das Limeiras marchava contra ela que até então se conservara fiel ao legítimo governo. Depois deste feito seguiu imediatamente a atacar as forças que tinha pela frente na direção da cidade de Sorocaba; e fazendo dispersá-las, mandou recolher todo o armamento que entregaram e o que deixaram pelas estradas e matos; e fez com que os indivíduos se retirassem para suas casas debaixo da salvaguarda da anistia que S. M. o Imperador lhes havia concedido.

Estando restabelecida a tranqüilidade pública por esse lado, seguiu o general com toda rapidez para o norte da província onde havia mais de mil rebeldes armados na cidade de Taubaté, e suas imediações; fê-los depor as armas, e marchou imediatamente para os limites da província com a de Minas Gerais. Quando dispunha as cousas para atacar os rebeldes que por aí também haviam aparecido, recebeu ordem do governo para voltar à corte, a fim de marchar para a província de Minas Gerais pela do Rio de Janeiro. Retrocedeu imediatamente e apresentou-se na corte a 23 de julho, deixando inteiramente pacificada a província de S. Paulo.

Aqui teve a distinta honra de receber o decreto, com data do mesmo dia de sua chegada, pelo qual S. M. o Imperador nomeava-o seu ajudante-de-campo, sendo o primeiro a quem essa honra foi conferida pelo mesmo augusto senhor. A 25 de julho, 40 horas depois de haver chegado de S. Paulo, o general barão de Caxias, que já havia recebido a nomeação de comandante-em-chefe das forças de operações da província de Minas Gerais, seguiu a grande marcha para esta província pela estrada do Rio Preto; e reunindo com toda prontidão as forças que existiam inativas em Barbacena, S. João del-Rei, Rio do Peixe, Pomba, etc., marchou com elas em socorro da capital da província, ameaçada pelos rebeldes, que em força de mais de 3.000 homens pretendiam assaltá-la. A marcha do general legalista foi operada com tanta rapidez e perícia que chegou com as forças de seu comando à cidade de Ouro Preto quando as dos rebeldes ainda estavam a uma légua de distância dela. O reforço que recebeu a capital fez os rebeldes desesperarem do êxito feliz

do pretendido assalto, e pois burlados em sua tentativa, mudaram de plano, e seguiram imediatamente para Sabará, onde, postando-se na forte posição do arraial de Santa Luzia, esperaram ataque, que contavam como certo da parte das forças legalistas. O general barão de Caxias não se fez esperar por muito tempo. Abalou-se com as forças que comandava; e no dia 20 de agosto encontrou as dos rebeldes. Travou-se a peleja, que foi porfiosamente disputada por ambas as partes, mas afinal a completa derrota dos rebeldes, e o aprisionamento de todos os principais chefes da revolta, selaram a vitória dos legalistas, e a inteira pacificação da importante província de Minas. O general retirou-se para a corte; e no alto da serra encontrou um próprio, portador do decreto de 29 de agosto de 1842, pelo qual era ele promovido à graduação do posto de marechal-de-campo. A este decreto acompanhava uma confidencial do então ministro da Guerra, o falecido conselheiro José Clemente Pereira, noticiando-lhe que, apenas chegasse à corte, seguiria para a província do Rio Grande do Sul, onde a revolta já durava por espaço de sete anos.

Com efeito, chegando à corte a 22 de setembro, o general recebeu o decreto de 24, e carta imperial de 28 do mesmo mês, que o nomeavam comandante-em-chefe das forças que operavam na dita província do Rio Grande do Sul, e presidente da mesma província. As considerações que haviam sido apresentadas outrora ao regente Pedro de Araújo Lima tinham caído ao impulso do sopro da fortuna; o tenente-coronel Luís Alves de Lima e Silva de 1839 era o marechal-de-campo barão de Caxias de 1842!

Chegando o general à província do Rio Grande do Sul, e pondo-se à testa do mesmo exército, encetou as operações de guerra. Depois de dois anos e meio de assíduos trabalhos, e de repetidos reconcontros, os rebeldes depuseram as armas, restabeleceu-se a paz da província, e todos os rio-grandenses cordialmente se congraçaram. O governo imperial, que já em 11 de setembro de 1843 havia conferido ao general, pelos seus importantes serviços do Sul, a grã-cruz da Ordem de S. Bento de Aviz, elevou-o a 25 de março de 1845 a conde de Caxias, e promoveu-o na mesma data à efetividade do posto de marechal-de-campo em remuneração dos mais serviços que ali acabava de prestar. Os rio-grandenses, gratos ao general que lhes havia restituído a paz, de que es-

tiveram privados por espaço de perto de dez anos, incluíram-no por quase unanimidade de votos na lista triplíce para senador pela sua província; e tiveram a satisfação de ver recair nele a escolha de S. M. o Imperador, feita por carta imperial de 1^o de setembro de 1845.

Releva mencionar aqui que os paulistas não se esqueceram de mostrar sua gratidão ao general que levou a paz à sua heróica província. Estando este no Rio Grande do Sul recebeu em abril de 1844, a convite da Câmara Municipal da cidade de S. Paulo, e o competente diploma para ir tomar assento na Câmara dos Deputados como representante da província em lugar do desembargador Monteiro de Barros, que havia falecido.

A província do Rio de Janeiro também deu por esse mesmo tempo ao seu ilustre filho uma demonstração de seu apreço e confiança e pelos serviços que lhe havia prestado nas crises arriscadas por que passara, conferindo-lhe votos para representá-la na Câmara dos Deputados; e efetivamente convidou-o para tomar assento nesta Câmara na vaga que deixou por falecimento o cônego Januário da Cunha Barbosa. O general não pôde anuir a estes dois convites; inibia-o a árdua comissão em que se achava empenhado. Depois de um ano de pacificada a província, e achando-se sua administração no estado normal, o general conde de Caxias solicitou do governo imperial exoneração dos cargos que ali exercia; e esta exoneração lhe foi concedida por decretos de 8 e 9 de outubro de 1846; sendo nesses decretos louvados os bons e importantes serviços que ele presta na província, promovendo e conseguindo a inteira e completa pacificação dela. Recolhido à corte o general tomou assento no Senado, e continuou no exercício de comandante das armas, lugar que sempre lhe foi conservado, por isso que não foi efetivamente provido enquanto ele desempenhou outras comissões, e do qual só foi exonerado a 21 de setembro de 1849, a pedido seu.

As relações internacionais do Império com as repúblicas ribeirinhas do Prata trouxeram a necessidade da organização de um exército na província do Rio Grande do Sul, a fim de operar contra as forças que, ao comando do general Oribe, sitiavam Montevideú, e contra o general Rosas, governador de Buenos Aires, e chefe da Confederação Argentina.

O governo imperial resolveu fazer escolha do indigitado pela opinião pública; e por carta imperial de 15 de junho de 1851, e decreto de 16 do mesmo mês, foi o general conde de Caxias pela segunda vez

nomeado presidente da província do Rio Grande do Sul, e comandante-em-chefe do exército que ali se devia organizar.

À frente de 20.000 homens das três armas o general penetrou no território da República do Uruguai; e de combinação com os generais Urquiza e Garson, manobrou por tal maneira que o general Oribe, vendo-se, por assim dizer, cercado, depôs as armas, assinando uma capitulação com o general Urquiza. Continuando-se as operações contra o governador Rosas, o general Urquiza, com as forças de seu comando, e uma divisão de 4.000 homens do exército brasileiro, passou o Paraná, invadiu o território da Confederação, encontrou o exército de Rosas a 3 de fevereiro de 1852 sobre o Arroio Moron, caiu sobre ele, e derrotou-o, seguindo-se a essa derrota a fuga de Rosas para fora do país.

Concluída a missão que as forças aliadas tinham por objeto, o exército brasileiro regressou para o território do Império; e aí o general conde de Caxias recebeu do governo por galardão de seus serviços a promoção ao posto de tenente-general em 3 de março de 1852, e a elevação a marquês de Caxias em 26 de junho do dito ano. Chegando à corte foi exonerado dos dois cargos que exercia por decretos de 21 e 22 de julho seguinte.

Depois desta última importante comissão de guerra que o general marquês de Caxias teve de desempenhar, esteve ele três anos no simples exercício de suas funções parlamentares, como senador do Império. A alta administração do país, porém, exigiu dele mais uma prova de dedicação; e o general nunca teve uma negativa para responder a tais exigências, mesmo quando elas importavam sacrifícios. Em junho de 1855 tratava-se de reorganizar o gabinete presidido pelo finado marquês de Paraná, e o general entrou para os Conselhos da Coroa com a pasta da Guerra, por decreto de 14 do dito mês de junho. O Exército recebeu com lisonjeiro entusiasmo a ascensão de seu general ao alto cargo de seu ministro; a imprensa recebeu-a com esperanças fundadas nos precedentes, na dedicação e no patriotismo do general; e o corpo legislativo recebeu-a com não equívocas demonstrações da mais alta confiança que deve inspirar o militar, cuja espada esteve sempre pesando na balança da integridade das instituições, da honra e da dignidade do país. O general marquês de Caxias começou sua campanha administrativa com a mesma energia, a mesma atividade e a mesma boa vontade com que desempen-

hara suas arriscadas tarefas de guerra. Tratou portanto de providenciar logo de conformidade com seu conhecimento prático das necessidades vitais da repartição da Guerra, de fortalecer a disciplina do Exército; de firmar princípios para melhor administração dos dinheiros recebidos e consumidos pelos conselhos econômicos dos corpos; de melhorar a sorte da oficialidade, pelo razoável e indispensável aumento de algumas das vantagens que ela percebia; de criar um centro administrativo do pessoal do Exército responsável pela unidade e regularidade de sua disciplina e instrução; e enfim deu todas essas providências que com lealdade e franqueza expôs ao Corpo Legislativo nos relatórios que lhe apresentou nas sessões de 1856 e 1857.

Nesses trabalhos veio surpreendê-lo a sentida morte do seu íntimo e dedicado amigo o marquês de Paraná, no dia 3 de setembro de 1856, e por decreto desse mesmo dia S. M. o Imperador houve por bem honrá-lo com a presidência do Conselho de Ministros, continuando na pasta da Guerra, cargos que exerceu até 4 de maio de 1857, em que solicitou e obteve exoneração deles, com todos os membros do Ministério a que presidia.

O general marquês de Caxias, além da geral simpatia que havia adquirido no Exército, recebeu do mesmo Exército durante o seu ministério, e tem recebido depois deste, mui lisonjeiras provas daquela simpatia; e cordiais manifestações de agradecimento pelo modo por que sempre pugnou pelos seus essenciais melhoramentos.



Lith. & Marine. Mey & C. Rio de Janeiro

45 cm. Lit.

MARQUÊS D'ALBRANTES

Marquês D'Albrantes

.....

Marquês de Abrantes

En 1796 foi batizado na freguesia da vila, hoje cidade, de Santo Amaro, na província da Bahia, o Sr. Miguel Calmon Du Pin e Almeida, marquês de Abrantes.

Seus pais foram os Srs. José Gabriel Calmon de Almeida e sua mulher D. Maria Germana de Sousa Magalhães.

Mandado para a Universidade de Coimbra, ali aplicou-se e distinguiu-se muito entre seus colegas, pelo que foi premiado e com muita láurea obteve o grau de doutor em leis por aquela Universidade no ano de 1821.

Logo que se formou, o governo português quis aproveitá-lo para a magistratura e despachou-o juiz de fora de Porto de Moz em Portugal; ele porém não aceitou esse lugar e retirou-se em 1822 para o Brasil.

Ao chegar à sua província natal encontrou seus concidadãos exaltados pelos motivos que deram lugar ao grito de nossa independência; tomou partido com eles e ajudou-os no intento de obter aquele grandioso fim.

Por esse tempo achava-se sua província a braços com a luta das tropas do país com as portuguesas por causa de ter sido Inácio Luís Madeira de Melo nomeado governador das armas em substituição a Manuel Pedro de Freitas Guimarães, brigadeiro do Exército e brasileiro.

Os baianos, como era de esperar, tomaram partido por seu patricio, e o Sr. Calmon nessas conjunturas foi nomeado pela vila de Abrantes membro do conselho interino de governo instalado na vila, hoje cidade, da Cachoeira, e esteve firme naquele posto por quase um ano enquanto durou a luta do secretário do mesmo conselho.

Em todos esses movimentos tornou-se bem conhecido em sua província, onde desde logo gozou de grande influência, o que lhe valeu um lugar de seu representante na Assembléia Constituinte em que tomou assento, e da qual era primeiro-secretário no mês em que o Imperador Pedro I a dissolveu.

Nos princípios de 1824 deixou seu país para ir viajar à Europa, por onde se demorou até os fins de 1826.

Durante sua ausência seus comprovincianos não o esqueceram e quando se procedeu à votação para deputados à primeira Assembléia Geral Legislativa no ano de 1825, o nome do Sr. Calmon foi um dos que mais bem aceitos foi, obtendo por isto aquele senhor a honra de ser eleito deputado.

Em 1827 tomou assento na Câmara dos Deputados, e no fim dessa sessão foi chamado pelo imperador aos Conselhos da Coroa.

Nesse ministério em que ocupou a pasta da Fazenda, ele deu execução à lei que fundava a dívida flutuante, e organizou a Caixa de Amortização da dívida pública fundada. Foi esse o tempo calamitoso de nossa guerra com Buenos Aires, em que o governo teve de lutar com mil embarços, e não podia distrair a atenção para outro lado.

Demitindo-se em 1828 com mais quatro de seus colegas de ministério, o Sr. Calmon voltou ao seio da representação nacional, mas no fim da sessão desse mesmo ano o Imperador precisou de seus serviços e chamou-o novamente ao Ministério da Fazenda. Nessa pasta serviu até 1829, em que foi dela transferido para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, no qual permaneceu até 1830, quando pediu e obteve sua demissão.

O Sr. D. Pedro I não quis que seus serviços pela Independência e pelo Império fossem olvidados, e como remuneração deles condecorou-o com a dignitária da Ordem Imperial do Cruzeiro, e com a grã-dignitária da Ordem da Rosa no mesmo dia em que esta ordem foi criada.

A importante figura que fez na Câmara dos Deputados, em que logo se distinguiu como um de seus mais belos talentos oratórios, não podia jamais ser esquecida por seus comprovincianos, tão apreciadores e aproveitadores dos homens distintos; nas eleições pois a que se procedeu para deputados à segunda legislatura foi o Sr. Calmon reeleito pela Bahia.

Nos primeiros anos dessa legislatura, em princípios de 1831, partiu ele para a Europa com o fim de viajar. Achava-se portanto longe de sua pátria quando o povo amotinado levou o primeiro imperador a abdicar em seu filho o trono que os brasileiros lhe tinham dado. Esta importantíssima notícia foi surpreender bem longe do Brasil ao Sr. Calmon, que, sabendo ao mesmo tempo de todos os movimentos que agitavam seu país depois da abdicação, regressou da Europa e veio tomar assento na Câmara dos Deputados nas sessões de 1832 e 1833, em que muito apareceram seus dotes oratórios, ainda hoje mui justamente reconhecidos e respeitados.

Não foi reeleito para a terceira legislatura, por isto encerrou-se na Bahia durante os anos de 1834, 1835 e 1836; mas por esse tempo não esteve ocioso, antes buscou quanto pôde ser útil a seu país aconselhando a criação das Sociedades de Agricultura e de Colonização, que foram com efeito fundadas, e que o elegeram seu presidente.

A organização dessas sociedades não era nem podia ser naqueles tempos um fato de grande significação que chamasse a atenção do país; hoje, porém, que as cousas estão tão mudadas, é que se pode apreciar todo o seu valor, e votar sinceros agradecimentos aos autores daquela idéia tão útil quanto vantajosa.

O governo da Regência não quis deixar esquecido o Sr. Calmon; precisando de um presidente para a província da Bahia lançou mão dele, nomeando-o para aquele lugar em 1835.

O Sr. Calmon porém não quis aceitar a honra de presidir sua província natal, pelo que o mesmo governo despachou-o em 1836 ministro plenipotenciário do Brasil junto à corte de Viena da Áustria, lugar que ele ainda recusou aceitar.

Nesse ano houve no Senado uma vaga pela província da Bahia; o Sr. Calmon apresentou-se candidato a ela e obteve entrar na lista tríplice; o governo porém escolheu a outro para preencher o dito lugar.

Em 1837 tomou assento na câmara temporária em qualidade de deputado suplente, e nesse posto concorreu com seus colegas para a resolução que tomou o Regente Feijó de resignar o poder que lhe fora confiado, e que de fato passou às mãos do ministro do Império, Pedro de Araújo Lima, depois confirmado naquele alto lugar.

Por ocasião desta alteração política o Sr. Calmon deixou o retiro em que tinha vivido desde 1834, e veio pela vontade do novo regente interino ocupar um lugar no ministério de 19 de setembro daquele mesmo ano.

Nesse ministério ocupou a pasta da Fazenda e teve juntamente com seus colegas de ver-se em sérios embaraços, porque a revolução do Rio Grande do Sul continuava sempre terrível menos por força que lhe fosse própria, do que pela que se lhe emprestava da corte, enfraquecendo-se as armas da legalidade com ordens e disposições inqualificáveis.

Nem foi este o único embaraço oposto à marcha do ministério de 19 de setembro; na Bahia rebentou a 7 de novembro daquele mesmo ano a revolta que proclamou independente o Estado da Bahia até à maioria do Sr. D. Pedro II, e no Maranhão rebentou a guerra dos balaios, tão terrível pelos atos de atrocidade que cometiam aquelas tropas desenfreadas.

Apesar de tudo isto o governo foi continuando e trabalhando quanto era possível não só por desafogar o país dos horrores da guerra, como por avançar alguma coisa em sua administração.

O ministro da Fazenda por sua parte não esteve descansado durante esse tempo calamitoso; foi em sua administração que se encetou e regulou a emissão dos bilhetes do Tesouro.

Durante esse seu ministério vagou pelo Rio de Janeiro uma cadeira no Senado; ainda se propôs a ela e entrou na lista triplíce, mas pela segunda vez foi deixado de parte, sendo outro o escolhido.

Em 1839 deixou o ministério que ocupara desde 1837 e retirou-se para a Bahia donde em 1840 propôs-se candidato a uma vaga do Senado pela província do Ceará.

Desta vez foi mais feliz. O Ceará, que nunca o tinha visto, nem recebido dele o menor benefício, incluiu-o na lista triplíce para seu senador, e o Regente, querendo dar àquela província um representante capaz de fazer-lhe todo o bem e advogar com toda a vantagem os seus

palpitantes interesses, escolheu-o para aquele lugar, donde se grandes bens não tem feito à província que representa é porque não tem absolutamente podido, em vista das péssimas condições naturais daquela parte do Brasil, que não podem de modo algum ser reparadas, nem mesmo melhoradas.

Poucos dias depois da aclamação do Sr. D. Pedro II tomou o Sr. Calmon assento no Senado brasileiro, sendo por este tempo convidado por aquele augusto senhor para fazer parte do Ministério que então se organizou, e no qual não entrou por ter S. M. I. aceitado a escusa que solicitara.

Nesse mesmo ano casou no Rio de Janeiro com a Sr^a D. Maria Carolina da Piedade Bahia, filha do Sr. Comendador Manuel Lopes Pereira Bahia, hoje barão de Meriti.

Logo que foi dissolvido o Ministério da Maioridade, e teve-se de organizar outro, S. M. convidou novamente ao Sr. Calmon para fazer parte deste, convite que ele aceitou, encarregando-se ainda da pasta da Fazenda.

Durava ainda por esse ano a revolução do Rio Grande do Sul, e para mais complicação rebentou em Minas e S. Paulo a revolta que, embora sopitada logo em seu começo, não pouco custou contudo ao Ministério, que teve de exercer sobre os seus chefes mais influentes perseguições desculpáveis pelas circunstâncias em que uns e outros se achavam colocados.

Em 1843 retirou-se o Sr. Calmon do Ministério, e no mesmo ano foi nomeado conselheiro de estado ordinário.

Em 1844 foi encarregado pelo governo imperial de uma missão especial a Berlim, cujo fim era negociar um tratado de comércio com o Zollverein, e conquanto essa missão não tivesse o desejado efeito, não perdeu o nosso encarregado o seu tempo, tendo obtido por meios indirectos que o Parlamento inglês revogasse a cláusula que havia proibido o consumo do açúcar produzido por trabalho escravo; cláusula que, como é fácil reconhecer, prejudicava muito profundamente aquele importante ramo do nosso comércio.

Regressando ao Brasil em 1847 tem o Sr. Calmon continuado a servir ao país e ao monarca no Senado e no Conselho de Estado, e a prestar outros serviços de não pequena utilidade pública, como presi-

dente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e da Mesa do Recolhimento de Santa Teresa para asilo da infância desvalida; comissário do governo no Instituto dos Meninos Cegos; presidente da Comissão Promotora do Instituto dos Surdos-Mudos; provedor da Santa Casa da Misericórdia e presidente da Imperial Academia de Música Nacional.

Por graça imperial foi nomeado em 1849 visconde de Abrantes, com grandeza, e em 1854 marquês do mesmo título.



L. de Souza

SA. D. de Souza

OS CONTEMPORANEOS

Bispo do Rio de Janeiro

Alonso de Albuquerque

do Rio de Janeiro

.....

Bispo Conde de Irajá

V

amos dizer duas palavras sobre uma vida calma e feliz; sobre um dos mais ilustres varões que têm visto a luz da existência no abençoado Império do Brasil.

O Sr. D. Manuel do Monte Rodrigues de Araújo é um dos brasileiros que mais estima, respeito e veneração tem sabido granjear de seus patrícios e de todos que o têm conhecido; seu nome é um título de consideração a que se curvam os grandes e os pequenos, os sábios e os ignorantes; porque aos primeiros fascina com o brilho de seu imenso saber e profunda ciência, e aos segundos atrai com os tesouros da mais bela das virtudes, a caridade, que enche seu nobre coração, sempre disposto a fazer o bem e a lançar o bálsamo da consolação sobre as chagas que acabrunham e dilaceram o espírito de seus irmãos infelizes.

O Brasil deve ufanar-se de possuir em seu seio um homem em quem se reúnem e dão as mãos, para bem da humanidade e do sofrimento, uma ciência e erudição não vulgares e uma virtude angélica tão rara em nosso século, tão rara em nosso país, e muito mais rara ainda em nosso clero desconceituado, e diremos mesmo desmoralizado.

Nós que o não conhecemos de perto, mas que o conhecemos bastante pelas provas públicas que tem dado de sua ciência e de seu saber, e pela voz eloquente de milhares de infelizes que nunca o encontraram surdo a seus sofrimentos; nós que nunca recebemos dele favor,

ou obséquio, sentimo-nos orgulhosos de termos de lançar neste pequeno artigo as primeiras pedras de sua importantíssima biografia; e quando, estudando atentamente as páginas de sua vida voltada ao estudo e à beneficência, soubemos que esse brasileiro ilustre nunca deixou seu país natal, e nele se fez tão grande quanto é, cresceu muito mais de grau o nosso orgulho; porque é uma prova viva de que no Brasil, com os recursos que se tem nesta nação tão jovem, tão criança, já se pode um homem tornar célebre, pelas letras e célebre pela religião.

Os grandes homens dão nome e honram aos lugares em que nascem, e entre nós, que há míngua e falta deles, maior motivo tem para se ensoberbecer de ter servido de berço a esse de quem ora nos ocupamos a muito ilustre e já muito conhecida província de Pernambuco. Foi ali com efeito que nasceu em 1798 o Sr. D. Manuel de Monte, filho legítimo do negociante João Rodrigues de Araújo e de D. Catarina Ferreira de Araújo.

Desde que chegou à idade de poder aplicar-se aos primeiros estudos, seus pais não pouparam coisa alguma capaz de tornar a mais completa possível sua educação literária. Como é muito geral e muito comum entre nós, e principalmente na parte norte do Império, os desejos mais ardentes daquele casal foram que seu filho seguisse a vida sacerdotal; e por isso o confiaram aos cuidados dos padres da Congregação do Oratório, logo que fez no Recife os seus primeiros estudos.

Com esses padres estudou o Sr. Manuel do Monte filosofia, racional e moral, e estudou matemáticos com os religiosos carmelitas.

Continuava o Sr. Monte os seus estudos na cidade do Recife, quando no ano de 1817 rebentou naquela cidade a célebre revolução que arvorou os estandartes da República do Equador, e que tão belas existências crestou sem nenhum proveito resultar daí para o país. Em vista deste acidente inesperado o Sr. Monte deixou aquela cidade, foco principal das desordens que se seguiram à revolução, e passou à cidade de Olinda em companhia de seu irmão mais velho, que tanto como ele pretendia dedicar-se à carreira eclesiástica.

Em Olinda foram os dois irmãos para o seminário episcopal daquela cidade com o fim de se prepararem para satisfazer os desejos de seus pais, e talvez a suas próprias inclinações. Ali o Sr. Monte repetiu alguns estudos que havia feito no Recife e entrou logo no curso de teolo-

gia do seminário, onde, por sua inteligência, aplicação ao estudo e boa conduta, teve logo muita aceitação e gozou de grande estima entre os lentes, de modo que apenas concluiu o último ano de teologia, foi encarregado de reger a cadeira de teologia moral, durante a ausência do lente proprietário que se achava com licença.

No seguinte ano chegou o Sr. Monte ao fim desejado de seus trabalhos escolares, e deu à sua mãe o prazer de satisfazer a sua vontade, realizando sua ordenação de presbítero. A ordenação não pôde ter lugar em Olinda, porque naquele tempo achava-se vaga a diocese de Pernambuco; em vista disto veio o Sr. Monte ao Rio de Janeiro e recebeu a unção sacerdotal das mãos do digno prelado que então era bispo desta diocese, o Exm^o Sr. D. José Caetano da Silva Coutinho.

Este fato teve lugar a 17 de fevereiro de 1822, e logo que o Sr. Monte recebeu unção sacerdotal, partiu para sua província, onde obteve em propriedade a cadeira de teologia moral, que já interinamente havia regido, em cujo concurso mostrou que havia de ser um dia um dos mais brilhantes talentos do nosso clero.

O novo padre e novo lente dividiu sua existência no desempenho dos deveres que aqueles dois cargos lhe impunham e assim se conservou até que um acontecimento inesperado veio modificar seu teor da vida; a província que o viu nascer e desenvolver em seu seio sua poderosa inteligência quis mostrar-lhe que Pernambuco sabe animar e acoçoar os esforços de seus filhos, tanto quanto galardoar seu merecimento, elegendo-o seu representante à Assembléia Geral Legislativa. Por esse motivo deixou o Sr. Monte sua província e veio em 1837 para o Rio de Janeiro onde se fez logo muito conhecido e notado como clérigo instruído e virtuoso; o que levou o Regente, em nome do Imperador, a escolhê-lo de preferência a qualquer outro para ocupar a cadeira episcopal da diocese do Rio de Janeiro, vaga por morte de seu bispo.

Esta escolha tão lisonjeira para o Sr. Monte, quanto feliz para os diocesanos do Rio de Janeiro, foi feita por decreto de 10 de fevereiro de 1839, e confirmada pelo Sr. Pontífice Gregório XVI, por bula de 23 de dezembro do mesmo ano.

Logo que terminou a legislatura a que pertencera por eleição de Pernambuco, e que se procedeu à eleição para a seguinte, o Rio de Janeiro apressou-se em escolhê-lo para seu deputado, e conquanto nunca

mais o reelegesse por não ser ele homem que servisse para as lutas políticas, não deixou contudo esta província de mostrar-lhe sempre todo o acatamento e respeito que é devido a suas eminentes qualidades.

O bispo do Rio de Janeiro não confia a pessoa alguma os negócios de sua diocese; por si mesmo faz tudo, e tudo quer ver e decidir segundo seu modo de pensar; é para lastimar que um homem tão distinto e tão bem intencionado não seja dotado de um pouco de energia com que pudesse fazer frente e destruir esses concertos de vícios e imoralidades que por todo o país lavram sobre o clero, mas que sem dúvida em nenhuma parte com tanta força como no Rio de Janeiro.

Um bispo deve ter um coração bom, caridoso e sempre disposto a desculpar e a perdoar, como o tem o Sr. D. Manuel; mas um bispo para ser completo deve ter também muita energia e severidade, para não permitir que o rebanho que foi confiado, e principalmente que os pastores que dirigem esse rebanho e que estão debaixo de suas ordens, se desmandem da senda do dever e animem com seus exemplos e inclinação tão pronunciada do século para a incredulidade, e mesmo para a impiedade.

Esta última qualidade feita completamente ao bispo do Rio de Janeiro não é culpa dele; dotado de um coração eminentemente cristão, ele não sabe ter palavras ásperas para ninguém; quer corrigir com seus exemplos de virtude e com seus sábios conselhos, e esse é todo o seu erro; porque os homens que não são naturalmente bons, uma vez desviados do bom caminho, não voltam a ele senão pelo receio do castigo, e conquanto este móvel não possa fazer bons clérigos, fará contudo que eles não dêem escândalos públicos que partindo dos guardas da religião lhe tiram todo o prestígio aos olhos das massas, que a vêem senão nos atos de seus ministros sagrados pela Igreja.

S. M. o Imperador tem estendido sobre o Sr. Bispo do Rio de Janeiro sua magnificência nomeando-o capelão-mor de sua augusta pessoa e família, dando-lhe o título de Conde de Irajá e condecorando-o com diversas ordens nacionais.

O SS. Padre Pio IX nomeou-o seu prelado doméstico e assistente do sólio pontifício.

S. Ex^a Revma., além de todos os bens que tem feito à sua diocese, prestou a todo o país um grande valor publicando, em graça do clero brasileiro e no empenho de ampliar sua ilustração, diversas obras, como são o muito afamado *Compêndio de Teologia Moral*, e os *Elementos do Direito Canônico*.

OS CONTEMPORANEOS



En el Museo de la Academia

A. S. L.

CONDESSIMO D. DE SOUSA FRANCO

Bernardo de Sousa Franco

.....

Bernardo de Sousa Franco

Bernardo de Sousa Franco, filho legítimo do negociante matriculado da província do Pará, Manuel João Franco, e de sua mulher D. Catarina de Sousa Franco, nasceu na capital da mesma província em 28 de junho de 1805.

Freqüentando as aulas de preparatórios, quando sob a sábia direção do atual arcebispo da Bahia cursava a de Lógica, foi em 27 de maio de 1823 pronunciado e preso, por se ter envolvido na luta da independência da província, e remetido para Portugal a bordo da galera *Andorinha do Tejo*, com 257 outros independentes, parte dos quais faleceu na viagem à fome, sede e outras privações. Os que escaparam, tendo sido recolhidos à fortaleza de S. Julião, foram daí soltos poucos dias depois da sua chegada, e o jovem paraense voltou à sua pátria em fevereiro de 1824.

Deu-se então ao comércio; mas bem depressa a sua vocação pelas letras o fez deixar essa carreira, para continuar a cultivar o talento de que era dotado na Academia de Olinda, onde se matriculou no ano de 1831, e tomou em 1835 o grau de bacharel em Direito, tendo durante todo o curso distinguido-se já nas aulas, obtendo o primeiro prêmio exclusivo no primeiro ano e nos seguintes, já na imprensa, redigindo com suma habilidade alguns jornais, como a *Voz do Beberibe* e *Diário de Pernambuco*.

Voltando ao Pará em março de 1836, assistiu ainda em parte à luta contra os rebeldes que assolaram a província, e serviu de procurador fiscal da tesouraria desde junho de 1836 até 16 de agosto, em que foi nomeado juiz do cível da capital.

Neste intervalo foi nomeado presidente da província do Pará, em substituição do general Andréia; e, embora jovem e sem prestígio, tendo tomado posse no dia 8 de abril de 1839, pôde manter a ordem ameaçada e acabar de subjugar a rebelião que, durante sua curta, mas vigorosa administração deu os últimos arrancos nos campos de Ecuipiranga e Monte Alegre, e no rio Acará, sendo desde então que se pôde dizer pacificada a província; e deixou as rédeas da administração em fevereiro de 1840, reassumindo-as de novo como vice-presidente em fevereiro de 1841, pelo falecimento do vice-almirante Tristão Pio dos Santos, para as tornar a deixar em abril de 1842. As muitas obras que então aí se começaram, e a regularidade e economia na arrecadação e dispêndio das rendas públicas, são o testemunho da boa administração, que lhe granjeou na província a imensa popularidade de que ainda goza.

Querendo o governo dar-lhe um testemunho do alto apreço em que tinha os seus serviços, por ocasião da coroação de S. M. o Imperador nomeou-o comendador da Ordem de Cristo.

Depois desta época, entregue todo aos trabalhos da magistratura e parlamentares, apenas teve a interrupção da curta presidência da província das Alagoas, de junho a dezembro de 1844, em que atacado na capital por forças superiores, ao mando do chefe das matas Vicente Ferreira de Paula, puderam os revoltosos forçá-lo a retirar-se para bordo de um navio de guerra; não conseguindo porém arrancar-lhe nenhuma das concessões que exigiam à ponta dos bacamartes e dos punhais dos sicários das matas de Jacuípe.

Já desde 1842 o conselheiro Sousa Franco, que andara aliado aos moderados de 1831 a 1837, e aos reorganizadores de 1838 em diante, tinha-se recolhido de novo às fileiras do partido progressista, no propósito de opor barreira aos excessos do partido conservador; e foi nestas fileiras que o país o viu distinguir-se nas sessões de 1844, de 1848, e principalmente na de 1850, quando em unidade na câmara sustentou a discussão contra todos os membros, tomando a palavra todos os dias, e mais de uma vez por dia, e em todas as questões.

Os estudos de parlamentar o haviam lançado de preferência nas questões financeiras e comerciais; das quais se alguma vez saiu para com distinção e brilho tratar de questões importantíssimas, como a da maioridade e da lei das terras, em que fez notáveis discursos, era para voltar de novo aos seus estudos favoritos – os financeiros.

Chamado aos conselhos da Coroa em 31 de maio de 1848, fazendo parte do Ministério Paula e Sousa, ocupou por quatro meses, até 29 de setembro, a pasta dos Negócios Estrangeiros, e interinamente por todo o mesmo mês de setembro a da Fazenda.

Durante a sessão das câmaras nesse ano, que foi tempestuosa e difícil, o conselheiro Sousa Franco sustentou na primeira linha os atos do Ministério de que fazia parte, e firmou a reputação de estadista e de parlamentar distinto que depois em 1850 lhe mereceu a glória de ser um dos principais chefes do partido progressista, e hoje do conciliador.

Foi em 1853 que pela primeira vez, depois de 16 anos de vida parlamentar e de eleições sucessivas, contra os esforços até das autoridades, que por vezes, como em 1840, 1842 e 1849, lhe foram infensas na província, repellido da câmara temporária, para a qual fora o único eleito do partido progressista, liberal ou luzia, teve de retirar-se à vida privada. Aí mesmo porém o acompanhou a popularidade de que gozava, e que se aumentara com a injusta rejeição de sua eleição, e o novo advogado teve o patrocínio das principais demandas do foro do Rio de Janeiro, e por clientes a maioria do corpo do comércio desta importante praça da América meridional.

Não tinha porém de durar muito a sua retirada da vida política; e dois anos depois, em 1855, reapareceu na câmara temporária como deputado, por falecimento do que o era, e foi dos primeiros a apoiar com sua voz poderosa os princípios da moderação e concórdia proclamados pelo gabinete de que era chefe o marquês de Paraná, pugnando contudo para que eles se tornassem reais e efetivos, passando a administração do primeiro período, o da confusão dos partidos e amortecimento das paixões, para o do progresso e reformas exigidas pelo país.

Havia no ano antecedente falecido o senador pelo Pará, conselheiro de estado José Clemente Pereira; e os paraenses, dando mais uma prova do apreço em que tinham o seu ilustrado patricio, o apresen-

taram em primeiro lugar na lista tríplice, da qual o escolheu a Coroa no dia 5 de junho de 1855, que fora o mesmo da chegada do vapor do Norte em que veio essa lista. A Coroa manifestou por mais este ato de justiça e apreço que faz do estadista paraense, e quanto conta com os seus serviços em prol do Império, e firme dedicação à sagrada pessoa do Monarca.

No Senado continuou o conselheiro Sousa Franco a abundar em provas de que os seus princípios de conciliação eram sinceros; e os seus discursos, ainda os de opposição, revelavam a moderação que é própria de um senador, e a convicção de que só o respeito recíproco às opiniões e pessoas pode dar em resultado o amortecimento das paixões políticas, e a regularidade da administração no sentido dos interesses gerais da nação, como é indispensável para a prosperidade e grandeza do império.

Foi nesta posição que, chamado de novo aos Conselhos da Coroa no dia 4 de maio de 1857, aliou-se com o Sr. Jerônimo Francisco Coelho ao respeitável ancião o sr. marquês de Olinda, e mais colegas, o sr. visconde de Maranguape, Pereira de Vasconcelos e Saraiva, para dirigirem os negócios públicos segundo os patrióticos desejos da Coroa, de ver reunidos em uma família os brasileiros todos, e somente preferidos a capacidade e os serviços, sem atenção às opiniões políticas anteriores.

O que o ministro da Fazenda, por sua parte, tem feito neste propósito está patente a todos; e todos os homens de boa-fé confessam que nunca deixou de consultar nos seus atos os verdadeiros interesses do país, e servido o monarca com uma lealdade e dedicação digna de ser apreciada.

Esses atos estão por tal sorte recentes na memória de todos, que não é preciso recordá-los. Progressista em finanças, o conselheiro Sousa Franco tem sabido adotar as vantagens do progresso sem os perigos das bruscas inovações; o crédito, desenvolvido por meio da criação dos estabelecimentos bancários, o foi contudo com tão grave madureza, que a crise financeira que sobreveio no mundo comercial não encontrou o Império envolvido nessas excessivas especulações, que têm sido uma das principais causas dos desastres de muitas outras praças comerciais.

Sobre os serviços que o ministério atual, pelo seu ministro da Fazenda, o Conselheiro Sousa Franco, tem feito ao país e ao monarca durante a crise financeira por que vamos passando, já preparando em Londres, com grande antecedência, os fundos necessários para as despesas exteriores, ordinárias e extraordinárias, e já dando a mão ao Banco do Brasil, e o dirigindo nas medidas que deve tomar para salvar a praça do Rio de Janeiro, e com ela as mais do Império, das calamidades porque passaram as dos Estados Unidos, Hamburgo, e até certo ponto a da soberba e riquíssima Londres; sobre tão avultados serviços, dizemos nós, deixamos que falem os fatos, os comparativamente suportáveis embaraços da praça, e a confiança que renasce entre os comerciantes.



A. Sauer del. e lith.

Lith. de M. B. de J. de J.

CONSELHEIRO C. BAPTISTA D'OLIVEIRA

C. Baptista d'Oliveira

.....

Cândido Batista de Oliveira

Nasceu Cândido Batista de Oliveira, na cidade de Porto Alegre, província de S. Pedro, aos 15 de fevereiro de 1801; sendo seus pais Francisco Batista Anjo, natural de Portugal, e D. Francisca Cândida de Oliveira, nascida na mesma província acima referida.

Destinado por seu pai à vida eclesiástica, foi mandado para o seminário de S. José desta corte, no ano de 1817; e reconhecido ele que a sua vocação o não chamava para o sacerdócio, partiu daí para Coimbra, no ano de 1820, onde seguiu os estudos que fazem objeto das faculdades de matemática, e de filosofia, tomando o grau de bacharel formado na primeira no ano de 1824.

Havendo concluído os seus trabalhos acadêmicos, retirou-se de Coimbra para Lisboa, onde lhe dera honrosa hospedagem o seu dedicado amigo marquês de Alegrete, Luís Teles da Silva. Aí se demorou por alguns meses, até que lhe chegaram do Rio de Janeiro as ordens precisas para ir à França, com o intuito de aperfeiçoar-se nos conhecimentos que adquirira na Universidade de Coimbra.

Saindo de Lisboa, chegou a Paris no mês de abril de 1825, onde permaneceu cerca e dois anos, empregados em visitar todos os estabelecimentos de instrução pública, freqüentando com especialidade os casos da escola politécnica (obtida para esse fim a necessária permissão

do governo francês), na qual era professor de astronomia o distinto sábio Arago, que o honrou com a sua amizade.

Não lhe sendo possível visitar nessa ocasião a Inglaterra e a Alemanha, como desejava, regressou ao Rio de Janeiro no começo do ano de 1827; e foi imediatamente nomeado lente substituto da Academia Militar (sendo ministro da Guerra o finado marquês de Lajes), passando pouco tempo depois a ser proprietário da cadeira de mecânica racional.

Do ano de 1830 em diante foi o lente de mecânica da Academia Militar distraído das funções do magistério em diversas ocasiões, sendo chamado a prestar serviços em comissões importantes: tomando nesse ano assento na Câmara dos Deputados, como representante da província de S. Pedro, que o havia honrado com a eleição de deputado para a segunda legislatura.

No ano de 1831, depois de encerrada a tormentosa sessão legislativa, na presença das ocorrências extraordinárias que perturbaram profundamente o estado político do país, retirando-se da corte o Deputado Batista de Oliveira, com o intuito de ir restabelecer a sua saúde, consideravelmente arruinada, na província de S. Pedro, foi daí chamado pouco tempo depois, pelo governo da primeira regência, na menoridade de Sua Majestade o Senhor D. Pedro II, para ocupar o novo e importante emprego de inspetor-geral do Tesouro Nacional. (Criado pela lei que nessa época reformara esse estabelecimento e suas dependências, sendo ministro da Fazenda o finado Senador Bernardo Pereira de Vascelos, então membro da câmara temporária.)

Entre os melhoramentos úteis que fizera adotar nas repartições fiscais, cumpre notar a criação do serviço especial da esterometria, desconhecida até então nas nossas alfândegas; uma nova fórmula de arqueação dos navios mercantes para regular o pagamento do imposto de ancoragem; e a sistematização dos pesos e medidas nacionais, tendo por colaborador neste trabalho o finado visconde de Jerumirim, então inspetor-geral da caixa da amortização.

Na sessão de 1831, ocupando-se a Câmara dos Deputados de providenciar acerca da introdução da moeda falsa de cobre na circulação monetária do Brasil, a qual havia já tomado proporções ameaçadoras, sugeriu o Deputado Batista de Oliveira a idéia de permitir-se aos possuidores dessa moeda que a depositassem nas estações públicas designadas

pelo governo, onde recebessem conhecimentos dos respectivos depósitos, os quais fossem provisoriamente recebidos como moeda corrente nos pagamentos legais, e pudessem transferir-se por meio de endosso; devendo por outra parte ser essa disposição acompanhada da fixação do máximo pagamento legal, em moeda de cobre, na quantia de mil-réis.

Esta medida simples e prática, não obstante ter sido menos convenientemente modificada pela câmara, na parte relativa ao recolhimento da moeda de cobre, pôs termo a esse mal que flagelava o país.

Foi ainda nessa sessão que o mesmo deputado, fazendo parte da comissão denominada de *meio circulante* de acordo com os seus dois colegas, propôs a medida da fixação do novo padrão monetário, na razão de *dois mil e quinhentos réis a oitava de ouro de 22 quilates*, para servir de regulador na circulação monetária do país, e facilitar nessa parte a criação de um banco, que, além de outras incumbências, tivesse especialmente a seu cargo uniformizar o meio circulante em todo o império.

Causas que não cabe aqui apreciar devidamente fizeram que deixassem a administração da Fazenda no ano de 1834, tanto o inspetor-geral do Tesouro, como o digno ministro, com quem servira aquele, na mais perfeita harmonia e recíproca confiança.

Encerrada a sessão legislativa do ano seguinte, em cujos trabalhos tomou parte o conselheiro Cândido Batista de Oliveira, ainda como deputado pela província de S. Pedro, quando se dispunha a retirar-se para esta província com a sua família, chegou ao Rio de Janeiro a infausta notícia de haver ali rebentado no dia 20 de setembro desse ano (1835), a deplorável revolução, que durante cerca de 10 anos flagelara essa interessante parte do império; e não obstante as antigas relações pessoais que o ligavam ao coronel Bento Gonçalves da Silva, chefe dessa revolução, não hesitou ele em aceitar de bom grado a nomeação de ministro residente junto à corte da Sardenha, devida à intervenção de prestimosos amigos, com o fim de o tirarem da grave situação em que se achava, na presença de uma administração que lhe era desafeta.

Chegando a Turim no mês de junho de 1836 em companhia de sua família, recebeu logo no seguinte mês de agosto exoneração do seu posto de ministro residente; retirando-se daí para Paris, onde permaneceu até meado do ano de 1837.

Regressando ao Rio de Janeiro na ocasião em que o Regente Feijó, renunciando ao poder, confiou o supremo governo do império, na forma da Constituição, ao Exm^o Sr. Conselheiro Pedro de Araújo Lima, atualmente marquês de Olinda, foi o ex-ministro residente da Sardenha novamente chamado para ocupar o seu antigo posto de inspetor-geral do Tesouro Nacional.

E em abril de 1839 o digno regente, em nome de Sua Magestade o Imperador, honrou com a sua confiança o inspetor do Tesouro, chamando-o a fazer parte do Ministério, que então se organizara em circunstâncias difíceis, substituir o ministério, denominado de 19 de setembro, encarregando-se ele ao mesmo tempo das pastas dos Negócios Estrangeiros e da Fazenda.

A situação dos negócios públicos em que estreara a direção de duas repartições administrativas, sob a pressão de graves dificuldades, nascidas de embaraços domésticos e internacionais, não era por certo azada para que o novo ministro pudesse realizar nelas todo o seu pensamento em matéria de administração: e apenas pôde ele, no curto prazo do seu ministério, atender às mais urgentes necessidades do serviço.

Na repartição dos negócios estrangeiros teve a boa fortuna de restabelecer pelos seus atos a boa inteligência entre o governo imperial e o da Grã-Bretanha, a qual havia sido profundamente abalada em consequência das questões sempre desagradáveis sobre o tráfico dos africanos; e, como que lendo no livro do futuro, provocou ele nessa quadra a celebração de novas convenções sobre este objeto, por meio de um memorando dirigido ao governo britânico. E posto que esse passo do providente ministro brasileiro fosse então recebido com demonstrações de não equívoco desfavor da parte da opinião então dominante, foi ele depois plenamente justificado pelas sérias ocorrências que induziram o governo imperial a tomar esse objeto na devida consideração.

Pelo que respeita à repartição da Fazenda, não se descuidou o mesmo ministro de dar provas das suas habilitações profissionais nessa parte. Porquanto, a par de outras medidas de importância secundária, tomou ele a deliberação assisada de restituir à circulação o produto das consignações mensais em dinheiro, feitas pela alfândega desta capital à caixa da amortização, pondo assim em harmonia o espirito da lei com os princípios da ciência econômica, e com os interesses da praça e do

mesmo Tesouro; medida essa cuja conveniência tem sido reconhecida por todos os seus sucessores.

Achando-se autorizado por lei para aumentar a renda do estado, pela elevação dos direitos de importação nos artigos que a pudessem suportar, criou o imposto adicional sobre as bebidas espirituosas, elevando a *cinquenta por cento* os direitos respectivos, cujo produto constitui presentemente uma verba importante da renda pública.

Não obstante a inteira confiança com que o honrava o regente do Império, o ministro dos Negócios Estrangeiros e da Fazenda tendo ponderosos motivos para deixar a administração antes de encerrada a sessão legislativa nesse ano, aceitou a missão diplomática de S. Petersburgo, no caráter de enviado, onde permaneceu no exercício desse posto até o ano de 1843, em que fora mudado, no mesmo caráter, para a corte de Viena.

Em ambas essas cortes recebeu o enviado brasileiro distintas provas de consideração da parte dos respectivos governos; e teve a fortuna de granjear a estima dos dois preeminentes estadistas da França: o conde de Nesselrode, e o príncipe de Metternich.

Subindo ao poder o Ministério de 1844, julgou este conveniente chamar a esta corte o enviado de Viena, substituindo-o ali outro agente diplomático de inferior categoria.

Chegado ao Rio de Janeiro, dedicou-se o ex-enviado de Viena ao exercício do magistério na sua cadeira da Academia Militar, até completar o tempo para a sua jubilação, que obteve em princípio do ano de 1847.

Em maio desse mesmo ano foi ele chamado para fazer parte do Ministério que se organizou nessa época, e no qual teve lugar a criação da presidência do conselho conferida por Sua Majestade o Imperador ao conselheiro Manuel Alves Branco, ministro da Fazenda (depois visconde de Caravelas).

Na repartição dos negócios da marinha fez o conselheiro Baptista de Oliveira, na curta duração do seu ministério, alguns serviços notáveis, que lhe granjearam a consideração e a estima da distinta corporação da armada. Entre outros cumpre assinalar a substituição da antiga brigada de marinha por um corpo militar de infantaria, com a denominação de *fuzileiros-navais*, destinado especialmente para fazer a guarda dos

estabelecimentos navais, e a polícia a bordo dos navios armados; passando o serviço da artilharia a ser incumbido exclusivamente ao corpo de imperiais marinheiros e à marinhagem auxiliar.

Retirando-se do Ministério, com os seus colegas, em março de 1848, foi o mesmo conselheiro encarregado pelo governo imperial de fazer o reconhecimento topográfico da fronteira meridional do império; trabalho este que executou no decurso do ano de 1849, dando dele conta ao governo imperial, na ocasião em que regressou da província de S. Pedro, a fim de tomar assento no Senado, na sessão legislativa de 1850, como representante da província do Ceará, honrado com escolha imperial dentre os seis nomes apresentados na lista eleitoral dessa província.

Além das funções de senador do Império, ocupa atualmente o conselheiro Batista de Oliveira o lugar de diretor do Jardim Botânico da Lagoa de Rodrigo de Freitas, para que fora nomeado no ano de 1851.

Pelo que respeita a distinções honoríficas, teve o Senador Batista de Oliveira o título de conselheiro no ano de 1832, que a lei anexara ao exercício das funções de inspetor-geral do Tesouro Nacional. Foi depois agraciado em diversas ocasiões com as comendas da Ordem de Cristo, e da Rosa; havendo sido honrado pelo Imperador Nicolau com a grã-cruz da Ordem de Santo Estanislau, na ocasião em que se retirara de S. Petersburgo. E ultimamente fez-lhe Sua Majestade o Imperador a graça de o nomear veador de Sua Majestade a Imperatriz.

Há dele algumas produções publicadas nesta capital sobre objetos literários e científicos, com especialidade acerca de alguns pontos importantes da astronomia em que apresentara resultados novos, e de elevado interesse para a ciência, no entender de homens competentes. Fez imprimir, além disso, em S. Petersburgo um opúsculo, com o título de *Sistema Financeal do Brasil*, o qual, no conceito de pessoas entendidas, é um livro útil.

É também o Senador Batista de Oliveira 1^o vice-presidente do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, membro da Palestra Científica desta capital, e de outras sociedades literárias e científicas da Europa e da América.

OS CONTEMPORANEOS



Escudo pint.

Litho. de M. de S. J. de S.

Alonso López

MARQUEZ DE VALENÇA

Alonso López

.....
Marquês de Valença

Estêvão Ribeiro de Resende, filho legítimo do coronel Severino Ribeiro, de distinta família de Lisboa, e de D. Josefa Maria de Resende, de abastada e importante família de Minas Gerais, nasceu no arraial dos Prados, Comarca do Rio da Morte, província de Minas, em 20 de julho de 1777.

Educado desde seus primeiros anos com todo o esmero e cuidado que sóem ter por seus filhos os pais que, como os seus, prezam mais que tudo a honra e a virtude, nunca se mostrou indigno do nome que recebeu de sua família, e pelo contrário mereceu sempre, por suas boas qualidades e morigeração, a estima de todas as pessoas que o conheceram apenas entrado no mundo, mas já pensando com um critério pouco comum em sua idade sobre as coisas da vida.

Tendo mostrado muita viveza para os estudos primários, aproveitou suas disposições para as letras e mandou-o estudar em Minas os preparatórios, que ali então se ensinavam. Em breve, pois, ficou o jovem Estêvão Ribeiro de Resende pronto para exame em francês, latim, italiano, retórica e filosofia, estudos em que muito se distinguiu, e tanto que seu pai logo que o teve neles preparado mandou-o para Lisboa a seguir para Coimbra, onde devia estudar o curso de direito.

Separado de seus pais e do lugar de seu nascimento, onde deixava tanta simpatia, que quase toda a população de S. José do Norte despediu-se dele com as provas do mais vivo pesar, caprichou o Sr. Resende por continuar longe de sua família a mesma norma de conduta que sempre seguira quando em seu seio; e com efeito, em Coimbra comportou-se por tal modo, que em breve foi muito estimado por seus colegas e benquista de seus professores.

Sua inteligência não desmentiu nos novos estudos a que se aplicou, os primeiros sinais de força e agudeza que dera em seus estudos primários e secundários; seu curso ele o completou sem nenhum embaraço, antes pelo contrário, recebendo sempre boas notas e muita consideração, o que lhe facilitou ser aceito para a leitura do Desembargo do Paço, primeira porta por onde então se entrava para a carreira da magistratura. Antes, porém, que fizesse a leitura, morreu-lhe no Brasil seu pai, e essa notícia chegando-lhe a Lisboa naquele tempo, quis ele interromper sua carreira para vir à pátria beijar as mãos à mãe e apresentar-se-lhe depois de doutorado.

De volta a Portugal fez sua leitura no Desembargo do Paço, e foi logo nomeado pelo Senhor D. João VI, em 21 de junho de 1806, juiz de fora de Palmela, tendo já antes recebido do mesmo monarca o hábito de Cristo com uma tença e a propriedade do ofício de tabelião do público judicial e notas da vila de S. João del-Rei, em atenção aos bons serviços de seu pai e às suas qualidades, mais que dignas daquela distinção.

Pouco depois de empossado no juizado de Palmela, em Portugal, teve lugar na península a invasão francesa, que vinha com o prestígio de mil vitórias conquistadas para o irmão do vencedor do mundo uma coroa e um estado.

A corte portuguesa, colocada na alternativa que lhe ofereciam, de um lado a França arrogante e orgulhosa de seus triunfos, e do outro a Inglaterra forte e sempre pertinaz em não ceder às águias imperiais, a Europa e o mundo a que se atiravam com avidez, resolveu sabiamente escolher um meio-termo, deixando a antiga metrópole para vir estabelecer-se no Brasil; o juiz de Palmela quis aproveitar essa oportunidade de voltar à sua pátria e à sua família, e por isto muito se empenhou para fazer parte da comitiva real; porém sendo preciso, para bem do Reino,

que as autoridades permanecessem em seus postos e manifestando o governo regencial a utilidade que resultava deste fato, o Sr. Resende desistiu de seus desejos, e ficou em Palmela, onde recebeu com ânimo e coragem as tropas franco-espanholas que acometiam o reino de Portugal.

Esta foi talvez uma das épocas em que o Sr. Resende maiores serviços prestou à sua pátria. No ponto em que se achava não se teve com efeito que lastimar grandes males que deixavam a consternação e a desolação por onde passavam as tropas invasoras. A honra e a fortuna foram respeitadas em Palmela por esforço de seu juiz, que, revestindo-se de toda a coragem e energia, dirigia-se a fazer reclamações e censura, onde e sempre que se dava um fato de abuso de força da parte das forças ali estacionadas.

Por algum tempo marcharam as coisas assim de um modo o mais satisfatório, mas nem era crível, nem mesmo imaginável, que soldados acostumados a derrubarem todas as barreiras, quer físicas, quer morais, viessem aqui estacar defronte de um só homem, embora por esse homem falassem a razão e a justiça. O vencido não tem direitos, sua lei é a vontade do vencedor, e pois o que fazer o juiz de fora de Palmela quando os franceses, fechando os ouvidos à sua voz, quiseram obrigá-lo, e obrigaram o povo que lhe tinha sido confiado a concorrer com o necessário para sua subsistência e para a satisfação de seus caprichos? Enquanto foi possível resistir-lhe, ele o fez, agora, porém, que sua influência é nula e que sua pessoa atrai sobre os que o seguem ódios e maus desejos, agora que sem dúvida com perigo iminente sem que daí resulte bem para ninguém, agora é tempo de ceder à força das circunstâncias. E com efeito, o Sr. Resende deixou Palmela e retirou-se para Lisboa, tendo antes em companhia de um vereador ocultado em um altar os dinheiros públicos que tinha à sua disposição.

Recebendo d'el-rei a faculdade de voltar para o Brasil, ele o fez imediatamente, e ao chegar em sua pátria natal, viu apreciado por seu devido valor os serviços que acabava de prestar, e em atenção aos anuais o Senhor D. João VI nomeou-o em 13 de maio de 1810 juiz de fora da cidade de S. Paulo, lugar que foi ele encarregado de criar naquela cidade.

Em 17 de dezembro de 1813 deixou ele o juizado de S. Paulo, por ter nessa mesma data sido nomeado fiscal dos diamantes, lugar im-

portante que teve de deixar no ano seguinte, em consequência de ter sido nomeado em 12 de setembro de 1814 desembargador da relação da Bahia.

Em toda a parte por onde passava o Sr. Resende era geralmente estimado e apreciado por suas qualidades, e cada um lugar que exercia dava-lhe novos títulos e mais direitos para alcançar lugares mais subidos.

Felizmente naqueles tempos as qualidades e aptidão davam direito; e é por isto que o novo desembargador da Bahia foi a 29 de março de 1817, quadra calamitosa de revoluções, nomeado ajudante do intendente-geral da polícia, e no seguinte ano de 1818, a 12 de outubro, nomeado desembargador da Casa da Suplicação.

A 10 de novembro de 1821 foi nomeado superintendente-geral dos contrabandos, e nessa época em que o Brasil tanto precisou do esforço de seus filhos, Estêvão Ribeiro de Resende esteve firme na estacada, prestando a seus pais e a seu príncipe os serviços que podia prestar.

Procurador da província de Minas Gerais, junto ao príncipe D. Pedro, ele mostrou-se tal qual era e captou por esse modo a estima daquele príncipe, que sempre distinguiu e que elevou-o ao ponto de nomeá-lo, a 6 de abril de 1822, secretário de estado encarregado de todas as pastas para acompanhá-lo a Minas, onde uma nobre inspiração o levava com o fim de acalmar com sua presença os movimentos sediciosos que ali começavam a manifestar-se, a ponto de negar-se aquela província a obedecer ao príncipe regente.

Veio a Independência, e logo após a necessidade de regular-se o pacto fundamental por onde devesse o país se regular; o imperador convoca para esse fim a Assembléia Constituinte; e Minas, que atende para o merecimento quando escolhe um alto funcionário, tanto quanto um qualquer empregado, elege seu deputado ao Sr. Resende. Cai a Constituinte em virtude do golpe de estado do primeiro imperador, tudo se amotina, parece que vamos ter uma revolução, mas graças à boa escolha do Senhor D. Pedro I, mandando, a 17 de janeiro de 1823, ao Sr. Resende para intendente-geral da polícia, toda a tempestade se desfaz sem deixar o mais ligeiro sinal de sua aterradora passagem, e nem por isto foi necessário o emprego de armas e ameaças de prisões e perseguições,

bastou a influência e a confiança geral de que gozava o intendente para obter aquele resultado.

Em 14 de outubro de 1824 chamou-o o Senhor D. Pedro I aos Conselhos da Coroa, encarregando-o da pasta do Império, que teve a seu cargo até 21 de novembro de 1825, em que recebeu o decreto de sua demissão, no qual elogiava muito o imperador e lhe agradecia seus bons serviços. Naquele mesmo ano de 1824 foi ainda nomeado, a 1º de dezembro, desembargador honorário do paço, e em 15 de outubro de 1825 foi galardoado por Sua Majestade o Imperador com o título e grandezas de barão de Valença.

Neste ano veio o Sr. Resende eleito por sua província à assembléia geral legislativa, e ao mesmo tempo que tinha por essa honrosa eleição entrada na Câmara dos Deputados, recebia ainda de seus comprovincianos maior honra e maior prova de estima e consideração, tendo seu nome na lista por eles oferecida ao Monarca para escolher os senadores do Império. Conjuntamente com Minas Gerais, quis S. Paulo mostrar toda a sua afeição e agradecimento pelo distinto brasileiro, que em seu solo começou a carreira da magistratura em que tantas glórias colheu, escolhendo seu nome para mandar ao Imperador na lista dos que deviam ser escolhidos seus senadores. Assim, pois, era o Sr. Valença ao mesmo tempo deputado por Minas, e eleito senador pela mesma província e pela de S. Paulo. Entre as duas províncias optou pela de Minas, onde tinha seu berço e tudo o que há de mais caro ao coração do homem, sua família e as cinzas de seus bons pais. Em vista de sua opção, foi escolhido senador por carta imperial de 19 de abril de 1826 e nesse mesmo ano, a 12 de outubro, passou a desembargador do Paço efetivo e foi aposentado por pedido seu; assim como também a 30 do mesmo mês e ano foi o seu título de barão elevado ao de conde de Valença.

A 18 de maio de 1827 entrou novamente o então conde de Valença para os Conselhos da Coroa, e desta vez coube-lhe a pasta da Justiça, em que funcionou até 20 de novembro de 1827, em que foi dissolvido o gabinete de que fazia parte e com o qual também ele caiu, tendo sido três dias antes nomeado conselheiro de estado honorário.

Retirado de cena política, ficou o conde de Valença exclusivamente ocupado com os deveres de senador do Império, e foi desse

posto eminente que ele agregou em torno de si esse grupo de seus colegas, que fizeram a mais heróica barreira aos excessos demagógicos que se desenvolveram no Brasil pela retirada do fundador do Império.

Firme nesse posto, que a honra e o dever lhe haviam indicado, o conde de Valença não descansou um momento enquanto não viu por terra a demagogia e elevado ao trono do Brasil o filho do seu primeiro imperador. Então faltaram-lhe forças para novas lutas; já tinha 63 anos, já tinha combatido com uma geração inteira, nova geração despontava nos horizontes da pátria, era força ceder-lhe os negócios dessa cara pátria. O Sr. Valença retirou-se completamente da vida política para entregar-se exclusivamente à vida privada.

Em 1848 o Senhor D. Pedro II elevou-o a marquês de Valença, e em 8 de setembro de 1856 veio a morte surpreendê-lo no seio de sua família, e na idade de 79 anos.

O marquês de Valença foi casado com a Exm^a Sr^a Elídia Malhada de Sousa Queirós, filha do opulento fazendeiro brigadeiro Luís Antônio de Sousa e sua mulher D. Genebra de Barros Leite.

Era sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio efetivo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, sócio efetivo da Instrução Elementar, membro da Sociedade de Agricultura do Reino da Suécia, dignitário honorário da ordem imperial do Cruzeiro por carta de 16 de agosto de 1830, cavalheiro do hábito de Cristo, grã-cruz da mesma ordem e fidalgo cavalheiro da casa imperial.

OS CONTEMPORANEOS



Alfonso López de Letamunda

H. G. L. L. L.

VISCONTI DE MARRASCHINI

Visconti de Marraschini

.....

Visconde de Maranguape

V

ai nos escrever um esboço biográfico tão pobre de datas quanto nos permitem as poucas notas ligeiramente traçadas que nos foram ministradas.

Seria talvez preferível, em vista da completa deficiência em que estamos de maiores dados para a confecção de um trabalho que possa mais tarde servir de base a uma biografia completa pôr, de parte o nome a que se refere esse trabalho irremissivelmente destituído do único merecimento que porventura possam ter os outros do mesmo gênero que temos publicado, e os que pretendemos continuar a publicar; queremos falar das datas correspondentes às fases mais importantes da vida daqueles homens com quem nos ocupamos; seria talvez preferível nada escrever sobre a vida do Ex^{mo}. Sr. Visconde de Maranguape, de quem não podemos obter nem sequer o ano em que nasceu; mas a importância que tem tido e de que ainda hoje goza esse senhor protestaria altamente contra uma resolução que tirasse de seu devido lugar, para colocar em outro menos digno, o nome desse brasileiro que tanto tem aparecido nos negócios de seu país.

Na alternativa pois de fazer um mau esboço de sua vida, ou de deixar em esquecimento e do lado o nome de Sr. Visconde de Maranguape, preferimos o primeiro partido, porque mil vezes preferimos ver

tachar o nosso trabalho de falta de gosto e de interesse, do que dar lugar a interpretações, quaisquer que sejam de nossas intenções.

À parte pois todo o juízo desvantajoso que de nós se possa fazer, e entremos em matéria.

Caetano Maria Lopes Gama nasceu na província de Pernambuco e teve por pais o Dr. João Lopes Cardoso Machado e sua mulher D. Ana do Nascimento Gama. Em Pernambuco, ele estudou os primeiros preparatórios para a Universidade de Coimbra, onde estudou por alguns anos, voltando ao Brasil depois de ter concluído o curso a que se destinava, que foi de direito.

Começou sua vida no Brasil empregando-se na magistratura, na qual estreou pelo lugar de juiz de fora do Penedo, na Província das Alagoas, onde esteve muito pouco tempo, porque, tendo sido nomeado ouvidor da mesma Província e Comarca das Alagoas, teve de deixar o lugar de juiz de fora.

Era ainda ouvidor daquela província, onde os primeiros movimentos de independência despertados nos diversos pontos do Brasil ali foram repercutir. O Sr. Lopes Gama tomou neles uma parte muito ativa e tanto se distinguiu entre os que trabalharam pela nossa emancipação política que mereceu ser eleito presidente do governo provisório então estabelecido naquela província.

Logo depois dessa eleição, ele recebeu outra manifestação não menos honrosa do bom conceito em que era tido entre seus concidadãos, e foi esta o diploma de deputado à Assembléa Constituinte, que ainda lhe deu a Província das Alagoas.

Por esse tempo, foi instituída a Imperial Ordem do Cruzeiro, e o Sr. Lopes Gama, em remuneração de seus serviços em prol da Independência, foi um dos contemplados na primeira lista dos condecorados com aquela ordem, honra que é tanto mais apreciável, quanto ela é pouco prodigalizada.

Dissolvida a Assembléa Constituinte, o Sr. Gama caiu nas boas graças do Governo, tanto que ao mesmo tempo que muitos deputados se recolhiam desgostosos a seus lares, alguns eram mandados desterrados para fora de sua pátria; ele foi um dos que receberam do governo provas de confiança e consideração, como é a sua nomeação para presidente da Província de Goiás.

Nesta presidência, prestou os serviços que estavam em suas forças, e foram eles apreciados de tal modo que em recompensa teve a comenda da Ordem de Cristo do Império.

Eleito deputado à primeira legislatura da Assembléia Geral Legislativa, o Sr. Lopes Gama deixou a presidência de Goiás a fim de vir tomar assento, e lá não mais voltou, porque ao terminarem os trabalhos legislativos, voltou à magistratura que tinha deixado, e foi despachado desembargador da Relação da Bahia, com exercício na Casa da Suplicação.

Muito tempo não esteve no exercício desse lugar, porque o Governo Imperial julgou necessário utilizar seus serviços em outra parte onde eles fossem mais úteis, e, em virtude disso, despachou-o presidente da Província do Rio Grande do Sul.

Essa segunda presidência ainda teve ele de deixar para vir tomar assento na Assembléia-Geral, a que tinha sido eleito pela Província de Goiás. E foi durante esse tempo que o Governo nomeou-o intendente-geral da polícia e lhe conferiu o título do conselho.

Tendo razões que lhe permitiam continuar no exercício de intendente-geral da polícia, pediu e obteve sua demissão daquele importante cargo, do qual passou novamente ao serviço da magistratura.

Os filhos da Província do Rio de Janeiro, agradecidos ao Sr. Lopes Gama pelos serviços que este lhes havia prestado, quer como intendente da polícia, quer como magistrado, pagaram-lhe a dívida elegendo-o seu senador, lugar em que foi confirmado pela escolha do chefe do Estado e sanção do Senado.

Depois que foi eleito senador, o Sr. Lopes Gama tem sido diversas vezes chamado ao Ministério, e, em 1842, foi despachado conselheiro de Estado efetivo.

Em 1844, quando a Província das Alagoas se sublevou e expeliu seu presidente o conselheiro Bernardo de Sousa Franco, atual ministro da Fazenda, foi o Sr. Lopes Gama o homem que o Governo Imperial reconheceu mais apto para acabar pacificamente aquele movimento revolucionário, e o Governo fez uma boa escolha, porque, graças ao bom conceito, estima e consideração que ali gozava o novo presidente, conseguiu sem derramamento de uma gota de sangue acalmar os ânimos e chamar a seus deveres aquela porção do povo brasileiro momentaneamente desviada do verdadeiro caminho.

Este serviço seu, que decerto não foi dos menores por ele prestados à causa pública, foi galardoado com a grã-dignitária da Ordem da Rosa, com o reconhecimento dos brasileiros em geral e, mui particularmente, dos alagoanos.

A 4 de maio de 1857, tendo ficado o ministério acéfalo pela morte do marquês de Paraná que o tinha organizado, foi chamado a organizar o novo gabinete o Sr. marquês de Olinda, que escolheu para pasta dos Estrangeiros o Sr. Lopes Gama, o qual aceitou o lugar, e continua a desempenhá-lo.

Durante este seu ministério, recebeu o Sr. Visconde de Maranguape do rei de Duas Sicílias a condecoração da grã-cruz da Ordem Real de S. Januário, e além desta a de outras honras e títulos que já temos mencionado, ele conta os seguintes: visconde de Maranguape, ministro aposentado do Supremo Tribunal de Justiça, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da sociedade Amante da Instrução e da Auxiliadora da Indústria Nacional, membro honorário da Academia de Arqueologia da Bélgica e de várias outras sociedades científicas e literárias estrangeiras.



Alam. 16

Lit. e. Mich. de. 1855

VISCONE DE SAPUGAY

Viscconde de Sapugay

.....

Visconde de Sapucaí

C

ândido José de Araújo Viana, visconde de Sapucaí, nasceu em 15 de setembro de 1793 no arraial de Congonhas, termo da Vila Real (hoje cidade) do Sabará, da Província de Minas Gerais; foram seus pais o capitão-mor Manuel de Araújo da Cunha e D. Mariana Clara Viana, ambos naturais da mesma Província de Minas.

Com decidida propensão para as letras desde os primeiros anos, preparou-se na terra natal com os estudos necessários para graduar-se em direito na Universidade de Coimbra, valendo-lhe então os conhecimentos variados de seu amigo o Dr. José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, depois visconde de Caeté, que servia em Sabará o lugar de juiz de fora, e de seu mestre de latim, e tio, o exímio latinista, orador sagrado e poeta, padre Joaquim Machado Ribeiro, porque faltavam ali nesse tempo professores públicos que não fossem de gramática latina e de primeiras letras.

Depois de pacificada a Europa e quase extintos os vestígios da invasão francesa em Portugal, partiu para Coimbra em 1816, e matriculou-se na faculdade de direito em 16 de outubro. Fez a sua formatura em 9 de junho de 1821, tendo merecido em todo curso a estima de seus mestres, contemporâneos e condiscípulos, entre os quais João Batista Leitão, depois visconde de Almeida Garrett, que se comprazia de ouvir sua opinião a respeito das primeiras produções com que aquela

águia se ensaiava para tão arrojados vãos; levou a condescendência ao ponto de aceitar sua crítica severa, à qual se devem cortes e modificações consideráveis no retrato de Vênus.

Voltando ao Brasil em outubro de 1821 com o intuito de exercer a profissão de advogado, obteve a nomeação de promotor dos resíduos do termo e comarca de Vila do Sabará, por provisão da Mesa da Consciência e Ordens de 17 de novembro daquele ano; mas não chegou a ter exercício por se lhe facilitar a entrada na carreira da magistratura, sendo nomeado juiz de fora da cidade de Mariana por decreto de 19 de dezembro do mesmo ano.

Durante a sua estada na corte, resolveu-se a tomar estado, casando em 22 de maio de 1822 com a Ex^{ma} Sr^a D. Ana Ifigênia de Siqueira Ramalho, filha de Luís de Siqueira Ramalho e de D. Ana Angélica de Castro Ramalho.

Em 5 de outubro do dito ano, tomou posse do lugar de juiz de fora de Mariana, porque só então findava o triênio de seu antecessor o Exm^o Conselheiro Agostinho Marques Perdigão Malheiros, e teve logo de tomar, como presidente da Câmara Municipal, parte ativa na solene aclamação do Sr. D. Pedro I, o que se efetuou no dia 12 daquele mês.

Reconduzido ao mesmo lugar por decreto de 26 de agosto de 1825, não preencheu o triênio, porque foi nomeado desembargador da Relação de Pernambuco, onde teve posse por procurador, por estar no exercício de membro do Corpo Legislativo, no 1^o de setembro de 1827.

Despachado em 1832 para a Relação da Bahia, aí tomou posse também por procurador, estando no ministério da Fazenda em 12 de março de 1833; e, por virtude da reforma judiciária verificada neste ano, passou para a Relação do Rio de Janeiro, onde permaneceu até outubro de 1849. Nesse período, serviu interinamente de procurador da Coroa e fiscal do Tesouro no impedimento do conselheiro Maia, por decretos de 4 e 7 de novembro de 1837.

Promovido por antiguidade na forma da lei ao Supremo Tribunal de Justiça, na vaga trazida pela aposentadoria do Conselheiro José Bernardo de Figueiredo, que presidia ao mesmo tribunal, entrou em exercício no dia 30 do referido mês de outubro, servindo aí até o dia 12 de setembro de 1850, em que foi aposentado com metade do ordenado. Assim terminou a carreira de magistrado.

Na carreira meramente administrativa, foi nomeado presidente da Província das Alagoas por carta imperial de 13 de novembro de 1826; mas tomou posse somente em 14 de fevereiro de 1828, por exigir do Governo a sua presença em 1827 na Câmara dos Deputados, de que era membro. O exercício das respectivas funções fez cessar o estado desagradável e perigoso em que se achava a província, devido às desavenças existentes entre as principais autoridades – vice-presidente, comandante das armas e ouvidor da comarca. Reintegrando no emprego o hábil escrivão da Junta da Fazenda Joaquim da Silva Freire, que fora suspenso pelo vice-presidente, conseguiu, à custa de vigílias daquele inteligente funcionário, enviar para o Tesouro, como lhe fora especialmente recomendado pelo ministro da Fazenda, Ex^{mo} Miguel Calmon du Pin e Almeida, hoje marquês de Abrantes, os orçamentos e balanços que estavam em atraso e regularizou em todos os ramos a repartição da Fazenda, que pela desinteligência, ou antes, guerra aberta entre o vice-presidente e escrivão da junta, não se achava em boa ordem.

Pouco mais pôde fazer no curto espaço de seis meses de sua administração, tendo de voltar à Câmara dos Deputados, onde era com o Governo acrimosamente censurado por um distinto parlamentar mineiro, que imaginava a presidência das Alagoas, uma posição deliciosa que desfrutava o seu colega, enquanto ele se mortificava na vida afanosa da oposição.

De volta à Corte, onde chegou em 7 de setembro, achou já encerrada a sessão legislativa, tendo-se demorado na cidade da Bahia por falta de navios. Mal repousava das fadigas de uma viagem incômoda, foi nomeado presidente da Província do Maranhão por carta imperial de 17 de outubro; e partindo para ali em dezembro, chegou à cidade de S. Luís em janeiro de 1829, e tomou posse do cargo em 13 do dito mês. Seu comportamento na presidência das Alagoas tinha sido bem aceito pelo Sr. D. Pedro I, de saudosa memória, segundo manifestou aquele príncipe magnânimo, quando o presidente nomeado foi beijar-lhe a augusta mão em despedida: "Ora bem (disse S.M.I.) sossegou uma província, vá agora sossegar outra."

Estas expressões do fundador do Império carecem de explicação. Era preconceito dominante naquele tempo, mormente nos governantes, que o espírito republicano se agitava em todo o Brasil, com particularidade nas províncias do Norte. Dissensões nascidas porventura de

meras rivalidades e competências entre os homens influentes das localidades, segundo os partidos se pronunciavam, eram reputadas pelos antagonistas como passos para a República: receava-se que tais dissensões degenerassem em sedições e revoluções que acabassem pelo estabelecimento do governo republicano. Assim se figuravam na corte as desordens das Alagoas e Maranhão, designando-se, especialmente nessa última província, o sertão de Pastos Bons como assento de uma república em efetividade!

O presidente Araújo Viana não viu nas Alagoas senão desavenças ou rivalidades locais, e quando S.M.I. lhe perguntou, à sua chegada daquela província, se havia ali muitos republicanos, respondeu-lhe que, ou os alagoenses eram os mais refalsados hipócritas, o que ele não acreditava, ou eram os mais dedicados monarquistas do Império, e amigos do sistema constitucional representativo: tais foram os sentimentos que tinham manifestado ao seu presidente.

Da mesma sorte, não viu no Maranhão senão deploráveis efeitos da desinteligência entre as duas principais autoridades, o presidente e o comandante das armas, que então era o conde de Escragnole, cuja morte foi adiada pelos desgostos imerecidos que lhe trouxe essa desinteligência. Achou, em verdade, grande indisposição, principalmente na mocidade, contra os homens nascidos em Portugal, e essa indisposição mal pôde ele fazê-la às vezes ineficaz; mas nunca destruí-la. Reconheceu, porém, que os maranhenses eram verdadeiros monarquistas, e que ardiam em desejos de ver praticada a Constituição do Império. Pelo que pôs todo o seu empenho em satisfazer a tão justos desejos. Na sua administração, completou-se a organização das câmaras municipais, segundo a lei de 1^o de outubro de 1828, e se elegeram os juizes de paz. Não foi pequeno trabalho que teve em explicar, e como que comentar, as leis respectivas nas suas mais claras e simples disposições; que tudo era objeto de dúvida para homens pouco versados em tais matérias.

Foi ele que deu exercício ao conselho geral da província, obtendo do reverendo bispo diocesano casa para as sessões, e mandando pelo prestimoso oficial de engenharia José Joaquim Rodrigues Lopes adaptá-la aos usos para que se destinava.

Estabeleceu a biblioteca pública da província por meio de doativo de particulares, ou em livros, ou em dinheiro e serviços.

Acabou com o pernicioso costume da inumação nos templos, dando maior extensão ao acanhado cemitério da Santa Casa da Misericórdia, de que foi provedor. E talvez fosse a província do Maranhão a que tomasse a dianteira às outras do Império neste melhoramento sanitário e religioso.

Prestou eficaz auxílio à justiça, mandando destacar na cidade de Caxias o então 4º Batalhão de Caçadores de 1ª linha, cujo casco fora enviado para a província, a fim de preencher-se pelo recrutamento, o que fez desaparecer o grande número de assassinios que ali se perpetravam.

Até maio de 1831, correu serena e próspera a administração do presidente Araújo Viana; mas chegando à cidade de S. Luís nesse mês a notícia da abdicação do Sr. D. Pedro I, começou a turvar-se a atmosfera política, e daí vieram os deploráveis acontecimentos de setembro. Conquanto fossem remediados pelos de novembro subsequente, nunca será essa época lembrada sem dor. Os limites destas notícias não permitem o desenvolvimento da matéria, que consumiria longas páginas. A História fará o seu dever.

Ainda foi a província perturbada por novos movimentos, em que figurara, no Itapicuru, Antônio João Damasceno, e, no Icatu, Antônio da Costa. Estes movimentos, depois de causarem males e despesas consideráveis, acabaram com a morte dos dois cabecilhas.

Entregando a administração da província ao sucessor, o Ex^{mo} Sr. Joaquim Vieira da Silva e Sousa no dia 12 de outubro de 1832, recolheu-se Araújo Viana a esta corte, e foi chamado pela Regência para ocupar a pasta da Fazenda por decreto de 14 de dezembro do dito ano.

Reconhecendo a necessidade de se concluírem os trabalhos encetados na Câmara dos Deputados relativos ao melhoramento do meio circulante, propôs à Regência a convocação de uma sessão extraordinária da Assembléa Geral, em que se tratasse particularmente desse objeto, e a sessão teve com efeito lugar em abril de 1833, expondo ele em seu relatório as suas idéias a semelhante respeito. As medidas que se adotaram resumem-se na lei de 8 de outubro de 1833.

Neste ministério se verificaram as primeiras reformas da alfândega e consulado, e se organizaram diversas tesourarias provinciais em conformidade da lei de 4 de outubro de 1831.

Foi exonerado do cargo, por decreto de 2 de junho de 1834, em resultado da desinteligência havida com o presidente de S. Paulo, a quem não agradou a nomeação do inspetor de Fazenda daquela província. A Regência, que nessa quadra se compunha dos Ex^{mos} Francisco de Lima e Silva e João Bráulio Muniz, por estar ausente o Ex^{mo} Sr. Costa Carvalho, hoje marquês de Monte Alegre, optou pela demissão do Ministro, conservando o presidente.

Em 1841, foi outra vez chamado aos Conselhos da Coroa, e entrou na organização do Ministério de 23 de março com a pasta do Império, compartilhando os trabalhos que a esse ministério sobrevieram em consequência das desordens de S. Paulo e Minas. Foi neste ministério que se ajustou o casamento de S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro II, e por esta ocasião S. M. o Rei das Duas Sicílias condecorou ao ministro do Império dessa época com a Cruz de Cavaleiro da Real Ordem de S. Januário.

Em 20 de janeiro de 1841, foi com seus colegas exonerado do cargo.

Por decreto de 14 de setembro de 1850, foi nomeado conselheiro de estado extraordinário, tem estado sempre em exercício, e serve de secretário do Conselho desde o ano de 1851.

Entrou na carreira parlamentar com a inauguração do Governo Representativo no Brasil. Foi deputado da Assembléia Constituinte e foi sempre, sem interrupção, eleito para todas as legislaturas, até que tomou assento no Senado em abril de 1840, por virtude da carta imperial de 29 de outubro de 1839, tendo já antes sido contemplado em lista tríplice.

Na Câmara dos Deputados, foi membro de comissões importantes, serviu de secretário e vice-presidente; e nos dois últimos anos, os de 1838 e 1839, ocupou a cadeira de presidente, donde saiu para assentar-se no Senado. Aí tem sido também nomeado para comissões importantes, foi presidente por três anos, deixando de continuar porque assim o requereu.

Resta-nos memorar uma importantíssima e honrosa comissão, de que foi encarregado o visconde de Sapucaí. Foi nomeado pelo Ex^{mo} marquês de Itanhaém, tutor de S.M. o Imperador e suas augustas irmãs,

em 11 de janeiro de 1839, mestre da imperial família, e exerceu tão eminente cargo até a época do casamento dos augustos príncipes.

Os serviços de Araújo Viana não foram esquecidos pelos monarcas brasileiros. O Sr. D. Pedro I, de gloriosa memória, nomeou-o, em 12 de outubro de 1826, cavaleiro da Ordem de Cristo, e em 18 de outubro de 1829, oficial da imperial Ordem do Cruzeiro.

S.M.I. o Sr. D. Pedro II nomeou-o cavaleiro da imperial Ordem da Rosa em 18 de julho de 1831, na ocasião de sua sagração e coroação, por ser membro da deputação de uma Câmara Municipal de Minas. Nomeou-o gentil-homem de sua Imperial Câmara por decreto de 15 de setembro de 1841. Deu-lhe o foro de fidalgo cavaleiro em 14 de março de 1843 e o título de Visconde de Sapucaí com grandeza em 2 de dezembro de 1854.

O Visconde de Sapucaí é membro de diversas sociedades científicas e literárias e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.



A. San. D. A.

D. A. & IN. B. P. de. L. 1854.

VISCONDE DE CAYRÚ

Paul de L. de L. de L.

.....

Visconde de Cairu

J

osé da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, comendador da Ordem de Cristo e oficial da do Cruzeiro, desembargador aposentado no Supremo Tribunal de Justiça, e senador do Império, nasceu na cidade da Bahia em 16 de julho de 1756. Seu pai foi Henrique da Silva Lisboa, natural da cidade de Lisboa, de profissão arquiteto; sua mãe, Helena Nunes de Jesus, natural da Bahia. Desde os seus mais tenros anos, distinguiu-se pelo seu ardente amor às letras, de maneira que entrou aos oito anos de idade para a gramática latina, estudando depois filosofia racional e moral no convento dos frades carmelitanos da mencionada cidade, tendo aprendido música e a tocar piano.

Concluídos estes estudos, seu pai o enviou para Lisboa, onde se aplicou à retórica na aula do insigne professor Pedro José da Fonseca, partindo em 1774 para a Universidade de Coimbra, a fim de matricular-se nos cursos jurídicos e filosófico.

Voltando a Lisboa, procurou entrar no serviço da magistratura; mas sendo-lhe necessário tornar para sua pátria, obteve, em resolução de consulta da mesma censória, ser provido na cadeira de filosofia racional e moral da mencionada cidade da Bahia, onde criou também a cadeira da língua grega, que exerceu por cinco anos, com o título de substituto, até chegar o proprietário. Nesse tempo, casou-se com

D. Ana Benedita de Figueiredo, senhora virtuosa e dotada de grande penetração de quem teve 14 filhos dos quais ainda vivem cinco.

Depois de ter ensinado, por vinte anos, com geral aplauso, as matérias próprias de sua cadeira, dirigiu-se novamente a Lisboa em 1797, obtendo ser jubilado, e fazendo-lhe então o príncipe regente, depois o Sr. D. João VI, a mercê de deputado e secretário da Mesa da Inspeção da cidade da Bahia, lugar onde criou e prestou os mais valiosos serviços à agricultura e comércio da província.

Desde esse tempo, principiou a trabalhar na sua obra *Princípios de Direito Mercantil* que publicou em Lisboa no ano de 1801 em oito tratados elementares. Esta obra, a primeira que se deu à luz na língua portuguesa sobre semelhante matéria e que fez conhecer os profundos conhecimentos do seu autor no direito civil, marítimo e das gentes, adquiriu tanto crédito e celebridade que teve reimpressões em Lisboa, e até uma em Londres, sendo citada com louvor no Foro pelos mais hábeis advogados.

Encantado com a leitura da obra que o celebrado Adam Smith publicou em 1775, intitulada *Inquirição sobre a riqueza das nações*, esforçou-se em propagar os princípios por ele empregados sobre a franqueza da indústria, abolição de monopólio e, especialmente, sobre a liberdade de comércio. Para este fim, deu à luz em Lisboa em 1804 os seus *Princípios de economia política*, que teve geral aceitação e serviu de estimular aos estudiosos aplicarem-se a uma ciência que tanto contribui para a prosperidade e grandeza dos povos.

Os grilhões coloniais, que pesavam sobre o Brasil e embaraçavam o comércio estrangeiro, retardaram por longo tempo as esperanças que Silva Lisboa nutria de ver em breve o seu país engrandecer-se, podendo livremente vender os seus variados produtos a todas as nações.

A invasão de Portugal feita pelos franceses no ano de 1807, que obrigou ao príncipe regente a passar para o Brasil, proporcionou uma ocasião favorável a Silva Lisboa para fazer executar-se o que seu ardente patriotismo e luzes aconselhavam a bem da sua pátria. Aportando aquele soberano à Bahia, Silva Lisboa aproveitou-se da amizade que tinha com D. Fernando José de Portugal, depois marquês de Aguiar, para lhe indicar a necessidade de abrir os portos a todas as nações ami-

gas da coroa de Portugal; e, apesar da forte oposição que então se fez, tal foi a força dos seus argumentos que aquele fidalgo cedeu a suas persuasões, e fez com que o príncipe regente publicasse a carta régia de 24 de janeiro de 1808, que liberalizou aquele máximo benefício à nação.

Tão salutar medida, que ainda hoje nos salva no meio das crises políticas que atormentam ao império, longe de ser apreciada no seu justo valor, mereceu pelo contrário a maior desaprovação da parte dos negociantes portugueses; pois que, acostumados a ter unicamente comunicação com as praças de Lisboa e Porto, não podiam sofrer idéia alguma de concorrência, e, por isso, não se pouparam a esforços e diligências para que se revogasse a carta régia, que, segundo proclamava, aumentava os males que a nação sofria e privava o Estado de suas rendas; e não faltavam pessoas influentes, e até estadistas, que esposassem a causa dos ditos negociantes, os quais seguramente haveriam alcançado o que desejavam se Silva Lisboa, que havia acompanhado a el-rei, sendo nomeado professor de economia política, não lançasse mão da pena e, em uma frase cheia de fogo, em que se mostrava vastíssima erudição, não pulverizasse os argumentos dos seus adversários, dando à luz em 1808 a suas *Observações sobre o Comércio Franco* partes 1^a e 2^a, em que provou, com o exemplo dos Estados Unidos da América, quanto aquele comércio contribuíra para curar os males que a Guerra da Independência por sete anos havia produzido. E aqui seja-me permitido narrar um fato que demonstra quanto um homem ilustrado que procura destruir prejuízos populares é exposto às setas da calúnia e intriga. Certo censor, tendo lido a citada obra, pôs à margem do exemplar as seguintes notas: – É réu de Estado, merece pena capital, – e outros termos desta natureza.

A criação do Tribunal de Junta do Comércio, Agricultura, Fabricas e Navegação deste império, deu lugar a que Silva Lisboa fosse nomeado deputado, sendo encarregado das mais difíceis comissões, e entre elas a de apresentar um projeto do Código do Comércio, trabalho em que assiduamente se empregou, mas que não pôde completar por causa do seu falecimento. Também organizou o regimento para os nossos cônsules, que muito serviu para se concluir aquele que se acha hoje em execução.

Quando rebentou a revolução do Porto em 1820, e que seu eco repercutiu em todo o Brasil, tendo-se visto o senhor rei D. João VI

na necessidade de jurar em 26 de fevereiro de 1821 a Constituição que as Cortes Constituintes em Portugal fizessem, era tal o crédito de que gozava Silva Lisboa, que foi nomeado inspetor dos estabelecimentos literários, emprego sumamente espinhoso, pois que tinha a censurar todas as obras que se publicassem; mas que ele satisfatoriamente desempenhou, não se esquecendo, no meio das suas graves ocupações, de aconselhar a concórdia e harmonia entre os cidadãos, publicando o jornal *Conciliador do Reino-Unido*.

Resolvendo o Sr. D. João VI voltar para Portugal em abril de 1821, deixou, com sabedoria política, como regente a seu filho o príncipe D. Pedro, pois que era claro a todas as luzes que o Brasil só se poderia conservar unido àquele reino não perdendo nenhuma das vantagens de que já estava de posse. Logo porém que pelo decreto das Cortes Constituintes se determinou a retirada do príncipe regente, a abolição dos tribunais e remessa de tropas para o Brasil, Silva Lisboa foi com os seus escritos, principalmente com as suas – *Reclamações* – um dos mais extremos antagonistas dos refalsados constitucionais e facciosos da cabala antibrasílica, procurando encaminhar o espírito público para resistir à arrogada supremacia metropolitana e defender os direitos do príncipe regente, conforme aos princípios do verdadeiro liberalismo, sempre em justo meio entre os extremos do poder despótico e furor popular; expondo as vantagens da monarquia constitucional segundo os atuais modelos de Inglaterra, França e Holanda, que tinha por si a experiência dos séculos.

Estes princípios foram por Silva Lisboa sempre energeticamente sustentados, tanto na Assembléia Constituinte do Brasil, onde foi deputado pela Província da Bahia, como depois na qualidade de senador do Império. Os seus êmulos, apesar de se oporem às suas opiniões políticas, nunca deixaram de reconhecer o seu profundo saber e de admirar a independência e firmeza de caráter com que Silva Lisboa sustentava a sua doutrina, como se manifestou em todas as circunstâncias críticas em que se tem achado a Nação; especialmente quando na primeira fusão das câmaras em 1830, ele, à semelhança do varão constante descrito por Horácio, desprezando todas as contemplações humanas, e só firme em cumprir com seus deveres, entrou com toda a coragem na discussão, sem que lhe incutisse o menor susto o aspecto

aterrador que apresentavam então os partidos. Existem impressos os seus discursos, em que se conhecem a eloquência e energia com que sustentou os seus argumentos, sendo em verdade espantoso que em uma idade quase octogenária aparecesse tanto calor e valentia de frase.

Voltado inteiramente ao bem da pátria, procurou ilustrá-la com as continuadas obras que foi dando sucessivamente à luz, a expensas próprias, sobre economia, política, religião e moral.

Esses escritos mereceram o apreço e estimação das sociedades nacionais e estrangeiras, que não duvidaram inscrevê-lo no número dos seus sócios, a saber: – a Sociedade Promotora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro; da Agricultura da Bahia; Filosófica de Filadélfia; de Agricultura de Munique; da Propagação das Ciências Industriais; do Instituto Histórico de França; e do Instituto Real para a Propagação das Ciências Naturais de Nápoles.

Apesar de ser dotado de uma constituição robusta, contudo, continuado estudo e trabalho principiaram a debilitar as suas forças, e depois de uma prolongada moléstia de três meses, faleceu aos 20 de agosto de 1835, deixando a seus filhos o exemplo de um homem justo e religioso e aos seus concidadãos o de um magistrado probo, e patriota genuíno.

Rematarei esta memória, transcrevendo tanto o decreto pelo qual o Governo Imperial concedeu uma pensão às filhas de Silva Lisboa, como a resolução da assembléia provincial da Bahia ordenando que se collocasse na Biblioteca Pública o seu retrato, enquanto não se fizesse o seu busto. Estes documentos eretos à memória de Silva Lisboa, mais duradouros do que o bronze –

MONUMENTUM AERE PERENIUS

DECRETO

O regente interino, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, tomando na devida consideração os distintos e mui importantes serviços do Visconde de Cairu, prestados pelo longo espaço de 57 anos, não só na simples carreira de empregado público, bem como na magistratura

em alguns tribunais e em muitos outros cargos e empregos, em todos os quais fez conhecer e admirar a sua vastidão de conhecimentos, que tornaram distinto e até respeitável o seu nome entre as nações estrangeiras; e sendo não menos atendíveis os seus serviços como escritor público e incansável, em cujos trabalhos não cessou jamais de propagar as suas luminosas idéias com utilidade pública e de propugnar por meio da pena e da tribuna pela dignidade e honra nacional e pelo respeito à constituição e ao trono, que sempre soube sustentar; em consideração pois de tão prestantes e valiosos serviços, que constituíram ao dito visconde um dos varões beneméritos em subido grau e um dos sábios mais respeitáveis da época atual, cuja memória será indelével para os vindouros, há por bem conceder às suas três filhas D. Joana da Silva Lisboa, D. Eufrosina da Silva Lisboa e D. Isabel da Silva Lisboa a pensão anual de um conto e quinhentos mil-réis repartidamente, em plena remuneração dos seus serviços: ficando porém esta mercê dependente da aprovação da Assembléa Geral. Bernardo Pereira de Vasconcelos, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, encarregado interinamente dos do Império, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessários.

Palácio do Rio de Janeiro, 9 de maio de 1838, décimo sétimo da Independência e do Império – Pedro de Araújo Lima – Bernardo Pereira de Vasconcelos.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLÉIA PROVINCIAL DA BAHIA

Francisco de Sousa Paraíso, presidente da província da Bahia. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Provincial decretou, e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1^o O Governo da Província fará colocar no salão da Biblioteca Pública desta cidade o retrato do visconde de Cairu, tendo por inscrição o seu nome e o lugar do seu nascimento.

Art. 2^o A disposição do artigo antecedente terá vigor enquanto não houver um busto de metal ou de bronze.

Art. 3^o Ficam sem efeito quaisquer disposições em contrário.

Mando, etc.

Palácio do Governo da Bahia, 13 de março de 1837, décimo sexto da Independência e do Império – Francisco de Sousa Paraíso.

(Da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.)

OS CONTEMPORANEOS



Alman 1838

1838 & 1839

JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADE.

D. José Bonifácio de Andrada e Silva

.....

José Bonifácio de Andrada e Silva

Tendo maduramente refletido sobre a posição política deste Império, conhecendo quanto se faz necessária a minha abdicação, e não desejando mais nada neste mundo senão glória para mim e felicidade para minha pátria, hei por bem, usando do direito que a Constituição me concede no capítulo 5º, artigo 130, nomear, como por este meu imperial decreto nomeio, tutor de meus amados e prezados filhos ao muito probo, honrado e patriótico cidadão José Bonifácio de Andrada e Silva, meu verdadeiro amigo.

Boavista, 6 de abril de 1834, 1ª da Independência e do Império.

D. Pedro I

Nasceu José Bonifácio de Andrada e Silva, em 13 de junho de 1763, na pequena vila de Santos, da província de São Paulo, já ilustrada e famosa pela glória literária e política de Bartolomeu e Alexandre de Gusmão, que havia conseguido do vigário de Jesus Cristo o título de *Fidelíssimo* para o reino de Portugal, ajuntando à coroa de Afonso Henriques mais esse eterno florão.

Foram seus pais o coronel Bonifácio José de Andrada, e D. Maria Bárbara da Silva, descendentes dos senhores do Entre-Hoem e Cavado, na província do Minho, antigos condes de Amaris, e os mais felizes pais da terra de Santa Cruz, porquanto, além de José Bonifácio, que por si só podia fazer a glória de um século, tiveram mais dois filhos, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva e Martim Francisco Ribeiro de Andrada, que reunidos pelos vínculos do sangue, do pensamento e coração, constituíram essa eloqüente trindade da pátria, *fiat* da independência, à vontade do qual a espada de Ourique e Aljubarrota se embotara.

O coronel Bonifácio de Andrada era conhecido em Santos, pela geração de seu tempo, como o tipo da bondade e da condescendência; porém sua esposa, D. Maria Bárbara, de caráter altivo e de vontade forte, e ambiciosa da grandeza e glória de seus filhos, supria na direção literária deles o vácuo que deixava a incorreta bondade de seu marido. Qual a mãe ilustre dos Cipiões, ela zelava e guardava seus filhos como se tivesse previsto que no futuro seriam chamados para primeiros operários do grande monumento do Ipiranga, tão pouco distantes de seus olhos.

Cada dia ela se torna mais severa. – Os Andradas, ainda crianças, estudavam compridas horas encerrados em um aposento constantemente vigiado por D. Maria Bárbara.

Em 1777, seguiu José Bonifácio para a cidade de São Paulo, onde o virtuoso báculo do bispo D. Manuel da Ressurreição havia aberto à mocidade todas as aulas de humanidade.

José Bonifácio, para quem o estudo era um alimento quotidiano e indispensável, dele aproveitou mais depressa que se poderia pensar. O bispo, admirado de tão rápidos progressos e dos triunfos que obtivera o jovem, tenta chamá-lo à tribo dos Levitas; seus pais resistem a uma tal pretensão do bispo. Seu destino estava marcado pela mão da Providência.

No ano de 1780, volta o rosto da cidade de São Paulo, silencioso, e meditando sobre seu futuro, passa pelos campos do Ipiranga, abraça seus pais em Santos, chega ao Rio de Janeiro e parte para Portugal, demandando com o mais santo entusiasmo a Atenas Lusitana, a velha Coimbra de D. Dinis, de saudosa recordação.

A universidade tinha tocado ao fastígio de sua glória, e seu doutoral nos dias das festas literárias se ilustrava com os mais venerandos cidadãos da república das ciências. A mão poderosa do marquês de Pombal descansava sobre este eloqüente Panteão da verdade. No caráter de tenente rei, o imortal marquês do alto do sólio régio erguido na universidade entregou a seu reitor os sábios estatutos, que marcando a rota da inteligência, fizeram a ressurreição brilhante dos estudos clássicos já em abatimento. Como estão longe esses tempos, e como são raros os ministros que cuidam das glórias do passado.

Matriculou-se José Bonifácio na Faculdade de Direito Canônico e em Filosofia Natural, em cujas matérias se formou de haver

dado os mais modestos, sim, porém notáveis testemunhos de sua prodigiosa inteligência, e renascido fervor pela ciência.

De Coimbra retira-se saudoso José Bonifácio para Lisboa, onde gozava de toda a influência e prestígio da nobreza ornada de inteligência e glórias cívicas, o duque de Lafões. Ele estende a mão de amigo e admirador sincero ao jovem José Bonifácio, para propor e fazer aceitar o brasileiro no recinto da Academia Real das Ciências.

Naquele tempo, a entrada na Academia das Ciências era um grande sucesso, porque ali os ministros compareciam a suas sessões, levando a intenção de escolherem ali os homens que depois deveriam passar ao serviço do rei.

O duque de Lafões foi um verdadeiro amigo de José Bonifácio e de Portugal, para quem preparava um grande servidor. Que belo patronato!

José Bonifácio começa a aparecer na arena gloriosa que se lhe abria por vontade do duque de Lafões, com um brilho tal, que em pouco tempo atraiu a atenção e amizade dos sábios que frequentavam a real Academia. Leu algumas memórias suas que lhe trouxeram verdadeiros triunfos e a reputação de naturalista.

A provança científica foi curta, porém fértil. Em 1789, a graciosa rainha de Portugal D. Maria I rubricou o decreto de nomeação feito a José Bonifácio e um outro brasileiro Arruda Câmara, sob proposta da Real Academia de Ciências, a fim de fazerem uma viagem científica por toda a Europa como naturalistas, e especialmente metalurgistas, à custa do Erário régio, voltando para Portugal, enriquecidos de novos conhecimentos nestas especialidades, que se tornariam em lucro para a nação. Hoje tal nomeação talvez se capitulasse de *esbanjamento*.

Em 1790, começou José Bonifácio sua excursão científica: percorreu a França, Alemanha, Bélgica, Holanda, Itália, Hungria, Boêmia, Suécia, Noruega, Dinamarca e Turquia. Como mineiro da ciência, desceu nas profundezas da Terra, trazendo sempre à luz do dia verdades desconhecidas. Tudo estudou com a mais parada atenção, ouviu os sábios – Abraão Werner em Freyberg, o conde de Burgsdorf, Alexandre Volta em Itália, Lavoisier, De Chaptal, De Fourcroy, Lourenço Jussieu, Abade Haüy em Paris, Nicholson em Londres, Abigaerdg em Copenhagen, Bergmann em Upsala, Saluccio, De Menusiglio em Turim e

Priesley em Haikney. Obteve de toda essa plêiade brilhante de pensadores os mais honrosos títulos científicos, e com eles entreteve relações de amizade como soem ser as dos sábios.

Por seus trabalhos literários, alguns dos quais se referiam ao Brasil, tornou-se conhecido em toda a Europa, como atestam os seus diplomas de sócio das mais afamadas corporações científicas do mundo. José Bonifácio era membro da Academia Real das Ciências em Lisboa; das de Estocolmo, Copenhague, Turim; da Sociedade dos Investigadores da Natureza em Berlim; das de História Natural e Filmática de Paris; da de Geologia de Londres; da Werneriana de Edimburgo; da Mineralógica e da Lineana de Jena; da de Física e História Natural de Gênova; da Sociedade Marítima de Lisboa; da de Filosofia de Filadélfia; e da Imperial Academia de Medicina do Rio de Janeiro. Além de suas memórias, escreveu para muitos jornais científicos da Alemanha, França e Itália, notando-se entre esses trabalhos os que são relativos às minas da Suécia, Noruega, e ao fluido elétrico, que Fourcroy honrou publicando em seus anais de química.

Na Alemanha, ouviu igualmente as lições de filosofia de E. Kant, e com tal proveito, que depois ensinou as doutrinas deste grande metafísico a seu ilustre irmão Martim Francisco, o qual, apaixonado santa e justamente pelas sublimes teorias do filósofo de Königsberg, abriu uma aula de filosofia em São Paulo, com o intuito de dar a lume suas desconhecidas doutrinas naquela boa cidade, onde o *Gênese* era explicado no convento de São Francisco pela poderosa palavra de frei Francisco de Montalverne.

Humboldt, talvez a primeira inteligência que neste século partiu do seio da eternidade, se correspondia com o nosso distinto patricio José Bonifácio.

Em 1800, voltou José Bonifácio para Portugal após 10 anos de estudos de observação, rico de idéias e poderoso pela reputação que havia adquirido, não obstante o ruído da guerra européia, que parecia chamar todos os espíritos para a glória das armas!

Ainda não tinha José Bonifácio descansado dos continuados estudos de 10 anos, quando foi surpreendido pela nomeação de lente da Universidade de Coimbra para ler em aulas de geognesia e metalurgia, cadeiras criadas para ele expressamente, conferindo-lhe a Universidade

de logo o grau de doutor em filosofia natural, grau exigido pelos estatutos e sem o qual ninguém poderia fazer lições na Universidade.

Era então ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares, que substituiu o duque de Lafões no honroso empenho de aproveitar as luzes e probidade de José Bonifácio. Que belas lições de governo não se tira da vida de José Bonifácio – sempre procurado para os empregos pelos ministros e grandes senhores do reino!

Retirou-se José Bonifácio para Coimbra, em cujos arredores arrendou uma quinta de Almegue, empregando-se no magistério que deixou vestígios vivos na Universidade e em plantações apropriadas a seus estudos de botânica.

Como intendente-geral das minas, fez a Portugal serviços, de que ainda hoje existem provas irrecusáveis. A amizade entre ele e o conde de Linhares se aperta todos os dias e, na proporção de seus feitos, ganha glória para si, para o ministro e para o rei.

A invasão dos franceses em Portugal no ano de 1808 acendeu em seu coração *patriótico* os brios da nacionalidade ofendida, como também acontecera na Alemanha; ele marcha à testa do corpo acadêmico, deliberado a arriscar a vida da mais bela mocidade e a sua, em sacrifício da liberdade portuguesa. Aquartelou-se na heróica cidade do Porto, onde lorde Wellington deixou o coronel Trant, o qual alevantou algumas autoridades internas, e como José Bonifácio era graduado desembargador, incumbiu-lhe a polícia da cidade. Todo o seu pecado neste emprego interino consistiu em mandar soltar muitos e bons portugueses como inocentes do crime da inconfidência.

Acusado nas Cortes portuguesas na sessão de 28 de junho de 1822, como réu do crime de *leso-despotismo*, o seu ilustre irmão Antônio Carlos o defendeu de tais crimes alevantados pelo deputado Ferreira Borges; e na sessão de 1^a de julho, o grande orador brasileiro, em um discurso modelo de eloquência, lógica e patriotismo, disse falando de seu irmão José Bonifácio:

"Justo Deus, em que tempo estou! É despotismo salvar a humanidade! É despotismo salvar as vítimas das injustas prevenções de uma plebe brutal e furiosa! Benfazeja Providência, que vigias sobre os destinos da nação portuguesa: tu, que espero e creio, conservarás a inte-

gridade deste império apesar dos encontrados empuxões da inexperiência, da ignorância presunçosa e da mesquinha rivalidade, permite que se, entre o clangor das armas, no silêncio das leis, no meio das convulsões da anarquia, houver de insinuar-se alguma arbitrariedade e poder discricionário, seja este sempre disposto, como foi o *grande déspota José Bonifácio*, a desoprimir a aflitos a arredar da garganta da desgraça a espada do ressentimento, a arrancar, enfim, das fauces ensangüentadas da vingança as vítimas que ela já saboreava!"

A acusação estalou como um raio aos ouvidos do acusador! E nenhum outro libelo acusatório as Cortes portuguesas irritadas tiveram ânimo de oferecer contra o patriarca da independência brasileira!

Em 1819, pede José Bonifácio licença, e obteve, para voltar à pátria. Chega ao Rio de Janeiro, delibera recolher-se a Santos, sua cidade natal, no sítio dos Oiteirinhos de sua propriedade, onde só poderia em sossego tratar de metodizar seus trabalhos científicos, e no regaço do sossego, quiçá da solidão, interrogar a natureza virgem da Pátria sobre seus mistérios!

Indo despedir-se e pedir as ordens d'el-rei o Sr. D. João VI em companhia de seu irmão o finado conselheiro Martim Francisco, el-rei tentou obstar a viagem do sábio, *dizendo-lhe que dele muito era mister para reitor de uma universidade que tinha em mente constituir na corte*. José Bonifácio disse que de Santos responderia a S. M. caso houvesse de chamá-lo para tão honroso empenho.

Em março de 1820, junto com seu irmão Martim Francisco, fizeram uma excursão montanística em parte da província de São Paulo; designaram os terrenos auríferos, descobriram novos minerais, descreveram-nos e especificaram as espécies de ferro encontrado. Esta notícia foi publicada no *Journal des Mines*.

Eis os traços gerais de sua vida de sábio. Sobre sua vida política não faremos observações, apenas recordaremos as épocas dos grandes feitos, porque só temos fé no futuro e na posteridade.

A 24 de dezembro de 1821, redigiu e apresentou em pessoa a 1º de janeiro de 1822 a representação da junta provisória de São Paulo, pedindo ao príncipe regente de ficar no Brasil, apesar do decreto das Cortes portuguesas.

Em 30 de janeiro, entrou no Ministério do Reino e Estrangeiros.

Em 3 de julho de 1822, constituiu-se o Ministério da Independência, que se compôs de José Bonifácio, Martim Francisco, conde de Sousa, Pinto Miranda Montenegro, Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho.

Fez-se a independência (7 de setembro de 1822).

Os trabalhos que venceram José Bonifácio e seus colegas para constituir-se o Império livre, que se imaginem, já se não podem recordar no curto espaço que nos foi marcado.

Nesta memorável campanha da independência o Washington foi José Bonifácio, não só pela sua abnegação e modéstia, que bem era atestada pelo finado senador João Evangelista, quando narrava as repugnâncias que encontrou em José Bonifácio para subir ao poder, como pelos grandes riscos a que se aventurou.

Ao Sr. D. Pedro I, jovem príncipe herdeiro da coroa portuguesa, tudo seria perdoado no dia da derrota e da desgraça. Pelos virulentos e insultuosos discursos dos mais preeminentes oradores das Cortes portuguesas se vê que toda a vingança tinha de cair tremenda sobre a cabeça de José Bonifácio. A José Bonifácio esperava o cadafalso ou a masmorra perpetuamente!

Em 17 de abril de 1823, convocou-se a Assembléia Constituinte brasileira, e José Bonifácio foi nomeado seu presidente. Daí a três meses justos, foi demitido José Bonifácio e dissolvido o ministério da Independência.

Dissolvida a constituinte a 12 de novembro, foi preso e deportado José Bonifácio juntamente com seus irmãos, o Sr. Montezuma, hoje visconde de Jequitinhonha, e outros, e conduzidos para o desterro pela fragata *Lucônia*! Sobre os azares desta viagem nada diremos, porque não é tempo, porém copiaremos um eloqüente trecho do mais exímio de nossos oradores acadêmicos, o Sr. Porto-Alegre:

"Os acontecimentos ocorridos naquela inesperada deportação a bordo do navio que os conduzia, eu *tremo* de os narrar. A história ainda não divulgou esse horrível acontecimento, essa espécie de odisséia, esse naufrágio *sui generis*, essas revoltas, essas *traições*, essa *fome*; e a energia de José Bonifácio e as representações ao governo de Espanha. Mas, quando divulgar, a posteridade há de tremer, como eu estremeci ao ouvi-lo da

própria boca das vítimas, com uma serenidade patriarcal e com aquele amor com que narramos os perigos do passado."

Nem mais uma palavra, as escritas e citadas valem tudo.

Depois de cinco anos de desterro, volta à pátria e, mudo e silencioso, sem exalar um queixume sequer, *desterra-se* voluntariamente para a ilha de Paquetá.

O decreto de 29 de agosto de 1829 lhe concede *quatro contos de réis* de pensão anual para indenizá-lo dos ordenados que perdera com a Independência. Ele aceita.

Em 6 de abril de 1831, na hora solene da abdicação de um trono, o Sr. D. Pedro I procura o companheiro e conselheiro de 1822, o patriarca da Independência, o sábio amigo de Humboldt, o exilado de 1823, a vítima que por sua coragem escapou às garras do algoz em Vigo – para entregar-lhe o precioso legado da tutela de seus amados e prezados filhos – e ainda o encontrou fiel e desinteressado! José Bonifácio aceita a tutoria.

Por decreto de 14 de dezembro de 1833, a tutoria instituída pelo pai Augusto lhe foi arrancada. Ele protestou ao mundo e ao Brasil, sofreu perseguições e julgamentos. O marquês de *Itanhaém o substitui*.

Em 6 de abril de 1838, o conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva entregou sua alma pura, grande e sábia ao seu Criador!

Sua morte foi um triste acontecimento, que feriu a todos os corações brasileiros.

Os talentos do tempo rodearam seu féretro e choraram-no esparzindo saudades sobre seu túmulo! A posteridade, quando, levada de entusiasmo pelos seus feitos, procurar o seu jazigo, talvez não o encontre; ainda menos sua estátua ou singela pedra, que comemore a gratidão de seus contemporâneos!

Desceu à tumba aos 75 anos de idade com o hábito de Cristo, com que a dadivosa mão de D. Maria I lhe honrou o peito, e embrulhado na beca de desembargador do tempo colonial! Eram todas as suas honras!

Não! que a verdade seja dita ante a sepultura do Patriarca da Independência!

A Assembléia Provincial de S. Paulo em 1838, por intermédio do presidente da província, decretou o que se segue:

"O Dr. Venâncio José Lisboa, presidente da Província de S. Paulo, etc. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte:

"Artigo único. Fica elevada à categoria de cidade de Santos a vila do mesmo nome, pátria do conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva."

Sua biblioteca foi enriquecer a Biblioteca Nacional, por sua derradeira vontade, a qual seus ilustres irmãos religiosamente cumpriram.

Suas cinzas dormem na igreja de Nossa Senhora do Carmo em Santos!



Alfonso

1842

Bouche

VISCONDE DE CARAVELLAS.

Alfonso

.....

Visconde de Caravelas

Confrange-se-nos o coração sempre que aos olhos do povo apresentamos a tela brilhante, onde se acha lavrado o painel das glórias de um vulto gigantesco da nossa história política. A fria lousa do sepulcro tem-se fechado sobre os beneméritos da pátria, e a mocidade de hoje, esquecida talvez da preciosa herança que nos legaram os apóstolos da nossa Independência, e os defensores valentes de nossas liberdades públicas, vê no túmulo não o istmo que prende a terra à eternidade, nem o quadro luminoso onde devemos ler os feitos ilustres dos nossos heróicos antepassados, mas sim o emblema do nada, e a imagem do esquecimento.

O retrato venerando de Manuel Alves Branco ocupa um lugar distinto na Galeria dos Brasileiros Ilustres, e é o mais solene protesto à opinião daqueles que julgam do passado pelo presente.

Manuel Alves Branco, filho do negociante João Alves Branco e D. Ana Joaquina de S. Silvestre, nasceu em 7 de junho de 1797 na cidade da Bahia, onde estudou as primeiras letras, as línguas latina e francesa, a lógica e a retórica. As provas brilhantes que deu do seu talento nas escolas da Bahia levaram sua família a mandá-lo em 1815 para Coimbra, onde se formou em direito e ciências naturais, havendo também freqüentado por três anos o curso de matemáticas.

Regressando em 1824 à sua pátria natal, fez uma viagem ao Rio de Janeiro, donde voltou despachado juiz do crime da cidade da Bahia. O modo satisfatório por que cumpriu os deveres desse cargo durante o espaço de três anos lhe granjeou a nomeação de juiz de fora da vila de Santo Amaro.

O respeito e consideração que a todos inspiravam as qualidades invejáveis de Manuel Alves Branco tornaram-no merecedor do lugar de juiz de fora da Corte, e da honra de ser eleito deputado à segunda legislatura da assembléia geral.

Tomando assento na Câmara dos Deputados, alista-se nas compactas e brilhantes fileiras do Partido Liberal, e em breve mostra na tribuna e no gabinete o mais profundo talento. Manuel Alves Branco é encarregado de confeccionar o Código do Processo Criminal, apresenta vários projetos sobre a judicatura e o sistema eleitoral, pugna pela patriótica idéia das incompatibilidades dos juizes e outros empregados, e assina com o deputado filósofo de sua província a proposta da liberdade completa de consciência e federação monárquica.

O procedimento de Manuel Alves Branco nas duas primeiras sessões da segunda legislatura revela uma alma verdadeiramente liberal. Não é debalde que o ídolo das poesias que nos legou o ilustre baiano é sempre a liberdade.

A maioria da Câmara dos Deputados condenou os projetos de Alves Branco; sempre se esforçou por melhorar os diferentes serviços públicos, e quiseram votar ao desprezo ou esquecimento. Em 1834 e 1835 triunfaram no Parlamento medidas idênticas às propostas por Alves Branco em 1831.

Nomeado contador-geral do Tesouro Nacional, confecciona importantes regulamentos de contabilidade e escrituração por partida dobrada, e em breve é nomeado ministro da Justiça e Estrangeiros. Como ministro, Alves Branco sempre esforçou-se por melhorar os diferentes serviços públicos, e ainda uma vez maldisse o Parlamento por desaprovar a convenção que havia feito com Mr. Fox sobre a repressão do tráfico. Em desinteligência com o regente Feijó, e além disso molesto, retirou-se do Ministério, e voltou à Bahia, que lhe dá a prova mais solene de sua admiração e gratidão honrando-o com um lugar numa lista senatorial.

Escolhido senador em julho de 1837, é chamado para a pasta da Fazenda do Império, recusa a regência interina do Império, quando Feijó, desgostoso do procedimento insólito e inqualificável do partido negreiro, renuncia ao cargo a que o tinha elevado o sufrágio universal. O estadista eminente não se dedigna de ocupar o humilde lugar de membro do Tribunal de Contas depois de haver sido elevado às mais altas posições do estado.

Era tal a reputação de Manuel Alves Branco, que o regente Pedro de Araújo Lima, hoje marquês de Olinda, nomeou-o em 1840 ministro da Fazenda. Nesse caráter introduziu no Tesouro o sistema de contabilidade adotado na França. Voltando ao ministério da Fazenda em fevereiro de 1844, melhorou a arrecadação das rendas e o sistema de ancoragem, e confeccionou a tarifa das alfândegas. Ficou até maio de 1846.

Em 22 de maio de 1847 foi pela última vez chamado aos Conselhos da Coroa como ministro da Fazenda e do Império.

Como funcionário público mostrou Alves Branco uma incorruptibilidade descomensurada; como ministro nunca deixou de apresentar medidas importantes sobre as fontes da riqueza nacional; como deputado e senador, foi sempre escolhido para as comissões de maior consideração.

Manuel Alves Branco possuía apenas o oficialato do Cruzeiro, quando o monarca em 2 de dezembro de 1854 lhe conferiu o título de visconde de Caravelas, do qual gozou pouco porque morreu a 13 de julho de 1855.

A sucinta mas verdadeira exposição que acabamos de fazer da vida pública de Alves Branco engendra-nos a convicção profunda de que é merecedor da honra de ser colocado no Panteão de nossas glórias. A província da Bahia, ciosa dos nomes ilustres do grande estadista visconde de Cairu e do distinto literato visconde da Pedra Branca, se ufanará de ver colocada *a effigie veneranda do visconde de Caravelas a par dos bustos desses filhos diletos, cujos troféus alcançados na conquista da ciência e das letras lhes abriram o templo da immortalidade.*

A posteridade, talvez mais imparcial do que a idade contemporânea, concederá ao cidadão Alves Branco os foros de grande juriscônsulto, eminente legislador, abalizado estadista e profundo economista.

O santuário da poesia abrir-se-á para receber a veneranda estátua de Alves Branco, e a lira de ouro dos poetas calar-se-á ao som das harmonias do verso do baiano, que se glorificou pela admiração que lhe inspiraram as produções dos mais acreditados literatos.

Ainda bem que a pena diamantina de uma das nossas glórias literárias, o Sr. Manuel de Araújo Porto Alegre, já antecipou o juízo que a geração futura tem de proferir sobre o visconde de Caravelas.

A vida pública de Alves Branco não foi senão o reflexo brilhante de sua vida privada. Quem o conheceu faz justiça à maneira por que sempre cumpriu os deveres de esposo e de pai.

As tribulações em que constantemente vivia como homem em extremo escrupuloso no desempenho das comissões de que a bem do povo era encarregado não o impossibilitavam de derramar sobre seus filhos os carinhos de um extremoso pai.

Quantas vezes não ouviu Alves Branco as pessoas que o procuraram tendo nos braços um dos seus mais tenros filhos! Tanta magnanimidade de coração, tanta grandeza de alma, fazem-nos prostrar com a maior humildade ante a campa que encerra o corpo inanimado do visconde de Caravelas.

O homem que no seio da família e em face do povo dá eloqüentes demonstrações de um bom pai de família e de um cidadão capaz de sacrificar-se pelo bem geral da nação, é merecedor de oblações maiores do que as que mereceu Alves Branco.

A austeridade de costumes, a probidade elevada ao grau de loucura e o caráter severo do visconde de Caravelas dizem a herança que legou à sua progênie.

Os filhos desse homem, cujos gloriosos feitos a mão poderosa do tempo escreveu no livro da História, esquecem as amarguras da pobreza guardando com zelo a imorredoura memória de seu ilustre pai.

Inscrevamos no modesto túmulo de Alves Branco o honroso epitáfio por ele próprio proferido momentos antes de expirar – nasci pobre e pobre morrerei; mas nasci na mediania social, e fui elevado ao fastígio das posições pela magnanimidade de um príncipe que não pergunta pelos avós dos servidores do estado.



L. G. BISSON

L. G. BISSON

D. PEDRO III

D. Pedro III

.....

O Senhor D. Pedro II

A importância imensa ligada pelos reis de Portugal ao comércio da Ásia e África foi a causa do desprezo em que jazeu o Brasil durante os primeiros tempos de sua descoberta. A Providência condoída da triste sorte dos brasileiros inflama-lhes no peito o sagrado fogo do patriotismo, e indica-lhes os brilhantes resultados que para sua pátria deviam provir, se porventura aos raios do sol da liberdade se fundissem as algemas que apertavam os robustos pulsos do futuro gigante da América.

Em 1790 ecoou nas virgens florestas do Brasil o primeiro grito de Independência. Os patíbulos são levantados, e as portas das prisões escancaradas diante dos patriotas que em Vila Rica ousaram erguer o pavilhão de uma nacionalidade.

O povo estorce-se nas dores do desespero; não possui recursos poderosos que importem a realização do seu desiderato, e considera as hecatombes o prêmio daqueles que protestam contra a egoística política da metrópole.

Um grande acontecimento traz o alívio das vítimas oferecidas em holocausto nos altares da pátria. As invencíveis águias da França pairam no horizonte lusitano, e a família real, amedrontada diante da bandeira tricolor que tremulava na egrégia cidadela de Afonso Henriques, busca um asilo seguro na terra de Cabral.

O entusiasmo dos brasileiros foi unânime e excessivo, e viram na chegada da Casa de Bragança a primeira pedra levantada para a inauguração do edificio da independência da colônia.

D. João VI, a quem se confiara o governo da nação em consequência do estado desgraçado de sua mãe, sela a sua administração com o estabelecimento das mais úteis instituições.

Em 1815 é o Brasil elevado à categoria de reino. Em 1821 volta D. João VI para Portugal, e deixa seu filho D. Pedro revestido da autoridade de príncipe regente.

Pouco tempo antes havia D. Pedro desposado a arquiduquesa de Áustria D. Leopoldina, filha distinta dos césares, e irmã da segunda esposa de Napoleão. Esta aliança encheu de júbilo a nação, e enquanto Napoleão expiava em Santa Helena o crime de plantar na Europa inteira a árvore da liberdade constitucional, D. Pedro principiava a gloriosa cruzada de conquistar a Independência do Brasil.

O dia 9 de janeiro de 1822 foi o crepúsculo brilhante que precedeu ao dia 7 de setembro. O povo embriaga-se de prazer nos festins celebrados por ocasião da independência do Império, e no meio dos epicênios entoados em honra do imperador, pede a convocação de uma Constituinte que formule a Constituição política da nação. Razões que por agora não queremos analisar levaram D. Pedro a dissolvê-la, e a 25 de março de 1824 é jurada a Constituição que hoje nos rege.

O brado heróico proferido pelo fundador do Império nas virgens campinas do Ipiranga ecoava ainda na amplidão do espaço, e as aclamações com que o povo havia colhido a Constituição política da nação repercutiam na imensidade dos mares, quando a Providência, vindo em auxílio dos brasileiros já cansados de sofrer as torturas do absolutismo, que apenas se enfraquecera aos primeiros raios da luz da liberdade constitucional, concede-lhes a 2 de dezembro de 1825 o verdadeiro penhor da prosperidade do Brasil. O nascimento do senhor D. Pedro II marca uma época importante nos Anais da nossa história política. Os mártires de 1824 condenaram os excessos da realeza, mas em breve a aurora do dia 2 de dezembro, que a história da humanidade assinala como um dos mais célebres da vida dos povos, irradia-lhes a mente. Aqueles que no patíbulo expiaram o crime de 1824 lavam com seu sangue o trono imperial das nódoas da iniquidade e orgulham-se

de ver refulgir no diadema real a esperança de jamais serem calcados os direitos do cidadão, e aniquiladas as garantias do povo. Aqueles que por mais felizes escaparam da morte saúdam a aurora desse dia memorável que para sempre afugentou as trevas do absolutismo que de vez em quando toldavam o horizonte do Brasil, e que assegurou o futuro brilhante da nação.

D. Pedro, circundado dos patrióticos ministros de 1822, havia-se posto à testa do movimento glorioso da nossa Independência, e acedido aos desejos do povo, que prosternado aos pés do imortal fundador do Império pedia-lhe a convocação de uma Constituinte que desse aos brasileiros as tábuas sagradas de uma nova lei. As cadeias do cativo esfrelaram-se ao sopro das auras livres dos nossos bosques.

Com razão, os respeitáveis heróis da Constituinte desconfiaram do imperador, quando chamou para substituir aos ministros de 22 homens que se tinham mostrados contrários à nossa Independência. Não pretendemos justificar a oposição virulenta que a Assembléia Nacional declarou ao novo Ministério: a imparcialidade nos aconselha a dizer que a situação melindrosa em que se achava o Brasil foi a causa desse receio e desconfiança que os deputados constituintes manifestaram pela volta ao antigo sistema governativo.

A inauguração de uma forma de governo compatível com a dignidade do homem e com os brios de um povo que, embora por muito tempo escravo, soubera sempre amar a liberdade, era uma necessidade palpitante. As hecatombes que precederam ao triunfo da nossa emancipação política, ao passo que comprovam essa tendência que os povos do Brasil patentearam desde as mais remotas eras para a aquisição dos foros de nação livre, eram também o obstáculo maior que se opunha à organização de um gabinete, composto de homens que outrora se disseram infensos à nossa Independência. Não era, pois, de estranhar que os filhos prediletos da nação se embriagassem nos festins celebrados em louvor da nossa primeira conquista, e deixassem escapar no recinto sagrado da assembléia popular palavras que de algum modo ofendessem o prestígio da autoridade. Quando é breve o triunfo de uma empresa custosa, são desculpáveis os desvarios dos vencedores.

D. Pedro, acercado de homens que aos olhos do povo mereciam o título de criminosos de lesa-pátria, dissolve a convenção na-

cional, e justifica seu procedimento com o receio de ver a Constituinte brasileira transformada em arena dos mais perigosos anarquistas. Aqueles que, ao lado de D. Pedro, assistiram à Independência do Brasil são retirados da cena pública e lançados em galeões para serem transportados às mais ignotas praias.

O povo desgosta-se do imperador, a revolução eleva seu colativo, e embora por algum tempo sufocada, rebenta com maior estridor.

Estava talvez marcada a hora em que D. Pedro devia deixar o manto imperial que há pouco sobre seus ombros desdobrara o povo. Estava talvez marcada a hora em que D. Pedro devia entregar a coroa e o cetro do Brasil que a nação lhe oferecera em galardão dos serviços relevantes que prestara ao florescente império.

O dia 7 de abril de 1831 foi a consequência da dissolução da Constituinte. Os ministros que aconselharam ao imperador as medidas violentas de 1823 foram os primeiros autores da sua abdicação. Em vez de terem recuado diante dos bastiões levantados pelo povo, provocaram instantemente as iras da nação.

Em breve se não respeita mais a pessoa do imperador, que ofendido em sua dignidade conserva no poder aqueles de quem o povo se queixava. A retirada do Ministério teria salvado o Brasil da hidra revolucionária, a sua conservação irritou os ânimos de maneira tal que a nação considerou o imperador a causa dos males que a afligiam.

Se os ministros de D. Pedro tivessem procedido como aconselhava o bem do Brasil, teria sido possível a conciliação entre o imperador e o povo.

Hoje o historiador imparcial pode proferir um juízo certo sobre os acontecimentos de 1831. Se de um lado D. Pedro devia atender às reclamações da nação, de outro lado o povo não devia concorrer para que ele renunciasse a um trono que lhe fora oferecido em homenagem dos feitos por ele obrados em prol da Independência do Império.

A abdicação de D. Pedro foi o abismo mais perigoso cavado aos pés do povo. A morte de D. Leopoldina cobriu os príncipes com as vestes da orfandade: a renúncia de D. Pedro abandonou-se à generosidade do povo. Por direito de sucessão o trono imperial competia ao Sr. D. Pedro II. Entretanto as paixões políticas dominavam o coração dos revolucionários. Três partidos disputavam a palma da vitória.

D. Pedro havia deixado seu filho com a idade de 6 anos, e nomeado seu tutor ao patriota José Bonifácio de Andrada e Silva. A uma regência composta de três distintos cidadãos confiou-se na forma da lei o destino do Brasil, e a escolha de Diogo Antônio Feijó para ministro da Justiça foi anunciada como presságio da salvação de nossas instituições. Os absolutistas e republicanos foram exterminados; e os defensores da Constituição elevados aos fastígios das posições do estado.

O partido moderado proclama a vitória, e vai além do que convinha à integridade e segurança do estado. Concede-se às províncias uma liberdade ampla de ação, e declara-se eletivo o cargo de regente, quando não haja membro da família reinante que o ocupe.

O povo saúda o triunfo da monarquia, e nas praças públicas apregoa como Imperador aquele que pela Constituição devia suceder a D. Pedro I. Os inimigos do princípio da hereditariedade vêem no movimento de 31 a imagem eloqüente de uma eleição popular, e consideram o governo do Sr. D. Pedro II antes filho do sufrágio universal do que do direito de sucessão.

Diogo Antônio Feijó, a quem com razão se denomina o salvador do Império, é escolhido regente. Em breve a assembléia geral declara-lhe uma oposição violenta e obriga-o a renúncia à regência. É eleito para substituí-lo o Sr. Pedro de Araújo Lima, hoje marquês de Olinda. Não tardou muito que a representação nacional se manifestasse contra seu governo.

O decênio das regências foi um complexo de calamidades que pesaram sobre o Brasil. Com razão esperava o povo com ansiedade a época em que o Sr. D. Pedro II tomasse as rédeas do governo. Os demandos da regência, e o desejo ardente que os representantes da nação manifestavam pela maioria do jovem Imperador apressaram esse importante acontecimento. O deputado Antônio Carlos pede a maioria do Sr. D. Pedro II. O povo acompanha-o nesse louvável procedimento, e o – *quero já* – proferido pelo nosso atual imperador leva a assembléia geral a colocá-lo à testa dos negócios públicos no dia 23 de julho de 1841, pressagiu o verdadeiro reinado da liberdade constitucional.

As províncias do Império, que há muito lutavam com a hidra da revolução, buscam abrigo à sombra do trono imperial. A anistia é o conforto que o monarca concede àqueles que nos cárceres sofriam os

tormentos de uma condenação por faltas dignas da compaixão pública. Enfim, o manto imperial protege todos os brasileiros, e estimula-os a amarem-se como irmãos. O Sr. D. Pedro II coloca-se acima das paixões políticas. Chama indistintamente para o Ministério homens das diversas parcialidades, e desgostoso das exagerações de partido que em 1842 e 1848 foram causa de guerras civis, arvora o pavilhão de uma política nova, que acabará com os excessos dos partidos políticos e concorrerá para que os brasileiros perpetuamente se congracem.

Casou o Sr. D. Pedro II por procuração em 30 de maio de 1843, e recebeu as bênçãos em 4 de setembro do mesmo ano, com S. M. a Sr^a Teresa Cristina Maria.

A Providência abençoou esta feliz união, concedendo a SS. MM. II quatro filhos: os príncipes Afonso e Pedro, e as princesas Isabel e Leopoldina. Quis a fatalidade que em breve fossem chamados aos céus os dois príncipes. Existem as duas princesas, que formam as delícias dos seus augustos pais.

Os atos da vida pública do Sr. D. Pedro II atestam sua capacidade intelectual e uma erudição invejável. As nações estrangeiras consideram-no como um dos mais ilustrados monarcas.

É o primeiro a colocar-se à testa de todo o movimento literário e industrial inaugurado no Império, e um protetor extremo das ciências, letras e artes. Não há dia em que o Sr. D. Pedro II não honre com sua presença alguma das faculdades da corte, alguma associação literária, e constantemente visita aqueles colégios que mais serviços têm prestado à educação e instrução dos brasileiros confiados à solicitude dos seus diretores.

A bolsa do nosso Imperador abre-se sempre ao pobre que lhe suplica uma esmola. Milhares de famílias de servidores do estado dirigem fervorosas súplicas ao Onipotente pela conservação da vida daquele que por meio de pensões lhes mitiga os sofrimentos que infelizmente ainda hoje cabem às mulheres e filhas dos homens encanecidos nos serviços da pátria.

Nos dias de epidemia, vai consolar em sua choupana o filho ingrato da fortuna que se estorce de dor no seu leito de palha; visita os diferentes hospitais, e ordena que parte de sua insignificante dotação seja distribuída pela classe pobre.

OS CONTEMPORANEOS



Alman

LUIZ PEDREIRA DO COUTTO FERRAZ

Luiz Pedreira do Coutto Ferraz.

.....

Luís Pedreira do Couto Ferraz

A

7 de maio de 1818, nesta cidade do Rio de Janeiro, nasceu o conselheiro Luís Pedreira do Couto Ferraz, filho legítimo do desembargador agravista da Casa da Suplicação do Rio de Janeiro, Luís Pedreira do Couto Ferraz, e de D. Guilhermina Amália Correia Pedreira.

Seu pai, varão de grata memória, com espírito ilustrado e magistrado integérrimo, ocupou-se dos primeiros passos de sua educação moral e literária, e aos 7 anos de idade tinha completado o estudo das primeiras letras.

Por ele entregue ao célebre latinista Florêncio, e sucessivamente a outros mestres, achou-se o conselheiro Pedreira na idade de 13 anos pronto em todos os preparativos exigidos então pelos estatutos da Faculdade de São Paulo.

Sem idade legal para matricular-se na Academia de Direito, e sendo negada pelo governo, por contrária à lei, a dispensa pedida por sua mãe, já então viúva, passou os dois anos de espera no estudo das línguas vivas, e outras matérias, que muito concorreram para o desenvolvimento e progresso do seu espírito.

Aprovado plenamente na Academia de S. Paulo em todos os estudos preparatórios, aos 15 aos de idade matriculou-se no curso

jurídico, tomou o grau de bacharel formado em direito no dia 6 de novembro de 1838, e em abril do ano seguinte o de doutor.

Convidado por alguns de seus mestres, e depois de reiteradas instâncias do Dr. Antônio Maria de Moura, bispo eleito do Rio de Janeiro, resolveu opor-se a uma das cadeiras de lente substituto.

No mês de agosto de 1839, voltou a S. Paulo, entrou em concurso, e sendo proposto pela congregação foi nomeado logo em seguida pelo governo imperial, de sorte que ainda naquele mesmo ano tomou posse do lugar de lente, e, com a idade de 21 anos, teve a honra de sentar-se entre seus mestres, e de com eles assistir aos atos de alguns anos da mesma faculdade. Nesta benemérita posição conservou-se o conselheiro Pedreira até o ano de 1845, em que tomou assento na assembléa provincial do Rio de Janeiro.

Encerrada a assembléa provincial, e tendo aparecido grande divergência entre o visconde de Sepetiba, presidente da província, e o vice-presidente em exercício, divergência que fez recear sérias desordens em alguns municípios em consequência da excitação dos ânimos, foi o conselheiro Pedreira nomeado vice-presidente, em dias de julho de 1846 entrou no exercício da administração da província.

Reunindo as qualidades da moderação, da perspicácia, e de uma grande atividade no gabinete e fora dele, governou a província naquela difícil conjuntura com uma prudência tal, que os ânimos se acalmaram; e ao passo que mereceu elogios da própria imprensa oposicionista, e em pleno Senado os do marquês de Paraná, conhecido pela sua franqueza, coragem e lealdade, o governo deu-lhe uma evidentíssima prova do quanto avaliava sua administração, nomeando-o presidente da província do Espírito Santo, e pouco depois condecorando-o com o oficialato da imperial ordem da Rosa.

Na província do Espírito Santo congregou os partidos ali existentes, moderou as opiniões extremas, e concentrou em si as simpatias gerais.

Obtido este primeiro triunfo, tratou de por si mesmo conhecer a província, e viajou com aquele fruto que uma inteligência altamente cultivada pode colher. Reconheceu na excelência topográfica da província, orlada de mar, cortada de rios, com um solo fertilíssimo, que só lhe bastava, para progredir, concórdia e braços, e para isso solicitou do Min-

istério, e mandou ir para ali uma porção de colonos alemães, com os quais fundou a colônia de Santa Isabel cuja prosperidade atesta sua vigilância e previdência; e a prova maior do que acabamos de dizer é a de terem ficado os colonos dentro em pouco tempo em sua maioria independentes dos auxílios pecuniários do governo, tratando atualmente de promover a vinda de seus parentes e amigos para aquele novo núcleo de população.

Ao passo que colonizava e estendia os bens da agricultura, cuidava da catequese dos indígenas, e promovia o seu melhoramento moral e material com incansável assiduidade, para o que nunca se poupou a esforços, quer viajando com os cômodos usuais da terra, quer caminhando às vezes a pé por alguns lugares, perlustrando sertões e entregando-se a todas as privações inseparáveis de semelhantes viagens.

Promoveu o melhoramento da instrução primária, as vias de comunicação, e, homem que abraça todo o pensamento generoso e bom, continuou as obras planejadas por seus antecessores, como foram as da estrada de S. Pedro de Alcântara e outras.

Foi ele quem deu os primeiros passos para a nova estrada de Santa Teresa, coroados com o mais feliz sucesso, a qual, segundo o primeiro projeto, devia partir das cachoeiras do rio de Santa Maria, no município da capital, e chegar ao Cuiaté, em Minas, e nesta exploração empregou alguns índios sob a direção do sargento Norberto, que longos anos habitara as matas, e que mandou vir de propósito daquela província, prometendo-lhe um prêmio se, explorando as florestas virgens, fosse ter ao ponto destinado. O ano de 1847 está ainda presente na memória de todos os espírito-santenses, assim como a grata lembrança de tão pacífica e inteligente presidência. Em reconhecimento a estes serviços, foi o conselheiro Pedreira eleito em 1848 deputado à Assembléia Geral, e, coisa singular, com o acordo de ambos os antigos partidos da província. Tal é o prêmio dos varões que sabem satisfazer o desejo dos povos, e equilibrar com a mais sábia ponderação a balança da justiça; e muito mais ainda lisonjeiro é este prêmio quando o eleito se acha fora do centro eleitoral, e em viagem, como aconteceu ao nosso benemérito fluminense, que estava na cidade de S. Mateus, quando os chefes de tais partidos se lembravam de apresentar seu nome aos eleitores.

No recinto da Câmara cuidou de obter meios para favorecer os trabalhos planejados e em andamento na sua nova província, como fossem os da estrada de Santa Teresa, fonte de seguro engrandecimento e riqueza para a mesma província.

Nesse ano conservou-se silencioso na Câmara, mas desde o princípio manifestou que abraçava as idéias conservadoras, votando com a oposição de então nas principais questões.

Exonerado da presidência do Espírito Santo, foi logo ao terminar a sessão nomeado presidente da província do Rio de Janeiro, onde se conservou de outubro de 1848 até setembro de 1853.

Nas coleções das Leis Provinciais estão estampados os regulamentos que expediu, já para a reforma da Instrução Pública, já para a melhor arrecadação de certos impostos, e para o aumento da renda provincial, e já para o desenvolvimento de outros muitos ramos do serviço público, e no seu solo baseados de uma maneira inalterável os trabalhos materiais que empreendeu, os que continuou, e os que planejou com vistas gigantescas, e com o intuito de exemplificar os ânimos timoratos, que vivem no futuro por descrerem de si próprios. Aí estão a estrada nova da Serra da Estrela, cujas obras fez continuar com extraordinário progresso; muitos trabalhos importantes da colônia de Petrópolis, o andamento que deu às obras do canal de Campos a Macaé, e às da Serra da Mangaratiba, da matriz de Niterói; que concluiu as da matriz da Barra Mansa, e outras obras, que seria longo enumerar, e das quais só apontaremos a da importantíssima estrada de rodagem dos Mendes, que foi aberta em seu tempo, tendo a satisfação de ser nelas auxiliado pelo benemérito conselheiro José Clemente Pereira, pelo visconde do Rio Bonito, pelo irmão deste o veador Camilo Faro, pelo comendador Ezequiel Padilha, e por muitos outros fazendeiros importantes dos municípios de Vassouras e Valença. Foi durante a sua presidência que partiu do Rio de Janeiro a primeira carruagem que parou às margens do Paraíba, passando agradavelmente pela estrada da Polícia, pela de rodagem chamada dos Mendes, e hoje com o seu nome, e por outros lugares, onde pouco antes mal podiam suster-se as tropas e viajantes. No melhoramento que promoveu de todas as vias de comunicação, introduziu na província, não sem objeção, diversas pontes de ferro, principiando pela do rio Alcântara, realizada durante a benéfica vice-presidência do visconde do Rio Bonito.

Assinou o contrato da primeira estrada de ferro, que se fez no Império, e facilitou tudo quanto estava a seu alcance ao barão de Mauá, empresário da mesma estrada. Este exemplo quanto não tem frutificado hoje, quanto não tem cimentado no espírito público o bom uso das forças nacionais, e quantos bens não propicia ao país?

Honrado por S. M. o Imperador com o título de seu conselheiro em 2 de dezembro de 1850, e acreditado como excelente administrador e homem dedicado aos melhoramentos do país, foi chamado em 6 de setembro de 1853 para os Conselhos da Coroa, na qualidade de ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império. Os atos do seu ministério, a extensão de suas vistas e a moderação do seu espírito político o colocaram na plana dos beneméritos da pátria.

Fez os contratos das estradas de ferro de Pernambuco, da Bahia e de S. Paulo, contratos em que teve de lutar com objeções bem sérias da parte de muita gente grada do país, que nutria a convicção de que ainda não era chegada a hora de empreender fatos materiais de tamanho alcance, mas tudo pôde superar com o seu modo e ilustração, como se vê pelos resultados obtidos. Aí está a estrada de ferro D. Pedro II inaugurada no dia 29 de março último, cujos contratos com a companhia existente e respectivos estatutos foram por ele elaborados e publicados dentro do curto espaço de tempo que mediou entre a chegada a esta Corte em março de 1855 do contrato celebrado pelo conselheiro Sérgio Teixeira de Macedo em Londres, com o empresário Price, para as obras da 1ª secção, e a abertura da Assembléia Geral em maio, a qual foram presentes todos estes trabalhos anexos ao seu relatório.

Aí estão os decretos de renovação dos contratos da Companhia de Navegação do Amazonas; da linha geral de paquetes de vapor ao Norte e ao Sul do Império; das linhas costeiras de Caravelas e Pernambuco, de Pernambuco ao Ceará, e da Corte até Santa Catarina pelo porto de Santos, e outros da província de S. Paulo e do Paraná; a de reboque da barra de Sergipe, e da navegação de Niterói, etc. Aí estão, entre outros atos de seu ministério, os contratos para a estrada por trilhos de ferro da corte para a Tijuca, e para o Jardim Botânico, que em poucos anos hão de formar quase um círculo, e oferecer a esta população todos esses sítios saudáveis e pitorescos, que nada têm que invejar aos mais

belos e mais afamados de toda a Terra; as providências para a navegação dos rios Araguaia, Tocantins e outros.

De quanto não lhe é devedora a Companhia União e Indústria, que tão belamente encetou seus trabalhos?

Não satisfeito das próprias idéias, abraçava todas as que lhe eram apresentadas, uma vez que entrassem do domínio da utilidade pública. Teve a coragem de realizar um pensamento dos tempos coloniais, adiado do Reinado para o Império, do Império para a Regência, e da Regência para uma época orgânica. Mandou planejar e principiar o canal da Cidade Nova; fez importantes melhoramentos em muitos dos arrabaldes da corte, e teve a glória de destruir o sistema das antigas calçadas, consagrado pela rotina, e por mal-entendida economia; obra esta em que o ajudou o seu colega ministro da Fazenda marquês de Paraná com os donativos que obteve dos acionistas do Banco do Brasil.

Não são para esquecer as providências que deu para a exploração e aproveitamento das minas de carvão de pedra do Rio Grande e outros lugares, de cujas análises se ocuparam longamente três químicos desta capital; e nem também serão esquecidos o desenvolvimento que deu ao abastecimento de água potável a esta cidade, assim como o contrato celebrado com I. P. Viana de Lima e J. Russel para o serviço do asseio e limpeza das habitações e esgoto das águas pluviais, obra esta que porá um dia a capital do Império ao nível das primeiras cidades européias, conhecidas por sua polícia e boas disposições higiênicas.

O impulso que deu às obras do hospital marítimo de Santa Isabel, as medidas que tomou a bem do melhoramento do regime sanitário de nossos portos e os relevantíssimos serviços que fez ao país quando pela primeira vez foi acometido pela cólera-morbo nunca serão esquecidos.

Nesta desgraçada ocorrência o conselheiro Pedreira não soube o que era sono e repouso: trabalhou como as almas caridosas e olhou para a vida do cidadão com aquelas vistas benfazejas e magnânicas do homem de estado.

Hospitais, enfermarias, ambulâncias, comissões médicas, providências a favor da pobreza, tudo levou a efeito com uma coragem e abnegação dignas de exemplo. Levou a sua caridade a ponto de ser advertido pela imprensa oposicionista de que seu zelo administrativo era

excessivo, e que com ele outros negócios importantes a seu cargo podiam sofrer. Acompanhou o Imperador na visita que este fizera a todos os hospitais e enfermarias, visita esta que fez mais no espirito da população do que todas as palavras imagináveis; e por vezes os tornou a visitar e inspecionou quando o flagelo recrudescia.

Estes serviços, esta dedicação pessoal, não podem ser pela população esquecidos, como os do médico que, passada a crise e o horror da morte, o são de ordinário por aqueles que lhe devem a vida e a felicidade doméstica.

Alvo das vistas e esperanças de uma grande cidade, e de toda a população do litoral e da baía fluminense, teve a glória de ver passar o flagelo, e de convencer-se de que essas vigílias e insônias, de que esses trabalhos mentais e corporais muito concorreram para minorar a infelicidade. Por menos se hão levantado estátuas.

Resta de tudo isto um monumento de gratidão bem significativo e bem honroso para o nosso país, o qual a inveja e a maledicência nunca puderam destruir. É a mensagem do corpo consular estrangeiro dirigida ao ministro Pedreira, tendo-se reunido extraordinariamente para este fim.

Três grandes vultos sobressaíram naquele lúgubre painel, o Imperador, o ministro Pedreira e o doutor Paula Cândido, presidente da Junta de Higiene Pública.

No meio da aflição geral o Conselheiro Pedreira nunca arrefeceu na continuação de seus trabalhos; diversos núcleos de colonização foram por ele criados em várias províncias, e os outros sempre mereceram sua constante solicitude; aí estão o contrato com a Sociedade Central de Colonização e os diversos regulamentos que formulou para a execução da lei das terras, a qual começou a ter efeito no seu tempo, as colônias e presídios militares que criou em Santa Catarina, no Mucuri, em Goiás, no Maranhão e no Pará, e o desenvolvimento que deu a outras já criadas.

A par destes trabalhos importantes, fez a reforma da instrução primária e secundária; e das Faculdades de Direito de S. Paulo e Olinda, e das escolas de medicina do Rio e da Bahia; a da aula do comércio, transmutada em Instituto Comercial; a do Conservatório de Música; e a da Academia das Belas-Artes; criou o Imperial Instituto dos Meninos

Cegos; coadjuvou o dos surdos-mudos, e acabou as obras do Museu Nacional.

Todos estes estabelecimentos lucraram em suas disciplinas e obtiveram grandes melhoramentos, não só em cômodos materiais, como em donativos para compras de bibliotecas, coleções, medalheiros e instrumentos, etc., e tendo tido as belas-artes em geral um grande impulso durante a sua administração.

Reformando a Academia das Belas-Artes, introduziu o seu ensino às ciências exatas auxiliares, melhorou a sorte dos artistas que viajam e estudam na Europa à custa do estado, criou e edificou a Pinacoteca, pelo que o corpo acadêmico lhe votou um busto de mármore, que deve ser colocado a par do do Sr. Visconde de S. Leopoldo, fundador da Academia. Foi quem primeiro mandou estudar à Europa um músico, e o que acolheu com grande entusiasmo a criação da ópera nacional.

Passou, e obteve os meios para edificar um majestoso teatro, digno da capital, e preparava-se para construir um edifício próprio para o Conservatório de Música, e outro para a Escola de Medicina.

Aí estão os decretos para a execução da lei da reforma eleitoral, os regulamentos e as providências que expediu nesta nova fase política, onde se observa o seu espírito de justiça, e seu reconhecimento de todas as localidades do Império, e a sinceridade de se conservar em toda a parte a liberdade do voto. As individualidades de que se compõe a nova Câmara justificam altamente esta verdade.

E para coroar tantos e tão importantes serviços ao país, deferiu a petição do Instituto Histórico, criando a comissão científica para a exploração e estudos de algumas províncias do Império, e fornecendo-lhe todos os meios necessários para o bom desempenho de sua missão, incluindo nestes meios uma rara, avultada e riquíssima biblioteca especial, e uma coleção de instrumentos como não há segunda na América.

Os embaraços externos e internos nunca o desviaram do seu nobre escopo, nem as lutas com as dificuldades com que se viu a braços o Ministério de que fez parte no Estado Oriental e no Paraguai, nem as duas epidemias por que passou o país e que por toda parte levaram após si o horror e a desolação, e nem a morte inesperada do 1º presidente do conselho de seu ministério, de quem era particular amigo.

Até aqui perpassamos pelos fatos da vida do homem público, e com justa satisfação os enumeramos rapidamente, e tanto quanto pede esta nota biográfica; porém agora se nos antolha o homem privado, o cidadão. As virtudes, baseadas na vida particular, ressumbram mais altamente quando o indivíduo é arrancado do lar doméstico para o teatro da vida política; porque a probidade, o amor do próximo e a ilustração formam os três pontos por onde passa o grande círculo do verdadeiro homem de estado daquele que edifica pelo exemplo; e o exemplo é o maior e o mais seguro de todos os mestres.

Como homem político, o conselheiro Pedreira tem a glória de só ter por inimigos os inimigos de sua pátria, e por adversários um ou outro de idéias exageradas. Como particular, a sua vida é um exemplo de todas as virtudes sociais e domésticas.

Teve a fortuna de dirigir a educação de suas quatro irmãs, e a de vê-las casadas e felizes; teve a fortuna de auxiliar a educação de seu irmão, levando-o em tenra idade para S. Paulo, e a de vê-lo formado, e ocupando o lugar de secretário do Supremo Tribunal de Justiça.

O conselheiro Pedreira é cavaleiro da ordem de Cristo, oficial da Imperial Ordem da Rosa; lente proprietário da cadeira de Economia Política da Faculdade de S. Paulo, e como tal desembargador honorário; inspetor-geral da caixa da amortização; comissário do governo no instituto comercial da corte; deputado à Assembléia Geral desde 1848 sem interrupção, sendo eleito duas vezes pela província do Espírito Santo, e três pela do Rio de Janeiro; membro do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil; membro honorário da imperial Academia das Belas-Artes, da sociedade amante da instrução; da sociedade propagadora das Belas-Artes; e da auxiliadora da indústria nacional; da de colonização das Alagoas; e de outras.

O nome do conselheiro Pedreira está unido ao solo da pátria, está no coração da mocidade, no dos homens amigos dos melhoramentos e progresso do seu país, e terá aquela duração com que a Providência costuma galardoar os bons. Tanta felicidade é devida à sua vasta inteligência, ao seu coração brasileiro, à sua modéstia, e à amenidade de seu trato social, que o constitui o mais perfeito gentil-homem!

Tem apenas 40 anos de idade, e o país espera portanto ainda muito de seus serviços.



Lith. de T. G. Silva, Rio de Janeiro.

JOZE MARIA DA SILVA PARANHOS

José Maria da Silva Paranhos

.....

José Maria da Silva Paranhos

O

conselheiro José Maria da Silva Paranhos nasceu na província da Bahia, em 16 de março de 1819. Seu pai, Agostinho da Silva Paranhos, oriundo de Portugal, mereceu naquela província, assim como seus irmãos, o título de negociante honrado e filantrópico.

Ainda no verdor dos anos, o Conselheiro Paranhos achou-se órfão dos entes que lhe deram a existência, perdendo primeiro seu desvelado pai, e não muitos anos depois sua carinhosa mãe D. Josefa Emerenciana de Barreiros Paranhos. A estas duas perdas irreparáveis juntaram-se outras circunstâncias, filhas das injustiças e vicissitudes, tão freqüentes neste mundo, e aquele que nascera em meio de riqueza passou subitamente à condição sempre difícil do pobre que aspira a uma vida honesta e não obscura.

Graças ao espírito de que o dotou a Providência, aos cuidados do seu ilustre tio, o coronel de engenheiros Eusébio Gomes Barreiros, habilitou-se em tempo com os estudos de humanidades para a carreira das ciências e da administração em que tão cedo se distinguiu.

No ano de 1836 matriculou-se na Academia da Marinha do Rio de Janeiro, na qual primou entre os seus condiscípulos, por um comportamento exemplar, raro talento e incessante aplicação. É prova de sua proficiência e indefesso estudo a circunstância de ter sido ao

mesmo tempo discípulo e mestre, professando como explicador as doutrinas dos anos em que acaba de obter aprovação.

Em 1844 foi nomeado lente substituto da academia onde assim se havia assinalado, e na mesma categoria passou no ano seguinte para a escola militar do Império, cujas aulas cursara com igual distinção. Em 1848, foi elevado a lente catedrático do 6º ano um dos principais redatores do periódico *Novo Tempo*, que defendeu com talento e dedicação o Ministério de 2 de fevereiro desse ano, cujo vulto mais preeminente era o do ilustre estadista Manuel Alves Branco, depois visconde de Caravelas.

Conhecida a sua nova vocação às qualidades que na carreira política lhe prometiam iguais triunfos, foi recomendado por vários amigos aos eleitores fluminenses, cujos sufrágios lhe deram assento na Assembléia Legislativa da província.

Logo depois foi nomeado secretário e vice-presidente da mesma província do Rio de Janeiro, lugares que serviu com tanta honradez, tino e aptidão, que granjeou a estima e consideração de amigos e adversários. Era então presidente da província do Rio de Janeiro o falecido conselheiro Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, mais tarde visconde de Sepetiba, cuja amizade adquiriu por seu merecimento e lealdade, recebendo do chefe e amigo os mais invejáveis elogios. Foi por esse tempo agraciado com o oficialato da Ordem Imperial da Rosa.

Eleito em 1847 deputado à assembléia geral legislativa pela província do Rio de Janeiro, tomou assento entre a maioria parlamentar de 1848, recomendando-se por alguns discursos, e por seus trabalhos na Comissão de Marinha e Guerra.

A mudança política operada na alta administração do país, em fins da sessão legislativa de 1848, sendo iniciada pelo adiamento da câmara temporária, que mais tarde foi dissolvida, levou outra vez o jovem lidador às penosas tarefas da imprensa. Como redator-em-chefe do *Correio Mercantil* a par da primeira folha diária do Rio de Janeiro, o esforçado partidário cansou, e retirou-se por algum tempo da arena política. A imprensa é, porém, uma dama de quem jamais pode fugir inteiramente aquele que uma vez lhe provou os encantos. Nessa trégua política, nesses momentos talvez de fastio e desencanto, o ex-redator liberal aceitou uma parte distinta na redação do *Jornal do Comércio*,

quando este gigante da imprensa brasileira se conservava estranho e inacessível às questões de política interna.

Nessa posição foi encontrar o insigne estadista Honório Hermeto Carneiro Leão, depois marquês de Paraná, quando o convidou e conseguiu que ele o acompanhasse aos estados do Prata na qualidade de seu secretário. Escolha honrosa para ambos: para o estadista, porque aproveitava o mérito em um de seus antigos adversários, a quem nem ao menos conhecia pessoalmente; para o jovem esperançoso, porque assim recebia o mais valioso título de seu nobre caráter e de sua privilegiada inteligência.

A missão especial confiada àquele estadista brasileiro, de saudosa memória, teve por objeto, como se sabe, negociar uma aliança que em poucos meses deu por terra com o poder do feroz ditador da República Argentina, açoite de uma e outra margem do Prata. O secretário dessa missão especial foi colaborador tão prestante e amigo do seu ilustre chefe, que dele mereceu os mais expansivos elogios e uma amizade a mais extremosa.

Aquilatado o seu mérito por tão distinto mestre, e por outra autoridade não menos competente, o Conselheiro Paulino José Soares de Sousa, hoje visconde de Uruguai, que a esse tempo dirigia a política exterior do Brasil, passou de secretário a chefe da legação imperial em Montevidéu, na categoria de ministro residente. Foi o sucessor do seu próprio chefe, e os relatórios do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1853 a 1854 mostram que correspondeu dignamente a tão honrosa confiança. Aos seus serviços no rio da Prata deve a comenda da Imperial Ordem da Rosa que ganhou em 1852.

Organizando um gabinete em 4 de setembro de 1853 o marquês de Paraná, a cujo apreço e amizade devia principalmente o seu antigo secretário a eleição de deputado geral pela província do Rio de Janeiro, convidou-o para seu colega, reservando-lhe a pasta da Marinha.

Ministro e secretário de estado dos Negócios da Marinha, foi honrado pelos eleitores fluminenses com uma brilhante reeleição, e ele por sua parte, na Câmara e no gabinete ministerial, confirmou o seu bem estabelecido crédito de homem laborioso, e revelou aptidões próprias do alto posto em que o haviam colocado a confiança da Coroa, a justiça e a estima de seu generoso amigo.

Como ministro da Marinha, desde 14 de dezembro de 1853 até aos primeiros dias de junho de 1855, os seus relatórios, que foram louvados até pelos mais extremos adversários do gabinete a que pertencia, atestam os conhecimentos profissionais que adquirira em sua primeira carreira, um profundo estudo das necessidades desse ramo da pública administração, e um tato raro em descobrir-lhes o verdadeiro remédio.

O projeto de promoções que apresentou na Câmara dos Deputados, as medidas que solicitou e obteve do corpo legislativo, os vários regulamentos que promulgou, e não poucos projetos de reforma que passou já mui adiantados a seu sucessor comprovam a figura proeminente que o nosso contemporâneo representou na direção do Ministério da Marinha.

Entre os regulamentos a que acima aludimos, citaremos os que criaram companhias de aprendizes marinheiros no Paraná e na Bahia, sementes que prometem preciosos frutos à armada imperial; os que marcam os prazos de serviços, acessos, soldos e outras vantagens das classes dos imperiais marinheiros avulsos; finalmente, aquele por que hoje são feitos os alistamentos de voluntários e recrutas para as equipagens de guerra.

Em junho de 1855, passando por uma recomposição o gabinete Paraná, coube ao digno administrador da Marinha substituir ao seu colega demissionário, visconde de Abaeté, no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

As circunstâncias em que esta mudança teve lugar e a importância daquele nome tornavam a posição do novo ministro dos Negócios Estrangeiros sumamente difícil. O conselheiro Paranhos, porém, soube sair triunfante dessa nova experiência, e desde então, dentro e fora do Império, é considerado como um verdadeiro homem de estado.

Aquele que, como ministro da Marinha, havia sem o menor estrépito, e com o maior zelo e acerto possível, preparado uma luzida expedição naval, para apoiar a missão diplomática enviada em 1855 à República do Paraguai, como ministro dos Negócios Estrangeiros teve de procurar uma solução pacífica e honrosa das questões pendentes com esse estado, e logrou o seu empenho por modo mui distinto.

O Tratado de Amizade, Navegação e Comércio de 6 de abril de 1856, e os protocolos dessa longa e porfiada negociação, serão a todo o tempo um título de glória para o plenipotenciário brasileiro, que destarte evitou a guerra que se mostrava iminente, e abriu as portas do rio Paraguai à rica e infeliz província de Mato Grosso.

Ao mesmo tempo que pessoalmente desempenhava tão árdua tarefa, o nosso ministro dos Negócios Estrangeiros tinha sua atenção aplicada a outros interesses de não menor importância, e pôde ligar o seu nome com o ilustrado visconde de Abaeté no tratado de 7 de março de 1856, que assentou em novas e sólidas bases as relações entre o Brasil e a Confederação Argentina.

A interminável querela do tráfico de escravos motivou por esse tempo uma das mais renhidas e desagradáveis discussões com a Legação Britânica. A dignidade, moderação, e habilidade com que o conselheiro Paranhos sustentou o nosso decoro e os nossos direitos excitaram o respeito dos próprios ingleses em Londres. Por aí correm impressas as nobres e honrosas palavras com que Lorde Malmesbury apreciou o protesto do ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil contra a nova ameaça de que foi órgão em 1856, o Sr. William Jerningham, encarregado de negócios de Sua Majestade Britânica.

A morte do ilustre marquês de Paraná sujeitou, em fins de 1856, o gabinete por ele organizado a uma segunda modificação, na qual coube ao Conselheiro Paranhos o duplo encargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, e de ministro interino da Marinha. A sua volta ao ministério, que tão bem dirigira até junho de 1855, ainda que interina e passageira, não foi estéril.

Nessa curta interinidade, sobrecarregado com os graves assuntos das relações exteriores do Império, membro de um gabinete cuja missão estava a findar, teve ele tempo bastante para levar a efeito o importante projeto da conclusão do dique da Ilha das Cobras, formular a reforma do corpo de saúde da armada e dos oficiais da fazenda, e dar organização às classes dos artistas dos vapores de guerra; trabalhos que foram honrados com a aceitação do seu ilustrado sucessor, e por este concluídos e promulgados.

Em 1857 foi reeleito deputado à assembléa geral pelo 2º distrito do município da corte; justo galardão de tantos serviços prestados

na alta administração do país, da qual retirou-se com os seus colegas logo depois da abertura da primeira sessão da atual legislatura. Está ainda na memória de todos o seu nobre procedimento como deputado e ex-ministro defendendo os atos da administração a que pertenceu, o crédito de seus colegas como o seu próprio.

Atualmente acha-se o Conselheiro Paranhos fora de sua pátria concluindo uma das mais importantes missões diplomáticas de que haja exemplo entre nós. As dificuldades suscitadas entre o Império e a República do Paraguai, dificuldades em que a guerra parcial era inevitável, foram o objeto principal confiado ao zelo e habilidade do nosso diplomata.

Já se sabe que ele conseguiu conjurar tão lamentável calamidade entre dois povos vizinhos, chamados por sua posição e interesses a cultivar estreita amizade, e que o conseguiu por modo que a todos surpreendeu. Não só obteve a exata observância das estipulações vigentes, pelas quais reclamamos, mas até que fossem elas ampliadas no sentido o mais amigável e vantajoso aos interesses do Brasil e das demais nações.

Além deste verdadeiro triunfo diplomático, o plenipotenciário brasileiro celebrou uma convenção fluvial, um tratado de limites e outro de extradição com a Confederação Argentina, ao que só por si tornariam a sua missão uma das mais férteis e úteis ao Império.

As demonstrações de simpatia e apreço que o Conselheiro Paranhos acaba de receber entre os estados do Prata, assim dos governos junto aos quais foi acreditado, como das populações entre as quais pôde exhibir os dotes do seu espírito, e a amenidade do seu caráter, são o mais completo elogio do seu mérito e de suas distintas qualidades.

Tão relevantes serviços, com tanta dedicação, perícia e felicidade prestados ao Brasil, já mereceram do augusto monarca brasileiro uma demonstração altamente honrosa, sendo conferidas ao distinto diplomata as insignias de dignitário da Ordem Imperial do Cruzeiro.

O Conselheiro Paranhos é grã-cruz de Santana de 1ª classe da Rússia, sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, presidente honorário da Sociedade Universal Promotora das Artes e Indústria de Londres, etc.

Reunindo a todos estes títulos, que o recomendam à estima e consideração social, as suas excelentes qualidades como esposo, pai, irmão e amigo, completamos a breve notícia e elogio que nos propusemos escrever acerca da vida e serviços desse ilustre contemporâneo.



Engraving 179

1855-56

GABRIEL JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS

Gabriel José Rodrigues dos Santos

.....
Gabriel José Rodrigues dos Santos

Não começarei como quase todos os biógrafos, recordando os pais, a família, e a adolescência dos grandes caracteres, não; os laços de ascendência ou descendência deixam inexplicável o talento, a virtude e a glória. A mortalha não cobre senão os esqueletos, e o ouro do mundo, e as tradições de família empanam-se e se esquecem nas orlas frias da sepultura. Se o triunfo de nossos antepassados nos orgulha, e faz bater quase quente o sangue do coração – nem por isso nos ilustra, nem glorifica. Ah! Quantos infelizes tenho eu visto lutar contra as maldições do mundo, que lembrando as glórias dos pais se irritam de contemplar o filho; quantas vezes a severa história nos ensina a desdenhar o descendente pela saudade do ascendente! Uma vida triunfante se revela por si mesma, se traduz em seus atos, e se eterniza pelas próprias virtudes. Esses que tentam aviventar todos os dias as desbotadas saudades dos mausoléus são quais os cômicos que envergam as togas do gênio, e enlaçam as frentes de alheias grinaldas, para entreter a multidão, que em falta de grandes vivos, quer recordar os grandes mortos. A luz do sol não se empresta sem que lhe falte vida e esplendor. O renome do pai é uma relíquia, uma lembrança, um luzeiro, se quiserem para o filho que o deve fitar sempre nesta peregrinação tempestuosa da vida, porém não se herda, nem se personaliza com ninguém por qualquer título. A

história de um pai é uma luz que se vê sempre acesa, e que queima o coração de um moço; é uma estrela no meio da procela, uma sonda em meio do rochedo! O povo adota também os filhos de seus heróis, porém quanto mais notável foi a vida de um cidadão, mais se exige de seu herdeiro. Túnica de Djanira – é esta do sangue – não se a despe sem morrer em dores, e só se veste pela vontade do destino, ou fatalidade – não sei.

No entretanto a superstição, o espírito do povo – quantas vezes quer tornar uns responsáveis pelos outros, em virtude do nascimento e do nome!

Não – sigamos novo caminho – demos à vida sua independência, à glória seus heróis, à virtude seus prosélitos. Nos altares da pátria ninguém se sagra sem poderosos esforços, e batalhas tremendas. Ninguém pergunte porque a inteligência ergue altiva a fronte, porque a força domina a fraqueza – e por que o espírito conquista a matéria?

Deus responde todas as horas aos cépticos. O homem em sua origem – é a imagem, ou a personificação do poder espiritual na Terra. – A natureza é a mãe comum, e igual – que repartiu por todos as mesmas capacidades. A vida é uma grande peleja – uns falecem ao entrar na arena, ou se misturam na poeira do combatente; são esquecidos como o pirilampo, que vive um instante, para morrer eternamente; outros abusam das forças naturais, batem-se uma vida inteira, sem obter um triunfo, e morrem sem uma glória – são os maus que o mundo entrega aos corvos que os dilaceram. Nem uma lágrima, nem uma flor, nem um suspiro para eles, senão dos parentes que pensam respeitar a virtude, e cumprir um dever sagrado – chorando o mirrado esqueleto da perversidade – e alguns passam incólumes na batalha da vida – sem ferirem, nem serem feridos; são como as águias que conjuram a tempestade, e se envolvem nas tormentas!

O povo deste século não se deixa seduzir pelas misteriosas e bombásticas frases de heráldicos pergaminhos. Não se deve confundir a corrupção individual, o egoísmo de classe, e o orgulho de família, que se remorde e agita nas ânsias do desespero, no rancor do ciúme, e nos aloucados ímpetos de mal-entendida rivalidade – com as largas aspirações do povo – cuja vida é impessoal, e cujas idéias são sempre nobres e verdadeiras. Não se vê ali por entre várzeas correr o córrego con-

strangido e retorcido pelas pedrinhas de seu leito – é o homem, ou sua imagem nesta vida; – não se vê acolá – o mar soberbo, que avassala dois terços do nosso planeta, e senhor, e sem contestação, estende seus braços sobre as praias, e contra elas luta sempre com renascido esforço – sem cansar um momento – é o povo, ou a sua imagem nesta vida.

A inteligência tem partido um por um todos os elos da longa e fatídica cadeia aristocrática. Cromwell fez-se ditador – Napoleão imperador, – um dominou a Inglaterra – o outro o mundo – um desdenhou o diadema e o trono, e outro distribuiu-os com pulso de soldado e mão de gênio por entre seus generais.

Para a inteligência não há colunas de Hércules – em um instante ela percorre todo o mundo, recorda o passado, aviventa o presente, e concebe o futuro – ergue as lousas, e se envolve no turbilhão de poeira do que se sumiu – lembra – alenta os vivos, e com eles se bate em campo aberto – atua – rasga os nevoeiros do porvir – escreve seu testamento – raciocina.

O grito de Independência ou Morte, que agitou o límpido espaço dos campos do Ipiranga, acendeu o entusiasmo dos valentes paulistas de 1822, e como um belo hino encantou a juventude da pátria. Os elos da cadeia colonial quebraram-se aos olhos desses meninos, que mal poderiam compreender os compromissos patrióticos que deste brilhante feito nasceriam. O pendão português rasgado na hora da liberdade devia ser substituído por um outro, que eterno fosse, saudado pelos povos, respeitado de todos, e admirado pelos séculos futuros. Os cavalheiros da Independência, os grandes estadistas brasileiros, tudo haviam feito com a Independência. A organização social e política tinha de ser o gigantesco trabalho dessa juventude, que por assim dizer havia inspirado a liberdade ao nascer, que com ela despertara, e com ela deveria crescer. A Independência tinha sido uma solene aclamação; a organização do Império uma terrível luta sim, mas gloriosa. O entusiasmo santo da Independência vinculou todos os corações, e identificou todas as vontades; mas esta febre quase divina passou, e entrou-se na arena dos interesses contraditos, e dos princípios opostos.

O regime do poder singular, se batido estava em suas primitivas e rudes expressões, nem por isso desamparou o campo da batalha. Vestiu-se com estranhas roupas, tomou novos emblemas, e alçou ban-

deira nova, ocultando porém no fundo da consciência a reservada intenção de conferir ao povo apenas a irrecusável partícula de liberdade, com susto de que se envenenasse se porventura saboreasse toda a que tinha incontestável direito. Era a autoridade com todas as suas pretensões e forças, encobrindo, sob o pretexto de ordem, o desejo de arbítrio.

Porém a Independência havia exaltado por demais o ânimo da mocidade para que ela se contentasse com um tal simulacro.

Começa a luta. O parlamentar é a arena e a espada, a palavra. Que belas batalhas, que guerreiros, e que eloquência foi a daquele período!

Ninguém triunfou, porque não era tempo de vencer, mas de lutar sem desesperar um dia, nem recuar um instante. A escola clássica da autoridade divina, ainda que se pensasse moribunda, quiçá dissolvida pelo grande ato de 25 de março de 1824; o tempo, este primeiro poder dos engenhos humanos, havia-lhe imprimido tal vida, e tão duradoura havia sido que suas raízes se afundaram nos espíritos daquela geração já decadente sim, porém, sempre respeitável pelos seus talentos, idade e prestígio social. O direito divino desapareceu das tábuas constitucionais, porém o princípio de autoridade e ordem disfarçou-se, para amparar o velho sistema já modificado pelo bom senso.

A escola da liberdade constitucional, do governo do homem pelo homem, sem privilégios ofensivos e inúteis, sem exploração do rico sobre o pobre, veio com toda a mocidade do tempo colocar-se adiante daquela como uma barreira e um protesto.

É a época da resistência liberal do Primeiro Reinado. Figuram na cena política os mais avantajados talentos do Brasil – Vasconcelos – Honório – Evaristo. São os primeiros lidadores naquele tempo.

A abdicação em 1831 mudou completamente a cena política. A liberdade constitucional triunfa, mas eu creio que foi por cedo que esse triunfo não produziu o bem que deveria. Entretanto, o princípio liberal se reforça pelo poder e tenta consagrar-se nas instituições; e parece incrível, o resultado foi muito inferior aos poderes de que dispunha então o Partido Liberal; as reformas, por precipitadas, tornaram-se na vida prática difíceis de execução, o governo tinha a vontade, porém faltava-lhe a força. O pensamento ficou no espaço da intelectualidade.

O período regencial é uma cadeia de ameaças burladas pela impotência do governo, e divisão dos partidos, que se repartem em gru-

pos de aspirações extraordinárias, porém, pobres de ação. Salvaram a monarquia e a integridade do Império.

A Academia de S. Paulo conferiu nestes tempos os primeiros graus de formaturas em Direito. Começa portanto a independência literária a dar seus primeiros e robustos rebentões. Então a academia de S. Paulo era por assim dizer uma escola de girondinos, encorajada pelas circunstâncias especiais que se refletiam sobre o governo do Império. As palestras, os clubes, as maçonarias e todas as sociedades eram labaredas que requeimavam aqueles nossos primeiros estudantes de Direito. A agitação estava no país pela abdicação, e pelas idéias que animavam e conservavam, nos livros que então serviam de roteiros em direito social naquela Academia. O impulso liberal de tudo triunfou, menos do direito existente e consagrado pelos séculos. Parece que houve patriotas, mas faltaram juriconsultos, que teriam de aparecer com brilho e verdadeiro sucesso, educados em nossas academias. O corpo acadêmico era forte em número, ardente de patriotismo, e reunia em si filhos de todas as províncias do Império, que a vontade de conquista científica havia atraído à capital da província de S. Paulo. Nas vésperas da abdicação a cidade de S. Paulo era uma fornalha ardente, em que as paixões políticas se incandesciam ao sopro do fogo da mocidade talentosa. O recinto da Academia mais de uma vez foi invadido pela turba entusiasta dos estudantes, que, convocados em assembléia política e deliberante, ofereciam à liberdade seus mais preciosos bens, e muito alto faziam ouvir seus protestos de liberdade, que o tempo veio modificar a respeito de uns, e condenar a outros como perjuros. Nos dias subseqüentes à abdicação a cidade de S. Paulo foi um verdadeiro altar da liberdade. Entoaram-se todos os hinos liberais, e correu-se a largo pano pelo mar imenso das paixões políticas. Mas toda esta festa era nobre, generosa, sincera, porque a mocidade, além de incorruptível, é sem cálculo.

Nestas primeiras convulsões políticas, nestas primeiras multidões de liberais, decididos a resistir à opressão – já se começavam a ver os primeiros traços do caráter e talentos extraordinários do homem que a morte tão cedo arrebatou dos primeiros postos do Partido Liberal.

O Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos foi um fiel e eloquente pugnador da escola liberal. A sua virilidade deve-se considerar como a sagração de sua juventude. Entrou na vida pública como liberal,

e desceu à tumba com o mesmo pensamento confirmado e enrobustecido pela experiência e provações. É um traço este que bem caracteriza aquele notável caráter político, tanto mais apreciável, quanto é certo que difícil é a constância em um país ainda não constituído, e consequentemente de reiteradas vacilações nas causas e nos homens.

Curta e bem curta foi sua peregrinação na Terra; porém, nem assim faltam vivos vestígios de sua passagem, principalmente na província de S. Paulo, para cuja prosperidade concorreu tanto como outro qualquer de seus mais abençoados filhos.

Em novembro de 1836, com 20 anos de idade, recebeu o grau de bacharel em Direito. Em 1838 defendeu teses, e obteve o grau de Doutor, a fim de concorrer a uma cadeira vaga na faculdade; porém o governo imperial anulou o mesmo concurso, e nunca mais o Dr. Gabriel voltou às pelepas acadêmicas, nas quais alcançou os mais assinalados triunfos, e bem merecidos louvores.

Logo depois de formado foi nomeado promotor público da capital; emprego que abandonou por delicados escrúpulos de sua bela alma. Exerceu igualmente com honra e inteligência superior o lugar de juiz de direito da capital.

Em 1840, ainda no verdor dos anos, foi eleito deputado provincial por S. Paulo e tomou assento depois de longas disputas naquela assembléa, que, a pretexto de lhe faltar a idade legal, tentava recusar-lhe a cadeira de legislador, que o povo lhe havia concedido. O motivo do ostracismo parlamentar a que seus adversários o queriam votar é uma de suas glórias.

A voz da justiça se fez ouvir, e os direitos do talento e do povo foram, como cumpria, respeitadas. O Dr. Gabriel entrou na assembléa provincial.

A nomeação imperial para presidente de S. Paulo recaindo sobre a pessoa do distinto e sempre chorado paulista Tobias de Aguiar trouxe também a nomeação do Dr. Gabriel para seu secretário. Neste posto prestou relevantes serviços à sua província.

Desde aquela memorável época até a infausta de sua morte, teve sempre, salvo poucos intervalos, assento na assembléa provincial. Embora o exclusivismo dos partidos empregasse todos os meios para excluir seu nome, tão conhecido e ilustrado, das urnas eleitorais, o seu

prestígio mais de uma vez triunfou destes injustos ódios e caprichosas exclusões, senão mesmo criminosas.

Em 1844 foi eleito deputado à Assembléia Geral, e o Brasil inteiro sabe quão honrosamente desempenhou este mandato do povo, resistindo à força em nome da lei, aos poderosos em nome dos abatidos, e à tirania em nome da liberdade.

Em 1848 foi reeleito. Dissolvida porém a Assembléia Geral naquela nefasta época, não voltou ao corpo legislativo na sessão que se seguiu, porquanto o país apresentava a feição triste da divisão entre vencidos e vencedores. Resistiu pela imprensa com artigos constantes pautados pela prudência, e animados pela convicção. Nesta arena era um lidador temível, contra o qual era possível e fácil a luta, porém não o triunfo.

O prelo da folha *Ipiranga* trouxe a lume por muitos e inteiros anos seus vigorosos artigos, em que a beleza da dicção, o fogo do patriotismo e o sentimento do liberalismo tinham suas mais belas e eloqüentes expressões. Ele sabia unir os descontentes, aplacar os ressentimentos dos amigos, animar os fracos, e conter os impetuosos, que levaram seus sentimentos à última escala de exageração, de modo a parecerem-se imprudentes, ou desesperados.

Sua saúde se foi consumindo como uma luz. Os poderosos e graves interesses de um partido inteiro, a que estava unido de alma e coração, não lhe concediam tempo para refazer-se de forças.

Lutador que morreu na luta, e que jamais viveu para si. O seu grande porvir foi uma nuvem dourada, que o furacão da morte dissipou; e hoje resta a memória de sua alma, e o túmulo que encerra o seu esqueleto!

Era o Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos um consumado orador, de palavra bela e fluente, de variados conhecimentos, e de tão feliz expressão e gesto, que realmente seduzia e arrastava.

Recusou em 1848 a presidência da província de Pernambuco e, em 1857, a do Rio Grande do Sul, não por se esquivar dos serviços que como bom e leal cidadão devia à pátria, mas por sentimento filial, que o possuía tão fino e delicado, quanto mais que era ele o centro de sua numerosa família, que o adorava.

Nunca esteve na alta administração, pelo que não se ofereceu oportunidade de firmar créditos de espírito prático; porém, a regular-se as grandes empresas pelas pequenas, deveria ter sido um distinto admin-

istrador. Eleito pelo povo da capital da província de S. Paulo vereador da Câmara Municipal, mostrou-se zeloso, ativo, e fez importantes serviços àquele município.

Acompanhou seus amigos com fidelidade e coragem na desgraçada revolução de 1842; sofreu o destino reservado aos vencidos, apresentou-se ao tribunal do povo para ser julgado, e foi absolvido, porque o povo não sabe condenar a consciência pura e o mártir da liberdade, que ainda que iludido estivesse, ou exagerado fosse, não lhe passava pelo espírito senão o pensamento de vingar a lei fundamental ofendida.

Foi seu defensor o Dr. João Crispiniano Soares, verdadeiro amigo. O sábio jurisconsulto brasileiro advogou a causa da lei, da Pátria e da inocência na pessoa do distinto paulista Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, que um alvará de soltura restituiu à sociedade e aos amigos. Em 1854 foi nomeado pelo governo imperial lente da Academia Jurídica de São Paulo; o filho ilustre daquela faculdade envergou a veste do apostolado científico, e ensinou com proveito para a mocidade, para o país e para as letras jurídicas.

Em 1856 foi eleito deputado geral pelo círculo do Rio Claro, em sua província. A compressão dos vencedores tinha cessado, o país entrava em confraternização, seu nome não podia ser excluído das urnas eleitorais.

Em 1857 foi igualmente eleito deputado provincial por dois círculos eleitorais, o de Taubaté e Rio Claro. Parece que o povo, descobrindo nos nevoeiros de um próximo futuro seu túmulo, se tornava solícito em lhe dar as mais solenes provas de confiança, dedicação e reconhecimento no derradeiro adeus pronunciado entre as aclamações da vitória eleitoral e uma sepultura.

Em 1858 a assembléia provincial o nomeou seu presidente. Os representantes da província estavam também animados dos sentimentos de que o povo dera espontâneas e sinceras expressões.

Aos 23 de maio de 1858 o imortal paulista restituiu ao Criador sua alma – vítima de um ataque apoplético. Seu crânio era acanhado para conter sua inteligência!

Nascido a 1^a de abril de 1816, a Providência só lhe concedeu 42 anos de vida, de trabalho e dedicação por sua terra e pelo Imperador.

O luto cobriu a cidade e a província de S. Paulo! Bem pouco sobreviveu a seu amigo e correligionário Rafael Tobias de Aguiar que ele acompanhou na desgraça e na ventura.

Foram duas perdas irreparáveis. As cinzas do Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos descansam na santa terra da igreja da Ordem Terceira do Carmo da cidade de S. Paulo. Fechou os olhos na mesma terra em que os abriu; assim não acontecera ao ilustre paulista Rafael Tobias de Aguiar.

O destino, se não é caprichoso, é certo que se não explica – resignamo-nos à vontade daquele que é *senhor do mundo!*

Se os princípios liberais não fossem os dogmas do culto político da geração atual, se a liberdade deixasse de ser a honra do indivíduo homem, e o poderoso elemento que anima e engrandece as nações de hoje; se no Império do Brasil a multidão não amasse nossa livre Constituição – seria para afrouxar aos mais crentes a cruel fatalidade que pesa sobre o partido liberal em que a morte escolhe seus mais enérgicos e dedicados propugnadores.

Temos perdido em pouco tempo as mais belas esperanças e os mais sólidos prestígios. Desde os fundadores da Independência até o Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, se têm finado com saudades para todos os brasileiros – os nossos muito conspícuos políticos e estadistas.

A França, a Inglaterra e a Alemanha vêem seus homens de Estado crescerem em glória e idade – até tocarem a uma velhice a todos os respeitos veneranda. Dupont de l'Eure assistiu a quatro revoluções. Lafaiete dirigiu os batalhões do povo em 1789 e, ainda em 1830, com uma palavra deu uma coroa. O gabinete de S. James e o Parlamento inglês têm ufania de oferecer ao mundo político o belo espetáculo do governo do século atual pelos homens do século passado!

Entre nós não se vêem estes homens, que a idade abatendo o corpo entretanto fortifica o espírito. Nossos talentos como que morrem na madrugada da vida. Apenas começam a constituir sua influência, como principal elemento para a conquista do poder, a morte os arrebatá!

Não se deve comparar a luta política na Inglaterra com a do Brasil; ali quatro gerações trabalham, levando cada uma sua pedra, a fim de estabelecerem um dia a independência de um de seus descendentes; cá, um só homem afronta todas as provações, sofre todas as vicissitudes, e em sua rápida carreira cura de fazer sua fortuna, e firmar seu crédito político.



A. FERREIRA DEL.
1848

Ed. e Imp. de J. de A. de A.

BARÃO DE IGUARASSÚ

Barão de Iguarassú

.....

Barão de Iguaraçu

Seu grande saber junto a uma probidade irrepreensível, se o amor da pátria e a dedicação ao soberano, se enfim a reunião geralmente reconhecida de um belo caráter e de uma urbanidade toda particular merecem uma lembrança histórica, ninguém tinha mais direito do que o Conselheiro Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto de figurar na *galeria dos homens ilustres do Brasil*.

Lisonjeio-me, pois, eu que fui seu amigo, de ter a honra de referir esta vida toda de abnegação e de trabalho, inteiramente dedicada ao alívio das misérias da humanidade.

O Dr. Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto nasceu em Pernambuco no dia 14 de agosto de 1790, filho legítimo de Luís Ribeiro Peixoto dos Guimarães e de D. Josefa Maria da Conceição Peixoto. Depois de ter feito suas humanidades na sua cidade natal, entregou-se ao estudo da medicina e da cirurgia, não somente sob a direção de seu pai, mas ainda seguindo os cursos de cirurgia nos hospitais.

No ano de 1810, desejando adquirir uma instrução mais completa, veio para o Rio de Janeiro, onde, depois de se ter matriculado na escola cirúrgica desta corte, entrou como aluno interno no extinto hospital militar; apenas tinha concluído o curso de anatomia e fisiologia, foi encarregado (sem ordenado nem gratificação) da instrução médico-cirúr-

gica dos pensionistas que por ordem do Senhor D. João VI foram mandados vir da costa da África, e a estes explicou um curso completo de anatomia e fisiologia.

Em 12 de maio de 1812 teve carta de cirurgião na conformidade da lei; e em 1813 foi nomeado 2º cirurgião do sobredito hospital, continuando no ensino dos sobreditos pensionistas.

Impelido pelo desejo de aumentar sua instrução, conseguiu, na qualidade de 1º cirurgião, dirigir-se a Coimbra, passando a Lisboa na nau *Medusa* em 1815. A consideração pública, de que se viu então investido, consolou-o um pouco de não ter efetuado a sua viagem à Europa.

Em 1817 foi nomeado cirurgião da casa real, em 1820 cirurgião da real câmara. Estas duas últimas distinções lhe foram tanto mais caras, que foram devidas ao favor do Senhor D. Pedro I, então príncipe real.

Foi a partir desta época que a proteção deste príncipe magnânimo imprimiu no coração do Dr. Peixoto sentimentos de gratidão e de veneração, aos quais conservou-se fiel toda sua vida, como teve muitas ocasiões de o provar.

Um incidente de que foi vítima o príncipe real teve uma grande influência na carreira do Dr. Peixoto. S. A. real, ao chegar à tribuna da capela por ocasião de uma festividade, se feriu no lado esquerdo da testa, com um varal de ferro que sobre ele caiu casualmente, fazendo um talho e interessando toda a espessura da pele, no comprimento de uma polegada. Chamado para socorrê-lo, o Dr. Peixoto preveniu as conseqüências, ordinariamente tão graves, em uma parte tão melindrosa, e obteve uma cicatriz regular, sem deformidade.

Depois desta época foi encarregado de tratar a família real, assim como S. M. a Imperatriz, cada vez que o não podia fazer o barão de Goiana. Estas relações tornaram-se de mais a mais estreitas e frequentes, e quando morreu o dito barão, foi ele quem lhe sucedeu em todos os seus cargos.

Em 1821 foi condecorado com o hábito de Cristo, e agraciado com o foro de cavalheiro e fidalgo.

Um notável acontecimento ocorreu em 4 de fevereiro de 1822, o falecimento do Príncipe de Beira, o senhor D. João Carlos. Pelos movimentos políticos de então, achando-se S. M. a Imperatriz grávida, julgou o Imperador acertado remover a família para a Fazenda de Santa Cruz, donde em poucos dias voltou com o príncipe gravemente

doente de febre nervosa com convulsões, às quais sucumbiu na idade de 10 meses e 8 dias. O Dr. Peixoto recebeu a honrosa missão de o embalsamar.

No mesmo ano no dia 11 de março teve lugar o feliz nascimento da princesa imperial; e posto que o barão de Goiana tivesse sido encarregado de a receber, o seu mau estado de saúde obrigou S. M. o Imperador a convidar o Dr. Peixoto para o parto; alta prova de sua estima e confiança para com ele, confiança que nunca desmentiu, como se pode ver nas instruções por escrito que deixou ao Dr. Peixoto, relativamente a seus augustos filhos, quando deixou o Brasil.

Em julho de 1823, vindo pela chácara da Joana, deu o Imperador uma grande queda de cavalo, com fratura de duas costelas; o Dr. Peixoto o tratou por espaço de um mês pouco mais, cabendo-lhe igual honra na ocasião em que Sua Majestade se feriu no pé com a própria espada, quando em exercício de tropa no Campo de São Cristóvão.

Em agosto de 1824 nasceu felizmente a princesa a senhora D. Francisca, e o Dr. Peixoto teve a distinta honra de a receber, sendo remunerado com a mercê de foro de fidalgo cavalheiro.

No mesmo ano foi nomeado cirurgião-mor do Império, e em 23 de fevereiro de 1825 recebeu o título de conselheiro.

A 2 de dezembro de 1825 nasceu S. M. o Imperador, hoje reinante; ao Dr. Peixoto coube a muito prezada honra de o aceitar em suas mãos, e S. M. o Imperador em seu júbilo de ter um herdeiro varão não julgou poder dar-lhe maior prova de satisfação, do que abraçá-lo em público; e para tornar esta homenagem mais honrosa, quis que a Imperatriz lhe concedesse o mesmo favor, sendo então agraciado com a comenda da Ordem de Cristo.

No ano de 1826, ele acompanhou SS. MM. II. na viagem que fizeram à Bahia.

O dia 11 de dezembro do mesmo ano foi fatal pela morte de S. M. a Imperatriz: a profunda aflição que esta perda tão inesperada causou ao Dr. Peixoto reacendeu em seu coração o antigo projeto de ir formar-se na Europa. Dirigiu pois ao Imperador a sua petição, e obteve a graça da licença, e endurecendo o seu coração sobre os laços de sua família, partiu com destino a Paris, em 16 de setembro de 1827.

Conhecendo a pureza de suas intenções, dignou-se S. M. o Imperador ajudar os seus esforços com a sua proteção, dando-lhe a pensão de 600\$000 réis anuais até concluir a sua formatura, com os vencimentos de todos os seus empregos. Enfim os seus votos estavam cumpridos, habitava Paris, centro de todas as ciências e de todas as ilustrações.

Freqüentava as escolas com a maior assiduidade, notava-se a sua cabeça branca em todos os cursos, assim como em todas as clínicas; os professores não contentes de acolher à porfia, o designavam à mocidade estudiosa como um modelo a seguir.

Freqüentava também os salões dos mais célebres professores, e foi num dos saraus do ilustre Cuvier que tive a honra de o conhecer.

Chamado a Paris por um augusto sufrágio, eu esperava que a alta posição que eu ia ocupar deixasse tempo de me entregar aos grandes estudos que me impunha a futura publicação da biblioteca-cirúrgica-poliglota; mas assim como o Dr. Peixoto, eu não tinha contado com as revoluções.

De há muito recebia ele desfavoráveis notícias do Brasil, cujo horizonte político se cobria de nuvens. Já lhe tinham tirado a pensão que devia à munificência do Imperador, assim como o lugar de cirurgião-mor do Império e os ordenados correspondentes.

O Imperador sempre grande, sempre grato, deu de seu bolsinho a pensão de 800\$000 que lhe foi regularmente paga, até que se formou. Durante a sua residência em Paris, recebeu o oficialato da Ordem da Rosa, como prova de sua dedicação e dos seus serviços. S. Ex^a o Sr. marquês de Resende, plenipotenciário encarregado de receber a rainha de Portugal, o induziu a ir esperá-la em Gênova, onde devia arribar; esta viagem foi inútil, por ter S. M. aportado à Inglaterra; foi contudo útil à ciência: durante a sua assistência em Gênova, o conselheiro Peixoto teve numerosas conferências com o conselho superior de saúde sardo, sobre as questões das quarentenas.

O conselheiro Peixoto apresentou uma tese que fez sensação; tratava de medicamentos pouco conhecidos, ou ignorados na Europa; o Dr. Alibert fez-lhe elogios que muito o deviam lisonjear; mas o que foi para ele um prêmio muito mais elevado foi a viva e sincera amizade que lhe tinham os Drs. Dubois, pai e filho, A. Richard, os dois Cloquet, e sobretudo Orfila, de quem era muitas vezes comensal.

O Dr. Lisfranc o tratava com uma cordialidade rara, de que lhe deu provas públicas.

Deixou Paris, levando consigo a amizade e a estima de todos que o conheceram. Por mim nunca esquecerei seu belo proceder, nem suas vivas instâncias para que eu o acompanhasse ao Brasil; mas não previa então que eu aqui viria sem poder gozar de sua amizade e proteção.

Arrebrandando a tormenta revolucionária, o Imperador abdica e se retira a bordo de um navio inglês.

Nada detém o conselheiro Peixoto, e passando impassível pelo meio de uma multidão exaltada por esse recente sucesso, dirigiu-se a bordo do navio em que estava o Imperador, que entre lágrimas e soluços lhe agradece esta nova prova de afeição, recomendando-lhe de não abandonar os seus augustos filhos. A multidão respeita a sua volta, como o fizera no momento em que ia pagar este piedoso e último tributo àquele que tinha sido seu constante Mecenas.

A Regência não podia ficar indiferente às provas de saber e de dedicação que acabava de dar o conselheiro Peixoto, salvando em 1833 a vida ao Senhor D. Pedro II, atual Imperador, pois que num ofício muito conhecido, para que seja mister referir aqui, apressou-se em felicitá-lo oferecendo-lhe uma recompensa pecuniária.

Esta oferta foi recusada com extrema delicadeza, e o conselheiro Peixoto contentou-se com o título de 1º médico de S. M. e da família imperial, impondo como condição absoluta que este título nenhum honorário lhe traria até à maioridade de S. M.

Em 1841 foi agraciado com o título de oficial-mor honorário.

Enfim, o último e não pequeno serviço que terminou esta brilhante carreira foi o de haver recebido, em 3 de fevereiro de 1845, o filho do monarca, que ele mesmo recebera, quero dizer o Príncipe Imperial D. Afonso, pelo que foi agraciado com o título de barão de Iguaraçu.

O barão de Iguaraçu exerceu durante mais de vinte anos a cadeira de Fisiologia, e aí estão os seus numerosos alunos que mais alto falam do que eu o posso fazer, e que todos de comum acordo confessam, que a benevolência com que tratava sempre a mocidade era igual à sua eloquência e profunda sabedoria.

Além dos numerosos documentos esquecidos na Secretaria do Império, deixou um volumoso manuscrito sobre Fisiologia, que aguarda ainda as honras da publicação.

Foi por várias vezes diretor da Escola de Medicina. Haverá quem ignore os extraordinários esforços, os trabalhos imensos de que necessitou, a princípio, semelhante estabelecimento? Haverá quem ignore que até o dotou com estatutos feitos por ele, e impressos à sua custa, e que para sustentar a dignidade desta sua filha, sempre deixou de lado amizades, considerações e interesses particulares?

Seus serviços à humanidade foram bastante apreciados em toda esta cidade, e mormente na Santa Casa de Misericórdia dessa corte, já como facultativo, já como digno irmão, e duas vezes provedor, constituindo-se credor do maior respeito e gratidão. Faleceu no dia 28 de abril de 1846.

A vida do barão de Iguaraçu foi a de um homem de saber, de probidade e de coração. Não faltou para sua felicidade e de sua família, senão mais alguma firmeza, mais pertinácia na sua resistência aos esforços da inveja e do ciúme, sempre sentados no degrau do trono.

Em posição científica nada tinha a invejar; até hoje nenhum médico brasileiro pôde lisonjear-se de ter sido, como ele, médico correspondente da Academia Imperial de Medicina de Paris, da Sociedade de Medicina da Emulação, da de História Natural, e de Química Médica da mesma cidade, do Instituto Histórico, da Sociedade das Ciências, Belas Letras, e de muitas outras sociedades sábias.

Aqueles que o conheceram lamentaram a sua morte, e ainda hoje conservam dele uma honrosa lembrança.

Dr. Ch. J. F. Carron du Villards



Devides pin

Lith. de Bruckmann e C.

Koenig

MARQUEZ DE BAEPENDY

Marquês de Baependy

.....

Marquês de Baependi

Povo esquecedor somos nós, e se daí nos provém a vantagem das fáceis reabilitações, de modo que o passado, ainda o de ontem, não é obstáculo para ninguém, também daí nos provém a desgraçadíssima perda das lições da nossa história, que tão úteis poder-nos-iam ser; e, o que ainda é pior, perdemos a recordação dos grandes serviços, dos grandes merecimentos..., e isso nos dá certa feição de ingratos, que cumpre repelir.

Seja isso devido à rapidez com que entre nós se alteram as gerações, como deve acontecer em um povo que constantemente recebe da imigração novos elementos, ou seja devido à rapidez com que os fatos nos impelem para diante, impedindo-nos de olhar para trás, a fim de prestar ao passado o culto e o reconhecimento que lhe são devidos, o certo é que o ontem da sociedade brasileira está tão longe do hoje dela, que já, dos que ainda se lembram dos grandes cidadãos que presidiram ao nosso nascimento político, aos primeiros esforços de nossa organização, desses mesmos que ainda disso se lembram, poucos os apreciam devidamente, poucos se colocam nas circunstâncias em que se eles acharam, poucos refletem nas dificuldades com que lutaram; poucos dizem: "Se temos pátria, se no dia da nossa independência não caímos nesses abismos de miséria em que tantos povos foram arrojados, a esses nossos compatriotas o devemos: honra e glória a eles."

E quando a morte leva para melhor mundo algum desses veteranos da pátria, a pena de algum jornalista, dando tréguas às questões do dia, escreve uma pálida necrologia, às vezes dela se encarrega algum amigo..., e quando essa necrologia tem ocupado um cantinho de algum periódico pensa-se que está pago o tributo devido ao ilustre morto! Pensa-se que essa voz que lhe manda uma fria saudade saldou todas as contas, e que nada mais lhe deve a posteridade!

Ao distinto marquês de Baependi outro tanto por certo não aconteceria se a pena que da sua biografia se encarrega fosse mais digna dela, e o estilo da obra igualasse o sentimento de profunda veneração que lhe consagra quem, colocando-se no meio da inexperiência de então, devidamente aprecia a sua superioridade.

Na cidade de São João del-Rei, em 8 de setembro de 1765, nasceu Manuel Jacinto Nogueira da Gama (marquês de Baependi). Oriundo de antiga e distinta família de servidores do Estado, teve de seu avô e de seu pai exemplos de dedicação à pátria que nunca esqueceu nem marcou.

Seu pai, Nicolau Antônio Nogueira, que se esposara na cidade de São João d'el-Rei com D. Ana Joaquina de Almeida e Gama, de distinta família, sendo alferes de ordenanças da mesma cidade, mal tem notícia de se acharem ameaçadas as fronteiras, reúne o corpo em que a força moral e o amor dos cidadãos lhe dão o comando, e marcha nos anos de 1776 e 1777 para S. Paulo, na distância de 160 léguas, recusando, com o nobre paterno exemplo, indenizações e galardões.

Com tais exemplos alimentado, logo nos seus primeiros anos, o jovem Manuel Jacinto mostrou que em inteligência, em força de ânimo, em todas as virtudes do homem e do cidadãos, continuaria e aumentaria o tesouro da família.

A esse tempo, bem que, como colônia, atrasadíssimo se achasse o Brasil em tudo quanto era cultivo intelectual, a província de Minas Gerais estava em grau de desenvolvimento de que fácil explicação nos dão a riqueza do seu ouro e dos seus diamantes, e o cuidado especial que da metrópole por isso recebia: as letras pois aí eram, não só cultivadas, senão honradas, e a existência de tantos poetas, e entre eles o imortal José Basílio da Gama (primo de Manuel Jacinto), dão documento desse asserto. O menino freqüentou com assiduidade e proveito

esses estudos, e tanto que aos 19 anos incompletos, tendo ido para Portugal a fim de continuar em Coimbra a carreira das letras, e achando-se desprovido de recursos pecuniários pelas dificuldades das comunicações e das remessas de fundos, conseguiu em Lisboa sustentar-se com o produto do seu trabalho inteligente e paciente por espaço de dois anos.

Como Rousseau, teve de copiar música para viver. Por fim chegaram-lhes os paternos auxílios, e o jovem laborioso, que lutara com a miséria e a vencera, pôde ir à Atenas Portuguesa fortificar a sua inteligência.

Matriculado nas faculdades de Filosofia e de Matemática da Universidade de Coimbra, começou os seus estudos com tanto brilho, que, tendo-o o infortúnio de novo perseguido, achando-se destituído de auxílios paternos por haver a fortuna de seu pai sido comprometida na fiança de um arrematante de dízimos que se deixara alcançar, achou o jovem Manuel Jacinto fruto imediato da sua aplicação. Lições particulares que dava a seus colegas, mais felizes, porém, menos estudiosos, o habilitaram não só para viver sobre si e continuar seus estudos, senão até para mandar ao Brasil à sua família alguns tênues auxílios que ao menos lhe serviam para provar-lhe que seu filho não sofria as privações da miséria, e assim lhe minoravam as mágoas da saudade. Insaciável de trabalho, não lhe bastavam as doutrinas do curso de filosofia e do de matemática; aprovado, premiado em todos os anos ainda quis mais, e matriculou-se na Faculdade de Medicina, de que freqüentou o primeiro e o segundo ano com geral aplauso.

Foi então a sua carreira escolar interrompida: inesperadamente, e sem que o requeresse, recebeu, por decreto de 16 de novembro de 1791, a sua nomeação de lente substituto de matemática da Academia Real da Marinha em Lisboa, e aí teve de exercer o professorado até 1801.

Nesse período, honras e distinções o vieram procurar, e a par delas a amizade e estima de pessoas da maior consideração. Em 16 de dezembro de 1793 foi promovido a 1^a tenente da Marinha, em 20 de outubro de 1796 a capitão-tenente, e em 23 de julho de 1798 a capitão-de-fragata; cavaleiro de São Bento de Aviz, professou em 20 de novembro de 1795.

Entre as pessoas cuja amizade então o acolheu, cumpre mencionar o ilustrado ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho (depois conde de Linhares), que em tão alta consideração tinha a inteireza e as luzes

do lente de matemática, que até ao último instante o apregoou como seu melhor amigo. Dessa amizade utilizou-se Manuel Jacinto, menos em benefício próprio do que para dar expansão ao seu espírito generoso e benfazejo, especialmente para com aqueles seus patrícios que, longe da pátria, mais necessitavam de proteção. Na escola da desgraça tinha Manuel Jacinto aprendido a condoer-se dos desgraçados. Dentre os que aproveitaram os benefícios do seu distinto compatriota, só apontaremos o conselheiro José de Resende Costa, que, envolto com seu pai no famoso processo de inconfidência e desterrado para Cabo Verde, foi agraciado e empregado no erário de Lisboa, donde ao depois passou para o do Rio de Janeiro.

Ainda no meio dessas prosperidades, a desgraça o não deixou tranqüilo: seu irmão mais velho, Antônio Joaquim Nogueira da Gama, que com ele fora do Brasil doutorar-se em Coimbra, mal acabava de tomar o capelo na Faculdade de Medicina, quando faleceu, deixando em suma pobreza sua viúva e seis filhos menores. Não obstante seus poucos recursos pecuniários, teve Manuel Jacinto de acudir às necessidades de sua cunhada e de seus sobrinhos, a quem enviou para Minas ao seio de sua família, continuando a dar à viúva uma mesada, em Coimbra, enquanto existiu.

Despachado no 1^o de junho de 1801 inspetor-geral das nitreiras e fábricas de pólvora de Minas Gerais, e ao mesmo tempo deputado da Junta de Mineração e Moedagem e secretário do governo, teve de deixar a sua cadeira de lente de matemática. Foi logo depois, no 1^o de outubro, nomeado deputado da junta da Real Fazenda na mesma província, então capitania, declarando-se vitalício em sua pessoa o lugar de secretário do governo.

No entretanto, querendo o governo da metrópole ainda aproveitar-se em Portugal dos talentos do nosso distinto compatriota, nomeou-o, em 12 de novembro do mesmo ano, ajudante do intendente-geral das minas e metais do reino, no curso docimástico da Casa da Moeda; e aí estabeleceu ele o laboratório clínico, e igualmente encarregou-se da construção das nitreiras artificiais em o Braço de Prata, e delas foi nomeado Inspetor.

Promovido em 9 de fevereiro de 1802 a tenente-coronel do corpo de engenheiros, pediu e obteve, em 2 de julho de 1803, a sua de-

missão de secretário do governo de Minas Gerais, lugar que não chegou a exercer, e em 24 de setembro do mesmo ano foi nomeado deputado e escrivão da junta da Fazenda da dita província. Em março seguinte pôde voltar para sua pátria, a cujo progresso de então por diante teve de consagrar um espírito cultivado por diuturnas lucubrações, fortificado pelo sofrimento, e cheio da mais acrisolada dedicação.

Prosseguindo na sua carreira administrativa, sempre estimado e coadjuvado na razão do seu zelo pelo serviço público, apesar da relutância que à sua posse opôs, sob o mais frívolo pretexto, o capitão-geral Pedro Maria Xavier de Ataíde, e que o obrigou a voltar a Lisboa, donde regressou em julho de 1806, foi sustentado no emprego pelo príncipe regente e pelo seu ministro, o sempre memorado Luís de Vasconcelos e Sousa.

Nesse emprego, que começou a exercer em 27 de setembro do mesmo ano, mostrou quanto pode um espírito esclarecido junto a um caráter íntegro e a um coração generoso. Pelo estado em que ainda hoje entre nós se acham a fiscalização, a arrecadação das dívidas do estado e a cobrança dos impostos, pode-se fazer idéia do que seriam elas em 1806, em uma província central da colônia. A esse estado procurou-a arrancar Manuel Jacinto, e sem queixumes nem relutâncias o conseguiu grande parte.

Tanto aí se distinguiu, que em 1808, criado no Rio de Janeiro o real erário, foi chamado para nele desempenhar as funções de escrivão. Então começou essa série de imensos e inapreciáveis serviços, que só poderão ser compreendidos por quem atender às circunstâncias do tempo, à falta de homens, e aos interesses filhos do abuso e da prevaricação, que de tropel iam achar-se ofendidos pelo gênio fiscalizador e sistemático do nosso distinto patricio.

Estreou ele não só com os seus conselhos quanto à administração, senão apresentando um douto e bem deduzido parecer acerca dos melhoramentos exigidos para a cobrança das rendas e fiscalização da despesa. Levado ao conhecimento do príncipe regente em 1812 esse plano, foi por ele muito aprovado. Mas se recebeu Manuel Jacinto essa honra, teve em compensação os ódios e rivalidades de quantos sugavam a substância do estado, que queria ele salvar para ser aplicada ao serviço público. Sobranceiro porém a esses ódios, a essas inimizadas, nem por amor delas sentiu Manuel Jacinto arrefecer o seu zelo, nem por vin-

gança perseguiu os que o hostilizavam; antes, generoso, salvos os públicos interesses por eles ofendidos, procurou adoçar-lhes o rigor das suas destituições.

Enquanto na carreira administrativa assim prosseguia, era chamado a prestar outros serviços, e indefesso sempre acudia ao reclamo. Instalada em 1811 a Real Academia Militar (que depois de tantas transformações e mudanças de nome ainda subsiste sem grande alteração no essencial), foi ele nomeado deputado da junta que a devia dirigir, e inspetor das suas aulas, lugar que serviu sem estipêndio até o ano de 1821.

A par dos serviços, não lhe foram escassos os galardões honoríficos. Promovido a coronel do corpo de engenheiros a 4 de julho de 1808, foi em 6 de fevereiro de 1818 nomeado brigadeiro graduado: em 8 de junho de 1819 obteve a efetividade desse posto, reformando-se em 11 de dezembro de 1822 no de marechal-de-campo. Comendador de Aviz em 31 de maio de 1809, obteve em 10 de março de 1814 o título do conselho, e em 18 de janeiro de 1815 o foro de fidalgo cavaleiro.

Nessa posição se achava Manuel Jacinto Nogueira da Gama, quando o movimento político que agitou em 1820 a Europa, e que ao mesmo tempo envolveu a Itália, a França, a Espanha e Portugal, propagou-se ao Brasil, único de todos esses países que teve de dever-lhe benefícios reais e progresso, pois deveu-lhe a constituição e a independência.

A agitação das idéias, a efervescência dos espíritos então dominantes não podiam deixar de tirar um cidadão da importência e do merecimento de Manuel Jacinto da esfera administrativa em que até então se havia circunscrito o seu zelo ativo e patriótico, e de aproveitá-lo para coisas ainda maior e mais úteis. A vida política se lhe abriu.

Em 23 de fevereiro de 1821, foi nomeado secretário e deputado da junta o que com os procuradores das câmaras do Brasil devia tratar das leis das cortes de Portugal e dos melhoramentos úteis ao Brasil. Em 4 de abril passou a ter exercício no conselho da Fazenda, para o que pediu e obteve a sua exoneração das funções que exercia no real erário, em que ao depois só interveio em 21 de fevereiro de 1822 como membro da comissão encarregada de seu exame, e posteriormente e por diversas vezes como ministro da Fazenda e presidente do Tesouro

público. Em 21 de abril de 1821, eleitor da freguesia de S. José, assistiu a essa trágica reunião dos eleitores na praça do comércio.

Não é da nossa tenção escrever aqui a história política de nossa pátria; abstemo-nos portanto de apreciar os acontecimentos, de explicá-los nas suas causas; somente os indicamos em tudo quando neles se achou envolto o nosso distinto compatriota, contentando-nos com dizer que sua voz ilustrada e eloqüente, intérprete de uma opinião conscienciosa e despida de ambições, nunca serviu uma só idéia de desorganização, nunca favoreceu a demagogia; nunca porém também sacrificou a causa do progresso humanitário para a liberdade.

Deputado pela província do Rio de Janeiro à Assembléia Constituinte, que, como se sabe, foi o centro de reunião de todos os homens conspícuos de que então se gloriava a nossa pátria, e a quem, ainda virgem de cabalas e trapaças eleitorais, o povo congregava para que lhe dessem, o que a sua inexperiência desejava, uma sábia constituição política. Manuel Jacinto, precedido pelo seu nome, pelos seus serviços, não podia deixar de para logo ocupar eminente posição, especialmente como financeiro. Tanto se distinguiu, que daí a três meses, em 17 de julho de 1823, foi chamado ao Ministério da Fazenda e à presidência do Tesouro público.

Em época tão calamitosa, o poder poucas condições de estabilidade oferecia, o país poucos elementos de grandeza apresentava: achar meios de acudir ao serviço público, de satisfazer todas as exigências que apareciam, era o mais que ao ministro da Fazenda era dado; nem então lhe era possível conceber e menos realizar grandes planos. Manuel Jacinto o compreendeu, e, ministro, continuou a obra de organização a que, anos atrás, havia posto peito.

Infelizmente a agitação demagógica impelia o país para a sua ruína; a Assembléia Constituinte não sabia segregar-se dela; em luta direta com o poder, atacando-o no seu princípio, colocava-o na necessidade de salvar-se por um golpe de estado. O ministro da Fazenda e quatro dos seus colegas não quiseram aceitar a responsabilidade moral desse ato, e renunciaram as pastas dois dias antes da dissolução da Constituinte.

Dissolvendo porém essa assembléia, que, como todas as constituintes, era, apesar da ilustração dos seus membros, incapaz de cumprir a sua missão e de subtrair-se ao domínio das facções, o chefe do

estado havia prometido aos povos uma constituição: cumpria mostrar-lhes que a dissolução não havia sido uma agressão à liberdade nem uma falta à fé jurada, mas simplesmente um recurso extremo contra abusos legalmente irreprimíveis e inevitavelmente funestos: foi pois em 13 de novembro nomeado conselheiro de estado e ex-ministro Manuel Jacinto, e coube-lhe a glória de ser um dos autores e signatários desse pacto fundamental a que deve a nação brasileira a diuturnidade da sua duração e a garantia das suas liberdades. Por esse serviço condecorou-o a Coroa com a dignatária da Ordem Imperial do Cruzeiro.

Por carta imperial de 15 de outubro de 1825 foi-lhe conferido o título de visconde Baependi com as honras de grandeza, e foi pouco depois, em 21 de janeiro de 1826, chamado de novo ao Ministério para a repartição da sua especialidade, a da Fazenda. Em 12 de outubro do mesmo ano obteve o título de marquês.

Infelizmente só conservou o poder um ano: no meio das intrigas e manejos da época, persuadindo-se que não gozava de suficiente confiança da Coroa, por não haver ela querido aceder do desejo, por ele mostrado, de reformar a alfândega, contra a qual tanta e tão fundadas acusações eram geralmente dirigidas, pediu em 19 de outubro a sua demissão; não lhe foi porém ela concedida, e teve o dedicado e leal servidor de continuar ainda três meses contra a vontade nessa posição, em que, vítima de tantos enredos, não lhe era dado servir, como entendia conveniente, o monarca e a pátria. Enfim, em 15 de janeiro de 1827, conseguiu retirar-se do Ministério com os seus colegas, marqueses de Caravelas, de Paranaguá e de Inhambupe.

Retirando-se porém do poder, não arrefeceu o seu zelo pelo serviço do país e devoção ao Imperador: no conselho de estado, os seus votos, os seus pareceres escritos e luminosamente deduzidos, de acordo com os ditames da sã política, se nem sempre infelizmente foram seguidos, aí estão todavia para mostrarem que, se o erro dominou, não foi por não haver quem apontasse a verdade. Entre esses pareceres faremos sobressair aquele em que aconselhou a reprovação desses empréstimos de Londres que com tão funesto encargo oneraram as finanças do país, e tantos pretextos deram aos clamores contra o governo de então. Não menos importante é o que deu sobre as questões suscitadas pela morte d'El-Rei o Sr. D. João VI e pelo chamamento do Imperador do Brasil

como D. Pedro IV ao trono português. E por fim, em anos posteriores, quando o espírito revolucionário, já senhor das massas populares, impeliu a câmara temporária, onde dominava, contra o Senado e o princípio conservador, quando a crise precursora do Sete de Abril se apresentou, o seu voto aconselhando ao poder que se circunscrevesse na restrita esfera de sua ação legal, mas nela cumprisse enérgico a sua missão constitucional e firmasse a independência e ponderação dos dois ramos do poder legislativo, o seu voto, dizemos, se houvesse sido adotado, talvez nos tivesse poupado os desastres de uma revolução.

Apresentado em 1826 em lista tríplex para senador pelas províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, foi escolhido por aquela, e tomou assento logo na instalação do Senado, nesses bancos a que tanto realce soube dar.

Entretanto iam correndo os tempos, e os esforços revolucionários, mal contrariados pela ação inexperiente e frouxa do governo, tinham chegado ao seu ponto: a revolução estava madura; só lhe faltava um oportuno ensejo, e os seus planejadores o procuravam com todo o afã. Verificaram-se as fatais ocorrências de março de 1831; o monarca que em frente delas julgou possível acomodar a oposição organizando um ministério de sua confiança, sentiu que nem assim a satisfaria, e organizou outro gabinete em vista de reprimir as tendências revolucionárias que ameaçavam a sociedade. Desse gabinete, organizado na noite de 5 de abril, fez parte, como ministro da Fazenda, o marquês de Baependi.

Mas a revolução estava em campo: seus autores, receando perder os elementos que haviam congregado, acolheram a notícia da organização do novo Ministério com o rompimento de há muito preparado.

A parte que nos últimos acontecimentos do reinado do magnânimo fundador do Império coube ao nobre marquês de Baependi, o que houve contra o seu conselho, ou conforme com ele, nessas ocorrências que precipitadas se aglomeraram no dia e na noite de 6 de abril de 1831, poder-nos-ia mais de espaço ocupar; fácil nos seria recompor essas cenas íntimas em que a timidez lutava com a dedicação, e os mais nobres pensamentos eram contrastados por frio desânimo; deixemos porém à História o que à História pertence, e, biógrafos, digamos somente que em todos os momentos, que equivaliam a séculos, desse

dia fatídico, o nobre marquês não desmentiu um só instante a sua refletida lealdade, a sua inteligente dedicação à pátria e ao Imperador.

No dia da abdicação, na presença dessa grande prova de ingratidão dos povos, o nobre marquês como que deu por finda a sua missão política. Vítima dos furores revolucionários, como ex-ministro, apontado às calúnias mais torpemente inventadas, insultado o seu domicílio, o prestante brasileiro apenas reuniu os seus esforços a alguns amigos da ordem que procuravam neutralizar, com a propagação das sãs doutrinas, o espírito da irrefletida destruição de que se achavam possuídos os revolucionários.

Para justificar a revolução, os dominadores da época trataram de formular acusações contra os ex-ministros do Imperador: o marquês de Baependi foi um dos escolhidos, e para honra sua aí está essa acusação em que o espírito sagaz do ódio político, pesquisando uma longa vida ministerial, em uma pasta de tão complicados quão graves negócios, apenas achou para base do crime de prevaricação um fato meramente administrativo e da maior insignificância. Firme na sua consciência, o nobre marquês respondeu vitoriosamente a tão injusto projeto de acusação. E de fato tão injusto era ele, que a própria comissão encarregada de examinar a acusação a desprezou pelo seu nenhum fundamento, o que foi aprovado pela Câmara dos Deputados em setembro de 1831.

Não podendo lutar contra a torrente, o nobre marquês retirou-se da vida política: se comparecia no Senado, se com o seu voto ainda disputava alguns dos grandes princípios de ordem à conquista revolucionária, se defendeu a Constituição do Império contra os ataques dos seus reformadores, nunca mais ocupou a tribuna; sua voz eloqüente emudeceu.

A causa porém da monarquia constitucional brasileira tinha de ser salva. O ano de 1836 viu ressurgir poderoso, ilustrado e unido o partido que reagiu contra os erros revolucionários; logo no ano seguinte foi o nobre marquês eleito vice-presidente do Senado, e como tal teve de reger em toda essa sessão os trabalhos de tão importante câmara; no ano de 1838 foi eleito seu presidente.

De posse da plenitude do Poder Executivo e Moderador, o Senhor D. Pedro II, por ocasião da sua coroação em 18 de julho de

1841, galardoou o velho e constante servidor da monarquia brasileira, o ministro fiel e amigo de seu augusto pai, com a grã-cruz da Ordem da Rosa.

A vida política, a vida ativa e a de trabalho do nobre marquês estava acabada; seus dias continuaram ainda alguns anos a deslizarem-se no seio do sossego e da ventura doméstica de que era tão digno, e se ainda, não obstante a sua idade aparecia entre os anciãos da pátria, se ainda pôde com o seu voto sustentar algumas vezes a causa de toda a sua vida, já não era senão o venerando representante do brasileiro distinto que tão alto havia elevado o seu nome. No meio dessas vicissitudes dos tempos, e dessas modificações de caracteres, de opiniões e de princípios, que tão infeliz consequência são da fraqueza humana na vida política, ao nobre marquês cabe uma glória: seu caráter, suas opiniões foram sempre os mesmos, os seus votos nunca se desmentiram; nunca em sua longa existência política houve um passo que lhe deixasse a amargura do arrependimento.

No meio dessa existência tão ativa, tão cheia, o nobre marquês, ainda conservando essa previdente generosidade que nas lutas da sua mocidade com a pobreza se havia acrisolado, teve a lembrança da fundação de um montepio, espécie de associação mútua em que os pais de família menos abastados, e a quem era tolhido economizar um patrimônio para seus filhos, pudessem com alguns fracos sacrifícios comprar para suas famílias parca, porém segura subsistência. Em junho de 1825 ofereceu ele ao Senhor D. Pedro I um projeto para a fundação de um montepio geral para as famílias brasileiras; já anteriormente havia oferecido uma para as famílias dos militares. Aquele interessante trabalho foi apresentado no Senado em 26 de agosto de 1834, e dele posteriormente resultou o instituto que aí temos com o nome de Montepio Geral dos Servidores do Estado, cuja idéia é atribuída a outrem, realizando-se assim ainda uma vez o famoso dístico de Virgílio ... *sic vos non vobis...*

Na vida do nobre marquês pode-se considerar o homem privado e o homem público; e neste podemos ver – o homem de estudo e de magistério, – o homem de administração, – e o homem político, e em todos esses aspectos pode o Brasil ufanar-se de tão distinto filho, e apresentá-lo como modelo.

Homem político, em uma época de luta com a desorganização revolucionária, quando os mais funestos absurdos eram reconhecidos como princípios e até proclamados como axiomas, teve ele na sua inteligência fria e calma, no seu coração cheio de lealdade e de devoção, meios de premunir-se contra todos os erros, e, convencido que só sob a égide da autoridade pode vigorar a liberdade, nem um só momento sacrificou uma à outra. Até 1831 foi um dos oradores mais distintos e que melhor direção deram aos debates do nosso parlamento, elucidando-os com a maior clareza de expressão, a mais lógica argumentação. Ministro e conselheiro de Estado, sempre falou ao monarca, ainda em risco de desagradar-lhe, a linguagem da verdade. Disso tem o arquivo do Conselho de Estado provas escritas que o futuro historiador das cousas da nossa terra poderá compulsar.

Homem de administração, todos os seus trabalhos na província de Minas Gerais e na organização do Erário do Rio de Janeiro dão testemunho de que tinha ele todas as qualidades necessárias ao administrador, compreensão rápida e clara, perspicácia, perseverança, e essa qualidade sem a qual nocivas são todas as outras, acrisolada inteireza.

Homem de estudo e de magistério, basta lembrar que, ainda estudante, no ensino achou os recursos da existência, que chamado ao professorado público em um estabelecimento importante, conquistou a mais subida estima e consideração, para se ter idéia do que foi; e se como literato administrador escreveu diversos trabalhos sobre as finanças do Brasil, se como agrônomo e amigo do progresso publicou interessantes memórias sobre o cultivo da canela do Ceilão e sobre a granza ou ruiva dos tintureiros, como professor traduziu, para uso da mocidade, a metafísica do cálculo de Carnot, a obra de Fabre sobre torrentes e rios, e a mecânica de Lagrange. Foi membro de muitas sociedades literárias e científicas, quer nossas, quer estrangeiras: a Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, o Instituto Histórico Geográfico do Brasil, as sociedades Literárias e amante da instrução, a Promotora da instrução de Vassouras, a de Agricultura, Comércio e Indústria da Bahia contaram-no entre os seus sócios; bem como a Sociedade Universal de Estatística em França, a Academia Francesa de Indústria Agrícola, Manufatureira e Comercial, a Academia Real das Ciências de Lisboa, a Sociedade Literária Tibuciana, etc.

Como homem particular, sempre prestimoso e obsequioso, não poucos benefícios soube espalhar. Afável, jovial e dócil, conciliava com o respeito a afeição de quantos tinham a ventura de o tratar.

Casando-se em 5 de agosto de 1809 com a Senhora D. Francisca Mônica Carneiro da Costa (Marquesa de Baependi), filha legítima

do coronel Brás Carneiro Leão, um dos mais abastados e consideráveis negociantes da praça do Rio de Janeiro, cuja viúva foi posteriormente nomeada baronesa de São Salvador de Campos, teve desse feliz consórcio três filhos, um o visconde de Baependi (Brás Carneiro Nogueira da Costa e Gama), a quem deixou em maioridade, e dois outros, Manuel Jacinto Carneiro Nogueira da Gama e Francisco Nicolau Carneiro Nogueira da Gama, ainda menores. Modelo de todas as virtudes domésticas, amou extremosamente a sua família, e, zeloso pela sua sorte, nada deixando ao acaso, conhecendo a fragilidade das cousas humanas e os vaivéns do mundo, com os bens da fortuna que lhes deixou, ainda melhor herança lhes preparou, quer no exemplo das suas virtudes, quer no assíduo cuidado da sua educação.

Do Estado nada deixou a seus filhos senão o seu nome e a recordação dos seus serviços, que mais devem considerar-se como empenhos que os obrigam que como vantagens de que tenham de friuir.

Cidadão tão virtuoso, homem de tanto merecimento, devia merecer da Providência uma remuneração; ele a teve na sua longa existência, nos serenos anos da sua velhice, no amor da sua família.

Em 15 de fevereiro de 1847, pela meia hora da madrugada, depois de curta enfermidade, entregou a alma ao Criador. Sua morte foi a do filósofo cristão, como fora a sua vida. Seu corpo foi sepultado nos jazigos da Ordem Terceira de São Francisco de Paula desta cidade com as honras devidas aos altos cargos que durante tantos anos exerceu. Tinha de idade 81 anos, 5 meses e 7 dias.

Sua morte foi geralmente sentida não só pelos seus amigos, como por aqueles que só de nome o conheceram; e se inimigos teve, nasceram-lhe eles das lutas políticas e do exato cumprimento dos deveres dos cargos que ocupara, porque a ninguém odiou, e nunca a ninguém perseguiu.

Nenhum cidadão mais do que ele consagrou ao serviço da pátria diuturna dedicação. Nas épocas difíceis do nascimento político da nação brasileira, quando tudo estava por criar, finanças, administração, recursos materiais e morais, e quando entretanto, alimentado pela infância nacional, o espírito revolucionário tudo perturbava, até como que adrede tudo comprometia, o marquês de Baependi, esse glorioso brasileiro, aí se achou em constante esforço, em constante luta, vítima, como todos os que se consagram ao serviço público, da inveja de uns, da calúnia de outros, nunca porém menos enérgico, menos dedicado.

OS CONTEMPORANEOS



A. L. L. L.

L. L. L. L.

JOZE MARTINIANO DE ALENCAR

José Martiniano de Alencar

.....
José Martiniano de Alencar

E

I

Em 1822 uma mocidade ardente e entusiasta pela liberdade e independência de sua pátria representava o reino do Brasil no soberano congresso que se reunira em Lisboa.

Trinta e seis anos são passados; e daquela plêiade brilhante, daquela falange ilustre dos primeiros representantes do país, apenas se encontra hoje no Senado, entre as novas glórias que o voto popular e a confiança da Coroa chamou a ocupar essas cadeiras, uma trindade respeitável por muitos títulos.

O marquês de Olinda, Vergueiro e Alencar, são os três nomes que lembram ainda aos brasileiros as calorosas discussões do congresso português, em que os filhos da jovem pátria que ia surgir proclamavam em face da metrópole o direito que tinha o Brasil de declarar-se independente, lançando assim através do oceano o grito dessa revolução que devia consumir-se em 7 de setembro de 1822.

O marquês de Olinda, quando a sua carreira parecia terminada, assumiu de novo o poder; Vergueiro depois de ter ilustrado a tribuna e dirigido a opinião pública, trabalha ainda pelo país dedicando-

se à colonização e à agricultura; Alencar, uma das popularidades de 1830, um dos homens mais notáveis da oposição de 1839, um dos autores da revolução parlamentar que produziu a maioria em 1840, só aspira a servir a seu país com o seu voto de legislador, e a conservar puras e inalteráveis as crenças políticas que o dirigiram durante a sua vida.

Poucas existências há no Brasil tão cheias de vicissitudes como a sua; poucos homens passaram por tão duras provanças, e acompanharam a revolução da independência de seu país desde o primeiro balbuciar deste povo, ainda menino e já respirando a liberdade, até o momento em que o arrefecimento da luta e a calma dos espíritos extinguiu os antigos partidos.

O que há de notável porém na sua vida, é que, tendo muitas vezes exercido, pelo seu prestígio, pela sua habilidade na direção da política, uma influência decidida sobre os negócios do país, não ocupou nunca as primeiras posições oficiais; além do cargo de senador a que fora chamado na primeira vaga por uma eleição espontânea e quase unânime, apenas foi duas vezes presidente de sua província.

Mas o seu caráter explica este fato: a sua modéstia reprimia as aspirações; e o seu interesse pelo país passava adiante dos cálculos da ambição pessoal; depois de ter servido nobremente o seu partido, depois mesmo de se haver sacrificado por ele, ofuscava-se e desprezava as glórias de chefe, para gozar da íntima satisfação que sente o simples e obscuro cidadão, quando tem a consciência de haver cumprido o seu dever.

Assim em todas as épocas em que suas idéias triunfaram, ou em que o seu partido dirigiu o país, ele conservou-se na sua modesta posição; em 1831, sendo presidente da Câmara dos Deputados, continuou o seu posto depois da revolução; em 1834 quando Feijó, seu amigo íntimo e dedicado, governava o Brasil, contentou-se com a presidência do Ceará, onde o levara o seu amor pela província natal; em 1840, quando a revolução da maioria saiu de sua casa* para rebentar no Senado e ecoar na Câmara dos Deputados, apenas aceitou aquela mesma presidência com o fim de ir reparar os males que as administrações passadas aí haviam feito.

O reverso desse quadro é ainda mais significativo.

* Rua do Conde, nº 55.

Se durante a sua carreira política Alencar, pela sua modéstia e pela sua reserva, não quis ou não soube procurar para si as primeiras posições oficiais no momento em que os seus amigos dominavam; sempre que o seu partido foi vencido, sempre que uma reação se operou contra os liberais, o seu nome figurou como mártir entre os mais distintos e os mais célebres; algumas vezes mesmo na primeira plana.

Em 1817, sofreu quatro anos de prisão rigorosa na Bahia onde teve por companheiro Antônio Carlos, que depois foi um dos seus mais dedicados amigos, e verdadeiro apreciador do seu caráter; em 1824 esteve de novo preso um ano; em 1842 acusado de ser o chefe de uma imaginária associação dos *Invisíveis* foi processado com Feijó, Vergueiro e José Bento; em 1848 atribuiu-se-lhe o movimento político de Pernambuco e o acusaram na Câmara dos Deputados.

Tanta celebridade e tanto prestígio no revés; tanta obscuridade e tanto afastamento no triunfo; – é um contraste que faz honra ao caráter do homem político, e que lhe deu essa reputação de integridade que seus próprios inimigos nunca lhe negaram.

Mas naqueles tempos de verdadeiro entusiasmo e fé robusta o povo sabia desempenhar a sua missão: e a urna popular era como o altar da pátria onde se sagravam puros votos de reconhecimento e gratidão aos bons filhos e aos bons cidadãos.

Ao passo que Alencar era esquecido, ou fazia-se esquecido das distinções oficiais, não lhe faltavam as honras populares.

Em 1821 as portas do cárceres se abriram para deixá-lo sair, ao mesmo tempo que as do soberano Congresso se abriram para recebê-lo. De volta da Europa encontrou no Rio de Janeiro o diploma de deputado à Constituinte. Minas Gerais e o Ceará o elegeram simultaneamente à segunda legislatura.

Em trinta e seis anos, apenas quatro esteve fora do parlamento; e isto porque achando-se ainda, em 1825, comprometido na revolução do ano anterior não pôde ser eleito à primeira legislatura.

II

J.M. de Alencar começou a sua carreira política muito cedo.

Em 1817, achava-se estudando em Olinda, quando sobreveio essa revolução mal planejada, aspiração precoce de um povo pela liberdade que ainda não se tinha impregnado nas primeiras camadas da sociedade; e que era apenas compreendida por alguns homens instruídos, a quem os ecos da revolução francesa, e da independência dos Estados Unidos, chegavam apesar de amortecidos pelo tempo e pela distância.

Moço, entusiasta, amando a sua pátria com o mesmo ardor que depois sempre mostrou, arrastado pelo exemplo de seus mestres. Alencar deixou-se levar pelo movimento; e partiu para o Ceará, munido das cartas e instruções necessárias para fazer aparecer a revolução naquela província. Desempenhou a sua comissão; porém pouco tardou que a imperícia dos chefes fizesse abortar todo o plano.

Efetuiu-se a restauração; e ele foi preso e conduzido a Pernambuco: depois passou à Bahia, onde esteve quatro anos encarcerado com o rigor que o governo absoluto usava para os crimes políticos; aí assistia ele a essas expansões da imensa erudição de Antônio Carlos, que consolava a uns da desgraça, e a outros instruía, como um livro vivo e eloqüente.

Solto em 1821, voltou ao Ceará, e eleito deputado às Cortes de Lisboa, tomou assento em 10 de maio de 1822. Foi companheiro de Antônio Carlos, Vergueiro, Barata, Muniz Tavares, Lino Coutinho e outros; apesar de muito moço e inteiramente alheio aos estilos parlamentares, apesar do aspecto imponente dessa respeitável assembléia onde tinham assento Borges Carneiro, Fernandes Tomás, Guerreiro, Ferreira Borges, Girão e mais homens notáveis de Portugal; o jovem deputado achou nas suas convicções a coragem necessária para acompanhar os seus colegas nessa luta parlamentar que preludiou a separação do Brasil.

Chegando a Portugal a notícia da independência, Alencar abandonou as Cortes com alguns outros deputados; e sem passaporte, não obstante a proibição do Congresso, passou à Inglaterra, e correu ao reclamo de sua pátria; achou porém a revolução consumada, e recebeu o diploma de deputado à Constituinte.

Nessa assembléia, seguindo sempre os princípios de liberdade, sustentou os de ordem nas sessões agitadas que então apareceram; pelo que mereceu a simpatia geral, e a estima de D. Pedro I, que sempre o distinguiu. Dissolvida a Constituinte, voltou à sua província, da qual

estava ausente havia dois anos; aí achou os seus amigos e sua família comprometidos na revolução de 1824; preferiu comprometer-se com eles a abandoná-los.

Preso e conduzido por Minas Gerais até o Rio de Janeiro, foi ser julgado na capital do Ceará pela comissão militar presidida pelo coronel Conrado, a qual proferiu sentença reconhecendo-o inocente e absolvendo-o. Passou esse pouco tempo estranho à vida política, até que em 1828 as províncias de Minas Gerais e do Ceará o elegeram deputado à segunda legislatura.

Este fato bastante notável, era a reabilitação do seu passado político se ele precisasse de outra além do reconhecimento da sua inocência pela comissão militar; o voto de uma província ilustrada como a de Minas Gerais, que o tinha visto na desgraça, era a maior prova de consideração que podia merecer um cidadão.

Alencar optou pela sua província, como é de lei; e na vaga que ele deixou tomou assento Evaristo Ferreira da Veiga, eleito primeiro suplente. Foi nesta sessão de 1830 que ele mais se distinguiu pela sua moderação, defendendo como membro da comissão de poderes contra os liberais exaltados, o direito que tinha José Clemente Pereira, Salvador José Maciel e Oliveira Álvares de tomarem assento como deputados, devendo notar-se que nesta defesa, movida apenas por sentimento de justiça, ele corria risco de perder a sua popularidade à vista da excitação dos ânimos contra aquelas eleições.

Em 2 de maio de 1832 entrou no Senado, sendo o primeiro senador eleito pela regência; e foi aceito por aquela corporação, então quase toda composta dos membros da primitiva fundação, como uma garantia contra as idéias da abolição da vitaliciedade, que começavam já a adquirir muita voga; recebendo no seu seio um dos membros mais proeminentes do Partido Liberal, o Senado julgava adquirir um defensor valioso.

Mas ele não contava com o caráter de Alencar; e não sabia que, deputado ou senador, ele votaria com a mesma facilidade pela idéia, desde que a considerasse útil para o país; e assim o demonstrou pouco depois, e em todos os atos de sua carreira parlamentar.

Nomeado presidente do Ceará em 1834, dedicou-se, durante os três anos que exerceu esse lugar, a promover os melhoramentos morais e materiais que reclamava o estado de atraso de sua província.

Purgou-a dos assassinos que a infestavam; fez punir todos os criminosos grandes e potentados; introduziu colonos naquela época em que nem se falava de colonização; mandou vir operários da Europa; criou um banco pequeno, mas em relação aos recursos do lugar; reprimiu o tráfico, apreendendo o único contrabando que apareceu no tempo de sua administração, de modo que um só africano não escapou; e desenvolveu as obras públicas, construindo estradas e pontes.

Não tendo a província rendas para suas despesas, tanto que recebia uma quota de Pernambuco para suprir o déficit, elevou a receita a ponto que não só cobriu aquelas despesas acrescidas com a criação da assembléia provincial, e os gastos feitos com a prisão de criminosos e com as obras públicas, mas deu para se enviar uma remessa à Inglaterra a fim de amortizar a dívida pública, fato de que não havia exemplo na província; e deixou ainda um grande saldo.

O maior elogio que se pode fazer da sua administração é que o ministro do Império em 1837, Vasconcelos um dos nossos mais distintos estadistas, acérrimo adversário político de Alencar, quando este pela desistência de Feijó e mudança de política foi demitido, recomendou ao seu sucessor, o conselheiro Manuel Felizardo de Sousa e Melo, que não desfizesse os atos da presidência anterior, nem hostilizasse o partido que a havia apoiado; instrução que o novo presidente executou tanto quanto era possível naquele tempo de luta e opiniões extremas.

Voltando da presidência do Ceará, Alencar veio tomar em 1839 o seu posto de oposição no Senado, e aí foi um dos sete senadores que impediram durante um ano a passagem da interpretação do ato adicional, apesar de todo o esforço do governo e da maioria.

No ano seguinte planejava ele com Antônio Carlos, José Bento, Paula e Sousa, Limpo de Abreu, Martim Francisco, Holanda Cavalcanti e outros a revolução da maioria, que se realizou em 23 de julho, e que inaugurou o presente Império; ainda desta vez aceitou a presidência do Ceará para comprazer com os seus amigos, e evitar uma dificuldade ao Ministério.

Foi o segundo e último período de sua vida administrativa; período durante o qual mostrou ainda uma vez a sua energia e coragem cívica em reprimir os movimentos sediciosos que alguns dos adversários

da maioria fizeram aparecer na província, e dos quais não se devem revolver as cinzas.

Voltando à oposição em 1842, em que teve de sofrer o processo de que falamos, nela se conservou até 1845, em que exerceu uma influência notável como um dos chefes da maioria que apoiava o Ministério Macaé.

Desde então, ou porque julgou com razão que depois de tão longa luta tinha direito ao repouso, ou porque entendeu que os seus serviços não eram mais precisos, retirou-se da cena política; porém até hoje ainda nem um seu aliado dirigiu-se a ele que não encontrasse o mesmo liberal de 1830.

OS CONTEMPORANEOS



Allan Loh

Loh & Mello de Jesus

EVARISTO FERREIRA DA VEIGA

Evaristo Ferreira da Veiga

.....

Evaristo Ferreira da Veiga

Onde está ele -- Esse homem fabricado
De sangue novo, pelo molde antigo,
De grega e de romana contextura,
De tèmpera sublime,
Que vale mais que os séculos que o produzem?

Magalhães

A História, farol brilhante erguido nas fronteiras do passado para iluminar a estrada do futuro, nunca mais digna se torna do que quando, espancando as trevas que rodeiam os túmulos, nos mostra em todo o seu esplendor os varões ilustres, cujos feitos honraram o país de seu nascimento, cuja vida foi gloriosa para a humanidade. Esses homens modelos, que provocam a atenção do presente, deixam escapar dos lábios gelados palavras conselheiras de virtude, de valor, de nobreza; os raios da luz, que, como auréola sagrada, circundam suas fronteiras, acendem na alma o amor da pátria, e ao respeito que acompanha sua memória, excita no coração desejos de limitá-los; nobre e enérgica a ambição desperta, cresce, inflama a vontade, que então opera prodígios. Muitas vezes – quase sempre – a inveja e a ignorância contemporâneas, dando-se as mãos, pagam com desprezo, senão com martírio, as nobres abnegações, os esforços generosos das almas escolhidas. Os interesses, que lutam uns contra os outros por alcançar o predomínio; as paixões, que obscurecem a razão e aconselham o mal; o erro, que calou profunda-

mente nos ânimos e que o falso orgulho ainda mais aferra, temem, odeiam, desconhecem os espíritos elevados e nobres, que os combatem em nome da virtude, da justiça e da razão.

Mas há um momento em que todas essas vozes emudecem, uma época em que a verdade profere a sua sentença definitiva; é quando um túmulo se abre, quando uma nova geração, gozando dos benefícios que resultaram dessas lutas, repele a herança de preconceitos, e, buscando nas sombras do passado o autor de tantos bens, repete o seu nome entre vivas de gratidões. Este juízo da posteridade, sentença da justiça divina, que a humanidade proclama, é a recompensa mais pura, mais duradoura, mais invejável; essa crença da vida futura, essa esperança de merecer um dia as bênçãos de uma geração inteira, constituem o mais nobre incentivo para as almas verdadeiramente heróicas.

Cumpra pois que a História, iluminando com seu facho as sombras do passado, nos deixe ver em toda a luz as imagens dignas de veneração; que de geração em geração uma voz se erga dentre o povo, como a da sentinela quando alta vai a noite, repetindo o nome e os feitos dos homens que ganharam a imortalidade, prestando homenagem ao passado e incitando os ânimos, que desfalecem no presente.

O Brasil, bem que de moderna data no quadro das nações, conta já numerosos filhos, que devem ser apontados como exemplos, e a galeria dos brasileiros ilustres pode ufanar-se de sua riqueza. Nesse monumento erguido à memória dos grandes homens do Brasil, um dos mais elevados pedestais deve ser reservado para o busto nobre do varão, cuja vida vamos rapidamente bosquejar.

Evaristo Ferreira da Veiga nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 8 de setembro de 1799. Seu pai, Francisco Luís Saturnino, era professor de primeiras letras e tinha aula aberta na Rua de S. Pedro, donde mais tarde foi passada para a do Ouvidor. Aí recebeu Evaristo os primeiros rudimentos de instrução, e ao mesmo tempo lições de severa moralidade, que ficaram profundamente impressas em seu coração. Na idade de doze anos passou a estudar gramática latina com o professor Manuel Marques, e retórica com João José Vaia. Pouco tempo depois freqüentou como externo as aulas do Seminário de S. José, onde estudou filosofia racional e moral e as línguas francesas e inglesas, aprendendo mais tarde consigo mesmo o italiano. Contava dezenove anos quando

concluiu os estudos. Então seu pai, que deixara a aula de primeiras letras para abrir uma loja de mercador de livros à Rua da Alfândega, chamou-o para o balcão. Depois de cinco anos, tendo perdido sua mãe, estabeleceu, de sociedade com seu irmão, Sr. João Pedro da Veiga, uma livraria à rua de São Pedro, esquina da Quitanda, donde mais tarde saiu para continuar o mesmo negócio por sua conta na Rua dos Pescadores.

Até então Evaristo era apenas conhecido como negociante honrado, homem afável e esposo modelo, que já então se achava casado com D. Edeltrudes Maria da Ascensão, a quem consagrou viva amizade até o derradeiro instante de sua vida.

Não obstante essa perspicaz inteligência, que seus professores tanto haviam apreciado, não dormitava, não; enriquecia-se no estudo, concentrava-se para mais tarde ressurgir cheio de força e de esplendor. A sede de conhecimento, que desde os primeiros anos o atormentava, encontrara fonte abundante para fartar-se nos livros, entre os quais ele vivia. Seu natural discernimento e bom gosto haviam-no levado a fazer uma ajuizada escolha entre as diversas obras de bons autores. Com eles conversava Evaristo durante as longas horas da noite, e nesse continuado lidar sua inteligência mais se desenvolvia, novos pensamentos ensinados pelos sábios, ou inspirados pela meditação, vinham enriquecê-la, e de dia em dia mais vasta se tornava sua erudição.

Limitar-se-ão a isso os desejos de Evaristo? Não, decerto; fora preciso ser profundamente egoísta para, conhecendo-se tão rico, guardar consigo esse tesouro, e Evaristo primava em generosidade. A fortuna, que adquirira no negócio, não a empregava consigo, que eram simples os seus hábitos e seus gostos bem afastados da ostentação; distribuía-a pelos desvalidos, a quem sua caridade ia encontrar até em países estrangeiros. Quem assim tão despegado se mostrava das riquezas materiais, tão pronto em socorrer os infelizes mal aquinhoados, não podia certamente ser avaro das riquezas intelectuais; não, ele as entesourava porque sentia instintivamente que havia de chegar o dia em que infelizes de outro gênero, desvalidos de outra fortuna precisariam também de seu auxílio. Mas a modéstia, que era base de seu caráter, e a desconfiança das próprias forças ainda não experimentadas, não lhe deixavam conhecer que esse dia já era chegado, embora alguns amigos, que o apreciavam em íntimas conversações, assim lho dissessem e lhe vaticinassem um porvir de glória.

Filho do Brasil, nascido em meio desta natureza tão garrida, desta vegetação tão luxuriante, sob este céu tão anilado, escutando as poderosas vozes das florestas, a suave harmonia dos bosques, o doce murmurar dos rios, o estalar das catadupas, Evaristo era poeta; e sua brilhante imaginação, despertada pelo brado erguido nas margens do Ipiranga, celebrou em belos cantos a aurora da liberdade. A pátria foi a musa que acordou o poeta; a pátria, seu primeiro amor, foi também o termo único de todas as suas ambições. Desde então ele publicou vários artigos e folhetos políticos, que respiravam o perfume embriagador do patriotismo, e que desde seu aparecimento atraíram a atenção pública, incerta ainda sobre o nome do autor, porque esses escritos eram publicados sob o anônimo. Bem depressa porém o nome de Evaristo tornou-se conhecido no Brasil de uma extremidade à outra.

A 11 de junho de 1828 os batalhões de alemães e irlandeses se sublevam na corte e perseguem ferozmente o povo: a 6 do mês seguinte o barão Roussin, vice-almirante francês, entra de morrões acesos pela baía do Rio de Janeiro e vem insultar a fraqueza do Brasil! Ao ouvir os clamores do povo, ao sentir as faces abrasadas pela vergonha da afronta, Evaristo esquece a própria modéstia e escreve estas nobres palavras: *Desgraçado o povo que sofre o jugo estrangeiro! Os seus mesmos benefícios são amargos e pagam-se a peso de ouro; os seus insultos, quem os tolerará?*

A *Aurora Fluminense* repetiu esse brado de indignação aos ouvidos do povo. Fundado em fins de 1827 por três cidadãos, esse periódico foi desde 1828 exclusivamente redigido por Evaristo, e tornou-se a tribuna em que se advogavam os interesses públicos, o púlpito de que baixavam lições para o povo. Despontara o dia esperado; Evaristo abriu o cofre em que amontoara riquezas de conhecimentos e com larga mão as distribuiu.

Não cabe nos limites deste simples esboço uma apreciação de Evaristo como jornalista; diremos somente que a *Aurora Fluminense* tornou-se em pouco tempo conhecida de todo o Brasil, e granjeou para o seu redator uma grande popularidade, que foi de dia em dia aumentando. Durante os oito anos de sua existência a *Aurora* foi o órgão das necessidades e dos interesses do povo, o defensor estrênuo de seus direitos, o campeão destemido das liberdades públicas, o guia consciencioso da opinião, a ara sagrada em que se venera a pátria. Dotado de vasto

talento, rico de erudição, animado pelo mais desinteressado patriotismo, Evaristo discutia com alta superioridade em sua folha todas as questões que importavam ao progresso do país; mas, vivendo no meio do turbilhão das facções, cujos planos ele contrariava e que buscavam afastá-lo jogando-lhe insultos, via-se obrigado a descer às questões individuais; se às declamações respondia com raciocínio, combatia os insultos com uma ironia penetrante, que deixava profundamente ferido o amor-próprio de seus adversários.

O nome de Evaristo espalhava-se por todo o Império, e além do oceano; seu mérito granjeou-lhe os títulos de sócio do Instituto Histórico de Paris e da Arcádia Romana; a Sociedade Amante da Instrução contou-o mais tarde no número de seus membros beneméritos. Ao mesmo tempo a fama de seus talentos, de suas virtudes, reunia na sua loja de livreiro todos os verdadeiros patriotas; aí doutrinava ele o povo, e aqueles que o ouviam iam mais longe repetir sua palavra e aumentar a sua popularidade. A província de Minas três vezes o escolheu para seu representante na Câmara dos Deputados. O Rio de Janeiro não se mostrou ingrato para um filho que tanto o honrava; se nas eleições de 1828 Evaristo ficou no número dos suplentes, nas de 1836 reuniu dois diplomas, o de Minas e o do Rio de Janeiro.

Como deputado Evaristo foi o mesmo homem que no jornalismo, defensor dos mesmos princípios sobre que se baseava sua doutrina: liberdade moderada para o povo, prestígio e força para a Monarquia, respeito às leis, fiel observância da Constituição do Estado. Não quadrava esse programa à administração, e por isso encontramos Evaristo dirigindo a oposição parlamentar de 1830.

Começaram a aparecer nessa época as idéias de reforma da Constituição e federação das províncias, como conseqüências fatais dos erros do Governo. Evaristo viu na adoção de tais idéias uma ofensa à Constituição e o enfraquecimento do Brasil; sua voz poderosa ergueu-se contra os reformistas. Mas embalde! a reação estava na razão direta da opressão; a fúria lançada nos espíritos ardentes devia em breve produzir o incêndio.

Pela primeira vez Evaristo hesitou; pareceu-lhe a princípio que devia resistir à torrente, que dar-lhe o apoio de seu nome seria contribuir para a perdição da pátria; logo porém conheceu que todo o es-

forço humano seria impotente para suster o rochedo, que, despegado de sua base e impellido por uma força fatal, rolava irresistível e ganhava nova velocidade com a carreira, cujo termo era o abismo da anarquia. Então a alma do herói partiu-se em um soluço, houve um momento de agonia, uma dor sem nome varou-lhe o coração! Pago esse tributo à natureza, Evaristo ergueu a fronte, e, cerrando os ouvidos aos insultos, aos sarcasmos, às maldições com que era pago o sacrifício de seu amor-próprio, passou para as fileiras dos reformistas. Não podendo fazer parar o rochedo, queria ao menos desviá-lo do abismo, arriscando-se a ser por ele esmagado. "Combati a reforma", dizia ele então, "enquanto não a julguei do voto geral; hoje é necessária, eu pugno por ela; faça-se, faça-se, mas a ordem e a tranqüilidade presidam a tudo, e a lei à sua própria alteração."

De dia em dia os espíritos mais se azedavam. D. Pedro I parte para a província de Minas, a fim de com sua presença restabelecer aí a ordem, e publica em Ouro Preto a proclamação de 22 de fevereiro, que foi mais uma fâisca para apressar a explosão. Por ocasião de seu regresso à Corte fazem-se grandes festejos, acendem-se fogueiras, bandos armados percorrem as ruas da cidade insultando e maltratando os brasileiros, cujo sangue corre. Evaristo querendo evitar mais graves desordens, escreve estas memoráveis palavras: *O sangue derramado pede sangue, tristes efeitos dos ódios e dissensões civis!* admoestação prudente, que seus inimigos traduziram como provocação às paixões populares. Longe porém de aconselhar represálias sanguinolentas, o herói apela para a autoridade e redige a representação de 17 de março, assinada por 23 deputados e um senador, na qual se pede ao monarca que desafronte o Brasil vilipendiado e pungido!

Tudo é baldado! O dia 7 de abril vê consumir-se a revolução! Evaristo conhece que é chegado o momento do perigo e redobra esforços para afastá-lo. Ele sabe que na taça das revoluções o povo bebe um licor que embriaga; que a liberdade, virgem santa, veste uma túnica tão fina que se despedaça aos abraços frenéticos do povo em delírio; então a virgem profanada se transforma em medonha fúria, corre nua, soltos os cabelos, sacudindo o brandão da anarquia, e vinga com as próprias mãos o ultraje que sofreu.

Resolvido a encaminhar a revolução, Evaristo começa pregando o esquecimento das ofensas, pedindo perdão para todos; ar-

risca-se para salvar seus inimigos. Graças à influência do seu talento e de sua virtude ele conseguiu suspender o braço armado da revolução; lutas e cenas de proscrição e de extermínio, quase inevitáveis em tais momentos, não empanaram o brilho desse quadro majestoso, que representava a liberdade triunfante.

Apenas porém se completa a vitória, os interesses individuais, as paixões exaltadas, os espíritos alucinados ressuscitam os antigos partidos, cada qual mais absurdo em suas pretensões, querendo por cálculo ou por irreflexão arremessar novamente o país para o abismo que ainda está mui próximo. Evaristo conhece que essas mãos malvadas ou ignorantes não de dilacerar o seio da pátria, seu único amor, e por cuja felicidade tanto tem porfiado; olha em torno de si, procura um lado – não o mais poderoso e mais forte – que lhe importa o poder? – mas aquele onde há mais razão e mais justiça, porque só o seu triunfo pode ser duradouro, só ele pode produzir a paz. Então torna-se chefe do partido moderado, dá-lhe vigor, empresta-lhe sua influência, alarga seu círculo, consegue enfim suplantar seus contrários, isto é, salvar a ordem, a liberdade, a monarquia. Por longo tempo tem em suas mãos os destinos do Brasil, a sorte de um império depende de sua vontade. Podendo ser tudo ele quis ser somente Evaristo, o amigo de sua pátria. Essa imensa influência, de que dispõe, ele só emprega para debelar as facções que renascem, e conservar a conquista que lhe assegura o futuro do país.

Na célebre sessão de 30 de julho de 1832, em que devia ser proclamada a nova Constituição, que lhe pareceu um ato precipitado e perigoso, Evaristo deixou por momentos seu partido, que então tinha na câmara maioria. Seu silêncio e completa abstenção em tal crise contribuíram fortemente para malograr o plano dos moderados.

No entanto, as esperanças de restauração do ex-imperador ganhavam corpo de dia em dia. Evaristo, julgando que a realização dessa idéia seria uma fonte de males para o Brasil, a combatia com todo o vigor, face a face. Na noite de 8 de novembro de 1832, achava-se ele em sua loja discorrendo em companhia de várias pessoas, quando ouviu-se o estrondo de uma pistola, e Evaristo viu três de seus amigos caírem por terra banhados de sangue. O herói levemente ferido corre à porta da loja, explica ao povo a cena que se acaba de dar e termina exclamando: *Não nos farão calar com estes argumentos.*

Dessa época em diante Evaristo dominou em todas as eleições, e influiu poderosamente na marcha do governo. Em 30 de dezembro de 1835 terminou a publicação da *Aurora Fluminense*, e desde então conservou-se afastado dos negócios públicos.

A 22 de novembro de 1836 partiu para a província de Minas a fim de pagar uma dívida de gratidão para com essa briosa província, que três vezes o elegera deputado. De volta à corte, e já molesto, sentiu tão doloroso abalo ao contemplar o estado das cousas públicas, que atacado por violenta enfermidade faleceu a 12 de maio de 1837, depois de sete dias de sofrimentos, dando à sua esposa e às suas tenras filhas este último conselho: *Vivei no santo temor de Deus e nele confiai, e em meu irmão.*

Seu corpo foi sepultado na igreja de São Francisco de Paula ao lúgubre som das lamentações da cidade inteira.

O dia 12 de maio de 1837 foi uma data de desolação e de luto para o Império; a grande família brasileira pranteava a morte do seu filho mais querido, do varão que, sempre calmo no vórtice das revoluções, generoso no triunfo, modesto no fastígio do poder, consagrando toda a riqueza de sua inteligência, todo o amor de seu coração, toda a energia de sua vontade, à ventura da pátria, vivendo no período mais agitado da História do Brasil, legou às gerações por vir o exemplo de uma vida pura e bela, como em noite serena o céu estrelado desta terra que ele tanto amou!



ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADE

Antonio Carlos Ribeiro de Andrade

.....
A. C. R. de Andrada Machado e Silva

"Eu passarei à posteridade como o vingador da dignidade do Brasil."

Discurso de Antônio Carlos na Constituinte; sessão de 10 de novembro de 1823.

No meio das grandes peripécias do drama social; nas oscilações tempestuosas que soem sempre acompanhar a infância das nações que se constituem, a providência não abandona a humanidade. Quando os destinos da sociedade agitados pela luta das paixões, vacilam incertos a perder-se nos abismos da dissolução, ela envia à Terra esses apóstolos predestinados, a quem entrega o verbo de uma nacionalidade nascente, e confia a missão de dirigir as gerações que, tímidas, tateiam o caminho apenas encetado da existência. Sua passagem na Terra é como um clarão luminoso através dos acontecimentos que os circulam. Engrandecidos pela consciência de sua elevada missão, eles atravessam com serenidade impassível o tumultuar das paixões, que ao redor deles se desencadeiam e realizam seu destino com a onipotência das grandes convicções. Em suas fronteiras, unguidas pela glória, está estampado o selo da grandeza.

Seus passos são marcados com os benefícios que derramam, com o heroísmo que os engrandece.

O infortúnio e o sofrimento conferem-lhes às vezes a coroa do martírio; e a gratidão dos povos coloca seus vultos venerandos no templo da pátria, alumiados pelo irradiar de uma glória infinda.

Tal foi Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.

Patriotismo ardente, provado nas lutas do despotismo; caráter romano temperado nas provações do infortúnio; coragem cívica levada até o heroísmo; consciência nobre e orgulhosa de seu merecimento; alma vulcânica, exaltada pela perspectiva da glória; tudo concorreu para tornar Antônio Carlos o homem do povo, o tribuno gigante de nossas liberdades. Sua imaginação rica e fecunda, sua variada e brilhante erudição, a enérgica vivacidade de sua expressão, seu mesmo busto majestosamente talhado – alumiado pelo raio de um pensamento viril, tudo assegurou à sua palavra essa onipotência grandiosa, que força as convicções e arrasta os espíritos. Os talentos da eloquência brilhavam-lhe na frente sulcada pelo infortúnio, e cada debate era um troféu, cada discurso um louro, que juntava à sua coroa de orador. Sua palavra autorizada dominava as discussões e intervinha para decidir o pleito, como o raio rebenta entre trevas para desfazer a tempestade e serenar o horizonte. Quando ocupava a tribuna, suas palavras, incendiadas pelo entusiasmo, rebentavam em borbotões, e vazavam-se nos moldes de uma eloquência animada no fogo sagrado do patriotismo. Dir-se-ia que elas levavam consigo a centelha, que lhe ardia no cérebro.

Foi vulto gigante das Cortes de Lisboa, o orador mais preeminente da constituinte; e em nossa galeria parlamentar ninguém lhe disputa a primazia. Seu nome é um monumento nos fastos da pátria; e pois reivindicá-lo do olvido é restaurar um monumento de glórias, esquecido pela ingratidão dos contemporâneos.

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva nasceu na, então, vila de Santos, no dia 1^o de novembro de 1773; foram seus pais o coronel Bonifácio José de Andrada, e sua mulher D. Maria Bárbara da Silva.

Feitos seus primeiros estudos em sua terra natal, foi sua educação literária confiada aos cuidados do virtuoso bispo D. Fr. Manuel da Ressurreição, o mesmo que abriera a José Bonifácio os tesouros da inteligência. Munido desses princípios, que faziam-lhe já antever os segre-

dos da ciência, seguiu para Coimbra, o teatro dos talentos brasileiros naquele tempo, e aí obteve com assinalado aproveitamento o grau de bacharel em Direito. Sua inteligência, desabrochada sob o sol dos trópicos, robusteceu-se com os variados estudos da História e da Literatura, e adquiriu esse brilhante cabedal de erudição, que era como o prelúdio do grandioso futuro que o aguardava.

Concluídos seus estudos, começou seu tirocínio na carreira pública; depois de haver servido o lugar de juiz de fora em Santos, foi promovido a ouvidor e corregedor da comarca de Olinda, sendo logo depois elevado à categoria de desembargador da Relação da Bahia.

Seu destino porém estava escrito nas páginas do porvir; não o talhara a Providência para seguir plácido e sereno a vida impassível do juiz; fadara-o para ser o herói de uma nacionalidade. Sua existência devia refletir as oscilações que caracterizam as grandes épocas, e sofrer as duras provações que engrandecem os filhos da liberdade.

Em 1817 Pernambuco, cansado sob o peso de um absolutismo sem grandeza, recordou as tradições de sua história, e levantou um grito prematuro em prol da independência da terra de Santa Cruz. Antônio Carlos não trocou a toga do juiz pela opa do tribuno. Sua inteligência e seu coração negavam-se a um movimento generoso embora, mas que o lúgubre exemplo de um passado ainda recente augurava, que havia de ser esmagado sob a acha implacável do poder, e que o sangue de novas vítimas viria ajuntar-se ao cruento suplício de Tiradentes.

Sua fidelidade entretanto foi posta em dúvida por um poder suspeitoso, e das mãos do algoz só o salvou o seu destino providencial.

Atirado em lôbrego segredo no calabouço das Cinco Pontas, quando, certo de sua inocência, fora voluntariamente apresentar-se ao governo interino da capitania, Antônio Carlos estava votado à mesma sorte, que pesou sobre o padre Roma e tantas vítimas infelizes, que caíram sob o gládio do absolutismo.

O sofrimento exalta e depura as grandes almas; os caracteres superiores contam seus triunfos pelos dias de tribulação. Longe de recuar espavorido diante do cadafalso, seu espírito antolhou a palma sublime do martírio; e a resignação e a coragem cívica converteram-lhe a agonia do supliciado em um cântico de inspiração altiva:

"Sagrada emanção da liberdade,

"Aqui do cadafalso eu te saúdo!

.....

.....

"Livre nasci, vivi, e livre espero

"Encerrar-me na fria sepultura,

"Onde império não tem mando severo,

"Nem da morte a medonha catadura

"Incutir pode horror num peito fero,

"Que aos fracos tão-somente a morte é dura!"

O solo do Brasil não se manchou com esse crime: o patriota resignado, que vira despontar-lhe o sol da glória detrás do cadafalso, teve sua cabeça salva; sua missão não estava ainda cumprida. Sua dedicação pela causa da liberdade ia sofrer a prova do sofrimento para mais acrisolar-se. Transportado aos cárceres da Bahia mais de quatro anos gemeu nas torturas da prisão.

Os seres predestinados porém imprimem o selo de sua grandeza em todas as situações de sua vida. A masmorra, o lugar do crime e do vício, converteu-se para Antônio Carlos em teatro de brilhantes virtudes. Sua inteligência, comprimida pela mão de ferro do poder, não se apagou nas trevas que o cercavam: foi um raio luminoso levado ao canto escuro da prisão. Seus companheiros de infortúnio, ele os enriqueceu com os tesouros da ciência, e derramou sobre eles a resignação de sua alma impassível.

Quanta grandeza encerrada no âmbito estreito de uma masmorra! Quanta elevação no sofrimento! Quanta sublimidade no martírio!

O orgulho nacional deve despertar-se ao influxo benéfico desses grandes exemplos de nossa História, que energicamente proclamam a magnanimidade do caráter brasileiro. Mais de uma epopéia de heróico sofrer tem no Brasil ilustrado as profundezas tenebrosas da prisão. Cláudio Manuel da Costa, esse gênio desdido, cuja alma exalava-se em hinos de suave melancolia, entoou entre grilhões o canto da agonia, e resignado pôs termo à sua existência, por ver apagar-se a luz que a alumia – a liberdade. Gonzaga, o cantor melodioso, que sonhara um

paraíso nos braços de sua querida Marília, que enlaçava as inspirações do poeta com a causa de seu país, foi, coitado! gemer suas poesias plangentes estreitado entre quatro paredes enegrecidas, no meio de gemidos de proscritos! Antônio Carlos, privado da liberdade, vigiado por baionetas, assumiu o sacerdócio augusto da palavra, purificou o crime, e sagrou ao serviço da pátria seus dias amargurados, quando ela lhe imprimia na frente o ferrete da ignomínia!

Sua grandeza d'alma pareceu sublimar-se no infortúnio. Ao rei, que lhe acenava com a liberdade, se pedisse perdão, respondeu com a dignidade da inocência: "*que perdão só a Deus de seus pecados, e ao rei só pedia justiça*". Essas palavras notáveis selam a nobreza de seu caráter.

Suas virtudes deviam ter uma recompensa: não podia terminar seus dias em uma masmorra aquele que estava destinado a inscrever seu nome no grandioso monumento da criação de um império. Antônio Carlos adormeceu um dia nos latibulos do calabouço, e no dia seguinte viu saudá-lo o sol da liberdade, e apontar-lhe para as Cortes portuguesas, como para o teatro de suas glórias. Sua estrela, obumbrada na América, rutilara refulgente em Portugal.

Reconhecido inocente, e proclamado o sistema constitucional pela revolução do Porto, foi o ilustre paulista deputado por sua província às Cortes de Lisboa. Do antro escuro da prisão o destino fê-lo passar para o santuário augusto do legislador. Aí sua voz despreendeu-se majestosa como a do filho da liberdade, e fez ouvir sua palavra eloqüente em defesa de uma causa proscrita, enquanto não lhe chegava o dia de criar uma pátria para sagrar-lhe o culto de sua inteligência, as pulsações valentes de seu coração.

A grande epopéia da independência começava a desenrolar seus largos episódios. Arrastado pela cegueira do interesse, Portugal tentava escravizar o Brasil, como outrora Xerxes lançara cadeias ao mar. O gênio da liberdade americana, encadeado três séculos pelo absolutismo sacudiu seus pesados grilhões, e arrojou-os quebrados aos pés de seu injusto dominador. A metrópole estremeceu de cólera; o congresso português trouxe ameaças contra o Brasil. Era uma luta de morte.

Antônio Carlos ergueu-se como um gigante, e opôs o poder de sua palavra fulminadora à arrogante prepotência dos deputados portugueses. Baldado esforço! Força nenhuma humana pode desvendar os

olhos ao fanatismo político, e conter-lhe os desvios: a luz da razão lhe é desconhecida.

Vendo os primeiros arrebóis da liberdade doirarem as plagas de sua querida pátria, deixou um país surdo à voz da prudência, um país em que seu patriotismo esgotava-se em baldadas, posto que generosas, tentativas para abater o poder da força e do despotismo do número. Negou sancionar com sua aprovação essa constituição das Cortes, que fazia desaparecer nossa nacionalidade, declarando a destituição do rei, se visse para o Brasil; em outubro de 1822 a Inglaterra, o asilo clássico dos foragidos filhos da liberdade, recebia em seu seio o ilustre brasileiro, acompanhado de seis dignos deputados, cujos pleitos pulsavam com igual ardência pelo engrandecimento de sua pátria.

No Brasil já o sistema constitucional começava a frutificar; estava convocada a assembléia constituinte, encarregada de organizar o novo império. Ainda em Inglaterra foi Antônio Carlos a ela deputado pelos sufrágios de sua província; e chegando à sua pátria, foi tomar assento no seio da representação nacional. Novo teatro desdobrou-se para o portentoso orador das Cortes de Lisboa.

Quando o país, longo tempo adormecido sob o jugo de um cativo inglês, despertou-se aos doces acenos da liberdade, o seu vulto grandioso desenhou-se com majestade no horizonte da pátria.

Antônio Carlos foi na Constituinte a encarnação viva da reação nacional, que se erguia enérgica contra o passado para abater o absolutismo. Dir-se-ia o gênio altaneiro da liberdade, que quebra as cadeias em cívico denodo, e recupera seus direitos postergados. Sua palavra traduzia as arrojadas inspirações de um patriotismo ardente: parece que o sol dos trópicos depositara em sua alma o raio vivificante de sua luz animadora.

Sua imaginação brilhante e fecunda comunicava a seus discursos uma energia e veemência do mais belo efeito. Falando do bárbaro alvará de 30 de março de 1818, a indignação do patriotismo arrancou-lhe estas enérgicas palavras: "*Steterunt comoe, et vox faucibus hoetit*". Pareceu-me ver nele os últimos arrancos do assustado despotismo, o qual, certo de largar para sempre o ensangüentado assento que para desgraça do Brasil tanto tempo ocupara, queria ao menos na sua queda rodear-se de vítimas e de sangue!

Ao lado desse poder da palavra, dessa eloquência superior, que constituía sua preeminência, brilhava o talento do publicista, robustecido por um estudo profundo e severo. Encarregado pela assembléia da honrosa tarefa de elaborar com outros dignos deputados o projeto de constituição que devia reger o Império, redigiu esse trabalho luminoso, que será sempre um padrão de glória para seu nome, e um monumento imperecedouro de suas crenças liberais.

Uma auréola de brilhantes glórias veio cingir a fronte do patriota, que sagrava o culto de seu coração, os recursos de sua inteligência ao engrandecimento de sua pátria. Feliz quadra essa, em que a crença vigorosa da primeira idade, a esperança da mocidade-virgem do descer da velhice, alentada pelas ilusões da liberdade, operava a grande obra da regeneração política do brasileiro no meio dos aplausos jubilosos de uma nacionalidade nascente.

A primeira fase da constituinte porém, límpida e risonha, ia desaparecer, apagada nas trevas de um futuro assustador. A queda dos Andradas produzira no país esse fatal estremecimento, que abalara profundamente o sistema constitucional vacilante ainda. O Ministério de ontem tornara-se a oposição de hoje. Antônio Carlos, arrastado por seu gênio fogoso, pela ardência de seu patriotismo, fulminou na imprensa e na tribuna a marcha de um poder que desenhava em seus atos uma reação ao princípio da revolução da independência.

No meio desse exaltamento político, um fato acompanhado dos mais tristes episódios veio despertar-lhe o espírito, e avivar-lhe as apreensões do patriotismo. Um brasileiro foi por motivos políticos agredido e gravemente ferido por dois oficiais portugueses. O fato revestiu, pelas circunstâncias do tempo, o caráter de uma ofensa feita à nacionalidade. Foi uma centelha atirada ao tumultuar ardente da alma apaixonada de Antônio Carlos. Seu coração revoltou-se, e do alto da tribuna lançou ao país estas palavras de indignação, que pareciam queimar-lhe os lábios quando as proferia:

"Como, Sr. presidente, lê-se um ultraje feito ao nome brasileiro [...] e nenhum sinal de marcada desaprovação aparece no seio do ajuntamento dos representantes nacionais? [...] Morno silêncio da morte, filho da coação, peia as línguas; ou o sorriso, ainda mais criminoso, da indiferença, salpica os semblantes. Justo céu! e somos nós rep-

resentantes?... Não! não somos nada, se estúpidos vemos, sem os remediar, os ultrajes que fazem ao nobre povo do Brasil estrangeiros, que adotamos nacionais, e que assalariamos para nos cobrirem de baldões [...] Os cabelos se me eriçam, o sangue ferve-me em borbotões à vista do infando atentado, e quase maquinalmente grito – *Vingança!* Se não podemos salvar a honra brasileira, e se é a incapacidade e não traição do governo, quem acoroça os celerados assassinos, digamos ao iludido povo, que em nós se fia: "*Brasileiros! nós não vos podemos assegurar a honra e vida; tomais vós mesmos a defesa da vossa honra e direitos ofendidos!* Mas será isto próprio de homens que estão em a nossa situação? Não... ao menos eu trabalharei, enquanto tiver vida, por corresponder à confiança que em mim pôs o brioso povo brasileiro. Poderei ser assassinado; não é novo que os defensores do povo sejam vítimas do seu patriotismo; mas meu sangue gritará *Vingança!* e eu passarei à posteridade como o vingador da dignidade do Brasil..."

O poder estremeceu ante essa indignação onipotente do patriotismo, e jurou sufocar nos antros da masmorra essa voz poderosa, cujos ecos repetiam sua condenação. Assestou-se a força armada para dispersar os representantes do povo: na hora suprema da agonia, quando a acha do poder pendia sobre a assembléia, essa gloriosa constituinte, que proclamava como um dever do cidadão o morrer pela pátria, aceitou resignada o sacrifício, e alumiu seus últimos dias ao clarão de uma glória imorredoura! E, nós, em criminosa ingratidão, esquecemos esses episódios grandiosos de nossa História, essa epopéia de civismo romano, e só temos para o passado um estúpido riso de desdém!

Antônio Carlos foi um daqueles a quem o poder conferiu a coroa do martírio.

Preso ao sair da assembléia, foi arrastado aos cárceres, e daí atirado violentamente nas plagas do estrangeiro.

Uma sina misteriosa, uma sorte impiedosa parece perseguir na Terra os filhos da liberdade. O selo do infortúnio foi-lhes impresso na fronte no dia de seu nascer. A grandeza está sempre enlaçada com o martírio; o símbolo do heroísmo é sempre uma coroa de espinhos. Cormenin teve um pressentimento profundo da misteriosa afinidade que liga a virtude e o sofrimento, quando alinhando o busto monumental de Dupont de l'Eure, e descrevendo-lhe o caráter vener-

ando, disse que *à sua virtude, para ter um quê de perfeito e de completo, faltava apenas um pouco de proscricção, que entretanto não lhe desejava.*

Mais de quatro anos gemeu o ilustre proscrito em França, lamentando nas dores do exílio os males que ameaçavam sua querida pátria.

Em 1828 foi-lhe dado voltar ao Brasil, não como homem restituído à liberdade para saudá-la em jubiloso entusiasmo, mas para entrar no escuro segredo de uma prisão sob o peso de um processo, que procurava imprimir o ferrete do crime na fronte laureada com as glórias da independência. Proclamado inocente pela Relação da corte a 6 de setembro de 1828, volveu à sua terra natal, a vila de Santos, para ali repousar em quieto abrigo das vicissitudes de uma vida tempestuosa, amargurada pela ingratidão de seus concidadãos.

E sua pátria não soube acolher o filho perseguido, que corra a buscar um asilo em seu seio. A província da Bahia pagara a José Bonifácio o tributo da gratidão nacional, e o ministro da Independência apparecera, como uma glória do passado, na legislatura de 1830. Minas dera a Martim Francisco uma voz no Parlamento, e o congresso dos legisladores retumbou com os ecos de sua palavra majestosa. Antônio Carlos, o herói propugnador dos direitos do Brasil, que afrontara as iras da metrópole para nos dar uma pátria, o portentoso orador da Constituinte, teve em recompensa de seus serviços o esquecimento, a ingratidão. Mesmo no retiro os destinos de seu país ocupavam a mente do patriota, proscrito na obscuridade. Seu patriotismo mais de uma vez provado em crises difíceis não podia testemunhar com impassibilidade o fúnebre espetáculo que ante seus olhos se desenvolvia. Essa pátria, que se erguera ao som de sua palavra poderosa, que lhe custara as dores do exílio, ele a via abismada em um pélagos insondável de desgraças. O 1º imperador abdicara, e o novo Império, apenas saído do berço, antolhava com dor os males sinistros de uma longa menoridade.

O espírito nacional, abalado pela repercussão do Sete de Abril, abandonado a si mesmo, refletia a divisão, que produzira nos ânimos a queda do monarca. Três partidos políticos desenhavam-se no país, e tentavam partilhar a posse de um poder enfraquecido pela revolta. Os Andradas guardaram generosa fidelidade ao ex-imperador, e afrontaram as paixões do dia, os ódios implacáveis da exaltação política, em defesa da monarquia. Nomeado pela regência enviado extraordinário

e ministro plenipotenciário junto à corte de Londres, Antônio Carlos declinou de si essa comissão para não participar dos frutos de uma revolução que lhe despertava as apreensões do patriotismo.

Por este tempo, quando o país oscilava no meio dos receios melancólicos da restauração, partiu para a Europa, depois de haver pela imprensa unido sua voz à de seus ilustres irmãos, em prol da causa pública, ameaçada pela lava revolucionária. O Governo olhou com desconfiança para esse ato, e julgou nele enxergar uma tentativa simuladamente empreendida para trazer ao Brasil o duque de Bragança, como queriam os restauradores.

As paixões do dia aceitaram essa palavra, emanada das regiões do poder, e repetiram-na em ódio a Antônio Carlos. A verdade histórica a este respeito ainda não apareceu em toda sua luz. Cumpre desvendá-la para dizê-la com inteireza ao país e à posteridade.

Em 1835, desvanecidas já as apreensões da restauração, voltou ao Brasil. Sua província lembrou-se então, posto que tarde, do filho esquecido, e pagou-lhe o tributo de sua gratidão, elegendo-o deputado à legislatura de 1838.

Pela primeira vez, após uma ausência de longos anos, sua voz saudosa ia ecoar no augusto recinto dos legisladores. Não era o novel parlamentar, que vinha balbuciar na tribuna a palavra de suas tímidas inspirações. Era o patriota, encanecido no serviço de seu país, que gera dias amargos na terra do estrangeiro, e voltara com a fronte irradiada pelas glórias da proscricção. Sob aquela coroa de cabelos brancos agitava-se ainda o mesmo pensamento viril, ardia o mesmo fogo de inspiração, que era o segredo de seu poder na tribuna.

Antônio Carlos apareceu com majestade no antigo teatro de suas glórias, e parecia haver-se engrandecido com as lutas do sofrimento. Sua palavra era fecunda, e sob suas fulminações onipotentes o poder recuava terrificado. Essa brilhante oposição de 1838, que conquistou em nossa história parlamentar um lugar de honra, e procurou suster a democracia ferida pela reação monárquica, essa oposição engrandecida pelos talentos dos Álvares Machado, Martim Francisco, Montezuma, Limpo de Abreu, teve por luzeiro de seus triunfos a palavra luminosa de Antônio Carlos.

Um dia sua eloquência devia abater sob seus golpes audaciosos esse Governo, que vergava sob o peso de uma tarefa superior às suas forças, e abrir uma época nova nos destinos do país. Os grandes oradores são os árbitros dos impérios. Os discursos de Mirabeau desmorraram um trono secular; e suas palavras cheias de fogo, como saídas de um vulcão, converteram-se em outros tantos fatos sociais, que mudaram a sorte da espécie humana. À eloquência de Antônio Carlos faltava esse triunfo soberano, que devia provar que, confiando-lhe o poder da palavra, Deus lhe dera o verbo de uma nacionalidade e o cetro da situação.

A maioria apareceu como a estrela que propícia rutilava no horizonte do Brasil: à sua luz radiosa surgiu a personalidade política de Antônio Carlos e revelou-se em toda sua grandeza.

Essa idéia fecunda, que alentava as forças da nação, como fadada a restituir-lhe a vida, pairava em todos os espíritos. Todos os lábios murmuravam trêmulos essa palavra de salvação para o país. A representação nacional recebeu o influxo da opinião, em sua fisionomia desenhou-se a ansiedade que preocupava a todos para apagar de uma vez a luz tibia e agonizante do governo da regência. Depois de mil oscilações e azares, o deputado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva propôs na sessão de 21 de julho de 1840 a maioria do Sr. D. Pedro II. Estava travada a luta. Trazendo para o país a salvação, a nova idéia acarretava para a regência a perda do poder; aceder a ela era, por parte desta, um suicídio. A maioria encontrou no Governo vigorosa oposição.

Bernardo Pereira de Vasconcelos, chamado no momento supremo para conjurar a crise, adiou assembleia geral por decreto de 22 de julho de 1840. Foi um verbo de morte atirado no meio da indignação pública. "É um traidor, é um infame o atual ministério... quero que estas palavras fiquem gravadas como protesto", disse Antônio Carlos, e suas palavras soarão como uma fulminação terrível contra o Ministério. A câmara resiste à execução de um decreto, que parecia destinado a abismar a nação em um pélagos de infundas dissensões. Os deputados correm pressurosos ao Senado, dirigem uma enérgica representação ao trono; o monarca acede à ansiedade geral: o Império está salvo. A maioria era uma realidade.

Em todo este patriótico movimento, que desenlaça em um dia os anéis do futuro, e decide dos destinos da nação, figura com honra e glória o nome de Antônio Carlos.

Proclamada a maioria, foi o ilustre patriota chamado a dirigir uma situação criada por ele, e a insígnia do ministro cobriu o peito do tribuno popular, cingido já com o laço glorioso da Independência. O poder e a liberdade deram-se as mãos em união fraternal. A confiança pública renascia, e dias risonhos pareciam aguardar o Império.

Foi o raiar de um dia que alumiu os horizontes da pátria, e sumiu-se vencido pelas trevas, que vieram de novo enlutar os destinos da nação.

A 23 de março de 1841 o Ministério da Maioridade estava caído do poder, e Antônio Carlos descia de novo à arena política para combater pela causa da liberdade, que seu patriotismo via ameaçada pela volta da reação monárquica.

Na assembléia provincial de São Paulo desprendeu contra o poder sua voz prestigiosa, e em uma representação ao trono significou com energia suas melancólicas apreensões pelo futuro do país: "Senhor, as convulsões políticas, como funestos cometas, trazem em sua cauda os estragos, as misérias, o derramamento de sangue mesmo inocente, e o abalo dos governos estabelecidos, e talvez sua ruína inteira; como não deprecará, pois, a assembléia provincial de São Paulo o exercício do poder tutelar do monarca para arredar de si tão medonho porvir? Já se nos antolha lobrigrar na lava revolucionária os talismãs quebrados da hierarquia e da autoridade, e só da piedade de VMI esperamos o sossego de nossa inquietação [...] assembléia provincial de São Paulo tem cumprido com o seu dever, sabe que a verdade nem sempre é agradável aos princípios, e decerto nunca aos zangões que os rodeiam e abusam de sua inexperiência [...]"

A recompensa deste ato de civismo ele a teve em uma solene desfeita por parte do poder, a exautoração das honras de gentil-homem. A adversidade, que assinala a vida dos filhos da liberdade, devia persegui-lo até a última hora.

Dissolvida a Câmara dos Deputados em 1842, para a qual fora eleito pelos sufrágios de sua província, retirou-se à sua cidade natal, para aí repousar, no tranqüilo remanso da paz doméstica, de uma vida tempestuosa e agitada, cheia de dolorosas tribulações. Ainda o voto da Pátria veio arrancá-lo do plácido retiro, e a legislatura de 1845 viu-o em

seu seio como representante do povo. Sua vida fora toda dedicada à causa de seu país; a glória de sua pátria o sol luminoso que lhe alumia a existência. Seus últimos momentos ainda os empregava em pagar-lhe o tributo de seus esforços para engrandecê-la.

Tantos e tão relevantes serviços, entrelaçados com as glórias da proscricção, que é como a prova suprema da virtude cívica, deviam concitar a gratidão de seus concidadãos. A província de Pernambuco, em cujo peito bulharam sempre ardentes as crenças do patriotismo, essa província, que em cada feito de sua história enumera um louro imarcescível, levantou-se para pagar Antônio Carlos a dívida nacional. Em 1845 o ilustre paulista estava escolhido senador por essa província. Sua palavra luminosa foi lançar seu último clarão no teatro das glórias dos Paulas Sousas, Vergueiros, e Feijós.

Mas era tarde, bem tarde, que a pátria o revocava do esquecimento para pagar-lhe a dívida de sua gratidão. A sina dos grandes homens acompanhava-o sempre. Tasso morreu na véspera do dia em que sua pátria arrependida ia ao Capitólio cingir-lhe a fronte com a coroa de príncipe dos poetas italianos. Antônio Carlos entrou para o Congresso dos Anciãos da Pátria, quando sua vida, esgotada nas lides políticas, buscava o repouso eterno, e sua voz enfraquecida ia a sumir-se nas voragens do túmulo.

No dia 5 de dezembro de 1845 já o país lamentava seu passamento; já seus lábios, consumidos pelo fogo da palavra, estavam pregados pela mudez da morte.

Foi um astro luminoso, que se afundou nas cores do poente; um nome glorioso, que a História conquistou para suas páginas. Sua figura gigante avulta no pórtico da Independência, como um dos criadores de nossa nacionalidade. No meio da geração presente simbolizava um resto do passado, respeitado pela mão do tempo para ilustrar sua pátria com os episódios de seu civismo romano, e no meio da descrença do século ser o modelo vivo das venerandas virtudes de nossos maiores. O brilho de sua glória nunca se marcou com a mancha do crime. Enquanto houver um culto pelos grandes homens, e a virtude cívica inspirar a gratidão, o Brasil inteiro repetirá com religioso respeito o nome de Antônio Carlos, que irá abrindo um sulco luminoso através dos séculos futuros!



Adams

JOÃO DA SILVA CARRAO

João da Silva Carrao

.....
João da Silva Carrão

A prova mais eloqüente que os brasileiros têm para demonstrarem a sua liberdade política é a de contarem na galeria de seus bustos históricos homens que fizeram as suas reputações a troco de sacrificios próprios, independente do prestígio da família, ou da riqueza. Embora o patronato alguma vez se acenda de pretensões audaciosas para sucumbir o merecimento, que arrebenta valente do seio da mais modesta, quiçá empobrecida família; embora o talento desminta em público a mediocridade ornada de ouropel, e vexe solenemente os patronos, quando de tal tarefa se não encarregam inocentemente os afilhados da fortuna.

É um erro grave do poder acercar-se da ignorância protegida, deixando em desamparo a inteligência enrobustecida pelo trabalho, e resignada pela consciência do que vale, o que é mais uma bela esperança, pois que essa mesma consciência se torna afinal a sagração de um direito. Resistir à inteligência é multiplicar-lhe os triunfos, dando-lhe ao mesmo tempo nova têmpera e renascido vigor.

A única escola da glória é o trabalho; a única aristocracia que a sã filosofia reconhece é a do talento e da virtude, e a única força que jamais abandona o homem é aquela que se conquista pela vigília, e não a que se recebe em doação.

Ter a coragem de esperar o bem do futuro, dobrando-se sem humilhação ao presente que esmaga e aflige, é talvez a mais distinta virtude para um espírito que se dedica às pelepas políticas.

Conquistar uma posição, sustentá-la enquanto passa o tufão da adversidade sem perder a postura, e engrandecê-la sem exageração nos dias da ventura, é um grande testemunho de razão pura e de serenidade da alma.

Longe de nós, que escrevemos estas linhas com a mão na consciência, a intenção de negar ao talento seus ímpetos, seus desdêns, quem sabe mesmo se suas vinganças. Muitas vezes o esforço da calma quebra o vaso de argila, a paixão justa arrebenta a válvula da razão.

Pois bem: o Dr. João da Silva Carrão é um belo modelo moral da grande virtude da moderação. Escrevo simplesmente a história da sua vida, para que fique bem certo que é ele dotado de um talento que se não excede, de uma alma que se não turba, porque lá impera sempre a razão, e de uma modéstia que só pode ter como correlativo uma grande inteligência e copioso merecimento.

Devo-lhe a verdade, por isso a escreverei inteira; falte embora a biografia, porém fique mais ou menos fiel a efigie de tão avultado caráter.

Nascido a 14 de maio de 1814, na cidade de Curitiba, hoje capital da província do Paraná, e naqueles tempos cabeça da comarca do mesmo nome, pertencente à província de São Paulo, seu primeiro vagido perdeu-se na atmosfera pesada do regime colonial. A independência da Pátria mal se desenha em sua alma como fugitiva lembrança dos dias belos e risonhos da terna adolescência. É a esta geração que pertence o presente do país; que o encham de gigantescos fenômenos políticos, ou de maravilhosos artefatos industriais, a glória será somente sua, bem como a maldição da posteridade lhe pesará violenta sobre sua memória, se ao patriotismo deixarem substituir a indiferença, e o que é ainda mais terrível, consentirem que o egoísmo mate em flor a dedicação.

O caráter cavalheiresco e escancarado dos homens de Curitiba, se não é seu distintivo, é pelo menos um de seus principais atributos.

Filho legítimo do finado capitão Antônio José da Silva Carrão, que por largos anos exerceu o importante emprego de tesoureiro-geral

da comarca, até que foi extinto, recebeu de seu pai as primeiras lições de firmeza e dignidade.

A Curitiba era então uma povoação ainda em aurora, e portanto não é de admirar que afora os primeiros rudimentos da educação, lhe faltassem as aulas de humanidades. Mas o latim era aí ensinado com momento espantoso à mocidade pelo afamado reverendo padre Francisco de Paula Prestes. A este distinto professor entregou Antônio José da Silva Carrão seu filho, que de pronto e com confessada admiração do professor, concluiu em meses o estudo da língua latina. Mas quantas vezes sua diligente e extremosa mãe o arrancou a horas altas da noite da mesa do estudo, em que a jovem e robusta inteligência com apaixonada vontade de saber se afadigava em reiteradas lutas para o descobrimento da verdade?

Os estudos preparatórios tinham caído em declínio na cidade de São Paulo, pelo que o capitão Antônio José da Silva Carrão mandou seu filho para Sorocaba, onde os concluiu com louvor.

Matriculou-se em 1833 na Academia de São Paulo: formou-se bacharel em ciências sociais e jurídicas em 1837, e recebeu o derradeiro grau de doutor em Direito no ano de 1838.

Em cada ano de sua vida acadêmica obteve um triunfo, precursores fiéis de sua glória futura. Seus companheiros o admiravam e estimavam-no, porquanto, a par de uma inteligência vigorosa e de um raciocínio tão robusto e compacto a que se não resiste, se via e se sentia uma modéstia tipo, e um coração dócil.

A amizade não é para o Dr. Carrão um simples sentimento; é uma religião com todos os seus deveres.

O vigor raro de sua inteligência e a candura de sua alma jovem lhe criaram admiradores, que se tornaram logo amigos. A bela palavra do jovem Dr. Francisco Bernardino Ribeiro, tão cedo perdido para as letras e para a Pátria, se fazia ouvir nos salões da Academia de São Paulo, e levado de simpática atração, os dois talentos se encontraram unidos pelos vínculos da ciência, da política e da amizade.

Em 1835, sendo ainda estudante do 3º ano, colaborou na redação do *Novo Farol Paulistano*, do qual era redator Francisco Bernardino Ribeiro, assumindo alguns meses a redação.

Nas mãos do estudante João da Silva Carrão, o *Novo Farol Paulistano* não era mais essa bigorna de aço para quebrar os martelos do despotismo, não era esse facho ardente para atizar as paixões populares, com o propósito de anular um rei, ainda comprometendo uma monarquia inteira. O *Novo Farol* era a luz doce que esclarecia os mares aos viajores desnorteados, era a tocha da razão alagando com seus belos clarões o santuário da consciência política.

E prestou grandes serviços esta pequena folha em São Paulo, pregando a única e verdadeira política conforme com a razão e os interesses do país.

Nunca se precisou no Brasil de tanta moderação nos partidos como naquele período regencial, em que a vitória de 1831 estimulava os vencedores à exageração, e os vencidos à irritação nascida do despeito. A revolução, que estava no poder, não tinha outra força que não fosse a moral, e entretanto os interesses dos pequenos grupos conspiravam. Era preciso afrontar todos estes perigos, chamando os espíritos à discussão calma das cousas públicas, e dando à imprensa esta fisionomia de imparcialidade científica, que convence sem irritar.

Tanto o finado Dr. Francisco Bernardino Ribeiro como o jovem estudante João da Silva Carrão tinham convicções políticas, mas não ódios de partidos. As opiniões da mocidade explicam-se pelos prosadores eloqüentes e poetas, nos quais bebem a longos sorvos as idéias, mas nunca por vinganças individuais ou de grupos. A razão teve no *Novo Farol* seu altar, e daí radiou a paz e a concórdia.

Foi este o primeiro marco que João da Silva Carrão, ainda nos estudos, assentou no estádio da vida política. Não era sua ambição de glória que tinha pressa do alarido do renome, ou dos prazeres do poder; não: era sua inteligência admirável, amadurecida ainda no primeiro albor.

Com a abdicação em 1831 o Partido Liberal se dividiu em duas frações muito distintas: os exagerados e os moderados; os primeiros não se contentavam com as instituições adquiridas, e sonhavam reformas; os segundos desejavam a permanência do regime monárquico-constitucional. O Dr. João da Silva Carrão pertencia ao Partido Liberal Moderado, sem adeptos na Academia de São Paulo. A mocidade folga nas lutas, e procura as grandes impressões e as novidades surpreenden-

tes. Na cabeça do jovem a idéia não produz só a convicção, porém sim entusiasmo febril, ávido de peripécias.

O estudo sério e a educação bem dirigida tinham dado ao espírito do Dr. João da Silva Carrão a calma e a reflexão, de maneira a excluir esses ímpetos desordenados, que o consomem de esforços estéreis, e dos quais nos dias de atenção e retrospecto ao passado quase sempre se torna motivo de arrependimento.

Acabava de receber o grau de doutor quando vagaram na Faculdade duas cadeiras. Entrou em concurso com o finado Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, e a congregação dos lentes propôs ambos ao governo imperial em 1838.

Os dois concorrentes liberais, decididos e de talentos superiores, não poderiam agradar ao Gabinete de 19 de setembro, que, inspirado pela paixão política e egoísmo de partido, não consentia que o merecimento conquistasse os postos da República, e ainda os das letras, sem comungar no mesmo evangelho político, ou pelo menos prestar nas vésperas da investitura o juramento de obediência.

É escusado dizer que os dois concorrentes às cadeiras da Academia não perderam aquela nobre postura política de independência e profunda convicção.

O Governo de 19 de setembro, que tinha suas vinganças a preencher e obstáculos a pôr a toda a prosperidade que pudesse tocar a algum liberal, usou do *direito* dos tiranos anulando o concurso por caprichosa nulidade, o que em nada podia afetar a regularidade da prova, e muito menos pôr em dúvida o alto merecimento dos candidatos. A *verdadeira* nulidade foi a opinião política a que pertenciam os dois concorrentes.

O Governo fez de sua vontade lei. Os amigos dos Drs. Carrão e Gabriel viram com razão na anulação do concurso uma inspiração política, e molestados entenderam pedir-lhe que não mais concorressem até que mudasse o espírito do Governo, que estava disposto a anular todos os concursos em que fossem aprovados e propostos brasileiros liberais.

Eleito deputado suplente à assembléia geral em 1840, esteve nas sessões preparatórias da Câmara dissolvida previamente em 1842.

Seus princípios de ordem e de liberal moderado repugnaram com o projeto da revolução de 1842 nas províncias de São Paulo e Minas Gerais. Quando foi ocasião de ser consultado por seus amigos, o

Dr. João da Silva Carrão ainda tentou persuadi-los da temeridade, senão loucura, de semelhante tentativa de vencer pelas armas as idéias retrógradas do Governo de então. Mas a febre do entusiasmo e a confiança de uma quase unânime adesão da província ao movimento armado os ensurdecia às vezes da razão calma e não comprometida.

Vencido em seu parecer pelo número, nem por isso o Dr. João da Silva Carrão se deixou dominar; porém não teve outro remédio senão o silêncio. Ah! quantas alusões se fizeram, quantas suspeitas cruéis e injustas, quantas murmurações! Entretanto era de mister sofrê-las sem desabafo, porque os homens de bem pertencem a um partido, como a uma família pertence o filho.

Não conhecemos alguém em política que padeça com mais resignação a proscricção, nem tampouco quem tenha esperança mais viva no futuro.

A proscricção política que padecera em virtude da revolução vencida não o acovardou. O futuro é a grande vingança dos espíritos resignados, e a esperança das idéias oprimidas, porém não batidas.

O jurisconsulto da altura do Dr. João da Silva Carrão não tem precisão da generosidade dos governos para conquistar uma vida cômoda, senão feliz. A inteireza de seu caráter, e a severidade a que sua alma se tinha habituado não podiam suportar a humilhação, e nem tampouco as transações da política.

Em 1843 fixou sua residência na cidade de São Paulo, e abriu escritório de advocacia. O advogado se nivelou com o jurisconsulto, inspirando a maior e mais viva confiança a todos que o procuravam para dar remédio a seus sofrimentos. A pobreza encontrou um vingador de prestígio e de saber; a riqueza um amparo forte; o arbítrio um censor circunspecto, e por isso mesmo cruel.

Sua reputação correu a província, e de remotos termos vinham a seu escritório clientes animados de esperança no patrono que a popularidade de um grande nome lhes designava.

Tem sido um verdadeiro sacerdote da nobre profissão do advogado. Nesta gloriosa arena adquiriu os mais vigorosos títulos ao reconhecimento do povo, que procurou sempre ansioso as urnas eleitorais para conferir-lhe o mandato legislativo.

Se a força mais de uma vez pesou sobre a consciência pública, de sorte que ficou privada de se exprimir livremente, todavia não foram menos gratos ao candidato do povo os nobres esforços empregados para seu triunfo.

O sucesso não é a medida da justiça, nem o correlativo da verdade.

Em 1844, quando já tinham serenado os ódios que a revolução de 1842 atizara, e parecia dever começar o trabalho da razão desprevenida na indagação do passado, criou o Dr. Carrão com o conselheiro Campos Melo um periódico político denominado *Americano*, com o propósito de explicar as causas da revolução, e apagar as negras sombras com que os adversários enegreciam aqueles acontecimentos, para mais facilmente desmoralizarem o Partido Liberal da província, e ungirem com a salvação pública os golpes que da corte descarregaram os arautos do partido saquarema contra os chefes daquela crença.

Era de mister preparar o futuro de uma religião política vencida e perseguida, o que não se podia conseguir sem moralizar aqueles fatos anormais, que determinaram o triste acontecimento da revolução, de cujos efeitos e existência também eram responsáveis em mor parte seus provocadores.

O *Americano* falou a linguagem da moderação, raciocinou. E com este espírito obteve assinalados triunfos na opinião, que afinal veio a ter um juízo verdadeiro sobre o estado do Partido Liberal antes e no tempo da revolução armada.

Os chefes do partido liberal não perdoaram ao filósofo e ao escritor imparcial a independência com que condenara a revolução da qual eles haviam tomado a direção suprema. Aguardaram o dia da eleição para se vingarem, excluindo da chapa liberal o nome do Dr. João da Silva Carrão.

Assim são os homens: aborrecem a verdade, porque com sua franqueza lhes molesta o amor-próprio, e amam a lisonja e a mentira, porque estão sempre prontas a santificar seus erros.

O povo repugnou subscrever ao ato de proscrição que os chefes do Partido Liberal haviam lavrado com tanta fraqueza; e apesar da união em que o partido vivia, a desobediência a um tal decreto se tornou inevitável.

O Dr. João da Silva Carrão foi eleito primeiro suplente à deputação geral, e tomou assento na Câmara em 1846.

Em 1845 foi nomeado lente da Faculdade de Direito em São Paulo depois de um concurso brilhante e de proposta de seu nome ao governo pela congregação da Faculdade. A vara da proscricção não pesava mais sobre o Partido Liberal. Estava no poder o Ministério de 2 de fevereiro.

Sobre a profundeza de seus conhecimentos jurídicos, de sua palavra clara, sistemática e correta, de sua lógica vigorosa, são testemunhas sinceras todos esses jovens que tiveram a fortuna de receber suas lições.

O direito à sua voz como que se aviventa e toma todas as proporções gigantescas da ciência da vida social.

Ele explica a lei em sua origem histórica, com sua filosofia e seu desenvolvimento no tempo. Na Academia é um grande jurisconsulto, na imprensa um distinto publicista, no escritório um exímio advogado. A seu raciocínio corresponde a convicção; os espíritos robustos se dobram submissos à poderosa pressão de sua lógica de ferro: se não fora seu amor pela verdade, ele a poderia fazer passar pelos cadinhos de sua dialética de modo a desvirtuá-la, iludindo aos mais atilados. Não o faz, porquanto seu espírito aborrece o paradoxo; porém em algum dia de ostentação acadêmica, principalmente em provas de doutoramento, leva de vencida aos primeiros acometimentos os espíritos mais preparados.

Foi membro da Assembléa Provincial de São Paulo nos anos de 1842 a 1843, de 1846 a 1849, de 1856 a 1857. A instrução pública, as finanças e melhoramentos materiais receberam impulsos benéficos de sua alta razão legislativa, dos quais ainda goza a província.

Nos dias da desgraça e na hora da adversidade do Partido Liberal de São Paulo, o primeiro homem que aparecia para animar os amigos e prepará-los para a resistência era o Dr. João da Silva Carrão.

Em 1849, que a infeliz revolução de Pernambuco tinha acabado por desfechar tão rude golpe no Partido Liberal, criou o Dr. Carrão em São Paulo o *Ipiranga*, que foi por muitos anos o mais temível campeão das idéias liberais na imprensa, e um centro de unidade, de força e de desafogo ao sofrimento. Nunca faltou a esta folha dignidade e

moderação. Sua coleção é uma erudita obra de direito público, e uma história vivaz, sim, mas fiel das lutas políticas daqueles tempos.

O *Ipiranga* foi um belo estandarte, e todo aquele que se bateu à sua sombra deve ter uma grande ufania. Ao Dr. Carrão ficará a glória de ter dado palavra e tribuna a um grande e patriótico partido nos anos de oposição e de padecimentos.

Em 1856 foi eleito deputado geral pelo 1º distrito eleitoral (o da capital) da província, apesar de ser o colégio eleitoral em sua maioria composto de membros do partido outrora chamado saquarema. Sua candidatura foi aceita pelos próprios adversários, tal é a confiança que seu merecimento inspira, e tal é a prova solene e irrecusável de sua moderação.

Atendendo o governo imperial sobre suas brilhantes qualidades para executar fiel e proveitosamente a política da conciliação na longínqua província do Grão-Pará, o nomeou em 1857 seu presidente. Em menos de um ano o jurisconsulto, o publicista, e o advogado mostrou seu grande talento administrativo, e preencheu sua missão tão exatamente, que os próprios inimigos políticos não acharam motivo razoável de censura.

Aqui pára sua carreira pública. Que Deus lhe conceda muitos anos de vida para que o nosso país possa usufruir todos os benefícios que tem direito de esperar de uma inteligência tão avultada e de um coração tão puro.



Alves L&A

D. A. Sebastião CABRAL (1843-1908)

Grav. de M. C. de Torres

CONDE DE SANTA CRUZ
ARCEBISPO DA BAHIA PRIMAZ DO IMPÉRIO DO BRASIL

Sebastião Cabral

.....
Conde de Santa Cruz, arcebispo da Bahia

O

Exm^o e Revm^o Sr. D. Romualdo Antônio de Seixas, atual arcebispo da Bahia, e metropolitano do Império do Brasil, seu primaz, e uma de suas maiores glórias nas letras e virtudes, nasceu em Camutá, vila e hoje cidade da província do Grão-Pará, no dia 7 de fevereiro de 1787, de pais honrados ainda que pouco favorecidos da fortuna, o Sr. Francisco Justiniano de Seixas e a Sr^a D. Ângela de Sousa Bitencourt.

Sua família pertencia às mais antigas e principais da província. Como fosse ele o primeiro fruto do feliz consórcio de seus pais, era o ídolo e o objeto da ternura deles a tal ponto que, desejando seu pai enviá-lo à capital para aí receber a educação literária, sentia tão viva saudade, que declarava desistir dessa resolução, se no momento da partida seu filho chorasse. Mas tão grande vontade mostrava já o jovem Romualdo de se entregar às letras, de que havia de ser tão extremado cultor, que apesar da tenra idade de 7 anos, e do afeto filial tão natural na infância, não só não derramou uma só lágrima mas até manifestou satisfação e alegria, como pressentindo naquele primeiro passo de sua vida a glória que o esperava no mundo literário, e que compensaria a seus desvelados pais a pena daquela ausência.

Seu tio, o padre Romualdo de Sousa Coelho, a quem fora recomendado, e que era então secretário do Ex^{mo} bispo diocesano D. Manuel de Almeida de Carvalho, o fez entrar no Seminário Episcopal, onde esteve por espaço de um ano, passando logo depois para a companhia do mesmo seu tio, que residia no próprio palácio do prelado. Continuou porém o jovem Romualdo a freqüentar o seminário como aluno externo, sem que todavia lhe faltassem as condições do internato, tão necessário para inspirar nos candidatos ao sacerdócio os sentimentos de sólida piedade porque as proporcionavam em alto grau a casa de bispo tão virtuoso e os exemplos de tão digno mentor.

Estudou gramática latina no espaço de três anos, e com tanta distinção, que seu professor, um dos mais hábeis que há tido aquela província, não cessava de o elogiar publicamente à face de seus discípulos. A par de muito talento desenvolvia-se nele um tão vivo ardor pelos estudos, que, aproveitando as tréguas dadas aos trabalhos escolares, aprendeu a língua francesa, em que se aperfeiçoou, lendo todos os dias a vida dos santos escrita nesse idioma, adquirindo ao mesmo tempo com o conhecimento deste a importante lição das práticas virtudes dos heróis cristãos, como quem havia de ser chamado um dia para as inculcar com a palavra e com ações ao rebanho de Jesus Cristo. Passou depois a freqüentar a aula de Filosofia Racional e Moral no colégio, que então se abria no Convento dos religiosos de Sto. Antônio, por faltar essa aula no seminário; seus progressos foram rápidos nessa sublime arte de pensamento, e lhe conciliaram particular estima, e consideração de seus mestres, que assim davam testemunhos de admiração ao precoce desenvolvimento com que seu espírito se exercitava nas dissertações sobre as mais importantes questões de Filosofia. Esse brilhante começo de vida literária em um jovem que apenas contava 13 para 14 anos de idade, não podia deixar de atrair a atenção de prelado tão douto como zeloso pelos interesses da Igreja a cujo ministério se dedicava esse notável estudante. Sob seus auspícios pois resolveu o padre Romualdo de Sousa Coelho enviar seu sobrinho a Portugal com o fim de concluir os estudos na célebre congregação de São Filipe Néri, que ainda então florescia em letras e virtudes pelos grandes varões que em seu gêrmio possuía.

Foi ali recebido com singular agrado o jovem paraense, de modo que não sendo permitido no 1^o ano, em que havia uma espécie de

noviciado, freqüentar as aulas, fez-se em seu favor uma exceção de regra, dando-se-lhe licença de ouvir as lições de Física do insigne padre Teodoro de Almeida.

Depois de dois anos, em que muito aproveitou com tão grandes mestres, foi indispensável regressar a seu país; mas demorando-se ainda alguns meses em Lisboa, empregou-os com tino e gosto, em visitar as bibliotecas e outros estabelecimentos literários, e bem assim em aperfeiçoar-se no estudo da eloquência e outros ramos de literatura na companhia do famoso Doutor José Joaquim Ferreira de Moura, que depois foi um dos principais ornamentos das Cortes de Portugal, e que muito o apreciava, convidando-o para diversos exercícios literários.

Voltando ao Pará na idade de 18 anos, desejava muito o prelado, seu benfeitor, achar uma oportunidade, em que pudesse fazer brilhar os talentos do seu protegido, e essa não se fez muito esperar à generosa benevolência do ilustre protetor, porquanto, abrindo-se então a Aula Pública de Filosofia com grande solenidade e assistência do capitão-general conde dos Arcos, de cujo governo receberam as letras entre nós a mais viva animação.

Foi o jovem Romualdo encarregado de recitar, depois da oração inaugural do respectivo professor, um discurso análogo ao objeto, comissão que desempenhou com grande e geral aplauso. Desde então o conde dos Arcos o honrou com sua estima, e não cessou de tecer elogios ao seu talento, mesmo depois que se retirara para o Rio de Janeiro.

Sendo iniciado no estado eclesiástico pela recepção da prima tonsura, foi logo nomeado mestre de cerimônias do sólio; e depois chamado ao magistério no seminário eclesiástico, ocupou sucessivamente desde a idade de 19 anos as cadeiras de Gramática Latina, Retórica e Poética, Filosofia Racional e Moral, língua francesa, e ultimamente Teologia Dogmática, com notável aproveitamento de seus discípulos, alguns dos quais ainda hoje se distinguem por suas luzes e posição social, sendo essa uma das épocas em que mais floresceu em letras o mencionado seminário.

Chegando à competente idade de 21 anos recebeu a ordem subdiaconal; e como uma graça especial de seu prelado e por tantos títulos merecida, teve logo a permissão de anunciar a palavra divina, sendo

os seus primeiros ensaios na oratória sagrada, cujo modelo veio a ser, o panegírico de São Tomás de Aquino, que ele havia escolhido para protetor de sua aula, e que o improvisou por haver adoecido na véspera da festividade o Ex^{mo} bispo diocesano, que o havia prometido pregar; e poucos dias depois o de Santana na então Vila de Camutá.

Exercia pela segunda vez o magistério de Filosofia, e havia já recebido a ordem de diácono, quando por ocasião da chegada do príncipe regente e sua corte ao Rio de Janeiro o elegeu o mesmo bispo D. Manuel de Almeida para ir em seu nome cumprimentar o soberano, e ao mesmo tempo tratar de graves e importantes negócios da diocese. Nem a pouca idade, nem a circunstância de não ter ainda as ordens todas foram dificuldade para essa preferência tão justificada pela circunspeção de seu caráter, pela soma de seus conhecimentos e gravidade de costume.

Acompanhado de outro jovem eclesiástico, vice-reitor do seminário, partiu a cumprir essa honrosa comissão com viagem laboriosa e longa porque em tal época mui poucas comunicações havia para o Rio de Janeiro.

Foi preciso começá-la dirigindo-se pelo interior da província até a cidade de São Luís do Maranhão, onde perto de um mês esperou que se concluísse o fabrico da embarcação que o conduziu a Pernambuco com escala pelo Ceará em cuja capital se demorou alguns dias, e dezoito naquela outra.

Nessas capitais recebeu muitas demonstrações de hospitalidade e benevolência, que suavizaram os penosos sofrimentos e até mesmo privações de viagem tão incômoda como incerta. De Pernambuco seguiu para o lugar do seu destino em uma excelente galera, onde encontrou toda a sorte de comodidades, e excelentes companheiros.

Chegando à nova corte do Brasil teve com o seu colega a honra de apresentar-se ao príncipe regente, que os acolheu com singular benignidade, mostrando grande prazer por esse testemunho de vassalagem enviado de uma das mais remotas províncias de seus estados.

Cumprida esta primeira parte de sua missão, passou a tratar dos negócios, de que ia encarregado, sendo o principal deles o conflito do seu prelado com a junta da Coroa, que por ocasião do recurso interposto por um padre criminoso, a quem ele suspendera do exercício de suas ordens, procedera até ocupar-lhe as temporalidades.

Nessa ocasião não só mereceram os dois jovens eclesiásticos o mais distinto acolhimento da parte de Sua Majestade, mas também este os agraciou com a mercê do hábito de Cristo, e promoveu-os às cadeiras de Cônego da Sé do Pará, então vagas.

Regressando ambos à sua província, recebeu o cônego Romualdo a sagrada Ordem de Presbítero, e celebrou a sua primeira missa na igreja paroquial de Camutá no dia 1º de novembro de 1810, algum tempo depois de tomar posse de seu canonicato.

Sempre afeiçoado à terra de seu nascimento, foi nela por algum tempo prestar os serviços de vigário encomendado, até que de novo chamado à capital exerceu os cargos de provisor e vigário geral durante a ausência de seu tio, o cônego Romualdo de Sousa Coelho, que fora pelo referido prelado enviado ao Rio de Janeiro para assistir à coroação do Rei. Vagou a Sé do Pará pela morte de seu bispo, e sendo o cônego Sousa Coelho nomeado vigário capitular, e alguns meses depois sucessor no bispado, partiu novamente para a corte a esperar as bulas de confirmação, ficando entretanto seu sobrinho o cônego Seixas eleito para o substituir no dito cargo de vigário capitular. Coube a esse jovem e já tão distinto eclesiástico a honra de pregar nas exéquias do dito seu prelado e benfeitor. Ninguém certamente estava mais habilitado para tecer o elogio do ilustre finado do que aquele que testemunhara tão de perto suas virtudes. Essa tocante e eloqüente oração fúnebre, em que as evangélicas ações do morto realçam nas pompas do estilo e na linguagem sentimental do orador, profundamente comovido por tão grande perda, foi impressa em Lisboa, merecendo que um dos mais insignes pregadores dessa capital, a cuja censura fora submetida, dissesse que o autor do discurso começava por onde os outros acabavam.

Por este tempo chegaram ao Pará os dois sábios naturalistas alemães Drs. Spix e Martius, com o fim de fazerem explorações científicas; distinguindo logo o subido mérito do vigário capitular dessa diocese, contraíram com ele íntimas relações de amizade, e quando voltaram à Europa, lhe enviaram de lá o diploma de sócio da Real Academia das Ciências de Munique.

Proclamando-se em Lisboa a Constituição, teve de se organizar no Pará a junta provisória, que deveria governar a província; e era tão proeminente o conceito do Sr. Romualdo Antônio de Seixas, que so-

bre sua pessoa recaiu a eleição de membro e presidente da referida junta; prestando nessa qualidade relevantes serviços ao país, como fosse, entre outros tão conhecidos dos paraenses, a abertura de um canal de maior urgência para o comércio por facilitar a comunicação com o interior da província; o projeto de uma estatística da mesma, nomeando-se para esse efeito comissões sob a direção do ilustrado tenente-coronel Baiena; a conclusão do fabrico da fragata *Imperatriz* individual, e as missões entre os índios do alto Amazonas.

Obrigado pela força armada a aceitar pela segunda vez a presidência da nova junta provisória em 1823, quando ainda o Brasil se achava unido a Portugal, fez o relevantíssimo serviço de salvar a vida de alguns jovens das principais famílias, que, havendo imprudente e prematuramente proclamado a Independência, tinham sido condenados à morte, conseguindo o Sr. Seixas, a despeito de furiosa resistência dos chefes militares, e com risco de sua própria existência, que eles fossem enviados a Lisboa com o aparente pretexto de solicitar-se a aprovação do Poder Moderador, mas com a oculta confiança de que só assim os poderia subtrair ao infame suplício, como de fato aconteceu, regressando eles imediatamente salvos aos seios da pátria por cuja liberdade se haviam sacrificado. Essa salvadora medida, proposta pelo humaníssimo e patriota presidente da junta por meio de uma enérgica indicação, em que demonstrava sua conveniência política, causou geral satisfação, iluminando-se nessa noite quase toda a cidade.

Esforçando-se a metrópole por conservar o Brasil ligado a seu jugo, e resolvendo-se nesse intuito organizar um conselho de Estado composto de portugueses, e ultramarinos, foi o Sr. Seixas um dos nomeados membros do referido conselho por proposta das Cortes, mas não chegou a tomar posse desse cargo, por haver caído a Constituição em Portugal. Por esta ocasião foi também eleito deputado suplente às Cortes.

Proclamada a Independência do Brasil, foi eleito deputado pela sua província à Assembléa Geral Legislativa, e bem assim membro do conselho geral da mesma província, e só deixou de entrar na lista tríplice para senador, porque, sendo eleito, apressou-se em declarar que ainda não tinha a competente idade, pois que contava 38 anos.

Partindo como deputado para o Rio de Janeiro, SM o Sr. D. Pedro I começou logo a distingui-lo com sua particular estima e

benevolência. Na pomposa cerimônia de apresentação do recém-nascido príncipe imperial (hoje imperador o Sr. D. Pedro II) coube-lhe a honra de pregar um eloqüente discurso, que correu impresso por todo o Império. No fim da sessão legislativa, quando se preparava para regressar à sua província, foi nas vésperas da partida tão digna e providencialmente nomeado arcebispo da Bahia por decreto de 12 de outubro de 1826.

Nomeação verdadeiramente inspirada pelo céu, e cujo acerto, confirmado por uma série de fatos gloriosos, honra sobremaneira o príncipe que a fez.

Esse inesperado acontecimento, mudando todos os planos do distinto deputado pelo Pará, roubando-o talvez para sempre de suas visitas para o colocar na eminente dignidade de primaz de todo o Império, obrigou-o a ficar na corte, aguardando as bulas de sua confirmação.

Nesse ínterim falecendo a primeira imperatriz, foi o arcebispo eleito da Bahia encarregado de preparar a oração fúnebre, que corre também impressa na coleção de seus primorosos escritos.

Sendo expedidas as bulas de confirmação em 30 de maio de 1827 pelo S^{mo} P. Leão XII, teve lugar a sagração do Ex^{mo} Sr. Romualdo de Seixas no dia 28 de outubro de 1827 na capela imperial, sendo seu sagrante o Ex^{mo} bispo capelão-mor D. José Caetano da Silva Coutinho, e recebeu o pálio das mãos do mesmo prelado na sua capela episcopal no dia 4 de novembro seguinte, assistindo a esta cerimônia os Ex^{mos} bispos do Maranhão e de São Paulo.

Em data de 18 de maio de 1828 dirigiu ele da corte sua primeira carta pastoral, saudando os seus diocesanos na efusão daquele zelo e caridade que caracterizam os escolhidos de Deus.

Não lhe sendo possível logo tomar pessoalmente posse do arcebispado, nomeou para esse fim na qualidade de governador o cônego deputado geral pela Bahia o Dr. José Cardoso Pereira de Melo, que em nome de S. Ex^a Rev^{ma} a realizou no dia 31 de janeiro de 1828 com grande pompa e solenidade.

Na sessão legislativa de 1828 foi eleito presidente da Câmara, cargo que exerceu sucessivamente até o fim da mesma sessão, e depois do encerramento desta partiu para a Bahia, em cujo porto chegou no dia 26 de novembro pelas 4 horas da tarde, recebendo todas as honras e

continências devidas à dignidade episcopal, e bem assim as maiores demonstrações de público regozijo.

Órfã de pastor há tantos anos, a diocese baiana saudava justamente jubilosa àquele que juntando a tão eminente poder o prestígio do saber e das virtudes trazia a bem fundada esperança de restaurá-la na disciplina e na fé.

A cerimônia da entrada solene fez-se dias depois (28) saindo da igreja do mosteiro de São Bento o préstito brilhante e numeroso, como pedia a grandeza desse ato.

Na legislatura de 1834, a Bahia, testemunhando o elevado mérito de seu digno prelado, espontaneamente o elegeu deputado geral à assembléia, porque então o voto era ainda a expressão da vontade popular. Nessa, assim como na anterior e subseqüentes legislaturas, em que continuou a ter assento na câmara temporária, prestou os mais assinalados serviços à religião e à prática, como fossem entre outros a sustentação do celibato clerical, dos impedimentos matrimoniais, dos direitos da St^a Sé sobre a confirmação dos bispos, e de outros pontos concernentes à disciplina da Igreja, que haviam sido atacados por alguns membros da mesma câmara.

Sua palavra, sempre eloqüente, pugnou com enérgica dedicação pela edificação ou melhoramentos dos seminários, como o meio mais eficaz da regeneração do clero; advogou com patriótico e evangélico zelo a causa da liberdade e civilização dos indígenas, bem como a utilidade das Missões, repelindo vitoriosamente, auxiliado de outros ilustres parlamentares, o projeto anticatólico apresentado pelo Governo, mandando vir irmãs moraves para catequizarem os ditos indígenas.

Vivamente empenhado em remover do clero tudo quanto o pudesse figurar odioso aos olhos do povo, e desviá-lo da brandura de seu ministério, propôs a lei que isentou os párocos do Império do cargo de juiz de paz, a que então se achavam anexas algumas atribuições criminais, isenção que ao depois conseguiu das assembléias provinciais da Bahia e de Sergipe estender a todos os eclesiásticos, não só relativamente a esse cargo, mas também aos de promotor jurídico, jurado e ao alistamento da Guarda Nacional.

Obteve mais a reforma da relação metropolitana, e o aumento de seus ordenados; finalmente não houve questão ou controvérsia al-

guma, que tocasse nos interesses da religião, e na liberdade e independência da Igreja, em que sua voz poderosa e ilustrada se não erguesse para os defender.

Igual zelo e incansável patriotismo demonstrou nos negócios civis ou políticos. Foi sua a indicação que, acolhida com aplauso, se converteu em lei decretando o pagamento das dívidas contraídas pela finada primeira imperatriz, cuja dotação prescrita pela Constituição ainda se não havia votado.

Foi ele que primeiro propôs a navegação a vapor nas águas do Amazonas, e a elevação do Rio Negro à categoria de província, projetos de incalculáveis vantagens, e que, não sendo então estas devidamente compreendidas, ficaram adiados, não podendo todavia deixar de ser um dia apreciados, como foram em épocas bem recentes reproduzidas por outros deputados, e passando em ambas as câmaras.

Na famosa sessão de 1836 pertenceu à ilustre oposição, que fez baquear o regente Feijó, sucedendo na Regência do Império o Senador Pedro de Araújo Lima, hoje marquês de Olinda.

Na desagradável questão sobre a remoção do tutor dos príncipes filhos de SM Pedro I, o benemérito José Bonifácio de Andrada, declarou-se altamente o Ex^{mo} Sr. Arcebispo contra semelhante medida, unindo-se aos defensores deste grande homem.

Na outra ainda mais desagradável do banimento do imortal príncipe, fundador do Império, colocou-se à frente dos 17 deputados que votaram e declararam seus votos contra esse triste projeto, que por honra do país caiu no Senado.

Ocupou de novo a cadeira da presidência da câmara temporária na 1ª sessão da legislatura de 1838 até o mês de agosto, em que pediu dispensa de continuar nesse cargo em razão de moléstia, e a obteve não sem dificuldade.

Nesse mesmo ano, a 18 de julho, presidiu, como metropolitano e primaz do Brasil, a brilhante cerimônia da sagração de SM o Imperador o Sr. D. Pedro II.

Seu profundo saber, circunspeção, firmeza de caráter, posição social e afabilidade lhe granjearam sempre na câmara temporária o maior respeito e simpatias da parte de seus colegas, de modo que, para não citar outros fatos, pedindo o Sr. arcebispo a palavra para opor-se a um tópico

da resposta à Fala do Trono, de que era relator o ilustre Antônio Carlos de Andrada, este apressou-se a entender-se com aquele prelado, não hesitando em modificar os termos em que era concebido o referido tópico, por não estar muito de acordo com as crenças religiosas.

Tendo votado pelo tratado entre o Brasil e Portugal com os Srs. Calmon (hoje marquês de Abrantes), Paim e Galvão, deputados pela Bahia, sofreu com estes viva guerra e injúrias de alguns jornais da mesma província, de forma que, procedendo-se à eleição para a dita legislatura de 1838, foi apenas eleito 1^o suplente; mas como, em consequência da revolução do Pará, ainda se não tinha ali feito a eleição dos seus deputados, apenas constou aquela exclusão pela Bahia, foi o digno Sr. arcebispo eleito 1^o deputado por sua província natal, que assim vingou a gratidão do país; porquanto esse mesmo tratado era tão vantajoso aos interesses do Brasil, que os jornais de Lisboa por esse motivo fizeram graves censuras contra o agente português que o negociou; e em uma excelente memória que publicou na Bahia o sábio Padre Francisco Agostinho Gomes foram estas vantagens plenamente demonstradas.

Não podendo ir ao Rio de Janeiro para a 2^a sessão de 1838, recebeu com surpresa o decreto que o nomeava ministro do Império, com um convite sobremodo honroso do regente Marquês de Olinda; mas não julgando o Sr. Arcebispo na sua tão reconhecida modéstia, que pudesse prestar ao gabinete os serviços que reclamava a crítica posição do Império, escusou-se a todas as instâncias que se lhe fizeram para aceitar este eminente cargo.

A sessão de 1841 foi a última em que compareceu na Câmara, porque daí em diante não se ocupou mais do que do regime de sua diocese.

Na assembléia provincial da Bahia, a que pertenceu por muito tempo desde sua instalação, ofereceu as mesmas provas de solicitude e zelo pelos interesses do país e da Igreja, existindo muitos monumentos desses serviços nos seus sábios escritos.

Além da 1^a eleição para senador, malograda pela sua declaração de falta de idade, como mais acima dissemos, foi ainda votado e entrou na lista tríplice pelo Pará em duas ou três subseqüentes eleições; porém, apesar dos votos tão espontaneamente pronunciados e repetidos de seus patrícios, apesar da opinião pública, e da sua alta posição e

serviços, nunca foi escolhido. A propósito dessas exclusões todas que nos abstemos de qualificar, dizia ele – que não tinha vocação para senador. Mais modesto que esse célebre varão na Antiguidade, cujo nome nos não lembra, que exclamou congratulando-se com sua pátria por haver esta achado outros mais dignos de ocupar o cargo por ele solicitado, o Sr. Arcebispo opôs-se aos seus amigos na Bahia quando por vezes pretenderam propô-lo candidato à senatoria, dizendo que esta província abundava em ilustrações, a que ele não podia ser preterido.

A maior parte dos gabinetes o hão tratado sempre com muita deferência e consideração. Rebutando no Pará a revolução de 1835, recebeu por aviso do ministro do Império insinuação da Regência para dirigir uma pastoral aos habitantes dessa província, persuadindo-lhes que depusessem as armas, e voltassem à ordem e à obediência das instituições. Sempre pronto a prestar-se ao serviço da pátria, onde quer que ele fosse reclamado, assim o praticou, sendo portador da pastoral o ilustre general Manuel Jorge Rodrigues, que nessa expedição contra os rebeldes teve, por um grande recurso da estratégia militar o poderoso prestígio dessa palavra doce e eficaz do eloqüente prelado.

Quando em 1837 o grito revolucionário da República lançou por terra na capital da Bahia as instituições juradas, retirando-se com as mais autoridades para o Recôncavo, aí publicou duas pastorais, que produziram feliz impressão, reanimando os sentimentos de lealdade e coragem dos habitantes.

Então quase todos os membros do gabinete lhe dirigiram por este motivo palavras de felicitação e agradecimento, exprimindo-se um, que essas pastorais tinham valido um exército. Expressão tanto mais verdadeira quanto é certo, que a força pode abafar as revoluções, mas que não as destrói se a convicção não acalma a agitação das idéias que se traduzem nas comoções populares.

Já em outra época, quando por ocasião da abdicação do Sr. D. Pedro I, a capital da Bahia viu-se ameaçada de uma desastrosa guerra civil, a ponto de se reunirem os dois partidos auxiliares pela força armada, um no forte de São Pedro, e outro no quartel da Palma, muito concorreu o Sr. arcebispo para os reconciliar, indo pessoalmente falar-lhes, e assim se restituiu a tranqüilidade pública.

Nas numerosas relações que tem entretido sempre com pessoas distintas, ou em dignidade, ou em saber, há recebido constantemente os mais lisonjeiros testemunhos de apreço e admiração. Os soberanos pontífices Gregório XVI e Pio IX o honraram com breves epistolares demonstrativos do mais alto conceito, e o mesmo mereceu sempre dos delegados da Santa Sé desde o arcebispo de Tarso até o de Edessa, ultimamente falecido.

Não só muitos dos nossos bispos, vigários capitulares, e párcos se gloriam de consultar suas luzes em matérias da administração pastoral, mas também muitos seculares ilustrados se não têm dedignado de recorrer nas duas dúvidas e controvérsias a essa subida inteligência, que o distinto literato e cronista-mor do Império o Sr. coronel Inácio Acioli de Cerqueira e Silva não duvidou classificar como primeira do país na sua breve, porém, luminosa *História do Brasil*.

Para corroborar essa verdade citaremos o distinto publicista Silvestre Pinheiro, que não só lhe enviava as suas obras, como também submeteu ao seu exame e juízo algumas antes de as dar aos prelos. O já referido naturalista alemão Dr. Martius, além da muito honrosa menção que faz de S. Ex^a na sua viagem ao Brasil, há entretido com ele uma interessante correspondência dando-lhe o epíteto de mestre. O célebre poeta o Sr. Antônio Feliciano de Castilho, cujo nome, como o de Camões, basta para immortalizar uma nação, tributa em suas cartas ao ilustre prelado brasileiro o maior testemunho de respeito aos seus conhecimentos científicos. O seu irmão o Sr. Conselheiro José Feliciano de Castilho, também distinto literato, lhe dedicou a sua interessante tradução da – *Mulher Católica* – com as mais lisonjeiras expressões.

O benemérito falecido cônego Luís Gonçalves dos Santos, em cujos escritos teve sempre a Igreja o mais estrênuo defensor, não tem para assim dizer uma página em suas obras que não seja uma homenagem ao saber do respeitável Metropolita. O sábio lente de Direito Eclesiástico da Academia de Olinda, o Sr. Dr. Vilela Tavares, não obstante a renhida discussão que teve com o Sr. Arcebispo acerca de alguns pontos dessa ciência, acaba de tecer-lhe os maiores elogios no belo discurso com que abriu a sua aula no corrente ano. Tanto é certo, que nas lutas da inteligência os espíritos elevados tendem a se aproximar pela força irresistível da verdade, ainda quando se combatem. O famoso ora-

dor sagrado do Monte Alverne, glória do púlpito brasileiro, e do monarca que o estima como Luís XV a Bossuet, não menos modesto que ilustrado, folga de humilhar-se nas suas cartas ante a sabedoria do arcebispo da Bahia. Ultrapassaríamos os curtos limites que nos temos traçado se fôramos mencionar todos os nomes daqueles literatos nacionais e estrangeiros que o honram com sua admiração.

O Instituto da África em Paris, que conta em seu grêmio um grande número de altos personagens de todos os países, o nomeou seu presidente honorário vitalício.

A Academia Real das Ciências de Munique, a Sociedade dos Antiquários do Norte na Dinamarca se honram de tê-lo por sócio correspondente, e da mesma sorte o Instituto Histórico e Geográfico e a Sociedade das Belas-Artes do Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, e outras associações a que pertence como sócio honorário.

Com um nome europeu na república das letras, nenhum título mais honroso para ele que o de sábio dado por autoridade de incontestável competência na matéria, era portanto de honra para o seu país, distingui-lo entre seus concidadãos com essas condecorações, somente valiosas quando concedidas ao mérito. SM o Sr. D. Pedro I, de saudosa memória, além de outras provas de particular apreço, com que sabia estimar o verdadeiro merecimento dos servidores do Estado, condecorou o Ex^{mo} Arcebispo da Bahia antes de sua elevação ao Episcopado nomeando-o pregador de sua Imperial Capela, e depois grande dignitário da Ordem da Rosa, e o Sr. D. Pedro II concedeu-lhe a graça de grã-cruz da Ordem de Cristo.

Alheio aos negócios políticos do país e descansando à sombra do santuário, dessas fadigas tão gloriosas e em prol da pátria, em uma vida mais conforme talvez a seus cômodos e gosto, o Sr. Romualdo Antônio de Seixas entrega-se absolutamente ao cultivo das letras cujo amor nunca morre ao gênio, e ao regime de sua venturosa diocese, em que não menos importantes serviços continua a prestar à religião e ao país.

O seu primeiro cuidado no governo da diocese há sido a educação do clero, como a fonte da regeneração do povo nos sólidos princípios da fé e dos costumes. Com este intuito fundou o grande seminário eclesiástico que pouco a pouco se tem elevado ao estado

lisonjeiro que hoje se observa, e onde o padre que antes dessa criação se ordenava com algumas noções apenas de Teologia Moral hoje é obrigado a frequentar, em um curso de 4 anos, as aulas de História Sagrada e Eclesiástica, Exegética, Direito Natural, Teologia, Dogma e Moral, Direito Canônico, Eloquência Sagrada, Canto Gregoriano e Liturgia; e a par dos estudos profissionais recebe esses hábitos de piedade e abnegação, que formam a parte mais essencial do sacerdócio.

Para conseguir esse duplo elemento, que constitui o verdadeiro padre católico, S. Ex^ã, a exemplo de veneráveis bispos, confiou aos padres da congregação da missão, como especialmente habilitados por seu instituto, não só a direção do grande seminário, como também a de um outro pequeno seminário, que estabeleceu como preparatório para o outro, e que possui as cadeiras de Latim, Francês, Grego, Geografia, Filosofia e Retórica pagas pelos cofres públicos.

É inegável o benefício desse estabelecimento, donde tem saído eclesiástico que pouco a pouco se tem elevado ao estado lisonjeiro que hoje é grande proveito público, e edificação dos fiéis, até em outras dioceses do Império.

Em diversas e luminosas pastorais, e bem assim por todos os meios ao seu alcance, não tem cessado de exortar e providenciar acerca da residência dos párocos, administração dos sacramentos, explicação do evangelho, conferências eclesiásticas em todas as paróquias, e outros objetos concernentes à disciplina e à fé.

Acompanhando sempre o espírito público na sua firme adesão e amor ao sistema monárquico constitucional, tem sido sempre solícito em ordenar as preces ou ações de graças conforme as diversas ocorrências relativas aos membros da dinastia imperial, e aos fastos da nação.

Nada esquecendo de seus deveres pastorais, não obstante sua protracta idade e fadigas, em 1845 e 1846 visitou pessoalmente as freguesias do litoral do Recôncavo, onde foi recebido com todas as demonstrações de piedoso entusiasmo e amor filial. Nessas visitas tornou-se incansável em exortar de viva voz e por escrito ao clero e aos fiéis ao cumprimento dos respectivos deveres, em regular e reviver o culto divino, na administração do Sacramento da Crisma, e muitas vezes distribuiu ele mesmo a Sagrada Eucaristia a numerosos fiéis. E se pelo seu mau estado de saúde não estendeu, como desejava, essas visitas até o in-

terior da província, supriu essa falta por meio de seus delegados, e de pastorais.

Considerando a educação religiosa da mocidade, especialmente das jovens que um dia constituirão as famílias, principal base da futura felicidade do país, que debaixo desse ponto de vista tem pouco merecido, forçoso é dizê-lo do zelo do nosso Governo, aliás louvavelmente solícito e empenhado em todos os demais melhoramentos materiais e científicos, o Ex^{mo} Sr. Arcebispo, a despeito de mil dificuldades, que sua dedicação sabe superar, promoveu a fundação de colégios para educação das órfãs e filhas-famílias abastadas sob a direção das virtuosas irmãs de caridade. Fundação que há merecido na experiência de seus visíveis benefícios as bênçãos de todos os verdadeiros amigos do país, malgrado essas paixões ruins e mesquinhas, que em toda a parte se revoltam contra as coisas mais santas, e mais úteis.

Sempre que sua saúde o permite faz a pregação do Evangelho, especialmente no tempo quaresmal na igreja catedral, com grande concorrência de fiéis, entre os quais pessoas notáveis por suas luzes e posição: sendo para sentir que suas tão interessantes e eloqüentes homilias não fossem escritas em razão de suas muitas ocupações no imenso expediente de tão vasta diocese.

Possuído de constante zelo da religião, nos mesmos discursos em que por vezes falou de objetos profanos, nunca deixou de os cristianizar ou dar-lhes um caráter religioso, como no belo e primoroso improvisado, que foi obrigado a fazer no ato solene da inauguração da estrada de ferro depois da cerimônia da bênção, demonstrando que esses prodígios na ordem material, em que o gênio do homem como que reassume o cetro do poder, que o Criador lhe conferira sobre toda a natureza no momento da criação, tinham um fim providencial chamando os homens à fraternidade, ou à unidade religiosa e social, e facilitando por esses meios a rápida comunicação de suas idéias e interesses. Essa breve e sublime alocação excitou vivo entusiasmo entre seus numerosos ouvintes, e foi muito aplaudida pelos jornais.

Cercado do maior respeito público em qualquer parte onde comparece, recebe as mais vivas demonstrações de amor e veneração, que merecem suas luzes e virtudes. O homem ilustrado encontra em sua conversação o maior interesse, o jovem a maior animação, o pobre um

socorro, o culpado um juiz benigno. Ninguém se chega para ele, que não fique encantado e satisfeito.

Suas obras impressas, além de alguns avulsos, constam de 5 volumes em 4^a, e o 6^a acha-se nos prelos.



F. FRANCISCO DE MONTE ALVERNE

F. Francisco de Monte Alverne

.....

Fr. Francisco do Monte Alverne

Tantos esforços, fadigas tão aturadas eram precisas para deixar um vestígio de minha passagem nesta terra, onde recebi aplausos, coroas e ovações, de que nenhum orador, nenhum filósofo antes de mim usou ainda gloriar-se. (Fr. F. do Monte Alverne. *Conclusão de seus sermões*, vol. 4, pág. 290.)

N

§ 1º

ão é decerto despida de espinhos a tarefa que tomamos sobre os nossos ombros, traçando o quadro histórico da vida de Fr. Francisco do Monte Alverne. A época recente de sua morte, os poucos dias passados do período de sua glória, a falta de inteligência daquele que tanto empreende são dificuldades que só podem ser vencidas pela dedicação do amigo.

Ainda não é tempo para bem julgar aquele que acaba de descer à sepultura. Ainda a luta do sentimento e da paixão pode abrasar os ânimos, e fulminar o que por nossa consciência, aliás pura e sincera, for ditado em prol do ilustre finado.

E ainda mais crescem os embaraços quando se trata da biografia de um religioso franciscano, isto é, do verdadeiro soldado da Cruz, contra quem se conspira infelizmente o século dezenove, por intermédio de cabeças vertiginosas, que em sua descomunal perseguição desabam nos abismos das contradições, desconhecem as necessidades de seu país, e inconsideradamente procuram destruir o elemento único formador da ilustração, moralidade, e virtude de um bom clero.

São esses perseguidores contraditórios, porque quando pedem o direito amplo da liberdade dos povos restringem um dos meios de praticar esse direito, impedindo a vocação natural de qualquer à vida do claustro.

São desconhedores das necessidades de seu país. Argumentando com os abusos da instituição, proclamam princípios abstratos, idéias exaltadas que nasceram com a revolução de 1789, e querem, por força de imitação imprudente, que nas terras virgens do Brasil, em seus sertões e campos despídos de civilização, o monge seja uma inutilidade.

Semelhante doutrina só por uma má e desgraçada aplicação pode fecundar em nosso país. Temos ainda necessidade de conquistar e civilizar tribos numerosas de selvagens: essa conquista feita com a espada e o canhão produziria sombras e cadáveres, alcançada com a palavra e com a cruz, produzirá novos seres, que serão outros tantos elementos de uma boa população para o nosso interior. A catequese pois pede novos Anchietas e Nóbregas, estes só se podem formar no claustro.

E tanto isto é verdade, que ao passo que se parece condenar a ordem monacal, cria-se um centro de missionários estrangeiros. Novo erro. Desprezam-se os núcleos nacionais que bem dirigidos podem prestar relevantes serviços, e são eles substituídos por estrangeiros, que não têm nem mais inteligência, nem mais vontade, e que nessas missões terão sempre o defeito de viciar a língua portuguesa.

Não é só a catequese que exige a conservação e o aperfeiçoamento da ordem monacal, a nossa educação intelectual moral e religiosa também a reclama. Não nos iludamos. O sistema francês pode ser uma realidade nos centros populosos, e ali se encontrará facilmente quem se dedique ao ensino dos meninos; no interior do país é uma infrutífera utopia. Só a resignação evangélica pode chamar os homens a esses pontos remotos do interior, essa resignação pode ser encontrada naqueles que tiverem sido educados na austeridade do claustro.

São aniquiladores do elemento único capaz de formar um clero perfeito. Não acreditamos que o sacerdote moralizado e ilustrado se forme no meio da sociedade, rodeado de prazeres e seduzido insensivelmente por gozos incompatíveis com o seu estado. A mais austera

disciplina de um prelado enérgico e virtuoso não pode contê-lo, e sobre ele há de pairar sempre a imputação malévola nascida pelo menos da aparência do contato com o mundo e a sociedade em que vivemos. Essas imputações ainda que vagas são como a fumaça que sobe aos ares do pequeno incêndio, e que torna em brasa o corpo combustível que encontra, e sobre o qual passa constantemente. Entre o sacerdote regular e secular não há dúvida que o respeito é sempre mais decidido para aqueles a quem o povo vê todos os dias encerrado no retiro da oração, coberto com os hábitos da disciplina, praticando atos de penitência, sujeito a regras e costumes que o mais bem intencionado secular não pode apresentar. Não se condenem os conventos. Sejam eles reformados e melhor dirigidos a fim de que prestem os serviços que só eles podem fazer. Extirpem-se os abusos introduzidos pelo correr dos tempos, mas não se aniquile sob o pretexto do abuso prático, o que está reconhecido como bom e proveitoso princípio.

§ 2º

A nossa história é fértil em provas dos bons serviços prestados ao país pelas ordens regulares religiosas, e entre elas não há dúvida alguma que inferior lugar não ocupa aquela que foi fundada em 1210 pelo grande patriarca S. Francisco de Assis.

Não é preciso para isso compreender lembrar que essa ordem tem cedido ao estado suas melhores casas, que mais de uma vez pobres têm prestado asilo aos desvalidos, que foram sempre os escolhidos para guiar os últimos momentos daqueles que acabavam de ser fulminados pelas justiças da Terra; basta termos em memória que aí floresceram as grandes inteligências, de um Rodovalho, de um S. Carlos, de um Sampaio, do último de seus finados Fr. Francisco do Monte Alverne, e tantos outros.

Quando em 1808 a espada do conquistador da Europa obrigara a ilustre e muito nobre família de Bragança a deixar o velho Portugal e a procurar um asilo na terra de Santa Cruz, a corte portuguesa ficou maravilhada por encontrar nos claustros de sua colônia inteligências superiores, que se haviam formado sem ir a plagas mais remotas, nem a horizontes mais distantes que os muros de um convento: inteligências

que se podiam elevar à altura da oratória sagrada tal qual o Sr. D. João VI não tinha sido visto na velha Europa, as quais vantajosamente discutiam com aqueles que eram acompanhados pelos pergaminhos lustrosos das mais notáveis universidades.¹

Então florescia no convento dos religiosos de Santo Antônio, entre outros, três distintos pelo saber profundo, ilustração e preeminentes como oradores sagrados. Eram eles Fr. Francisco de S. Carlos, Fr. Francisco de Sampaio, e Fr. Francisco do Monte Alverne. O primeiro faleceu em 6 de agosto de 1829, o segundo em setembro de 1830, e o terceiro acaba de exalar o último suspiro no dia 2 de dezembro de 1858.

Eram três vultos que faziam parte dessa plêiade em que fulguravam Caldas, Monsenhor Neto, e Cônego Januário, oradores sagrados, filósofos e teólogos profundos.

O único que restava era Fr. Francisco do Monte Alverne, testemunho vivo desse saber, e dessa proeminência da oratória sagrada em outros tempos. Era a última das estrelas brilhantes desse firmamento, e como as outras correu a sua órbita, e lá cambou no ocaso – morreu!

§ 3º

Para bem compreendermos a vida de Fr. Francisco do Monte Alverne, preciso é abrir o livro das crônicas dos membros da sua ordem, e nele ler-se-á o seguinte:²

"Fr. Francisco do Monte Alverne, que no século se chamava Francisco José de Carvalho, nasceu aos 9 de agosto de 1784 na cidade do Rio de Janeiro, foi batizado aos 24 dias do referido mês de agosto na Sé Catedral daquela mesma cidade. Foram seus pais João Antônio da Silveira, natural e batizado na freguesia do Pico, bispado de Angra, e Ana Francisca da Conceição, natural e batizada na freguesia de Nossa Senhora da Guia deste bispado do Rio de Janeiro.

1 Prólogo das *Obras oratórias* de Monte Alverne.

2 Livro dos assentos dos religiosos da Ordem Seráfica da Conceição do Rio de Janeiro, à fl. 34.

"Aos 28 de junho de 1801 entrou para o convento da ordem Seráfica da Conceição, sendo aceito pelo ministro provincial Fr. Antônio de S. Bernardo Monção, e professou a 3 de outubro de 1802 nas mãos do guardião, que era Fr. José Mariano do Amor Divino."

Exulta, Francisco de Assis, que se alistou nas fileiras de teus soldados e irmãos, mais um denodado campeão, que, cingindo-se de glória, há de aumentar o brilho e a reputação daqueles que seguem teus preceitos.

Então possuía a ordem um magnífico convento na cidade de S. Paulo, onde havia estabelecido um colégio, no qual receberam educação e ilustração muitos dos homens que hoje dirigem a Faculdade de Direito em S. Paulo, que ocupam respeitável posição na sociedade.

Para esse convento, ou antes para esse colégio de S. Paulo, fonte única de instrução primária e secundária naqueles tempos, foi Monte Alverne em 1804 como colegial, e aí recebeu as lições do teólogo profundo Fr. Inácio de S. Justina, que já faleceu, e foi sepultado no convento da ordem em Itu.

E tendo adquirido a instrução precisa, recebeu as ordens, que lhe foram conferidas pelo sábio bispo de S. Paulo, D. Mateus de Abreu Pereira.

Tão rápidos foram os progressos do jovem religioso em seus estudos, tão firme a sua aplicação, tão vantajosos os resultados, que ele, que já em 1810 tinha sido eleito pregador e passante, isto é, substituto de Filosofia e opositor das cadeiras de Teologia, foi na congregação de 24 de abril de 1813 eleito lente de Filosofia para aquele colégio de S. Paulo e depois, em 1816, lente de *prima* do mesmo colégio.

Ainda existem nessa terra ilustre dos Andradas testemunhos vivos e valiosos do saber profundo professado por Monte Alverne nas cadeiras que lhe tinham sido confiadas. Ainda a tradição conserva intacta a memória dos bons serviços prestados à sociedade, à sua ordem e ao seu país na cadeira do magistério pelo mui digno franciscano.

Era então de costume nos conventos a defesa de conclusões magnas, verdadeiras festas literárias que se ostentavam com todo o esplendor, e as quais concorria o que de mais notável em saber e ilustração possuía o país. Monte Alverne, o estudante que não tinha passado em suas pesquisas científicas além dos muros do seu convento, bateu-se com vantagem e vitória com aqueles que ostentavam grande ciência, e

que se faziam ainda mais recomendados pelos títulos adquiridos com talento e estudo.

E tais foram os seus serviços na carreira do magistério, que no capítulo em que saiu eleito provincial, Fr. Ângelo de S. José Mariano, o corpo capitular reunido no dia 27 de outubro de 1821, querendo recompensar os serviços prestados na sua brilhante carreira, como consta da ata capitular às fls. 127 e 178, tendo em consideração oito atos de conclusões públicas em Filosofia, e não havendo título explícito legal que obrigue os lentes de *prima* a defenderem atos públicos de teologia, lhe declararam todos os seus privilégios, e mais os de outra guardiania.

Já então Monte Alverne era teólogo de nunciatura apostólica, título que lhe foi dado em 18 de novembro de 1818. – Examinador da Mesa de Consciência e Ordens, cargo de que foi incumbido desde 20 de setembro do mesmo ano. – Foi guardião do Convento de Nossa Senhora da Penha. – Foi secretário da província em 1824; em 1825 eleito custódio de mesa.

§ 4º

Não foi só nesse célebre colégio dos franciscanos em S. Paulo que Monte Alverne exerceu com honra e glória o magistério; também no lugar em que havia nascido, no Rio de Janeiro, seguiu a mesma profissão com reputação superior, lecionando, no Seminário de S. José, Retórica, Filosofia Nacional e Moral e Teologia Dogmática.

Se em S. Paulo há testemunhos vigorosos do saber do ilustrado professor, não menos são os que existem na capital do Império. Domingos José Gonçalves Magalhães, Manuel de Araújo Porto Alegre, Antônio Félix Martins, e tantos outros, aí figuram proeminentemente na república das letras, e tornam ainda mais grandioso o nome daquele que eles melhor do que ninguém conheceram, e de quem receberam a ciência, a palavra e a inspiração.

Bem o disse o Sr. Porto Alegre, "aqueles que como ele passaram das lições de Fr. José Policarpo de Santa Gertrudes, o mestre bondoso, para aquelas de quem se diz – rei da palavra: estes mais do que ninguém podem aquilatar quão grande, majestoso e solene era o saber do filósofo brasileiro"³.

O finado bispo D. José Caetano foi quem o nomeou professor para o seminário de S. José, funções que preencheu até 1836. E também nesse intervalo de tempo recebeu o ilustrado fluminense as nomeações de examinador sinodal e membro correspondente do Instituto Histórico da França.

Seus serviços foram aqui como ali importantes para a ciência, ele próprio o diz com orgulho e franqueza nos seguintes termos: "Empreguei, é verdade, os anos da minha mocidade em dirigir as inteligências que me tinham sido confiadas, revelei verdades que meus antecessores não me tinham comunicado, alarguei a esfera da inteligência; marchei intrépido; pisei o egoísmo; fui sobranceiro à inteligência; não voltei o rosto à injúria, à calúnia; fui conspurcado por a inveja...; mas longe de sucumbir levei de vencida meus adversários.

"Uma nova arena se abriu diante de mim no seminário de S. José. Meus serviços são conhecidos: a mocidade não foi enganada, o que não era conhecido foi apresentado às claras..."⁴

E no entanto, o grande homem, de quem se podia esperar a continuação de serviços senão maiores, ficou quase morto para o mundo! Fatal amaurose acometeu seus belos olhos, sepultou-o em profundas trevas, e privou-o da contemplação do mundo externo, sempre brilhante, magnífico e encantador, como criação sábia de um Deus.

Apenas acometido dessa horrível enfermidade, retirou-se ao claustro, lá ficou esquecido doze anos!

Quão ingrato é o mundo?! Monte Alverne que guiara a mocidade pelas veredas escabrosas da vida. Que com a palavra inspirada pela chama celeste convertera talvez tantos corações estranhos aos influxos benéficos da religião! Que havia descido da cadeira sagrada seu carro triunfal, e estendido o braço de gigante sempre vencedor nos combates da cruz a seus patrícios que lutavam com o gênio da desordem e da anarquia. Que com a sua palavra sagrada e o fogo do patriotismo que abrasava seu peito havia tanto concorrido para que a pedra preciosa do continente sul-americano, a monarquia brasileira, não fosse mareada

3 Discurso recitado por Porto Alegre junto ao cadáver por ocasião de se dar este à sepultura.

4 Improviso feito por Monte Alverne na inauguração do Ensaio Filosófico.

pela mão impura do audaz e déspota aventureiro. Monte Alverne ficara esquecido! Por doze anos teve por companhia o silêncio de sua sela, a presença muda de seus livros, o braço de um fiel escravo que o guiasse através das massas aglomeradas em nossas ruas, que às vezes por curiosidade apenas perguntavam – quem é esse cego que passa? – e que com indiferença de gelo ouviam a resposta – chama-se Fr. Francisco do Monte Alverne.

É sem dúvida horrível o sentimento de ingratidão! Com ele não é possível o desejo da glória, nem o amor ao trabalho. E onde está a glória, onde a virtude, onde enfim a nobreza da alma? quando o século só tem por divisa – *Sê rico e serás feliz!*

§ 5º

Estamos nos últimos dias do ano de 1836. Estamos na época em que a noite se declarou eterna para Fr. Francisco do Monte Alverne. Desde então inauditos são os sofrimentos que cercam a alma do triste e desconsolado velho. Cego não podia prestar os serviços impostos ao seu ministério. Cego viu-se abandonado por aqueles que ainda há pouco pequenos junto de seu vulto de gigante haviam parasitas crescido à sombra de uma grande árvore, e tratavam de fazer cair a seiva daquela de quem receberam a vida.

No meio de seus sofrimentos nem um queixume, nem uma acusação. Resignado, consolava-se implorando o auxílio da religião, de quem sempre fora o mais denodado defensor.

Ele o diz nos seguintes termos: "O resultado de tantas fadigas foi a extenuação de meu cérebro, e a perda irreparável de minha vista. No fim de 1836, terminava todos os meus exercícios literários, e eu me achava impossibilitado para empreender o mais insignificante trabalho. Não é dado a alguns homens avaliar as agonias de meu coração nesta horrível peripécia de minha vida. Deus chegou aos meus lábios a taça da minha tribulação, suas fezes não estejam talvez ainda esgotadas... a vontade do Senhor seja feita..."⁵

5 Prólogo das suas obras oratórias.

Tanta resignação só se podia esperar do filósofo para quem a primeira lei era o Evangelho.

À vista desse deplorável e inesperado estado havia jubulado lente em 24 de abril de 1841, e também em 1847 foi nomeado membro honorário do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, e em 1848, membro honorário da Imperial Sociedade Amante da Instrução.

.

Seria tão grande abandono devido a essa sorte geral que infelizmente acompanha todos os homens de letras em qualquer parte do mundo?! Seria o ostracismo da Grécia que fazia beber a Sócrates a cicuta?! Seria a decadência dos romanos que condenava a desterro o poeta Ovídio?! Seria a indiferença imperdoável quase contemporânea que se lembra de coroar Tasso quase moribundo, e que abandonava Camões esmolando o pão sobre desprezíveis palhas em um hospital?! Teria Monte Alverne provocado o ciúme das mediocridades, que, carregadas depois com ouropéis, nem sequer se dignavam olhar para o homem que temiam pelo seu merecimento real?!

Se assim foi, maior ainda a ingratidão! Condenar-se ao esquecimento e ao abandono o inteligente e ilustrado Monte Alverne, que teve a ousadia de combater por aquelas mesmas idéias que cobriram de glória, de brasões, e levaram ao poder outros que apenas fizeram número material no grupo, que jamais entraram em combate, porque este podia ser sustentado só pelo saber e pela virtude.

Oh! Não sejamos tão fáceis em condenar o homem que tão nobre, virtuoso e desinteressadamente serviu nas fileiras do cristianismo, que desceu até o mundo para com a luz brilhante do Evangelho sustentar o berço daquele que era o penhor da grandeza e da estabilidade da Nação brasileira, o defensor da religião do Estado – a religião Católica Apostólica Romana.

Ainda é muito cedo para bem julgar essa época memorável, mas hoje todos já concordam que o grande partido que combateu a restauração e perseguiu o republicanismo foi o grande partido que mais serviços prestou ao país porque foi aquele que salvou a Monarquia brasileira.

Que vinha porém fazer o frade nessa luta de paixões, quase de sangue? Que vinha buscar ele no meio do século quando sua missão era toda divina, sendo apenas soldado no reino de Jesus Cristo?

Só a má vontade pôde denegrir os passos do grande Alverne nessa sua conduta. É dirigido pelo sacrossanto amor da Pátria que o inspira, pela dedicação ao seu monarca a quem considera como anjo tutelar da Nação, e portanto corre em socorro desse país, desse monarca, não brandindo uma espada mortífera e desoladora, e sim usando da palavra que subjuga convencendo, que cria novos mundos, que faz vigorar boas idéias. O grande meio e argumento de que se serve é o Evangelho – o grande fim que almeja a religião.

O mais áspero burel, o mais mortificante cilício, pode enfraquecer as paixões satânicas do mundo, embotar a sensibilidade física, pôr em contacto o homem com a divindade, não poderá porém enervar o patriotismo e o amor da nacionalidade nos vôos de suas inspirações nobres – para isso era preciso destruir o Eu e apagar o sentimento da virtude.

Pelo amor da verdade, não se exija do religioso o sacrificio do amor filial, e ainda mais do amor da pátria.

Como quer que seja, Fr. Francisco do Monte Alverne depois de cego ficou esquecido no retiro da sua cela por espaço de doze anos!...

§ 6º

Corria o ano de 1848. O Dr. Joaquim Pinto Brasil, que com tanto entusiasmo e distinção dirigia as cadeiras de Filosofia, na aula pública, e no Imperial Colégio de D. Pedro II, como substituto ali do conselheiro Sales Torres Homem (hoje ministro da Fazenda), e aqui, em lugar do proprietário Dr. Domingos José Gonçalves Magalhães, agrupou em redor de si os moços inteligentes que cursavam o primeiro ramo da ciência e criou uma associação literária que foi denominada – Ensaio Filosófico –, à qual mais tarde o Ex^{mo} bispo diocesano concedeu o título honroso de episcopal.

Essa associação foi solenemente inaugurada no dia 10 de dezembro de 1848 em uma casa do largo de S. Francisco de Paula, canto da Rua do Fogo.

Para assistir a essa solenidade foi convidado o padre-mestre, Fr. Francisco do Monte Alverne, que pressuroso veio assistir à primeira festa literária de moços que reuniam suas forças no estudo da filosofia do Espírito Humano, por meio da associação, a primeira nesse gênero, que então se criava.

Não contava o venerando ancião com o que lá o esperava. Acostumado ao retiro e ao esquecimento, surpreendido ficou quando se apercebeu que o primeiro passo que davam esses moços fracos, cheios apenas de amor de glória, era vingar a sua memória indignamente esquecida, e fazer justiça ao seu mérito transcendente e incontestável. E por isso o proclamaram o genuíno representante da Filosofia do Espírito Humano no Brasil, e como sinal de seus triunfos pediram ao prelado fluminense que lhe oferecessem uma coroa de louros.

Era a primeira vez que Monte Alverne, depois de doze anos de duro esquecimento, via-se restituído à posteridade honrosa a que tinha jus por sua inteligência e por seus serviços. Lágrimas abundantes correram de seus olhos, o prazer inefável reanimou suas feições abatidas e maceradas pelo desgosto, sua voz sonora e grave desprendeuse de seus lábios quase frios pela indiferença. Ouviu-se um ligeiro queixume da vítima da ingratidão, logo depois um agradecimento a quem lhe sabia fazer justiça. Por meio de uma exortação veemente convidou os moços que o vitoriavam a trilharem o caminho da glória, a prosseguirem com frente altiva, não obstante a má vontade, o desprezo, e a própria inveja que porventura se opusesse aos seus cursos, porque ele havia também encontrado estes óbices, mas com pertinácia continuou, não voltou o rosto, caiu alfim extenuado, sem luz e sem forças, mas nunca vencido.

Era na verdade solene o momento em que orava o venerando Alverne, sua alma era o embate de violentas comoções, e mais de uma lágrima verteram seus ouvintes quando ele exclamou:

.

"Estou fraco e abatido... a posição em que estou é tão extraordinária para mim que talvez não a compreendais!... Se eu soubesse que era arrancado das bordas do meu sepulcro, do seio do meu retiro, para

receber das mãos da mocidade uma coroa de louros, honra cívica que premia meus serviços pisados pela ignorância, esquecidos pela estupidez, e mal pagos pela mais fria indiferença, ainda assim talvez não tivesse coragem de apresentar-me para recebê-la.

"Eu sei que ela tem um grande peso, que tem um brilho muito acima de meu merecimento, e que meus trabalhos não correspondem a esta auréola que recebo no fim da minha vida!... Parece-me que sou uma vítima enfeitada para a hora do sacrifício! Tanta honra, tanta consideração para um homem oculto no silêncio de uma cela, passando da obscuridade à glória, a velhice coroada por mocidade, a morte reanimada pela vida... são fenômenos tão grandes, geram sensações tão poderosas que não as posso ocultar.

"Doze anos tenho estado em silêncio!... Sabeis que força é preciso para que escapem estas palavras toscas no meio de tanto entusiasmo, a despeito desta glória que a mocidade acaba de revelar, deste futuro que se apresenta tão radioso!"

.....

Ainda nesse imprevisto enérgico e cheio de vida, que parece feito nos primeiros anos de Monte Alvarne, respiram as suas idéias dominantes, o amor de sua pátria e a sua dedicação pela religião do Cordeiro Imaculado.

.....

"Sempre vi (continua ele) no caráter dos brasileiros essa superioridade de talentos que ninguém lhes contesta, esse futuro grandioso, essa glória que deveria ilustrar o nosso país tão espezinhado pelo estrangeiro que não conhece e aprecia, porque talvez não nos possa bem avaliar."

.....

"O cristianismo que revelou os verdadeiros destinos do gênero humano enobreceu o coração do homem, elevou sua razão, ilustra o seu espírito e marcha sempre a despeito de todos os reveses à frente da civilização, porque ele é o seu mais forte elemento, porque ele é o tipo nobre e sublime da grandeza, da glória e da liberdade do homem." ⁶

São sempre as idéias dominantes do grande homem – a pátria e o Evangelho. E não é Monte Alverne o próprio que nos arroubo de seu entusiasmo de fogo pela pátria invoca a proteção de S. Sebastião em favor da terra brasileira, e apoio decidido em prol da cidade, a rainha da América do Sul, que imediatamente se colocou debaixo de seu protetorado?⁷ Não é ele o mesmo que explanando as idéias de seus trabalhos oratórios nos diz que o seu pensamento é a religião do Crucificado e quem invoca o salmo do rei Davi para explicar a sua idéia?⁸

Desde esse seu primeiro triunfo não ficou mais Monte Alverne abandonado e esquecido no silêncio da cela, quase um túmulo. Em 1851 iguais demonstrações se reproduzem com a criação da sociedade Emulação Filosófica, da qual foi proclamado presidente perpétuo e grande conservador.

E tais foram os seus serviços à sua ordem e à religião que o SS. Padre, por intermédio de seu internúncio nesta corte, monsenhor Bedini, e com beneplácito imperial, em 1850 dispensando a irregularidade contraída pela cegueira, concedeu que ele pudesse ser definidor, representar no capítulo da ordem e assinar de chancela.

Não foram estas as únicas ovações que recebeu Fr. Francisco do Monte Alverne; uma maior lhe estava reservada, verdadeira apoteose, digna de seus talentos, capaz só ela de transmitir o nome do ilustre franciscano às gerações posteriores.

§ 7º

Os contemporâneos de três reinados, e que floresceram com Fr. Francisco do Monte Alverne, o consideram como um grande filósofo, como o genuíno representante da pura filosofia do Espírito Humano no Império do Brasil. Infelizmente, ainda não é dado ler a prova cabal de seus conhecimentos nesta árvore gigantesca, da qual nascem todas as ciências – o seu compêndio de Filosofia –, que começava a ser impresso quando foi surpreendido pelo sono eterno dos justos.

6 Improviso feito por Monte Alverne na sessão de inauguração do Ensaio Filosófico.

7 Panegírico de S. Sebastião. *Obras oratórias*.

8 Prólogo das mesmas obras.

Impossível pois é darmos um juízo sobre esse trabalho, que, segundo ouvimos a mais de um entendido em tais matérias, e que tiveram o prazer já de o ver, se julga perfeito.

O que é verdade também é que o método de ensino por ele proposto não está em harmonia com o que ultimamente se costuma seguir nas aulas, pois que se nos informa que ele pretende que o estudo se comece pela lógica – e sendo assim devemos lastimar que não lhe sobrasse tempo de fazer o prólogo dessa obra, no qual havia de necessariamente defender o seu sistema, que se acha em oposição com que segue a escola moderna dos psicologistas franceses.

Essa obra estava escrita originariamente em latim tendo o illustre finado deliberado imprimi-la, propôs-se reduzi-la à linguagem vernácula, visto que o estudo da língua latina, hoje muito desprezado, fazia com que o seu compêndio não tivesse aplicação fértil para a mocidade a quem era destinado.

Não obstante a privação em que estamos do livro complexo de suas idéias sobre a matéria, acreditamos poder afirmar pelos fragmentos de seus discursos, pela doutrina de seus discípulos, que ele repelia com energia as premissas falsas de Condillac, e que, filósofo espiritualista tendo por base o *nosce te ipsum*, acompanhava a razão até os limites do finito, e abraçava a crença do mistério que consola a alma e que não a martiriza com o racionalismo cético e estúpido, que vai esbarrar no abismo do ateísmo com todos os seus horrores.

Procurava conhecer-se a si – conhecendo-se a si via que a razão tem limites até onde chega – daí preciso é chamar em socorro a revelação, ciência profunda e inabalável, porque é a ciência de um Deus.

Reconhecendo os foros da razão – e admitindo a intervenção da divindade nos casos em que sem ela nada tem explicação, Monte Alverne não naufragava no sistema do êxtase improdutivo, que tira ao homem a sua qualidade mais proeminente – o ser capaz de se conhecer.

Era um verdadeiro filósofo do Cristianismo.

Se a reputação do teólogo e filósofo não lhe pode ser contestada, muito menos a de pregador notável entre os primeiros pela eloquência, linguagem e dicção.

Ainda bem em princípio de sua vida monacal deu ele logo mostras de sua proeminência nessa carreira, porquanto já em 17 de outubro de 1816 tinha sido ele nomeado pregador régio, nomeação que, segundo se exprime a crônica de sua ordem, era digna de seus talentos.

Não se pense que era pequena coisa a reputação de pregador naqueles tempos, em que a cadeira sagrada era a única em que se manifestava gloriosamente o saber, a ilustração e as flores da eloquência.

Os conventos eram núcleos fertilíssimos das reputações científicas, e na oratória sagrada se manifestava apenas Monte Alverne, quando já neles faziam as delícias da corte portuguesa, e arrebatavam admiração, os provecos e abalizados oradores como S. Carlos, Sampaio, monsenhor Neto, padre Caldas e outros.

Ainda as tribunas parlamentar e judiciária não existiam, e que mais tarde chamando a si recentes talentos eclipsaram a tribuna sagrada.

Grande devera ser o esforço, o trabalho e o estudo de Fr. Francisco do Monte Alverne para poder competir com os contemporâneos, que, segundo ele mesmo diz, na grande arena, a capela imperial, monumento imortal de piedade do Sr. D. João VI, ostentavam toda a pompa do gênio brasileiro.⁹

Não é nossa intenção fazer um exame desses sermões, verdadeiros modelos de eloquência, monumento inimitável da literatura sagrada brasileira. Eles aí correm impressos, graças aos seus últimos esforços, coadjuvado pelo seu dedicado amigo o Rev. padre João Diniz da Silva. Todo aquele que amar a literatura pátria deve sem dúvida alguma lançar seus olhos para esses livros de ouro. Apenas falaremos do seu sermão monumental, o panegírico por ele feito a S. Pedro de Alcântara que bem se poderá dizer o último cântico do servo de Deus, no grande ofício e desempenho do sacerdócio.

Quem depois de estar dezoito anos cego escreve um panegírico como o de S. Pedro de Alcântara, quem subindo à tribuna sagrada abatido de forças e de sofrimentos, acabrunhado pelo peso

9 Prólogo das *Obras oratórias* de Monte Alverne.

de setenta anos, repete essa sua produção com energia e força de vinte anos, quem faz acompanhar essa recitação de um acionado majestoso e grave do qual nem memória havia, esse será com toda a justiça reconhecido pelos contemporâneos como o príncipe dos oradores sagrados.

§ 9º

Coube a S. M. I. o Sr. D. Pedro II a glória de fazer triunfar em seu reinado augusto a memória daqueles varões do Evangelho e da ordem franciscana que haviam precedido, e sido coevos de Monte Alverne. Coube a S. M. I. o Sr. D. Pedro II o grande fato imortal de evitar que Monte Alverne descesse ao túmulo sem uma lágrima ardente de saudade de seus compatriotas reconhecidos a seu nome e aos seus serviços.

Havia quase dezoito anos que o Alverne não subia à cadeira sagrada, e nem pela lembrança de ninguém passava a possibilidade de um tal fato, e no entanto anunciou-se aos habitantes descuidosos da corte do Brasil, que no dia 19 de outubro de 1854 o padre-mestre Fr. Francisco do Monte Alverne faria o panegírico de S. Pedro de Alcântara.

Pressurosa corre a população ao templo da capela imperial. Os velhos iam recordar-se de seus tempos triunfantes da oratória sagrada, os moços verificar se a tradição não faltava à verdade, e se com efeito o Alverne era o primeiro entre aqueles que tanto se diziam gloriosos nesses misteres.

O resultado foi além da expectativa: os velhos sonharam com os belos dias de seu passado e mal acreditavam que no homem de setenta anos estivesse aquele mesmo Monte Alverne, que outrora com tanto saber fazia compreender os mistérios divinos da religião; que com tanta energia atacava o vício, e os vaidosos dominadores da Terra; que com tanta melancolia e saudade pranteava a morte da primeira imperatriz do Brasil; e que finalmente com tanto fulgor descrevia os feitos daqueles que bem haviam merecido de Deus, e que a Igreja reverenciava como seus heróis: os moços mal compreendiam o que diante deles se passava, e com dor confessavam que à vista do sermão de Monte Alverne, o intérprete fiel do passado, a tribuna sagrada era hoje triste sombra, pálido reflexo do que fora em tempo de S. Carlos e Sampaio.

Novas sensações, novos combates para a alma do velho franciscano. Com o corpo alquebrado pelos anos, pelos desgostos e pelos trabalhos, sem vista, sem ciência do compacto auditório que o cercava, bem se pode dizer que Monte Alverne falava para o céu, e qual o imortal fundador de sua ordem, apresentava nos gestos, nas feições e na voz aquela divina inspiração que guiara o grande servo de Deus, que mereceu em recompensa gravar em seu corpo os mistérios vivos da paixão do Redentor.

Abre a boca, desprende a voz, e vem depressa esse auditório compacto e imenso, arrebatando pela eloquência, pela dicção correta, pelas imagens, e pelo acionado animador da palavra, foi levado espontaneamente ao aplauso. Fato virgem e sem exemplo nos anais dos povos.

Mal pensava Monte Alverne que lhe estava reservada uma significação mais grata, mais notável e mais sensível ao seu nome, do que uma mitra sobre a fronte, refulgentes condecorações sobre o peito e títulos pomposos, porque as mitras, as condecorações e os títulos são muitas vezes partilhas da mediocridade, e no entanto o aplauso espontâneo na própria casa de oração, a ovação inesperada pela massa do povo, só pode ser conquistada pelo gênio na circunstância em que estava Fr. Francisco do Monte Alverne.

Na verdade grande peça de eloquência é esse sermão do qual infelizmente não podemos dar completa notícia, porque não se acha publicado.

Os pequenos trechos que passamos a citar dão uma idéia da grandeza do todo.

Assim é que depois de fazer um brilhante exórdio, ele o continua fazendo transpirar ligeiro queixume que solta sua alma, queixume repassado de unção, porque ele não blasfema contra o autor de seus dias, mostra-se resignado, e só diz – *É tarde... É muito tarde!...*

"Não, não poderei terminar o quadro que acabo de bosquejar: compelido por uma força irresistível a encetar de novo a carreira que percorri por 26 anos, quando a imaginação está extinta, quando a robustez da inteligência está enfraquecida por tantos esforços, quando não vejo as galas do santuário, e eu mesmo pareço estranho àqueles que me escutam, como desempenhar esse passado tão fértil de reminiscên-

cias? Como reproduzir esse transporte, esse enlevo com que realcei as festas da religião e da pátria?... *É tarde... É muito tarde!...*

Ao terminar estas palavras, levanta-se o sinal de aprovação das massas que aí se agrupavam, parecia que todos sentiam profundamente a dor que nutria o seu peito, traduzida nestas tocantes e eloqüentes frases.

.....

"Seria impossível (continua ele) reconhecer um carro de triunfo neste púlpito que há dezoito anos é para mim um pensamento sinistro, uma recordação aflitiva, um fantasma infenso e importuno, a pira em que arderam meus olhos, e cujos degraus descí só e silencioso para esconder-me no retiro do claustro. Os bardos do Tabor, os cantores de Hermon e de Sinai, batidos da tribulação, devorados de pesares, não ouvindo mais os ecos repetirem as estrofes de seus cânticos, nas quebradas de suas montanhas pitorescas; não escutando a voz do deserto que levava ao longe a melodia de seus hinos; penduraram seus alaúdes nos salgueiros que bordavam o rio da escravidão; e quando os homens que apreciavam suas composições, quando aqueles que se deleitavam com os perfumes do seu estilo, e a beleza de suas imagens, vinham pedir-lhes a repetição dessas epopéias em que perpetuavam a memória de seus antepassados e as maravilhas do Todo-Poderoso, eles cobriam suas faces umedecidas de pranto e abandonavam as cordas frouxas e desafinadas de seus instrumentos músicos ao vento das tempestades."

.....

Bela e sublime comparação ampliativa com que o orador descreve o seu estado, e a impossibilidade em que está de repetir aquelas epopéias, que faziam as delícias das gerações que outrora o ouviam.

Termina o seu exórdio com a seguinte apóstrofe, cheia de belezas inumeráveis, e que também faz ver cada vez mais a crença existente de seu espírito, que a religião é a fonte inesgotável e a única de todos os seus bens e de suas inspirações.

.....

"Religião divina, misteriosa e encantadora. Tu que dirigiste meus passos na vereda escabrosa da eloqüência, tu a quem devo todas as minhas aspirações, tu, minha estrela, minha consolação, meu único refúgio, toma esta coroa... Se dos espinhos que a cercam rebentar alguma

flor, se das silvas que a enlaçam reverdecerem algumas flores, se um enfeite, se um adorno renascer dessas vergôntes já secas, deposita-a nas mãos do Imperador para que a suspenda como um troféu sobre o altar do grande homem a quem ele deve o seu nome e o Brasil a proteção mais decidida."

Depois de traçar com mão de mestre a vida do herói denodado do Evangelho, depois de fazer a defesa dos serviços prestados pelo claustro, depois de descrever com cores inimitáveis a abdicação de Carlos V, termina a sua narração pintando a morte de Pedro de Alcântara de um modo tão patético que novos murmúrios de aprovação partem do meio do povo que silencioso e absorto o escutava.

.

"O lidador (diz ele) tinha já dobrado a meta do estádio que levava de vencida. Exausto de forças caiu sobre montões de palmas e grinaldas, que merecera por sua perseverança. Pedro de Alcântara está rodeado por seus irmãos que o observam, choram e admiram. O pobre de Jesus Cristo despe o hábito e pede outro mais velho em que se envolva depois de morto. O superior olha em torno de si, e não encontrando quem ostenta igual desprezo, veste a relíquia inestimável e lhe dá em troca a sua túnica. O corpo do penitente assemelha-se às raízes ressecadas, sua pele está denegrida e queimada com o fogo da mortificação. O frio da morte agita seus membros luzidos e descarnados. Um moço religioso aproxima-se e intenta estender sobre ele um lençol: retira-te, grita o lidador: ainda há perigo, o inimigo está em presença, ainda não cessou o combate! O justo imprime os seus lábios no sinal adorável da redenção... Pedro de Alcântara subiu ao trono de Deus."

Era na verdade aquele mesmo orador sagrado que nos tempos de sua força e mocidade, fazendo o panegírico de S. Sebastião, exclamava:

"Eis aqui, senhores, o protetor que o céu nos concedeu, o anjo tutelar que defende os muros desta cidade heróica, desta pátria amada, país clássico da liberdade brasileira, escolho terrível do despotismo; que debaixo de mil cores, que debaixo de mil formas tem procurado enxovalhar a terra de Camarão, de Bueno e de Negreiros. Salve, ó pátria minha, ó terra de minha mãe, ó país em que descansam as cinzas veneráveis de meu pai! São passados duzentos e sessenta e quatro

anos que teus bravos filhos proclamaram no meio dos mais ardentes aplausos a intervenção do homem extraordinário, que reanimando o valor de nossos batalhões afugentou de nossas praias esses ferozes opressores que pretendiam lançar sobre nossos pulsos o cadeado infame da escravidão e do opróbrio. Cingida de glória, cercada de ilustração, tu justificas da maneira a mais completa que a sorte dos povos está confiada a uma providência que zomba das paixões e ilude a política dos homens. Tu serás grande, tu serás venturosa, assim está escrito, assim está decretado."

.

É ainda o mesmo Monte Alverne que, pregando por ocasião do aniversário do juramento da Constituição, proclama idéias de puro direito público e dá conselhos salutarees àqueles que tiveram a ventura de nascer em um país regido por código tão sábio e tão perfeito; assim se exprime:

"Quando todas as nações da Terra se deixassem envilecer pelo cativo, quando todo o mundo se desonrasse abraçando uma direção que degrada e embrutece o homem; cada um de nós cerrando o coração às suas mais caras afeições deve defender a todo o transe esta árvore misteriosa que encerra a semente da prosperidade nacional. Não permita Deus que tenhamos outro procedimento. Os verdadeiros filhos de uma pátria degenerada não podem encontrar algum pretexto para violar uma convenção regulada pelos princípios da justiça. Repeli com horror todas as insinuações que tendem a destruir o edificio social. Um anátema de execração fulmine aqueles que pregando a doutrina do absolutismo apagam os brasões de vossa glória; e lisonjeando-vos com as idéias de uma liberdade sem limites procuram submergir-vos em horrores da anarquia, depois de mostrar-vos à face do universo, como infratores desta constituição, que só pode afiançar o vosso engrandecimento."

Eis aí a doutrina de um verdadeiro sectário da monarquia constitucional, que odeia o despotismo e que despreza e fulmina a liberdade licenciosa.

É esse trecho eloqüente paráfrase de versículos do livro dos Macabeus.

É sempre o grande Monte Alverne, o defensor da religião, o amigo dedicado de seu país, propugnador pela conservação das instituições e de trono.

Eis como de repente passou o gênio do silêncio à vida brilhante! Maiores serviços lhe foram ainda exigidos. Monte Alverne não se negou a eles, e, obediente ao convite do excelso monarca brasileiro, fez o panegírico da Virgem Mãe do Salvador, hino pomposo tecido à sua Assunção, e recitado na igreja da Glória do Outeiro, no dia 15 de agosto de 1855.

Este novo sermão, complexo de beleza, é ainda digno do saber e da ilustração de Fr. Francisco do Monte Alverne. Depois de um magnífico exórdio, entra o orador no assunto de seu discurso, pinta com cores celestes, extraídas dos livros dos profetas e dos evangelistas. Aquela a quem Deus criou para ser a Mãe sempre Virgem do Salvador do homem: a estrela salvadora em nossas tribulações, e a rainha dos anjos, que em contínuos coros evangélicos rodeiam o seu trono de luz; e depois de descrever assim esse quadro do mistério sublime de nossa Santa Religião, ele nos faz ver que essa mulher Santa *ab initio*, que veio como segunda mãe dos homens reparar os males que causara a primeira, e que, dando à luz o Homem-Deus, regenerou a humanidade, era a protetora sempre constante, sempre vigorosa da Cristandade. E como sempre depois do tributo à Religião, ele não se esquecia de sua outra mãe querida – a pátria, demonstra numa rápida descrição dos acontecimentos históricos, quanto essa proteção fora decidida, e muito principalmente quando as trombetas dos exércitos tocavam festivas a última vitória. A esse som amado desperta-se eloqüente o setuagenário franciscano e exclama:

"Não nos pesamos de asseverar: o Brasil não tem que pretender de sua preclara interventora outros documentos da afeição mais apurada. A concórdia restabelecida; a tolerância extirpando ou moderando ódios inveterados e animosidades mal extintas; melhoramentos materiais considerados outrora qual a representação de um sonho; a façanha de Monte Caseros, restaurando a vergonha de nossas armas nas margens do Ituzaingó, e afugentando esse déspota popular que nos atirava a todo o instante o cartel de desafio, e cuja presença no poder era uma ameaça para o Brasil, e uma afronta ao Império; a passagem do

Tonelero ganhando para a marinha militar uma auréola que deslumbrou as proezas do Obligado e São João de Ulloa, são o mais belo relevo a este reinado que levará ao término do orbe o renome brasileiro, e com ele a alta fama de seu abalizado monarca."

E se alguém houver ainda que pense que a causa que deu lugar ao esquecimento do infeliz cego, por doze anos, foi quiçá alguma idéia vertiginosa que sustentasse na época do perigo para a monarquia, risque de sua lembrança semelhante pensamento, e para capacitar-se que o Alverne falando ao século foi sempre sustentador da monarquia constitucional, leia o seguinte trecho do panegírico de Nossa Senhora da Glória:

.

"Não está ainda tão viva a lembrança desses dias de luto, de terror e incerteza em que o Brasil achou-se a braços com essa fatal minoridade, o escolho em que tem vacilado as monarquias mais bem organizadas? Quem acreditaria que um príncipe de cinco anos pudesse comprimir a anarquia, e assegurar um paradeiro à guerra civil, que assolava nossas sociedades e todas as nossas províncias? Quem se jactaria de predizer as conseqüências dessas idéias exageradas, desses projetos sinistros, dessas aspirações criminosas, que punham em risco o padrão indelével do bom senso dos brasileiros? oh! nunca foi mais justamente apreciado o influxo benéfico da realeza; nunca foi mais valioso este prestígio que torna tão venerável a majestade dos reis!... Ao fragor do incêndio que reduzia a cinzas nossas povoações, ao tinido lúgubre dos punhais fraticidas que votavam a uma vingança estúpida centenares de vítimas, à inauguração desses festins selvagens, em que o canibalismo dava os mais frenéticos emboras ao roubo, à devastação, à barbaridade e à ignorância, Deus nos deparou no Príncipe com que nos mimoseara, o termo de tantos danos, e a aurora de uma felicidade que não nos era dado lóbrigar."¹⁰

A peroração desse panegírico é igualmente de um magnífico efeito, e só respirando os perfumes das flores delicadamente colhidas pelo exímio Alverne na fonte fecunda de suas inspirações – a Religião e o Evangelho.

¹⁰ Panegírico de Nossa Senhora da Glória, em 15 de agosto de 1855.

Este belo sermão já não pôde ser recitado como fora o de S. Pedro de Alcântara. A enfermidade tinha caminhado a passos de gigante, e Monte Alverne havia-se levantado do leito da dor, para ir prestar essa homenagem à Glória de Maria, em nome do magnânimo chefe dos brasileiros.

Apesar dos sofrimentos do corpo, continuava sempre ativo o seu espírito, e assim ainda depois disso fez o exame e crítica do poema – *Tamoios* – composição do distinto poeta Domingos José Gonçalves Magalhães; preparava-se para dar o seu parecer sobre a obra do mesmo – *Fatos do Espírito Humano* – sobre a grande questão mais importante da atualidade – o casamento misto – e ainda em sinal de respeito a SS. Padre Pio IX propunha-se a fazer o panegírico da Conceição, no dia 26 de dezembro do corrente ano na igreja da Ordem Terceira da Conceição, quando foi surpreendido pela morte.

Eram vãos desejos de seu espírito que não recuava logo que se tratasse de glorificar a religião de Jesus Cristo, mas que se quebraram de encontro à fria laje da sepultura.

§ 10

Não foi só do grande mundo do século que Monte Alverne sofreu desprezos e perseguições; no mesmo claustro houve quem, desconhecendo seu mérito, e sua reputação, o tratasse desapiedadamente, e o que é mais para admirar que esse pouco caso tenha partido de quem com ele havia sido contemporâneo.

A Providência Divina fez com que o século acabasse respeitando-o e reconhecendo seus serviços, fez com que também no claustro fosse ele reverenciado: e esta consideração e esse respeito deram-se logo que saiu ministro provincial o mui distinto e esperançoso fluminense Fr. Antônio do Coração de Maria e Almeida, que era seu extremoso amigo, e havia sido seu discípulo, coadjuvado pelo guardião Fr. João do Amor Divino Costa.

E assim devera ser, porque Monte Alverne acreditava firmemente no futuro, acreditava que só os moços lhe haviam de fazer justiça: sua crença era bem fundada, porque a mocidade não é egoísta, e com

entusiasmo tributa veneração e respeito àqueles que fazem a glória do passado, e que lhe podem servir de modelos para o presente e o futuro.

§ 11

No dia 29 de novembro de 1858, estando Monte Alverne em Niterói, em casa de um amigo, para onde se havia retirado, não só para distrair seu espírito, como para completar o seu trabalho sobre os *casamentos mistos*, foi acometido de uma congestão cerebral, que pela terceira vez o atacava, e apesar dos esforços da arte, rodeado de seus amigos, e de seus irmãos, que haviam corrido em seu socorro, e que lhe ministraram os últimos serviços da religião, às 11 horas da noite do dia 2 de dezembro do mesmo ano passou ao sono eterno e à mansão dos justos.

Morreu justamente no dia em que o excelso monarca, o amigo a quem sempre dedicara grata afeição, completava 33 anos, como se quisesse que o monarca brasileiro quando pensasse no dia faustoso de seu nascimento tivesse uma lembrança do pobre franciscano, a quem tanta consideração dera em sua vida, a ponto de o ir ver em sua própria cela depois de seu grande sermão de S. Pedro de Alcântara.

Apenas S. M. I. teve notícia do passamento de Fr. Francisco do Monte Alverne, ordenou que o seu corpo fosse conduzido ao cais da cidade, em uma de suas galeotas, e daí aos jazigos de sua ordem em um coche de sua imperial casa; e por outro lado o mui digno provincial Fr. Antônio do Coração de Maria mandou que o corpo fosse antes embalsamado, em sinal de respeito e piedade ao preclaro varão que acabava de desaparecer da face da Terra; os desejos do provincial encontraram no Dr. Peixoto a melhor execução, o qual generosa e gratuitamente tudo fez para esse fim.

Na tarde de 4 de dezembro, pelas 5 horas da tarde, abordou ao cais a galeota imperial, que vinha impelida por branda viração trazendo os restos mortais de Monte Alverne; numerosos e dedicados amigos aí o esperavam, e pegando no caixão o levaram até o carro que o conduziu junto à ladeira do convento. A comunidade trazendo à sua frente os irmãos da Ordem Terceira da Penitência, de cruz alçada e dirigida pelo provincial, recebeu o caixão que levado à igreja foi daí conduzido, depois das orações do estilo, à capela onde foi depositado.

Grande foi o concurso de povo que assistiu às últimas honras prestadas ao talento, aos serviços e às virtudes do digno fluminense.

S. M. I. querendo ainda por sua alta vontade dar um sinal do apreço e consideração que lhe merecia o finado mandou assistir ao funeral o seu mordomo-mor, conselheiro Paulo Barbosa da Silva, general Cabral, e o camarista Nogueira da Gama. Encerrado o caixão e fechado, foram as chaves entregues ao mordomo de S. M. I.

Descansa em paz, ó Monte Alverne! Lidador forte e invencível das glórias do cristianismo e de tua pátria. Foste ainda assim mais feliz que os companheiros de tuas lutas.

Como eles, morreste simples frade da Ordem Seráfica da Imaculada Conceição, e assim devera ser para maior glória, porque teu saber, teus serviços traduziam-se em um nome que não devera desaparecer, e com esse nome desceste ao túmulo. Então como hoje, és sempre Fr. Francisco do Monte Alverne.

Mas, enquanto dos outros só existe a memória, porque nem de seus jazigos, nem de seus restos há notícias, o teu corpo aí está como relíquia das glórias dessa casa, para ser mostrada aos vindouros, resumindo-se em teu cadáver tudo quanto de grande ostentou o passado desse claustro.

Descansa em paz, ó Monte Alverne! Teus desejos estão cumpridos: querias sair deste mundo com a doce consolação de que de ti se tivesse uma lembrança honrosa, e que sobre a tua sepultura se derramasse uma lágrima ardente.¹¹ A memória não se destruirá jamais, as lágrimas de teus amigos foram abundantes e espontâneas.

Está vingada a memória do grande S. Carlos, do imortal Sampaio: gratidão ao atual prelado da Ordem Franciscana Fr. Antônio do Coração de Maria!

11 Conclusão de suas *Obras oratórias*.



Alam. Lith.

Lith. de Mello, Rio de Janeiro

JERONIMO FRANCISCO COELHO

.....

Jerônimo Francisco Coelho

J

erônimo Francisco Coelho, do conselho de S. M. o Imperador, guarda-roupa da casa imperial, comendador da ordem militar de S. Bento de Aviz, e da imperial Ordem da Rosa, brigadeiro do exército, vogal do conselho supremo militar, e deputado à Assembléia Geral Legislativa, nasceu na vila (hoje cidade) da Laguna; província de Santa Catarina, a 30 de setembro de 1806; seus avós foram, por parte paterna, o falecido capitão-mor daquela vila, Jerônimo Francisco Coelho, e por parte materna, o alferes de milícias Lino dos Santos, natural este da vila da Laguna e aquele da cidade do Porto.

É o filho segundo do já falecido major Antônio Francisco Coelho, que era primogênito daquele capitão-mor. Tanto seu pai como sua mãe D. Francisca Lina do Espírito Santo Coelho, que ainda hoje vive, são naturais também da vila da Laguna de onde veio para a Corte com seus pais em 1809, tendo três anos de idade.

No ano de 1813, seu pai levou-o em sua companhia para a província do Ceará, para onde havia sido nomeado comandante de um Corpo de Infantaria, e ao mesmo tempo inspetor das tropas da mesma província, de que era então governador Manuel Inácio de Sampaio. Ali, sendo ainda menor, assentou praça de 1^a cadete na companhia de artilharia, em 17 de dezembro de 1813.

Tendo seu pai adoecido gravemente, com ele regressou para a Corte no ano de 1815, tendo sido então excluído da praça; infelizmente seu pai, três meses depois de sua chegada à Corte, sucumbiu à moléstia de que fora acometido; um seu tio, o Dr. João Francisco Coelho, tomou-o a si com vista de encarregar-se de sua educação, entregando-o, por isso, aos cuidados do padre-mestre Florêncio Alves de Macedo Pereira, um dos mais acreditados professores de latim daquele tempo.

Falecendo seu protetor e tio Dr. Coelho poucos meses depois da morte de seu pai, teve de continuar a sua educação a cargo de sua mãe, D. Francisca Lina Coelho, que, conquanto se achasse na corte, fora de sua terra natal, sem parentes, e em circunstâncias pouco favoráveis, não esmoreceu, e sobranceira às dificuldades próprias de quem se acha em terra estranha, dotada porém de energia e resolução superior à de seu sexo, empenhou-se com a maior dedicação e desvelo em completar a educação de seus filhos, inclusive a do mais velho, o hoje falecido Dr. Antônio Francisco Coelho, que foi major do corpo de engenheiros e lente da Escola Militar. Continuou os seus estudos de latinidade com o mesmo padre-mestre Florêncio, de Filosofia Racional e Moral com o padre-mestre Frei José Policarpo, estudando outros diferentes preparatórios, como francês, inglês, etc.

Novamente assentando praça no regimento de artilharia da corte a 16 de fevereiro de 1816, matriculou-se na extinta Academia Militar a 8 de março de 1820, onde sempre primou como estudante, obtendo as cartas dos cursos matemático e de engenharia, tendo alcançado os primeiros prêmios no 3^o e 4^o anos.

Foi promovido a segundo-tenente em 23 de fevereiro de 1823, e a 12 de outubro de 1824, contando apenas 18 anos de idade, já se achava no posto de capitão, tendo em 20 meses obtido três postos, mediante concurso e exames públicos conforme a lei de promoções, que então regia.

A proibição de promoções no exército, que posteriormente foi decretada por lei da Assembléia Geral, o fez retardar 13 anos na carreira dos acessos, vindo a ser despachado major para o corpo de engenheiros a 13 de setembro de 1837, tendo feito passagem para esse corpo a 2 de janeiro de 1834, tenente-coronel a 7 de setembro de 1842,

coronel a 14 de março de 1847, e finalmente brigadeiro a 14 de março de 1855.

Serviu portanto efetivamente por espaço de 14 anos em diversos corpos arregimentados da arma de artilharia, tendo tido muitos anos por comandante o venerando marechal do Exército Francisco de Paula Vasconcelos, o primeiro e mais distinto artilheiro do Império.

No mês de dezembro de 1827 casou com D. Emília Carolina da Costa Barros, filha do tenente-coronel Francisco da Costa Barros. Existem deste consórcio dois filhos e uma filha, sendo aqueles o capitão de engenheiros bacharel em matemática Jerônimo Francisco Coelho Júnior, e o tenente do estado-maior de primeira classe José Francisco Coelho. Viuvou em 30 de agosto de 1854.

Toda a sua vida, depois de adolescente, tem sido sem interrupção consagrada ao serviço do estado, quer no serviço militar dos corpos, quer em comissões profissionais de engenharia, ora nos altos cargos da suprema administração, ora, finalmente, no corpo legislativo, tendo principiado o seu tirocínio parlamentar na assembléia provincial de sua província, de que foi membro desde 1835 até 1847.

No ano de 1838, aos 32 anos de idade, tomou pela primeira vez assento na Assembléia Geral Legislativa, como deputado pela província de Santa Catarina, sua terra natal, tendo sido eleito e reeleito seguidamente por espaço de dez anos, até o de 1847 inclusive.

Como político, honesto e probo sem ostentação, de inabalável firmeza de caráter, granjeando por isso a estima e o respeito, não só dos seus correligionários, como dos seus antagonistas políticos, professou sempre até hoje opiniões liberais, sempre, porém refletido, tolerante e moderado, nunca acompanhando seu partido nas suas exagerações. Seus princípios têm sido constantemente a aliança da liberdade com a ordem, e o do triunfo das idéias liberais conquistado pela convicção no campo da legalidade e dentro dos limites e órbita das leis.

Assim, apesar de intimamente unido à oposição de 1838 e 1842, de que faziam parte distintas notabilidades, tais como os irmãos Andradas, Marinhos, Otônias, Álvares Machados e outros. Deles freqüentes vezes se separava em diversas votações, não adotando o princípio severo de negar pão e água ao governo, prestando-lhe, pelo contrário, o seu voto nas medidas puramente governamentais, e

negando-o às que eram de confiança, ou simplesmente de ocasião, ou às que eram exigidas pelo espírito de partido.

Negou, por exemplo, ao Gabinete de 19 de setembro o seu voto à lei interpretativa do ato adicional, e da reforma judiciária; concedeu-o, porém, a todas as leis de força e a de orçamento, e bem assim a do 1º de dezembro de 1841, de que foi o autor de acordo com o ministro da guerra de então, José Clemente Pereira, organizando o quadro dos oficiais do Exército, e aumentando-lhes a tarifa dos soldados.

Tomou parte nas questões mais graves de seu tempo, e em geral em todas que diziam respeito a assuntos militares; seus discursos eram sempre ouvidos com atenção pela Câmara; sua elocução era fácil e clara, e algumas vezes até graciosa. Lógico nos raciocínios, e rigoroso nas suas demonstrações, o seu voto e opiniões emitidas nas discussões quando se tratava de materiais profissionais decidiam ordinariamente a votação da Câmara, sem distinção de partido.

Todas essas provas exibidas no Parlamento mereceram-lhe a honra de ser chamado aos conselhos da coroa, fazendo do Gabinete de 2 de fevereiro de 1844 como ministro da Marinha, e interino da Guerra, passando depois a efetivo para esta última repartição a 23 de maio desse mesmo ano.

Ao historiador imparcial pertence para o futuro apreciar devidamente os atos do Gabinete de 2 de fevereiro, tendo em vista a situação política daquela época. Esse gabinete, proclamando a política da concórdia e da clemência, aconselhou à coroa o perdão para os vencidos na rebelião de Minas e S. Paulo em 1842, e em consequência teve lugar a 14 de março de 1844 o ato magnânimo da anistia. Esse fato conspirou contra o gabinete, e tornou profundamente hostil o então denominado partido da ordem, e dividiu em dois campos adversos os partidos atualmente conhecidos com os nomes de liberal ou luzia, e conservador ou saquarema.

Nesta situação dos espíritos abriu-se a sessão legislativa de 1848, e achou-se o gabinete na Câmara dos Deputados em frente de uma oposição violenta, forte por sua grande maioria, que abrangia três quartos do número de deputados; respeitável pela importância e pelo talento de seus chefes, entre os quais se contavam os Srs. viscondes de Uruguai e de Itaboraí, Eusébio Pereira da Silva, Sousa Ramos, visconde

da Boavista, Rego Barros, e outros, todos fervorosos em suas crenças políticas, e decididos a todo o transe a golpear e derrubar o novo gabinete.

Coube ao Sr. Coelho, como ministro da Guerra e deputado, sustentar na câmara temporária a luta renhida, que então se travou na discussão do voto de graças.

A oposição em grande maioria, por meio de seus mais eloquentes órgãos, estigmatizado o gabinete, declarou-se com ele inconciliável, e ameaçou-o energicamente com a recusa clara e decidida de sua confiança, e intimando-o, quase em tom imperativo, a que se retirasse pela falta de apoio dos representantes da Nação.

Foi então que o Sr. Coelho, na sessão de 23 de maio, respondendo à oposição em um enérgico discurso, declarou que o gabinete não se retirava, apesar da oposição em maioria se declarar inconciliável, e de ameaçar com a recusa decidida de confiança por parte da Câmara, terminando com as seguintes memoráveis palavras: "Temos recursos na constituição; apelaremos para a coroa e para o país, e o seu juízo supremo decidirá quem deva governar o estado: ou nós, ou vós".

A revelação que se continha nestas palavras impressionou vivamente a oposição. No dia seguinte (24) lia-se em ambas as câmaras o decreto de dissolução entre os vivas e aclamações do povo, que ocupava as galerias e as imediações do paço da Câmara dos Deputados.

A nova Câmara dos Deputados, reunida em 1845, prestava o seu apoio unânime ao Gabinete de 2 de fevereiro, excetuando três deputados, que se declararam em oposição, talentosos e hábeis oradores, a quem nesse tempo se denominou – Patrulha.

O Partido Liberal, reabilitado e chamado às posições oficiais, movido principalmente pelo sentimento de gratidão, dava pleno apoio ao gabinete, mas nele se pressentia uma certa sofreguidão e impaciência pela adoção de medidas no sentido da política do progresso, e em antagonismo com as medidas fortes, que tinham sido convertidas em lei pela política anterior.

Era como uma reação natural, que o governo prudentemente procurava moderar, abstendo-se de promover medidas precipitadamente no sentido que seus amigos desejavam, pelo que era por eles acusado de inércia. Foi por isso que o Sr. Coelho, à vista desses indícios de sof-

reguidão da parte dos amigos do gabinete, em uma das sessões de maio de 1845, proferiu esse notável discurso, no qual proclamou a inércia como sistema político em certos casos e em dadas circunstâncias, considerando-a, tanto no sentido físico como moral, uma força capaz de resistência, e muitas vezes a única própria, salutar e benéfica para impedir movimentos desordenados.

Este discurso lhe alienou as simpatias de alguns de seus amigos políticos; posteriormente, tendo-se oposto e fazendo cair com o seu voto, e do seu colega dos estrangeiros, Ernesto Ferreira França, a medida proposta sobre a incompatibilidade dos magistrados com as funções de deputado, estando além disto nesta parte divergente da opinião dos outros seus quatro colegas, teve de retirar-se do ministério a 26 de maio de 1855.

Entre os serviços mais notáveis prestados ao país neste seu primeiro ministério deve contar-se a parte direta e ativa com que planejou e concorreu para a pacificação da província do Rio Grande do Sul.

Em perfeita inteligência e acordo com o então presidente e comandante-em-chefe do exército naquela província, o general marquês de Caxias, seu amigo de juventude e seu contemporâneo na Academia, tudo entre eles se dispôs e combinou com tanto acerto, que a paz veio a efetuar-se pelos meios da convicção espontânea e sincera, fazendo com que os rebeldes confiassem na clemência imperial e na fé do governo.

Para esse fim veio particularmente à corte em comissão por parte dos rebeldes o (entre eles) tenente-coronel Antônio Vicente da Fontoura, acompanhado pelo coronel Manuel Marques de Sousa (hoje barão de Porto Alegre). Foi o Sr. Coelho quem fez com o comissário Fontoura e coronel Marques todos os ajustes e combinações precisas para se realizar a tão desejada pacificação, que até então milhares de contos despendidos e milhares de vida preciosas sacrificadas não tinham podido conseguir.

No seu gabinete e com seu punho foi ele quem redigiu as instruções de 18 de dezembro de 1844, que foram levar a pacificação material e moral à infeliz e magnânima província do Rio Grande do Sul, há nove anos trucidada pelos horrores da guerra civil.

Quando algum dia essas instruções chegarem a ser publicadas, se reconhecerá que a paz desta província foi obtida pelos meios os mais honrosos, com brilho e magnanimidade da coroa, e sem ao mesmo tempo humilhar os brios daqueles nossos valentes irmãos iludidos, que depunham as armas, e voltando à comunhão nacional, vinham abrigar-se sob o manto da clemência imperial.

Quando na Câmara dos Deputados a opposição pouco generosa, e certa de que o melindre das circunstâncias não permitia ao governo fazer revelações, argüia o gabinete de ter mareado o brilho da Coroa, o Sr. Coelho respondia com sua voz expressiva: "Senhores, está unida toda a grande família brasileira, o Império está em paz; rendamos graças a Deus".

Em objetos de serviço distinguiu-se sempre por sua grande atividade: entre outros fatos há o seguinte de notoriedade pública. O partido da ordem na província das Alagoas incorrera na mesma falta, que argüia a seus adversários políticos, pois quando em opposição, descrendo dos meios legais, revoltou-se e recorreu também aos meios materiais, empunhando as armas e atacando em seu palácio o delegado do governo o Sr. Bernardo de Sousa Franco; e os revoltosos nessa ocasião não desdenharam chamar em seu auxílio o famoso bandido e salteador das matas de Jacuípe, Vicente de Paula.

O presidente da província, sem força para resistir à revolta, que com tanta fúria rebentara de improviso, havia solicitado auxílio aos presidentes de Pernambuco e da Bahia. Todas estas notícias chegaram à corte trazidas pelo vapor *Imperador*, que entrou neste porto a 17 de outubro de 1844; o incansável ministro da Guerra de 2 de fevereiro deu logo todas as providências, e com tal rapidez que no dia seguinte, 18, havendo apenas decorrido 24 horas, o mesmo vapor saía pela barra fora com uma força de linha de 400 praças completamente armada e muniçada, sob o comando do valente general Seara, e a 24 do mesmo mês saltava a força nas Alagoas, e no dia seguinte era reinstalado em seu palácio o presidente, que desde o dia 21 se achava com as principais autoridades a bordo do iate *Caçador*; a 31 de outubro dava-se o sangüinolento combate da Atalaia, e logo em seguida outros, em que as forças legais levaram sempre de vencida os revoltosos. À presteza dos auxílios enviados da corte pelo ministro, e à concorrência dos socorros das

províncias da Bahia e Pernambuco deve-se o ter sido suplantada em começo uma revolta, que, com o auxílio e intervenção dos bandidos das matas, ameaçava tomar grandes proporções, e produzir males incalculáveis.

Enquanto ministro, não se descuidava da parte puramente administrativa. Deu à Escola Militar os estatutos do 1^a de março de 1845, fazendo cessar a confusão de doutrinas, que resultava de uma interminável sucessão de reformas sobre reformas; restaurou o Hospital Militar da Corte, em benefício da vida dos soldados, que mal tratados nos insalubres e mal providos hospitais regimentais, sucumbiam à míngua em número extraordinário; fundou o observatório astronômico do Castelo, cuja criação, decretada por lei há muitos anos, tinha ficado em letra morta, e nunca se cuidara na sua execução.

Deixando de ter assento na Câmara dos Deputados no ano de 1848, foi nomeado presidente e comandante das armas da província do Pará, tomando posse destes cargos a 8 de maio do mesmo ano.

Nesta presidência ainda mais firmou o seu crédito de administrador inteligente, reto, justo e imparcial: desenvolveu sua habitual atividade dando impulso a diferentes obras públicas da província, apesar dos minguados recursos das rendas provinciais, tendo encontrado os cofres exaustos e a província com uma dívida superior a 70:000\$.

Durante a sua administração no Pará, em princípios de 1850, tentaram os franceses uma segunda ocupação do Amapá, sendo governador de Caiena Mr. Pariset, que mandara estacionar algumas goletas e brigues de guerra em frente à embocadura do mesmo Amapá. O Sr. Coelho, por seu turno, mandou preparar todos os navios de guerra da estação do Pará, e expediu para Caiena o brigue de guerra *Niterói* com officios àquele governador, fazendo enérgicas reclamações contra a tentativa de nova ocupação; travou-se então de parte, por meio de notas diplomáticas, com renhida e luminosa discussão, que foi toda publicada no relatório de estrangeiros de 1852, sobre a questão de limites do Oiapoque, e sobre a verdadeira inteligência dos tratados, cujo resultado foi fazer calar no ânimo do governador de Caiena a convicção da injustiça de sua pretensão; retiraram-se os navios franceses, não indo portanto avante a projetada ocupação.

Para caracterizar devidamente esta sua administração na província do Pará, e conhecer-se a norma de princípios que o dirigiram, basta copiar textualmente um trecho do seu relatório de entrega ao vice-presidente o Dr. Ângelo Custódio Correia, em que, entre outras regras que o guiaram no seu governo, pôde dizer-lhe o seguinte:

"Não partilhei com ninguém o exercício de minha autoridade: governei só, acertei e errei só. Nunca admiti confidências auriculares sobre objeto de negócios públicos, e nenhum ato de minha administração foi por alguém anunciado da véspera na praça pública.

"Esforçando-me por imprimir em todos os meus atos um certo cunho de imparcialidade e justiça, consegui nulificar a aparição de partidos, e ter uma presidência tranqüila, etc..."

Entregando as rédeas da administração do Pará no 1^o de agosto de 1850, tendo conquistado as simpatias dos paraenses, recolheu-se à corte em novembro desse mesmo ano, e então se retirou completamente da vida política e administrativa, empregando-se por seis anos em diferentes cargos puramente militares, tais como o de diretor da fábrica da pólvora, que exerceu até o mês de junho de 1854; de diretor do arsenal de guerra da corte, até setembro de 1855; diretor da Escola da Aplicação do Exército, até março de 1856, em que foi nomeado presidente e comandante das armas da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

À exceção dos cargos de presidente e comandante das armas das províncias do Pará e Rio Grande do Sul, nunca quis acumular mais de um vencimento ou gratificação por empregos diversos.

Quando foi nomeado diretor do arsenal de Guerra da Corte, a que estava anexa a direção das obras militares, fez separar este último cargo, que desde então até hoje tem diretor especial, dizendo que o serviço do arsenal tinha de sobra com que ocupar-se, e que não queria ser diretor honorário ou nominal daquelas obras somente para receber as gratificações, que importavam 1:600\$ por ano; nisto deu ao mesmo tempo prova de desinteresse e zelo pelo bem do serviço.

De maneiras afáveis no seu trato ordinário, e ao mesmo tempo enérgico nas ocasiões precisas, nos empregos superiores, que há exercido, tem sabido fazer-se respeitar e obedecer, captando ao mesmo tempo a cordial estima de seus subordinados; é assim que, quando em-

barcou para o Rio Grande do Sul, despedindo-se dele os alunos da escola de aplicação reunidos em corpo, com seu novo diretor e mais oficiais e empregados daquela escola, um dos alunos, em nome de todos os seus colegas, leu um discurso por ele assinado, em que, além de muitas outras expressões lisonjeiras, tratando de retratar o seu caráter, exprimia-se nas seguintes palavras:

"O que nos penhora individualmente e o que nos constitui gratos sobretudo são essas qualidades pessoais, que os distinguem, são essa candura e inteligência, que unia e separava incontinenti o diretor e o aluno, que distinguia o mestre dentre os que trabalhavam juntos, e que obsequiava ordenando, etc."

Dois anos depois de ter deixado a direção do arsenal de guerra da corte, quando os operários e mestrança desse arsenal dele há muito já não dependiam, achando-se já na presidência do Rio Grande do Sul, esses seus ex-subordinados se recordavam agradecidos de sua paternal administração e, espontaneamente cotizando entre si uma parte do produto de seus salários, mandaram preparar uma rica espada de ouro, e lha enviaram para aquela província, como um sinal de lembrança e reconhecimento ao seu ex-diretor.

Chegando à província do Rio Grande do Sul, foi acolhido com a mais cordial benevolência e simpatia: todos ali, tanto ex-rebeldes como legais, consideravam o ministro pacificador de 2 de fevereiro como um antigo conhecido e amigo.

Nesta segunda administração seguiu invariavelmente os mesmos princípios que na província do Pará, de retidão, igualdade, justiça e imparcialidade para todos. Assim também do mesmo modo conservou a estima, simpatia e consideração dos rio-grandenses até o último dia de sua presidência.

Coube-lhe ali dissolver a divisão auxiliar brasileira, que havia regressado de Montevideu, organizando as brigadas que deviam guarnecer, policiar e defender nossas fronteiras, e dando-lhes instruções convenientes para remover ou resolver os diferentes conflitos que com diversos estados vizinhos ali ordinariamente surgem.

Assim como no Pará, nessa província deu ele o máximo impulso às obras públicas, criando a respectiva repartição. Planejou e deu princípio a essa importante estrada de 60 léguas pelo litoral, que tem de

dar cômoda e segura comunicação entre as cidades de Porto Alegre e Laguna, da qual devem provir imensas vantagens às duas províncias de S. Pedro e Santa Catarina, e que tem por fim proporcionar em época talvez bem próxima a construção de uma estrada de ferro, que será a verdadeira e única possível barra do Rio Grande.

Tendo-o a sua província, depois de decorridos dez anos, reeleito deputado à Assembléa Geral Legislativa, passou a administração da província ao segundo vice-presidente, em 13 de março de 1857, e veio para a corte tomar assento.

Aqui chegou nos últimos dias do mês de abril do mesmo ano; e tendo logo ocorrido a retirada do Gabinete de 6 de setembro, presidido pelo Sr. general marquês de Caxias, entrou segunda vez para o Ministério, como ministro da Guerra do gabinete de 4 de maio daquele mesmo ano de 1857.

Na forma da constituição, teve de passar novamente pela prova das urnas eleitorais, e seus patrícios o reconduziram por uma excessiva maioria de votos.

Posto que há dez anos retirado do parlamento, nele se apresentou com o desembaraço do antigo parlamentar, sem desmentir um só momento o conceito que outrora houvera adquirido.

Nas discussões da sessão legislativa do corrente ano, agredido o gabinete de 4 de maio por uma oposição compacta, sistemática, enérgica e talentosa, conservou-se sempre a par de seus colegas, na altura de sua posição.

Conquanto alquebrado de forças e já investido pela enfermidade que depois o veio a prostrar, ainda era o mesmo administrador inteligente e incansável. Na previsão de uma guerra iminente, que estava a rebentar a cada momento com a república do Paraguai, e que a todos parecia inevitável, coube-lhe, como ministro da Guerra, a árdua tarefa de providenciar não só sobre os preparativos e armamentos de guerra, provimentos dos arsenais, mandando fazer avultadas compras na Europa, como também sobre o movimento e marcha das tropas, parte das quais tinha de atravessar centenaes de léguas por caminhos inóspitos e em grande parte desertos; teve de fazer organizar um corpo de exército no Rio Grande do Sul, e de fazer remessa para a fronteira do baixo Paraguai, na província de Mato Grosso, à custa de grandes sac-

rifícios, de um imenso e pesado material de guerra, remetendo para ali engenheiros hábeis, e oficiais experimentados das diferentes armas, grande número de artistas, operários dos principais ofícios, fazendo seguir repetidos contingentes de tropas, e tendo forças já preparadas e prontas a marchar à primeira voz nas províncias de Goiás, Minas, São Paulo e Paraná.

Não se limitava somente à expedição de ordens gerais, pois tratava logo de promover os meios de facilitar a sua execução, e de prevenir os embaraços e dificuldades prováveis, que pudessem ocorrer, organizando explícitas e minuciosas instruções sobre os detalhes relativos à especialidade de cada serviço.

Todo este insano trabalho era feito sem ostentação nem aparato, e ainda assim teve de curtir amarguras, vendo a imprudência com que a imprensa oposicionista, para atacar o gabinete, esmerilhava, esquadrihava, espreitava, e por este modo irrefletidamente revelava ao inimigo todas as medidas, todas as providências tomadas pelo ministro, discutindo-as e censurando-as uma por uma.

Côncio de seus deveres em assuntos tão melindrosos, cerrava os ouvidos a estes clamores indiscretos, e prosseguia sem a menor hesitação em fazer executar as suas ordens; e ainda mesmo que a questão pendente com o Paraguai não tivesse tido, como teve, tão feliz e pacífica solução, quando soasse a hora do combate, o Império havia de se achar preparado para sustentar com honra e glória a sua dignidade e os seus direitos.

Infelizmente em meio da sessão legislativa do ano de 1858 não pôde resistir à enfermidade que há tempos o afligia, e caiu gravemente enfermo, como ainda até hoje se acha, tendo passado há seis meses por acerbos e cruéis sofrimentos, de que ainda não está livre.

Este motivo o tinha feito passar interinamente a pasta da Guerra ao seu colega da Marinha o conselheiro Dr. José Antônio Saraiva em 10 de julho deste ano, até que, ainda pelo mesmo motivo, deixou o ministério, e com isso deu lugar à retirada de todo o Gabinete a 11 de dezembro do corrente ano.

Neste segundo Ministério coube-lhe a tarefa de ser ainda o reformador das escolas militares, como houvera sido em 1845, e a 1^a de março do corrente ano de 1858 fez publicar o novo regulamento respectivo.

Entre os serviços profissionais, que prestou em diferentes épocas, deve ser mencionado um, em que deu prova de seu desinteresse, e também de sua dedicação à imperial família.

Logo depois do primeiro ministério, em outubro de 1844, foi escolhido por S. M. o imperador para chefe da comissão de engenheiros incumbida de medir e demarcar as 25 léguas de terra que deviam formar o complemento do dote da sereníssima princesa de Joinville, sendo essas terras nos sertões de S. Francisco, da província de Santa Catarina. Nessa importante e espinhosa comissão empregou cinco aturados meses, internado em ermos sertões, sofrendo toda a sorte de privações, quase sempre sem abrigo contra as intempéries, em maus ranchos de palha, feitos à pressa em cada dia no lugar do pouso, muitas vezes sem mantimentos, e algumas vezes chegando a sua comitiva ao ponto de desespero e desânimo. Mas o exemplo do sofrimento e paciência do chefe, que, calmo, sereno e resignado, compartilhava com igualdade as mesmas privações, a sua perseverança e atividade fez superar todas as dificuldades, e chegar ao termo dos trabalhos da completa medição, demarcação e mapeação de tão extensa e agra porção de território. Salvou também grandes embaraços compondo-se amigavelmente com todos os heróis e posseiros confinantes nas terras próximas ao litoral, evitando conflitos e contestações, devido, principalmente, à influência e estima de que gozava como deputado em sua terra natal, e muito difícil teria sido a qualquer outro terminar em paz tão melindrosa comissão, na qual, e no dizer dos naturais do país, se lhes tiravam as terras para dar aos estrangeiros.

Por esta comissão, atendendo a que o assunto se referia a serviço de casa imperial, renunciou aos seus vencimentos ordinários, bem como às avultadas gratificações extraordinárias, que a todos os outros membros da comissão foram concedidas.

Tendo servido em altos e importantes empregos, como chefe de três repartições militares, dois ministérios, duas presidências, tendo estado muitos anos no parlamento, e incumbido de difíceis comissões da sua profissão, acha-se no fim da sua carreira tão pobre como no princípio. Quando se lhe faz alguma observação nesse sentido, responde: "A minha pobreza é a minha riqueza."

De costumes simples, de uma vida sem fausto e sem luxo, acomodando-se às suas circunstâncias e aos recursos de cada época de

sua vida, é seu dito habitual: "Vivo com todo o dinheiro, gasto tudo o que ganho, e somente o que ganho; nada tenho, e nada devo."

Em toda a sua vida nunca importunou os ministros com pedidos para si, nunca solicitou empregos ou comissões; ao contrário, sendo consultado, rejeitou muitos de elevada importância; é máxima sua *nunca pedir*. Sendo ministro, escreveu-lhe um general, em véspera de um dia de despachos, pedindo-lhe conselho se devia falar a outro de seus colegas, fazendo-se lembrado para um despacho que dele dependia. O Sr. Coelho, como membro do gabinete, sabia que esse general estava já inscrito na relação dos agraciados; e sem querer revelar-lhe o que havia, e mesmo para poupar-lhe o vexame de um pedido supérfluo, respondeu-lhe escrevendo por baixo da carta estas lacônicas palavras: "Os generais *não pedem*: eu acostumei-me a não pedir (para mim) desde *subalterno*."

O monarca o tem honrado com diferentes provas de estima, nomeando-o seu guarda-roupa, conselheiro e condecorando-o com as comendas de Aviz e da Rosa, e ultimamente acaba de ser agraciado com a nomeação de vogal do Conselho Supremo Militar.

Tais são os traços biográficos e os fatos principais da vida do Sr. Brigadeiro Jerônimo Francisco Coelho.



34. Sines de Silva

FRANCISCO DE LIMA E SILVA

F. de Lima e Silva

.....

Francisco de Lima e Silva

Francisco de Lima e Silva, regente do Império, marechal-de-campo, comendador das Ordens de Aviz e da Rosa, grão-cruz da do Cruzeiro, gentil-homem da câmara imperial, e do conselho de Sua Majestade, foi um dos mais notáveis caracteres que atravessaram as fases do Reinado, da Independência, da Abdicação, da Minoridade e da Maioridade.

O resumo das principais épocas da sua vida militar e civil, quer como general, quer como regente, comprova as raras qualidades de sua alma, e o quanto deve ser grata a memória deste benemérito da pátria; respeitável pela sua intrepidez como soldado, admirável pela sua humanidade como chefe e vencedor, estimável pela sua prudência e justiça como juiz, unia a todos estes dotes o da urbanidade e modéstia, os da caridade e de um pai extremo.

Deus, nas eventualidades da sua vida, deu-lhe grandes consoações e grandes dores; porque, se viu seu filho Luís, o ilustre marquês de Caxias, subir honrosamente os mais altos graus da escala social, e seu filho José, pela eminência de suas qualidades, gozar da estima do país e do soberano, viu também descerem prematuramente à sepultura seus filhos Francisco e Carlos, militares completos e merecedores de um grande futuro.

Descendente da ilustre família dos alcaides-mores de Faro e de S. Ivo, nasceu no Rio de Janeiro a 8 de julho de 1785, filho legítimo do marechal José Joaquim de Lima e Silva e de D. Joana da Fonseca Costa. Segundo os seus usos e privilégios das famílias militares, assentou praça na idade de cinco anos como cadete no regimento de Bragança, onde seguiu todos os postos até o de substituir seu pai no comando do mesmo batalhão.

Na época da Independência prestou os maiores serviços: à sua coragem, firmeza, atividade e confiança pública, deveu a cidade do Rio de Janeiro muitos bens naquela perigosa conjuntura, e ele adquirir a fama de um soldado completo.

Para acalmar a revolta pernambucana de 1824 era necessário um homem que, pelo seu passado, inspirasse a maior confiança, tanto ao governo como aos que não compartilhavam os sentimentos dos revoltosos; e para esta perigosa e difícil missão foi escolhido o brigadeiro Lima e Silva, não só para comandar a brigada expedicionária, como também para presidente interino da província, e da comissão militar, criada por carta imperial de 27 de julho de 1824.

Combateu a revolta com todas as armas de um coração bem formado. Aos que não vencia pelo ferro, venceu pela magnanimidade, pela piedade, e por todos os meios de que uma heróica generosidade pode dispor em posição tão difícil e tão ampla como o exigiam as circunstâncias.

Mas não eram os rebeldes à integridade do Império os seus maiores contrários; eram sim os homens armados de um zelo excessivo, e os que disfarçavam seus ódios com todas as cores do falso patriotismo quando invocam a lei. O general Lima tinha horror ao sangue. Para melhor descrever essa situação e o estado dos espíritos, ouçamos o que dizia, de Pernambuco, ao Sr. D. Pedro I o general M., e o que ao governo do mesmo Imperador escrevia o general Lima; o contraste das expressões revela salientemente o que acabamos de dizer, e o quanto era nobre e sumamente humano o coração de Lima, e o alcance de suas vistas políticas naquele tempo.

Ao Sr. D. Pedro I escrevia o general M.:

"Senhor. – Chegou finalmente a época em que a minha consciência principia a acusar-me ou argüir-me de não haver eu participado

a V. M. a repreensível conduta do brigadeiro Francisco de Lima, que, insensível às honras com que V. M. I. o tem sobejamente distinguido (julgando em seu orgulho que talvez mais se lhe deva), tendo antes em vista seus fins particulares do que a cega obediência às imperiais ordens, quando todas tendem unicamente ao bem geral do Brasil; que, esquecido do solene juramento de fidelidade que, quer antes, quer depois de ser nomeado para comandar a expedição de Pernambuco, deve ter prestado nas mãos de V. M. I., ousa insensato novamente cabalar e iludir o governo, deixando de cumprir ordens tão claras como positivas, pretextando dúvidas e tropeços que a cada passo o estorvam e embaraçam. Sim, Senhor, chegou o momento em que é preciso arrancar a máscara à impostura, e fazer aparecer o homem tal qual é. O brigadeiro Lima em nada tem cumprido as ordens de V. M. I.; ele não estabeleceu a comissão militar, parece que muito de propósito, para apresentar dúvidas que tivessem em resultado o demorar a posse do presidente nomeado por V. M. I., e a mim; e enquanto esperava decisões, engolfado na desmesurada ambição de mando, urdia novas tramas, escogitava novas dúvidas para de novo iludir o Ministério, entretanto que as rédias do governo da província eram sustentadas de uma maneira tal, que os rebeldes, que a todo o momento deviam ter esperado a justa punição do seu horrendo crime, principiavam a encarar o Brigadeiro Lima, senão como seu consócio, ao menos seu patrono, seu protetor e amigo: resolvendo entretanto o Brigadeiro Lima, em seus, para mim ocultos, planos, e em seus clubes intrigar e enredar o presidente Mayrink..."

O vago e a linguagem deste documento confidencial, cujo original temos à vista, justifica o caráter de quem o escreveu, e o do General Lima e Silva. Não seria esta a linguagem dos Sejanos e Tigelinos quando aguçavam as iras de Tibério e Nero para se fartarem de sangue? O Sr. D. Pedro I foi surdo a todas estas misérias.

Vejamos agora o que ao mesmo tempo escrevia o general Lima, e conjuntamente o contraste que apresenta este documento pela elevação dos sentimentos, pela humanidade e alcance de vistas políticas! Escreve uma circular ao Conselho de Estado:

"Pelos papéis oficiais estará V. Ex^a bem ao fato do que se tem passado de quanto tenho feito, tanto nesta malfadada província, como nas outras do Norte, e até mesmo na da Bahia."

"A comissão militar, tendo sido aberta *imediatamente* que me chegaram com o total destroço dos rebeldes; os presos que estavam no caso de ser considerados chefes da rebelião, foram já executados; e outros suspensa a execução de suas sentenças, até a decisão de Sua Magestade Imperial, por haver a mesma comissão julgado melhor demorar a execução e esperar as imperiais ordens, do que fazer repetir a cena de 1817, que se julgaram depois não serem cabeças indivíduos que já tinham sido precipitadamente fuzilados na Bahia e nesta cidade, cujos acontecimentos são aqui mui recordados por estes povos o que, junto às mais violências e despotismos inauditos que então se praticaram, criaram a obstinação que hei encontrado e causaram esta reação e ódio ao governo, supondo talvez que eles se repetissem; era-me portanto mister desmenti-los por fatos de moderação, e germinar nestes corações endurecidos por uma educação pervertida pela lição de infernais periódicos, o amor que deviam ter à sagrada pessoa do Imperador, e a confiança no governo; e é por isso que tenho sido mais humano que severo, sem deixar de ser justiceiro, e me persuado ter alcançado algum fruto."

"V. Ex^ã, como sábio e experimentado nos grandes negócios, estará bem certo quão dificultoso é classificar e punir crimes de opinião, e em negócios tão melindrosos, mediante as circunstâncias em que se tem achado o Brasil, e as vicissitudes das coisas, os diferentes caracteres com que se têm apresentado; a propugnação pela independência, os desejos da liberdade dos povos; a aluvião de escritos incendiários e subversivos da ordem, que têm posto todos os povos em desconfiança e em atitude de resistirem ao que eles chamam roubo de seus direitos individuais e de sua decantada liberdade."

Diz franca e lealmente que a comissão militar não deve continuar por ser um tribunal de horror; e que, a executar-se à letra a última carta imperial, ainda seria preciso condenar à morte mais de cem pessoas, o que não seria praticável e nem consentâneo com as pias intenções do Imperador. Pede para que os comprometidos sejam julgados pelos tribunais ordinários, que não são odiosos; e lastima a casualidade de ser composta comissão de quatro portugueses imprudentes que davam a entender o contrário, espalhando que vieram de propósito! Mostra o ponto culminante onde este odioso poderá chegar, assim como a execração em

que ele é tido, pois o chamam publicamente de verdugo dos seus pátrios e o sustentáculo das vinganças dos europeus.

Requer a eleição dos deputados; aconselha uma política mais branda, medidas prudentes e enérgicas, e o maior zelo na observação da constituição; bons e honestos empregados, escritores que dirijam a opinião pública, e uma correspondência ativa e regular por meio de correios de vapor para mais estreitar os laços de amizade e comércio, e sobretudo pede inteira confiança nos altos funcionários que se mandarem para a província.

Aquele que venceu à força de armas Pernambuco, que fez parar a revolução, é o que fala desta maneira ao governo e aos seus conselheiros. Digam os homens de hoje se o regente Lima não era um homem das mais altas qualidades, um espírito vidente e digno de ocupar o lugar que posteriormente ocupou!

Acalmadas as paixões, e antes que alguns dos revoltosos escapados tomassem assento em ambas as câmaras, o nome do general Lima foi de dia em dia convertendo-se em um hino de concórdia e gratidão, porque o tempo foi pouco a pouco revelando atos de sua magnanimidade que fazem honra à espécie humana, e que serão admirados por todas as idades.

A Providência havia ligado os destinos da monarquia brasileira àquele brioso soldado por mais de um fato, e colocado nele e em seus ilustres filhos a continuação da mesma missão.

Arauto da ordem no primeiro movimento contra a integridade do Império, depois da Independência, coube-lhe a glória de amparar a monarquia mais tarde, e de ver em seu filho Luís o pacificador de quatro províncias revoltas e o general-em-chefe que mandou um contingente a Buenos Aires para destronar o governador Rosas, que em nossos dias fez reviver as loucuras de todos os tiranos da Antiguidade.

De volta de Pernambuco, e estando de semana no paço de S. Cristóvão como veador da santa Imperatriz Leopoldina, coube-lhe a honra de apresentar em seus braços à corte o Sr. D. Pedro II, que acabava de nascer em 2 de dezembro de 1825! Quem diria então que seis anos mais tarde ele o havia de proclamar imperador no Campo de Santana, no meio do povo e da tropa, e que lhe salvaria a coroa através das tempestades que passaram durante a sua regência?!

Mandado para São Paulo em 1828 como governador das armas, ali correu perigo de vida no dia 17 de outubro, quando passava revista às tropas, por se haver espalhado que fora ali mandado a fim de proclamar o absolutismo. Homens armados de bacamarte o seguiam a cada movimento de um lado e de outro, com o fim de o acabarem ali se acaso desse a menor mostra de um tal intento. Tudo se desvaneceu ao primeiro – Viva à Constituição do Império.

O que escreve este resumo biográfico do regente Lima ouviu isto da boca do muito respeitável bispo eleito Moura, no momento em que reprovava o ato e o narra ao bispo do Rio D. José Caetano.

De fins de 1829 até 9 de dezembro de 1830 foi comandante das armas interino na corte, e novamente nomeado para São Paulo, onde não voltou por ter sido nomeado efetivo em 13 de março de 1831 para a capital e província do Rio de Janeiro, lugar que deixou no dia 7 de abril, por ter sido eleito membro da regência provisória.

Na noite de 6 de abril dirigiu-se o general Lima a São Cristóvão para solicitar do Sr. D. Pedro I algumas providências, à vista do estado em que se achavam o povo e a tropa; e ouvindo a este o firme propósito em que estava de abdicar, disse-lhe: "Pois bem, Senhor, eu parto para o Campo a unir-me com o povo e tropa, e a colocar-me à frente da revolução que se prepara, mas juro a Vossa Majestade que ela será sempre no sentido monárquico." E o imperador, dando-lhe um abraço, respondeu: "Sr. Lima, sempre o considerarei como meu amigo sincero: vá, e lhe entrego o destino de meus filhos."

Voltou-se, e o general veio para o Campo até chegar o momento em que o Sr. D. Pedro mandou depositar em suas mãos o decreto de sua abdicação.

O general Lima reuniu em torno de si e de todos os amigos da Constituição, leu o decreto, e proclamou imperador do Brasil ao Sr. D. Pedro II.

Na eleição da regência permanente ninguém pretendeu o seu lugar, todas as divergências foram na nomeação dos dois outros, o que se fez sem agitação no palácio dos senadores.

Desenganado o partido republicano, descontente os que se julgavam com direito ao governo, começaram a prorromper anarquias de todas as espécies. O regente Bráulio Muniz morreu de hipertrofia do

coração; e o regente Costa Carvalho, hoje marquês de Monte Alegre, não podendo suportar a pressão de seus amigos políticos, as inconseqüências da época e as exigências de novos ambiciosos, retirou-se para São Paulo, e deixou o velho general com o peso e responsabilidade do governo do Império.

As câmaras, pela fatura do ato adicional, decretaram a unidade da regência, e no dia 12 de outubro de 1836, entregou o general Lima a Diogo Antônio Feijó a regência do Império sem deixar nenhuma queixa, e sem ser acusado de um ato imprudente.

Escolhido senador pelo regente Feijó, obteve ainda mais esta prova do povo fluminense e do governo do quanto era respeitado e das lembranças de grata memória que deixara após uma regência tempestuosa, e de amargas provações. Amigos e inimigos lhe fizeram justiça, porque todos reconheceram os eminentes serviços e a constância do general Lima e Silva.

As câmaras unânimes lhe concederam uma pensão vitalícia, igual à metade do subsídio que percebia como regente. Essa pensão valeu a muitos desgraçados, consolou muitos infelizes, mormente militares velhos, porque o regente Lima era de uma generosidade a toda prova; e que o digam as vítimas de Pernambuco, as viúvas desvalidas e desgraçadas, e os próprios complicados, que acharam sempre na tênue bolsa do soldado um pão para si, seus filhos e sua família. O senador Manuel de Carvalho o confessava publicamente, dizendo que Lima tinha sido o anjo consolador de todos os seus desgraçados companheiros, e o seu também.

Retirado à vida doméstica, e testemunhando os acontecimentos posteriores, as mudanças de idéias, as acusações feitas ao passado por alguns proteus políticos, resolveu-se a escrever umas memórias a fim de que a posteridade não ficasse enganada; e dizia ele, que fora o tempo mais agradável da sua vida aquele em que se ocupou com este escrito.

Uma vez passeando ele pelas salas do paço da cidade com o que escreve estas linhas, e olhando para o retrato da Senhora D. Maria I, que estava no gabinete do despacho da regência, exclamou: "Ah! Sr... se este retratado falasse, se ele contasse o que ouvira neste gabinete quando se quis vender a coroa imperial e mandar o imperador estudar a arte de

governar nos Estados Unidos, muita gente fugiria desta casa e nunca mais aqui apareceria. Eu e os outros que salvamos a monarquia, aqui andamos a admirar estes senhores, que passeiam como se nunca nada houvera: a influência política é como a moda, que muda com os tempos."

O homem que ocupou os mais altos empregos do estado, que teve em suas mãos os destinos do Império, que, senhor de uma revolução, tinha por si a tropa e o povo, morreu pobre e foi enterrado pela irmandade da Cruz dos Militares. Seus ilustres filhos viram nesta forma de enterro mais um brasão de família e um documento indeclinável da probidade daquele que deixou a regência muito mais pobre do que quando para ela entrara, porque uma parte dessa pensão do estado também foi destruída para a amortização de suas dívidas.

No dia 2 de dezembro de 1853, no momento em que descia para o paço o Sr. D. Pedro II, deu a alma a Deus, aquele que o havia... anos antes sustentado em seus braços, e no dia 7 de abril de 1831 segurado em sua fronte infantil esse diadema americano que começa lançar seu brilho por todo o mundo.

O regente Lima tinha um amor particular ao Senhor D. Pedro II, tinha-lhe uma afeição paternal. Contar-se-lhe os progressos intelectuais do imperador, suas boas ações, era uma delícia indizível para ele; e logo acudia cheio de ufania: "Aqui, aqui nestes braços o apresentei à corte no dia do seu nascimento; com esta boca o aclamei no campo de Santana, e com este coração leal fiz tudo quanto devia para conservar-lhe a coroa."

Nos despachos que houveram pela sagração, foi nomeado barão da Barra Grande, sem grandeza. Julgou de sua dignidade não aceitar, e morrer com o título de regente do Império. Os indivíduos que aconselharam este proceder ao governo devem hoje gemer, pensando que sobre ele recai somente tão grande ingratidão, e a responsabilidade de quererem rebaixar o velho general, o pio herói de Pernambuco, o primeiro regente do Império, com um título que o colocava abaixo de seus sucessores no governo, e de quem trazia ao peito a grã-cruz do Cruzeiro, e a medalha de ouro dos que pugnaram pela integridade do Império.

Era o regente Lima um homem de mediana estatura, de proporções fortes, de uma fisionomia austera e de um olhar firme, mas

bondoso. No seu trato familiar era de uma urbanidade tal e de uma modéstia que cativava a todos.

A sua conversação era variada, cheia de fatos, de anedotas interessantes e de formas muitas vezes originais; mas em tudo isto descobria-se sempre o soldado, mas o soldado ilustrado por um longo e meditado estudo das cousas humanas. Às vezes encarando os acontecimentos pátrios, resumia-os por admiráveis sentenças que tinham o cunho da simplicidade na forma, da intensidade na matéria, e da modéstia que lhe era natural.

O que escreve este bosquejo passageiro da vida de um benemérito da pátria, contrai por amor da mesma pátria o dever de escrever mais de espaço a biografia de um varão, cujo nome deve ser caríssimo a todos os que vêem na monarquia o princípio de nossa estabilidade e grandeza, e o elemento mais seguro para a ordem e prosperidade do Império do Brasil.

Os que passaram pelos dias tempestuosos da menoridade reconheceram a verdade do grande princípio, e os serviços prestados ao Brasil pelo general Francisco de Lima e Silva.

OS CONTEMPORANEOS



Est. D. 21/10/18

VISCONDE DO RIO BRANCO

Visconde do Rio Branco

Est. D. 21/10/18

.....

Visconde do Rio Bonito

Nos países livres, onde o sistema representativo não é formalidade exterior ou rebuço do despotismo, e sim a manifestação verdadeira da inteligência e vontade popular, exerce o comércio grande e natural influência, já pelo trato quotidiano em que vive com todas as outras classes, já pelas repetidas ocasiões que tem de prestar-lhes serviços, já porque adquire uma posição de abastança e de independência, a *aurea mediocritas*, que é considerada pelos filósofos como a situação mais feliz sobre a Terra.

Habitado ao trabalho e à economia, com o espírito de ordem e de regularidade, procurando no seio da família o descanso e a compensação das fadigas diurnas, apreciando os homens e as cousas sem o prisma das paixões políticas, o negociante tem sido, nesta corte, um tipo de moralidade e dedicação à ordem pública, e de abnegação e modéstia.

Praticando as mais raras virtudes cívicas, pensa que cumpre deveres ordinários e comuns: a única ambição a que aspira, é a de ser tido na conta de homem de bem e de cidadão prestimoso e desinteressado.

Esta foi a classe em que nasceu João Pereira Darrigue Faro; esta foi a escola em que se doutrinou desde a infância; esta foi a tradição que recebeu, continuou e legou a seus filhos.

Seu pai, o negociante Joaquim José Pereira de Faro, tinha conquistado no comércio franco e na lavoura uma bela fortuna, e o que é melhor, o título de honrado e cavalheiro. Aliado aos homens de verdadeiro patriotismo, que cuidavam dos negócios públicos por bem do país e não por interesse de posição ou de família, aquele negociante correu com a sua influência e cabedais para os melhores atos da existência do Brasil. Na época em que o espírito público reagiu os planos imprudentes de uma política que ofendia não só a liberdade constitucional, mas ainda os instintos nacionais, o velho negociante Faro foi respeitado pelos partidos atenta a franqueza e retidão com que, apesar de nascido em Portugal, aconselhou a seus filhos que acompanhassem a oposição e ser-lhe logo o comando do Batalhão da Candelária e os de Santa Rita, de onde passou depois a chefe de legião e preencheu muitas vezes as funções de comandante superior.

O sangue-frio e dedicação, a energia e ao mesmo tempo moderação, com que o jovem comandante se houve na repressão dos tumultos e cenas desordenadas que diariamente abalavam a tranqüilidade desta corte, foram recompensados pela estima de seus concidadãos, e pelo reconhecimento do governo. Daí datam muitas das relações, que João Faro conservou até a sua morte, com os homens importantes daquela quadra, com os Srs. Costa Carvalho, Honório, Vergueiro, Torres e outros. Quando um dos mais ilustres cidadãos que teve o Brasil e de que se ufanaria qualquer país do mundo, quando Feijó veio preso de S. Paulo para esta corte depois da revolução de 1842, a primeira pessoa que o procurou foi João Faro, e ofereceu-lhe tudo o de que precisasse.

Não era então o regente, não era então o ministro que no mais intenso da anarquia soubera fazer predominar a paz e o respeito às instituições: era o cidadão perseguido, era o homem de sentimentos que se diziam perigosos, era o chefe que tomara, por nobreza d'alma, a responsabilidade de uma revolução a quem só aderira quando a viu perdida. Também quando o velho Feijó deu com os olhos em João Faro, subindo ao navio que lhe servia de cárcere, voltou-se para um oficial que estava a bordo e lhe disse estas palavras: "Pai e filho, sempre os mesmos! O pai comprometeu-se por Vergueiro, o filho se compromete por mim."

O governo, também pelo seu lado, o considerava sempre. Assim, o chamou para a comissão mista brasileira e portuguesa, para a di-

reção dos teatros, para a comissão espinhosa da distribuição de ações da estrada de ferro, para 1^o vice-presidente do Banco do Brasil, 1^o vice-presidente do Tribunal do Comércio, etc.

Considerado sempre por seus concidadãos, João Faro foi eleito constantemente, membro da Câmara Municipal da corte e deputado provincial em várias legislaturas. Se não teve um assento na Câmara dos Deputados, sabe-se que foi isso devido à sua abnegação e modéstia, porque gozando de uma grande influência, preferia servir-se dela para elevar os seus amigos e os homens que lhe pareciam aptos para os cargos públicos.

A posição política em que mais francamente se revelou o mérito de João Faro foi a vice-presidência da província do Rio de Janeiro. Quatro vezes sucessivas desde 1850 exerceu ele esse cargo, e com tanta probidade, aptidão e bom senso que, sem distinção de opiniões políticas, vissem a causa do Brasil, sua pátria, causa que ele também adotava de coração. Mais tarde o partido moderado, reconhecendo essa nobreza de sentimentos, aceitou o concurso da família Faro, teve nela um apoio constante e sempre desinteressado, distinguiu-a, dando a seu chefe na eleição a que se procedeu em 1833 para senadores pelo Rio um lugar na lista tríplice, ao lado de Diogo Antônio Feijó e de Antônio José do Amaral.

A estas qualidades de cidadão, herdada de seu pai, João Faro reunia um caráter simpático, de grande amabilidade, que lhe granjeou amigos verdadeiros em todas as classes da sociedade. Tinha também uma virtude, que lhe inspirava sua digna mãe, a Sr^a D. Ana Rita de Faro, era o amor dos pobres e desgraçados. Homem lhano, que vivia sem ostentação apesar de sua riqueza, se ele distinguia o poderoso e o rico do infeliz e do pobre era para estender a sua mão com mais cordialidade a estes.

João Faro nasceu a 9 de julho de 1803. Nessa época a educação literária no Rio de Janeiro era minguada de recursos. Destinado para a mesma profissão de seu pai, recebeu a instrução comum e depois seguiu o curso completo da Aula do Comércio. Como se lhe percebesse logo a aptidão que depois mostrou em várias comissões administrativas, foi aproveitado para o antigo Banco do Brasil, onde prestou serviços até a liquidação desse estabelecimento e adquiriu uma prática que lhe foi sumamente proveitosa.

Na época da Independência, o Sr. D. Pedro I querendo ter em torno de si os filhos das principais famílias, criou a guarda de honra. Fazendo parte dela João Faro, foi promovido desde o posto de alferes até o de major, e mereceu ser escolhido para comandar o piquete que em 1826 acompanhou o Imperador na sua viagem à Bahia. O seu zelo no serviço, a delicadeza de suas maneiras, os sacrifícios de fortuna que fazia para corresponder à confiança imperial, lhe granjearam a estima de D. Pedro, que o condecorou com o hábito do Cruzeiro, com o hábito e depois comendada de Cristo, e com o da Rosa à chegada da imperatriz a Senhora D. Amélia.

Não era porém o desejo de obter distinções desta ordem que o movia a prestar-se ao serviço público. Quando, no tempo da regência, se criou a Guarda Nacional, que era destinada a uma vida de lutas contínuas para manter a ordem contra a anarquia da exaltação e contra os conspiradores ambiciosos, João Faro ofereceu-se a prestar o serviço de simples guarda; mas o governo, que o apreciava devidamente, confiada a província o aplaudiu, as assembléias provinciais o felicitaram, o governo imperial o distinguiu e o corpo eleitoral deu-lhe a mais significativa demonstração de reconhecimento. Procedendo-se a uma eleição de senador, quando João Faro se achava fora da administração, foi ele o mais votado pela província para uma lista onde figurava o nome do Sr. Eusébio de Queirós, o homem então de mais prestígio no partido conservador.

Como negociante, era proverbial a sua probidade e cavalheirismo. Nunca perseguiu, nunca vexou. Preferia perder nos seus interesses para não publicar as vilanias de que fosse vítima. Também a estima de que gozava na praça se patentou na primeira eleição para diretores do Banco do Brasil, tendo obtido no primeiro escrutínio maioria absoluta dos sufrágios. Igual demonstração teve quando se fizeram as primeiras eleições para deputados ao Tribunal do Comércio. Era além disso consultado e ouvido por todos os negociantes, como um homem de sã razão e de escrupulosa retidão.

O chefe da nação deu-lhe também grandes provas de seu apreço: nomeou-o veador de S. M. a Imperatriz e conferiu-lhe o título de Barão do Rio Bonito, título como que falecera seu pai o Sr. Joaquim Faro. Pouco depois o barão do Rio Bonito foi elevado a visconde do mesmo nome.

Possuindo, por herança de seu pai, fazendas de café no município de Valença, mostrava-se lavrador inteligente, introduzindo ali notáveis melhoramentos e amenizando a sorte de seus escravos, que o amavam como a um pai. A primeira estrada importante da província do Rio, de traço regular, pela qual puderam transpor a serra grandes carros para condução de gêneros e passageiros, foi empreendida de acordo e com o concurso de João Faro, que deu o maior impulso. Falo da estrada do Presidente Pedreira, que honra ao presidente que a aprovou, e aos fazendeiros (entre os quais, José Clemente, João de Faro, Ezequiel Padilha, Camilo Faro e outros), que a dirigiram e levaram a efeito.

Há ainda uma face do caráter do visconde do Rio Bonito que merece atenção: a sua dedicação aos estabelecimentos pios. Quanto não lhe deve a Santa Casa de Misericórdia! Como escrivão do Hospício de Pedro II, quanto não concorreu para se levar ao cabo essa obra de verdadeira piedade! Como provedor do asilo de Santa Leopoldina em Niterói, a ele se pode atribuir em grande parte a criação e estabilidade dessa instituição!

Quando contava 53 anos e 4 meses de vida, faleceu aos 11 de novembro de 1856.

Este ligeiro artigo, recordando as virtudes domésticas de João Faro. Filho, marido, irmão e pai extremoso, tributava um respeito religioso à sua velha mãe, rodeando-a da consideração de todos os seus amigos; amou à sua mulher e amava a seus filhos com uma ternura admirável; votava amizade profunda a seus irmãos e merecia deles confiança ilimitada, servindo de pai a todos os seus sobrinhos e mostrando o maior desinteresse, sempre que tinha de entrar com eles em qualquer partilha de bens.

F. O.



SALVO A LATA

Imagem post.

NICOLAU PEREIRA DE CAMPOS VERGUEIRO

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro

.....
Nicolau Pereira de Campos Vergueiro

A vida deste varão ilustre é uma das mais importantes entre todas que têm avultado no Império do Brasil. Este nome já era conhecido na revolução constitucional de 1820, que tinha abalado todo o Império português, e se foi engrandecendo todos os anos à proporção que as idéias liberais iam triunfando da rotina, e dos princípios velhos de opressão.

Desde que tomou assento nas Cortes portuguesas, como deputado pelo Brasil, até hoje, o Senador Vergueiro tem sido fiel e firme às convicções liberais moderadas. A inconstância dos interesses, a modificação que o tempo imprime sobre quase todos os homens e até sobre as próprias coisas, não arrefeceram seu ânimo robusto na defesa das máximas constitucionais.

Nunca foi surpreendido em contradição política, nem tampouco em divergência com o passado. Firmou-se no Partido Liberal por espontânea tendência, progrediu com ele, e sofreu resignado nos dias infelizes.

Sempre que subiu as escadas do poder, foi por provocações de seus correligionários e exigências da situação, e não por solicitações suas. Pode-se dizer com toda a franqueza que o Senador Vergueiro não possui o vaidoso amor do poder. Por mais salientes que tenham sido os

postos de honra e governança que ocupou, não serviram para a prosperidade de seus parentes. O nepotismo não anuviou seu governo, de justiça e abnegação.

Dotado de um espírito ilustrado e tenaz, de uma vontade robusta, e lógico no governo, jamais voltou o rosto à verdade e à desgraça, não desanimou aos amigos, não ofendeu aos adversários, não provocou excessos, ainda nos períodos mais críticos. Nos grandes conflitos consultava sua consciência como a um juiz infalível; a decisão dela equivalia à ação.

Na vida pública tem sido um exemplo de fidelidade, na vida privada um belo modelo de cidadão e pai de família.

Eis os contornos gerais de sua bela fisionomia moral; entremos nos fatos históricos, não para traçar sua biografia, que só mais remota posteridade escreverá como cumpre, porém simplesmente uma breve notícia, que sirva para atestar que tão avultado é o seu mérito que, sendo ainda vivo, nem por isso é esquecido.

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro nasceu em 20 de dezembro de 1778, na freguesia de S. Vicente Ferrer, no lugar de Valporto, termo naquela data da cidade de Bragança, no reino de Portugal.

Em 1801 formou-se na Universidade de Coimbra bacharel em direito civil. Passou no ano seguinte a residir na província de São Paulo, onde exerceu a advocacia, e ali casou com D. Maria Angélica de Vasconcelos, filha do capitão José Andrade de Vasconcelos.

Menos afeiçoado às chicanas do foro do que dedicado ao serviço da sua pátria adotiva, e obedecendo tanto aos próprios desejos, como ao exemplo de seus maiores, consagrou o seu tempo aos melhoramentos agrícolas; e para executá-los, deixou a banca e foi residir no sertão Piracicaba, onde a sua influência inteligente produziu em pouco tempo notável desenvolvimento na pequena indústria que ali então se mantinha.

Em 1821, rebentando a revolução em São Paulo, foi inopinadamente nomeado membro do governo provisório; e apesar da pouca afeição que votava aos cargos públicos, aceitou aquele, dizendo: "Não sei como sairei: mas embora fique mal com todos, hei de ficar bem com a minha consciência."

Seguindo-se logo depois as eleições para as Cortes constituintes de Lisboa, foi nomeado espontaneamente deputado, contra o voto do Dr. José Bonifácio de Andrada, vice-presidente do governo provisório, que na mesa eleitoral disse-lhe mostrando a sua cédula: "Sou franco, não voto no senhor, porque faz muita falta ao governo."

Partiu no entanto o novo deputado para Lisboa, onde chegou em fevereiro de 1822, encontrando a notícia dos decretos que mandavam regressar o príncipe regente, e aboliam os tribunais do Rio de Janeiro.

Constando então a impressão desagradável que esses atos do poder haviam causado no Brasil, nomearam as Cortes para syndicar do seu alcance a uma comissão mista de doze membros, em cujo número entrou o Sr. Vergueiro.

Como membro dessa – comissão política dos negócios do Brasil, – provou o Sr. Vergueiro o quanto lhe fervia na alma o afeto generoso que consagrava ao Brasil.

Apreciador e juiz imparcial dos fatos, escreveu sobre eles um voto em separado, que se denominou justamente – a proclamação mais enérgica da independência do Brasil.

Achando-se fora de Lisboa foi convidado pelo secretário das Cortes para assinar a constituição, e respondeu por escrito que "quando estivesse presente, a não assinaria, por não serem nela atendidos os interesses da nação constituída".

Voltando ao Rio de Janeiro, tomou assento na Assembléia Constituinte que funcionava, e ali defendeu, como o fizera nas Cortes lisboenses, a causa do país novo, que devia medrar sob o auspício da liberdade constitucional, que a opinião menos prosecta do povo começava a preferir ao jugo rotineiro das praxes e das doutrinas do absolutismo.

Em 12 de novembro de 1823, dissolvida a Assembléia Constituinte, e invadida a casa dos trabalhos legislativos, foi o Sr. Vergueiro preso com outros representantes e conduzido à fortaleza de Santa Cruz, onde se achavam os Srs. José Bonifácio de Andrada, e vigário Belchior, ilustres sócios de seu martiriológico, que uma semana depois viu arrastar ao degredo entre outros encarcerados.

Solto, o Sr. Vergueiro regressou talvez com mais ardor ao pacífico remanso onde a sorte ainda não permitiu que corressem calmos os seus dias.

Eleito deputado nas subseqüentes eleições, e proposto senador pelas províncias de S. Paulo e Minas Gerais, tomou assento no ano de 1826 na câmara eletiva e nela continuou no seguinte, distinguindo-se com assiduidade nos importantes debates que ali foram encetados.

Em 1828, tendo apenas assistido à primeira sessão preparatória, foi atacado de uma violenta febre cerebral que pondo em risco a sua existência como que tornou mais evidente o seu mérito sendo, enfermo como estava, escolhido senador sob nova proposta da província de Minas Gerais.

Em 1830, sofrendo ainda os efeitos da moléstia que o prostrara, foi o Sr. Vergueiro chamado a formar o novo gabinete, encargo que aceitou convidando para as diferentes pastas aqueles de seus amigos de cujo devotamento e patriotismo mais esperava, na época turva em que assumiam o poder.

Na revolução de 1831, tendo o Sr. Vergueiro ficado no Rio de Janeiro durante as férias parlamentares, foi um dos signatários de uma representação enviada ao governo por 24 deputados, sobre as necessidades urgentes da situação.

Progredindo porém a onda revolucionária apareceu no dia 6 de abril a demissão do Ministério seguida da relação dos novos ministros, da suspensão de garantias, e de ordens de prisão em que figurava o seu nome.

No dia seguinte em face do novo gabinete, que nada compreendia a bem da tranqüilidade pública, reuniram-se os revoltosos no Campo da Aclamação, e ali pediram em massa a reintegração do ministério demitido.

Apesar de aceita a substituição dos ministros, e declarando-se que o Sr. Vergueiro seria incumbido dessa tarefa, não diminuiu a efervescência do povo ao qual começavam a reunir-se alguns corpos de linha.

Seguiu-se a abdicação do Imperador, tendo sido demitido o novo gabinete com exceção do Sr. marquês de Inhambupe.

Houve então uma reunião em assembléia geral dos deputados e senadores existentes na corte, que concordaram na nomeação de uma regência provisória para a qual foi eleito o Sr. Vergueiro com mais dois membros.

Nessa posição suprema o já encanecido servidor do estado não desmentiu os precedentes honrosos de seu belo caráter, mantendo a ordem e semeando a paz em uma quadra tão melindrosa.

Em 1833, apesar do mau estado de sua saúde, entrou no Ministério do Império, e serviu interinamente no da Fazenda.

Em 1835, sofreu uma gravíssima moléstia do coração cujos estragos nunca mais pôde sanar.

Em 1837, foi nomeado diretor do curso jurídico de S. Paulo, cargo que por comprazer exerceu até 1842, tendo antes pedido, por enfermo, ser dele dispensado.

Em 1840, discutindo-se a grave questão da maioria votou a favor dela como necessidade irrecusável, e em 1841 por ocasião da coroação do Sr. D. Pedro II, foi agraciado com a grã-cruz do Cruzeiro.

Em 1842, um desgosto profundo veio ferir inesperadamente o honesto e leal representante do partido liberal do país. Abafada a revolução de S. Paulo, era mister responsabilizar por ela a alguém, e contra toda a expectativa recaiu a escolha no cidadão pacífico, que jamais pretendia firmar com o sangue e o fogo os princípios políticos que abraçava e sustentara na tribuna.

O Senado porém julgou improcedente esse processo, em que em vão se procurava lançar um labéu desairoso sobre um benemérito do país.

Em 1847, ocupando provisoriamente a pasta da Justiça, fê-lo por mais tempo do que esperava, do que resultou-lhe novo acesso de febre cerebral que quase o deixou sem vida.

Aqui se pode considerar terminada a aura política do Sr. Vergueiro, pois, se ainda hoje, como senador, eleva a voz trêmula no mesmo recinto em que colheu as palmas de orador, é para pugnar pelos interesses da colonização do país, a cujo estudo e desenvolvimento há longos anos se dedica, colhendo lisonjeiros frutos dessa pertinácia na prosperidade da colônia que tem estabelecida em suas terras, na província de S. Paulo.

Contando atualmente oitenta anos de idade, o Sr. Vergueiro aparece aos olhos da geração presente como um vulto grandioso do cidadão probo e honesto, do estadista íntegro, e do representante fiel de um partido que se ufana de o ter por decano.



54. 2000000000

Examinado por

BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELOS

B.P. de Vasconcelos

.....
Bernardo Pereira de Vasconcelos

Bernardo Pereira de Vasconcelos, um dos maiores vultos da história contemporânea brasileira, nasceu na antiga Vila Rica, hoje cidade de Ouro Preto, em 27 de agosto de 1795. Foram seus pais o Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, e D. Maria do Carmo Barradas; seus avós maternos o Dr. João de Sousa Barradas e D. Jacinta Maria da Fonseca Tavoreda e Silva; seus avós paternos o coronel Jerônimo Pereira de Vasconcelos e D. Ana Jacinta da Natividade.

Dotado de viva compreensão, foi por seus pais destinado desde logo à carreira dos estudos, e mandado para Portugal aos 12 anos de idade, para, sob direção de pessoas de alta posição da sua família portuguesa, aproveitar as lições mais apuradas decerto nas aulas da metrópole do que o podiam ser nas da colônia.

Corria infelizmente o ano de 1807: os acontecimentos políticos embarçaram a realização da intenções paternas. O navio que levava o menino brasileiro foi aprisionado e dirigido para a Inglaterra; Portugal estava então ocupado pelas armas da França, e a França estava nas suas grandes guerras com a pátria de Pitt, ou antes com a Europa inteira.

Da Inglaterra teve de regressar para o Brasil, e de aqui concluir os estudos preparatórios. Seguindo outra vez para Portugal em 1813, matriculou-se nas aulas de direito da Universidade de Coimbra,

freqüentando-as com a maior distinção, e saindo enfim em 1818 com o grau de bacharel formado.

Na companhia de seus tios, o conselheiro do Estado Fernando Luís de Sousa Cardoso e Silva e Dr. Bernardo de Sousa Barradas, conservou-se um ano em Lisboa, para completar os seus estudos jurídicos: só em 1820 regressou à pátria.

Consagrou-se à profissão de advogado: mas tão abundantes naquela época não eram os homens de estudo, que fosse possível ao jovem legista seguir a sua vocação para essa profissão; foi logo despachado juiz de fora de Guaratinguetá, na província de S. Paulo. Daí, de volta para Ouro Preto, obteve a nomeação de desembargador da Relação do Maranhão.

A este tempo agitava-se o país: a revolução da Independência, a convocação da Constituinte, seus debates, suas lutas, sua dissolução, tinham-se sucedido, sem que ao distinto jovem coubesse nesses primeiros ensaios da vida política do país grande papel. Proclamada porém a constituição, convocada a primeira assembléia legislativa, Bernardo Pereira de Vasconcelos, eleito entre os representantes da província de Minas, veio sentar-se nesse recinto de que não devia mais arredar-se, sem embargo de todas as vicissitudes dos tempos, até que fosse ocupar a cadeira vitalícia de senador.

Então começou a vida pública desse homem, cuja falta ainda hoje todos lamentam.

Bom senso nesse grau tão apurado que é quase gênio, amor ao estudo, facilidade de concentrar-se na mais profunda atenção, força de iniciativa para descobrir a solução das complicações, vastidão de conhecimentos, sempre aumentada por indefesso estudo de todas as horas, tornaram esse homem o que os contemporâneos presenciaram, o que a posteridade, consultando os monumentos das nossas leis, os anais do nosso parlamento, os registros do nosso conselho de estado, há de por certo admirar.

Para isso tudo concorreu: até a sua saúde deteriorando-se, pregando-o à cadeira e ao leito por fatal paralisia, como que o obrigava a concentrar a vida nas faculdades intelectuais, e lhe não deixava por única distração as dores constantes, por única ocupação, senão o estudo, a leitura refletida dos melhores livros, a conversa familiar e instrutiva. Sem-

pre afável, Vasconcelos abria todas as noites a sua sala a quem quer que o procurasse; com a mais prazenteira amabilidade, sem que nunca esmagasse os outros com a sua superioridade intelectual, punha a conversação na altura da inteligência dos que com ele estavam, e sabia destarte aproveitar todos os conhecimentos que cada qual podia ter, em qualquer especialidade.

Com esses dotes entrando na vida pública, Vasconcelos alistou-se necessariamente entre esses deputados brasileiros e liberais que, em oposição ao governo, procuravam dar ao país a verdade do regime constitucional, e as instituições prometidas pela constituição. No meio das patrióticas aspirações que então se multiplicavam, poucos eram os homens práticos, poucos os que aos princípios e às teorias podiam acrescentar conhecimentos positivos de administração e de governo. Entre esses poucos, Vasconcelos era um dos mais notáveis e nos trabalhos dessas câmaras que nos deram a organização superior do Tesouro, da Caixa da Amortização, do Supremo Tribunal de Justiça, das câmaras municipais, que enfim organizaram o país tão recentemente constituído em nação, ampla participação teve ele.

D. Pedro o chamou logo em 1828 para o Ministério; mas então o regime parlamentar não era compreendido no país; entendia-se que o deputado liberal devia condenar-se eternamente à posição de adversário do governo, nunca aceitar o poder. Por deferência aos seus amigos políticos, Vasconcelos teve de curvar-se a essa doutrina, e de repelir o convite da coroa. A luta assim travada, a questão política assim entendida, não podia ter desfecho senão em uma revolução; ela apareceu.

Nem se julgue que se aceitasse o poder, quando a ele chamado, Vasconcelos teria salvado o país; primeiro, era mais do que certo que a corte o não receberia nas condições legítimas de ministro parlamentar; em segundo lugar, com todo o seu prestígio e todo o seu talento, é mais do que provável que Vasconcelos, ministro nessa época, sem dominar a torrente, teria sido abandonado pelos amigos, considerado trânsfuga da causa popular. Cumpria pois deixar que o tempo trouxesse as suas grandes lições, e provasse aos liberais que a oposição não é senão o combate para triunfo de uma idéia, triunfo que se efetua no dia em que é ela chamada ao poder.

Pela revolução de 7 de abril de 1831, os liberais vencedores aceitaram enfim a posição que desde 1828, D. Pedro lhes havia oferecido. Mas então estavam soltas as paixões revolucionárias, a agitação armada, o motim da soldadesca, as pretensões exageradas do entusiasmo punham o país em quotidiano perigo.

Vasconcelos foi ministro da Fazenda do primeiro ministério liberal. As finanças então achavam-se no grau maior de descrédito e de ruína, agravado ainda pelo efeito natural da revolução, pela intimidação permanente do motim. Mal compreendemos hoje os serviços prestados por esse ministério de 1831, que teve de lutar, no meio da dissolução de todos os elementos do governo, com todos os germes de dissolução social. Reprimir o motim nas ruas, dissolver a soldadesca, manter a ordem pública, restaurar a força moral do governo, até então universalmente considerado como o inimigo da sociedade, conservar unidas as províncias que os sonhos federalistas arrastavam, fazer frente às despesas do serviço público, manter ileso o crédito nacional, lutar contra a invasão da moeda falsa de cobre, a par da moeda depreciada de um banco mais do que roubado e falido... Honra e glória aos homens de então! honra e glória ao patriotismo e à devolução dos brasileiros! tudo isso se conseguiu, e a posteridade reservará belo quinhão nos seus agradecimentos a esses que lhe salvaram a pátria.

Em 1832 foi dissolvido esse Ministério.

Em 1833 estava Vasconcelos em Ouro Preto, quando aí rebentou uma revolta contra a autoridade do presidente da província que era então o desembargador Manuel Inácio de Melo e Sousa, hoje barão do Pontal. No meio dos gravíssimos indícios que a haviam anunciado, achando-se o presidente ausente da capital, assumiu Vasconcelos, na qualidade de 1º vice-presidente, as rédeas da governança; era uma posição de perigo e de sacrifício; Vasconcelos não tinha a prudência egoistística que nessas horas abandona o país, e tergiversa com o dever: cumpria sufocar o motim. Infelizmente a dedicação do homem não bastava, eram necessários recursos e não houve tempo de reuni-los: os insurgentes haviam combinado o seu plano com tanta sagacidade, que a autoridade só no último momento prevenida, não pôde contê-los. Vasconcelos foi por eles preso.

Conseguindo porém evadir-se aos sediciosos, apresentou-se na cidade de S. João del-Rei, aí organizou o governo e a tarefa, chamou

às armas os mineiros, e dentro de poucos dias forças consideráveis marchavam contra o dominadores da capital. A revolta não se pôde manter, e o presidente chamado, instado por Vasconcelos, para vir tomar conta do seu lugar, pôde fazê-lo livre de todo o perigo, sendo aliás coadjuvado, nas medidas que posteriormente teve de tomar, pela influência e conselho do grande estadista.

Em 1834 tinha a câmara sido reunida com os poderes necessários para reformar a Constituição, e realizar essa promessa, que fora como o ponto de transação entre todas as frações liberais, senhoras do país depois de 1831. A dificuldade porém dessa obra constituía uma das maiores complicações do momento: Vasconcelos foi dela encarregado: infelizmente ao seu trabalho fizeram-se emendas, contra as quais muitas vezes reclamou perante os seus amigos e aliados políticos, emendas que tornaram defeituosa essa reforma, hoje ato adicional, e que exigiram alguns anos depois a sua interpretação.

Em 1835 membro da primeira assembléia provincial mineira, compreendeu ele que cumpria mostrar praticamente a bondade dessa instituição, e o muito que com ela podia ganhar a administração das províncias; meditando pois sobre as necessidades de melhoramentos apresentou acerca das estradas e do ensino público projetos cuja adoção marcou uma verdadeira época de progresso, e a que se prende tudo quanto de melhor tem-se posteriormente feito nesse sentido.

As circunstâncias políticas entretanto se modificavam; o falecimento do Sr. D. Pedro I, que fazia perder todas as esperanças, e portanto todos os receios de uma restauração, a votação do Ato Adicional tinham trazido a distensão dos espíritos, tanto tempo empenhados nas lutas políticas, e com ela novas necessidades para a governança: cumpria organizar, todos o sentiam, e proclamavam; mas como, em que sentido? e quem poria peito a essa reorganização?

Separado dos seus antigos aliados políticos, Vasconcelos tomou a frente da oposição que então se apresentava ao governo do regente Feijó. As sessões de 1836 e de 1837 o viram constantemente na tribuna, instando com esse governo para que apresentasse os remédios que julgava necessários aos males, que ele próprio denunciava, e que todavia ele próprio agravava. Por fim, ao invés de modificar o seu governo, o regente preferiu renunciar ao alto cargo que ocupava entre-

gando-o ao senador Pedro de Araújo Lima, hoje marquês de Olinda. Vasconcelos tomou então a pasta da Justiça e interinamente a do Império. Foi o Ministério de 19 de setembro.

Não é aqui lugar oportuno para apreciar a ação e influência desse tão falado Ministério: o que ninguém contestará, é que se lhe deve triunfo do regime parlamentar, o reconhecimento da condição de solidariedade no gabinete, do apoio das maiorias, da disciplina das discussões. Não é menos certo que as idéias monárquicas, tanto tempo obliteradas, começaram a resurgir nos espíritos, e em públicas e oficiais demonstrações.

Foi nesse tempo, e no meio desses cuidados que Vasconcelos, que queria dar impulso aos estudos no Brasil, fundou o colégio Pedro II e decretou a existência de outros estabelecimentos de instrução, que não chegaram infelizmente a realizar-se, talvez por falta de cooperadores.

Dissolvido o Ministério de 19 de setembro, outros lhe sucederam, durante os quais o prestígio do poder regencial foi-se aluindo.

Em 1840, quando já a revolução da maioria estava senhora do triunfo, Vasconcelos, que estava retirado dos conselhos e da influência no governo, foi chamado para junto do regente. O movimento já ia muito adiantado; Vasconcelos não o pôde conter. Algumas horas depois da sua entrada para o gabinete, havia ele triunfado. Aí corre impresso um manifesto em que o distinto estadista expõe circunstanciadamente o que então ocorreu, quais as vistas e intenções do governo, qual o sentido de seus atos, e porque foram malogrados.

No seu ministério, Vasconcelos havia preparado o imenso trabalho da reforma do código do processo. Interrompida a discussão desse projeto, que ele como senador havia oferecido em 1839, continuou depois em 1841 sob os auspícios do ministro da Justiça, Paulino José Soares de Sousa, hoje visconde de Uruguai. Esse foi de todos quantos debates têm ocupado o nosso parlamento o mais aturado, e o mais completo; para a glória de Vasconcelos bastaria a parte que nele tomou. Adotado enfim pelas câmaras é a Lei de 3 de dezembro de 1841.

Coube-lhe igualmente a glória de sustentar, e de fazer passar o projeto, também por ele elaborado, da criação do Conselho de Estado.

Não menos se lhe devem os estudos que prepararam o projeto de lei das terras; embora por outrem oferecido à atenção das câma-

ras, ninguém há que ignore a parte que na sua elaboração, como na sua sustentação, coube ao distinto estadista.

Depois da criação do Conselho de Estado, Vasconcelos, nomeado conselheiro ordinário, prestou sempre o mais acurado apoio à administração do país, ainda com ministérios que lhe eram infensos; o conselheiro de estado punha de lado a política, para esclarecer com a sua vasta inteligência as questões administrativas, e conseguir o bem do país, ainda quando feito por mãos de adversários seus. Pode-se quase que sem hipérbole afirmar que enquanto foi vivo, Vasconcelos foi o Conselho do Estado.

Se não faltaram calúnias à sua vida, não lhe faltaram também aplausos e galardões.

Ministro duas vezes, deputado em todas as legislaturas até que em 1838 entrasse para o Senado, conselheiro de Estado desde a fundação, condecorado em 1849 com a grã-cruz do Cruzeiro, havia anteriormente recebido de S. M., o rei dos franceses, a grã-cruz da Legião de Honra, por ter sido o plenipotenciário brasileiro no tratado matrimonial da Sra. princesa D. Francisca com o Sr. príncipe de Joinville.

Nos últimos anos da sua existência, a paralisia que o atormentava foi tomando um caráter mais greve, sem todavia conseguir quebrar a serenidade de seu espírito, a atividade do seu amor ao estudo, e do seu zelo pelo país.

Ouvindo-o, iludido pelo vigor desse espírito, ninguém podia fazer idéia da fraqueza, do sofrimento desse corpo. Só os seus íntimos conheciam, vendo o progresso dos estragos da horrível enfermidade, que essa imensa luz do gênio estava para apagar-se com a ruína desse corpo.

Entretanto não foi a paralisia. Em 1850 a febre amarela que dizimava o Brasil, e que parecia escolher as suas vítimas nas eminências sociais, acometeu-o... e em 1º de maio a cidade do Rio de Janeiro, coberta de luto, as câmaras que já tinham sofrido tantos golpes dolorosos, ouviram a notícia fatal: "Bernardo Pereira de Vasconcelos já não existe".

Seu corpo jaz no cemitério de S. Francisco de Paula; seu nome na História, e na recordação dos brasileiros. Homem político, Vasconcelos ainda não tem herdeiros.

Às vezes nós que o conhecemos, e fomos honrados com a sua intimidade, nos perguntamos, o que teria sido dos acontecimentos do país, se ao invés de morrer aos 55 anos, Vasconcelos tivesse vivido mais algum tempo, a sua existência tivesse sido prolongada até os nossos dias, e... tomamo-nos de reiterados pesares!

OS CONTEMPORANEOS



FRANCISCO MICO PERE DE VASCONCELLOS

F. P. Pereira de Vas.

.....
Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos

Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, irmão legítimo de Bernardo Pereira de Vasconcelos, foi, como ele, filho do Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos e de D. Maria do Carmo Barradas, neto pela parte materna do Dr. João de Sousa Barradas, e de D. Jacinta Maria da Fonseca Tavoreda e Silva, e pela paterna do coronel Jerônimo Pereira de Vasconcelos e de D. Ana Jacinta da Natividade. Nasceu a 28 de dezembro de 1812 na antiga Vila Rica, hoje cidade de Ouro Preto, capital da província de Minas Gerais.

Apenas concluídos com distinção nas aulas daquela província os estudos preparatórios, seguiu para S. Paulo, e no ano de 1831 matriculou-se na Academia Jurídica, recebendo o grau de bacharel formado em ciências sociais e jurídicas no ano de 1835.

De volta à província de seu nascimento, foi no ano seguinte, o de 1836, nomeado juiz municipal e de órfãos do termo do Ouro Preto, lugar que serviu até ser nomeado juiz de direito substituto da comarca do Paraíba. Nesse cargo pouco tempo se demorou, pois logo em 1839 foi despachado juiz de direito da comarca do Rio das Mortes, na mesma província de Minas Gerais.

Em 27 de agosto de 1839 casou com D. Bernarda Malvina de Vasconcelos, que faleceu em Petrópolis no dia 19 de abril de 1857, ficando-lhe deste consórcio uma filha.

No ano de 1840 tomou assento na Assembléa Provincial e serviu em diferentes outras legislativas, honrado por vezes com a eleição de presidente da mesma assembléa.

Em 1842 foi nomeado chefe de polícia de Minas Gerais, lugar que exerceu até princípios de 1844.

Foi eleito deputado à assembléa geral legislativa no ano de 1842 e reeleito nas seguintes legislaturas, menos em 1844 e 1848, em que aliás lhe coube a suplência próxima, tendo por isso assento na câmara temporária apenas com a interrupção de um ano, o de 1845.

No ano de 1843 foi nomeado 2º, e posteriormente 1º vice-presidente da província de Minas Gerais.

Foi removido em 1844 para juiz de direito da 2ª vara criminal do Pará (capital).

Em 1849 serviu pela segunda vez o cargo de chefe de polícia da província de Minas.

Em 1850 foi chamado para servir na polícia da corte e demorou-se no emprego de chefe de polícia até o ano de 1853, em que foi mandado presidir à província de Minas Gerais.

Neste exercício se conservou até fevereiro de 1856, sendo transferido no mesmo caráter para presidente da província de S. Paulo.

Tendo tomado posse da presidência dessa província em abril do mesmo ano de 1856, retirou-se em janeiro de 1857 da capital de S. Paulo para a do Império, em consequência dos graves sofrimentos de sua mulher, que, como fica dito, morreu pouco tempo depois.

Eleito deputado pelo 1º Distrito Eleitoral de Minas, tomou assento na Câmara dos Deputados no dia 3 de maio de 1857, e no dia 4 do mesmo mês e ano foi chamado ao Ministério da Justiça pelo marquês de Olinda, encarregado por S. M. o Imperador de organizar um gabinete pela retirada do que fora presidido pelo finado Marquês de Paraná.

Procedendo-se em julho deste ano à eleição de dois senadores nas vagas deixadas pelo dito marquês de Paraná e pelo de Valença, foi seu nome incluído na lista sêxtupla, e por carta imperial datada de 4 de

novembro de 1857 foi escolhido senador do Império, tomando assento na respectiva câmara em maio do ano de 1853.

Retirou-se do ministério com seus colegas no dia 12 de dezembro do mesmo ano de 1858.

É comendador da Ordem de Cristo, e oficial da Rosa.

OS CONTEMPORANEOS



S.A. Sarm de e Lith.

SERGIO TEIXEIRA DE MACEDO.

Sergio Teixeira de Macedo

S.A. Sarm, Editor, Rua das Flores 53

.....

Sérgio Teixeira de Macedo

Sérgio Teixeira de Macedo nasceu no Rio de Janeiro em setembro de 1809. Seu pai, o major Diogo Teixeira de Macedo, retirando-se do serviço militar nesse posto, tinha vindo estabelecer-se em Pernambuco, e depois nesta cidade.

Sérgio, o quinto de seus filhos, foi o primeiro dos dois que aqui nasceram.

Nas diversas aulas então aqui existentes, e que de melhor conceito gozavam, estudou ele os rudimentos das letras, e as doutrinas preparatórias, sempre benquistas dos seus professores, e especialmente dos seus condiscípulos.

Sua compleição delicada, seu tardio desenvolvimento físico davam-lhe uma aparência de idade inferior à que tinha, e assim concorriam para que sobressaísse entre os seus companheiros, que devidamente apreciavam o seu gênio jovial, e o seu comércio fácil e ameno.

Resolvido a estudar as ciências jurídicas, partiu em 1827 para Coimbra e tendo-se matriculado em outubro, estava em junho de 1828, à espera de sua vez de fazer exame, quando, em consequência dos sucessos políticos que então agitavam o reino de Portugal, foi fechada a Universidade.

A esse tempo porém já estavam fundados os cursos jurídicos no Brasil. Pai desvelado, querendo melhor e mais economicamente promover a educação dos seus três últimos filhos, o major Diogo Teixeira de Macedo foi residir em Pernambuco, e o curso jurídico de Olinda viu em seus bancos o jovem Sérgio com os seus irmãos Álvaro e Diogo.

Os filhos correspondiam ao desvelo do pai: tendo por companheiros de aula moços distintos, cujo talento posteriormente primou em maior teatro, como fossem seu primo Eusébio, Sousa Martins, Franco de Sá e outros, Sérgio sempre com eles foi proposto para prêmio.

No seu viver de estudante aplicado, sentiu que não bastavam as aulas para ocupar a atividade do seu espírito: era tempo de efervescência política, e um jornal do formato e dimensões dos melhores de então, *O Olindense*, apareceu em 1831, e Sérgio achou-se em breve redator exclusivo dele.

Eram difíceis os tempos. A abdicação de D. Pedro I havia trazido a crise, que, como lição, ficou na memória de todos.

O Olindense viu-se a braços com os propaladores de idéias destruidoras de toda a ordem social. Em Pernambuco os ressentimentos e as pretensões da luta de 1824 davam talvez às paixões de 1831 caráter mais acerbo e violento do que no resto do Brasil.

O Olindense porém não se desmentiu; firme na sua linha de sustentador das sãs doutrinas, nunca esqueceu a decência, a moderação e a energia que lhes dão realce; e seus artigos, reproduzidos no *Aurora*, no *Astréia*, no *Diário Fluminense*, no *Independente* davam testemunho do merecimento prematuro do jovem escritor.

Formado em outubro de 1832, o Sr. Sérgio de Macedo, quando se apresentou no Rio de Janeiro, achou já sancionado o código do processo. Exigia este um ano de prática de advocacia para poder ser juiz; alguns de seus colegas que, favorecidos pela letra inicial dos seus nomes, se haviam formado alguns dias antes, tinham sido imediatamente despachados juizes de fora, e como tais haviam entrado na organização da nova magistratura. Não podendo empregá-lo o Ministro da Justiça, Honório Hermeto Carneiro Leão, o fez eleger promotor público, incumbiu-lhe diversos trabalhos, e o tratou com aquela amizade que sempre lhe conservou, distinguindo-o com alguma comissão importante em

todas as ocasiões em que entrava para o ministério. Enquanto praticava no escritório do Dr. Saturnino de Sousa e Oliveira, e exercia o emprego de promotor, escrevia alguns artigos para o *Verdade* e para o *Aurora*, de cujo redator, Evaristo Ferreira da Veiga, foi sempre amigo.

Ao cabo porém de alguns meses, o Dr. Sérgio de Macedo resolveu solicitar e obteve o lugar de secretário de legação em Paris, que por meses esteve vago.

Pouco tempo esteve na posição subalterna de secretário; a mudança do chefe da legação deu-lhe a oportunidade de servir como encarregado de negócios desde junho até novembro de 1834. Poucas questões havia então que tratar, todavia uma pequena dificuldade, que ocorrera no serviço, foi vencida com bom êxito.

Apenas um mês continuou secretário; em princípio de dezembro lhe chegou a nomeação de encarregado de negócios em Lisboa.

As circunstâncias eram melindrosas. O Sr. D. Pedro I governava Portugal como regente. As relações dos dois países se azedavam com os movimentos anárquicos aqui ocorridos, em que a perseguição aos portugueses era o grito de guerra. O partido restaurador havia comprometido o nome do Imperador, regente de Portugal; uma lei de banimento contra ele fora infelizmente votada na Câmara dos Deputados. O diplomata brasileiro tinha, pois, de ir achar em Lisboa uma posição delicadíssima.

O governo brasileiro limitado na sua escolha a homens que não tivessem sido favorecidos pelo governo do Sr. D. Pedro I, nem lhe houvessem sido infensos, depois de se haver dirigido a vários caracteres conspícuos, que todos recusaram, determinou-se a ordenar àquele que devia obedecer.

Era uma verdadeira loteria incumbir a um moço de menos de 25 anos a legação mais trabalhosa, pelas muitas relações dos dois países, e mais melindrosa, por amor daquelas circunstâncias.

Antes de partir para esse destino, o jovem diplomata casou-se com uma senhora de família muito distinta e abastada do pariato irlandês, família a que pertencera o celebre deão Swift, tão famoso nas letras e na política inglesa.

Na opinião de muitos, a morte do Sr. D. Pedro I tirava à legação brasileira em Lisboa grande parte das suas dificuldades. Era um

engano. Não era no ressentimento de um príncipe daquela têmpera que o negociador brasileiro havia de achar embaraços. O poder estava em Portugal nas mãos dos últimos entusiásticos amigos do falecido Imperador-regente. Havia paixões; até mesmo palavras desagradáveis tinham sido trocadas entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o nosso cônsul.

O Sr. Sérgio de Macedo, porém, teve a fortuna de entender-se com o Duque de Palmela, então encarregado da pasta dos Negócios Estrangeiros. Homem superior e amigo do Brasil, o duque desde logo estabeleceu as relações com o diplomata brasileiro no tom de agradável cortesia, que ao depois, com a estima progressiva que lhe inspiravam o trato e o caráter do Sr. Macedo, foi perfeita cordialidade.

O digno brasileiro estudava, entretanto, as relações comerciais dos dois países, segurava a posição dos brasileiros ali residentes, dava instruções aos cônsules, e transmitia ao seu governo informações cuja exactidão, denotando estudo e critério, foram apreciadas pelo Ministro Alves Branco, sucessor do Sr. Aureliano de Sousa e Oliveira que o havia nomeado.

Entretanto, no Brasil realizava-se, pela morte do Sr. D. Pedro I, importante mudança política. Acabavam as esperanças do partido que desejava aquele príncipe no trono, ou na regência; inutilizava-se o sistema cuja importância estava na luta com esse partido; surgiam novos sistemas, novas pretensões, novos partidos.

A nomeação de uma criança (como diziam os influentes da nova situação) para a espinhosa legação de Lisboa, não era explicada como uma necessidade, mas como um ato de nepotismo. Alves Branco, porém, que não conhecia pessoalmente a criança, estava tão satisfeito com as suas comunicações, que o sustentou com toda a sua influência, resistindo às pretensões dos muitos candidatos, que julgavam cômoda uma missão diplomática em terra da nossa língua.

É difícil escrever a biografia de um diplomata ainda vivo, e em tempo tão próximo às negociações em que teve parte. Tudo quanto se começou não foi ultimado, muitas questões devem estar ainda pendentes, até mesmo das concluídas nem todas se podem revelar; só a posteridade talvez possa inteirar-se de todos os segredos. Cumpre-nos uni-

camente falar daquilo que de algum modo tem chegado ao conhecimento do público, ou daquilo que nunca foi secreto.

O tráfico de escravos se fazia licitamente nas colônias portuguesas. Entendiam as autoridades dessas colônias, entendia o governo que só uma lei nova podia tornar ilícito esse tráfico.

Ao Sr. Macedo era recomendado representar contra essa tolerância, contra essa animação a um comércio que era no Brasil contrabando.

O governo brasileiro desde então queria sinceramente a abolição do tráfico, e fiel às suas instruções, o Sr. Macedo insistia perante o gabinete português, alegando, que por virtude do tratado com a Inglaterra, o tráfico era ilegal nos domínios portugueses, pois desde que, pela Independência do Brasil, deixara Portugal de ter colônias na América, caducara a exceção feita no tratado de 1817 a bem da continuação do tráfico ao sul do Equador, em consideração às necessidades da grande colônia portuguesa. Esse proceder do Sr. Macedo em Lisboa granjeou-lhe da parte do governo britânico a reputação de adverso ao tráfico, que ao depois tão útil veio a ser nas suas negociações em Londres.

Bem depressa dissipou-se a serenidade em que Portugal parecia entrar depois de tão devastadora luta e tão destruidor despotismo.

A guerra civil e a desordem vieram dificultar a posição do nosso diplomata. No meio dos perigos e angústias que cercavam a Rainha, o corpo diplomático estrangeiro havia tomado uma atitude, que os partidos pareciam aceitar.

O representante do Brasil manteve até o fim a posição que lhe competia, com tanta prudência e dignidade, que nunca deixou comprometido o seu governo na luta dos partidos portugueses, e que, longe de perder a amizade e consideração dos chefes de todos esses partidos, foi, pelo contrário, cada vez mais benquisto e considerado, e seu procedimento tanto agradou à rainha, que, sentindo-se próxima a ser mãe, convidou seu augusto irmão a ser padrinho do futuro príncipe, e lhe rogou mandasse a procuração ao Sr. Macedo, apesar da sua inferior categoria diplomática.

Na ocasião do batizado ordenou que fosse tratado como embaixador, e o condecorou com a grã-cruz da sua Ordem de Cristo, digni-

dade que, pela primeira e até hoje última vez, foi conferida a simples encarregado de negócios.

Foi este o último ato da sua missão em Lisboa. As discussões com a Santa Sé, suscitadas pela questão do bispo eleito do Rio de Janeiro, aconselharam a remoção do ministro brasileiro daquela corte; foi ele mandado para Lisboa, e o Sr. Macedo teve de ir para Roma e Turim.

Retirou-se deixando saudades em todos os brasileiros residentes em Portugal, deixando a paz e a boa inteligência entre os dois governos, deixando apontados em sua correspondência com a secretaria de estado os negócios que careciam de ser atendidos.

Estava em viagem quando lhe foi ordenado que, ao invés de seguir para a Itália, ficasse em Paris, e ali substituisse o ministro, que obtivera uma licença.

Entretanto ocorreu a mudança de regente, Feijó foi substituído pelo Sr. Araújo Lima. Outras deliberações foram tomadas quanto à ligação de Paris, e em abril de 1838 seguiu o Sr. Macedo para Roma.

Na Cúria Romana eram conhecidas algumas opiniões que ele emitira oficialmente sobre as relações com a Santa Sé, e por isso foi recebido com distinção pelo papa Gregório XVI.

Sua missão em Roma, além do reconhecimento da independência do Chile, por ele obtido da Santa Sé, nada mais apresenta do que a expedição dos negócios ordinários, que sempre foram concluídos com felicidade, até mesmo esse da confirmação do bispo eleito do Rio de Janeiro, que foi enfim levado a termo decoroso.

Em fevereiro de 1842 partiu ele de Roma para Turim, aparentemente para levar ao Rei Carlos Alberto as insígnias da Ordem do Cruzeiro, mas realmente para entrar em negociações que oficialmente ficaram secretas, mas cuja existência se divulgou logo pela imprensa. Respeitamos o segredo oficial, bastando asseverar que o nosso negociador foi louvado e galardoado.

Foi então elevado à categoria de ministro residente na corte de Turim, e dispensado da missão de Roma, continuando todavia acreditado em Parma.

O Santo Padre, por ocasião da sua despedida, enviou ao Sr. Macedo as insígnias de comendador da sua ordem de S. Gregório

Magno, acompanhadas de um breve pontifício concebido nos termos os mais lisonjeiros.

Apenas estabelecido em Turim, teve o Sr. Macedo, em meados de 1843, ordem de ir a Paris substituir interinamente o ministro daquela corte, incumbido de uma missão especial em Londres. Essa interinidade terminou com o ano de 1843.

Nela o Sr. Sérgio de Macedo parece ter sido incumbido de transações diretas com o rei Luís Filipe, e este, bem como toda a família real, em cujo grêmio acabava de entrar a nossa princesa, a Sr^a D. Francisca, sempre o tratou com especial benevolência.

Voltou o nosso ministro ao seu posto de Turim. Pouco tempo porém lhe foi dado continuar nessa sua quieta residência; porquanto foi logo removido para a corte de Viena no mesmo caráter de ministro residente.

O rei Carlos Alberto, que já havia dado ao Sr. Macedo a comenda da sua ordem de S. Maurício e S. Lázaro, presenteou-o na sua despedida com uma magnífica boceta de rapé, de ouro, ornada com o seu retrato guarnecido de brilhantes.

Em Viena o nosso ministro teve de ocupar-se das relações comerciais, que iam avultando com aquela potência pelo porto de Trieste.

Obteve do príncipe de Metternich o reconhecimento das repúblicas do Chile e do Paraguai; esse reconhecimento que tanto amargurou a existência de Rosas, e sobre o qual tanto escreveu e representou; esse reconhecimento que todas as outras grandes potências nos recusaram.

Em 1847 foi o Sr. Sérgio elevado à categoria de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário, chegando assim, depois de 14 anos de serviço, ao grau mais elevado da nossa diplomacia.

Seguiram-se em 1848 as cenas da estrondosa revolução europeia, que produziu a queda do rei Luís Felipe.

Viu o Sr. Sérgio a desorganização completa da monarquia austríaca, e manteve sempre a sua posição, com o corpo diplomático, ao lado do Imperador.

No meio destes acontecimentos o nosso ministro foi removido para os Estados Unidos, onde ocorriam sérias dificuldades.

Quando lá chegou o ministro brasileiro, caía a administração democrática pela eleição do general Taylor, representante do partido *whig* ou conservador. A pendência com aquele governo teve a solução mais satisfatória e decorosa que podia ter.

As relações de ambos os governos continuaram nos termos da mais perfeita cordialidade, todos os negócios que foram aparecendo, ficaram decididos sem quebra dessa boa inteligência.

O que de mais importante ocorreu foi a proposta feita pelo secretário de Estado americano ao nosso ministro para a abertura da navegação do Amazonas a todas as bandeiras.

A resposta do Sr. Macedo colocou logo a questão no ponto em que continuou sempre a ser considerada. O direito do Brasil, de franquear, ou limitar, ou de todo fechar aquele rio, foi estabelecido, e a conveniência de tomar qualquer daquelas decisões deixada ao seu juízo e discrição.

Ausente do Brasil desde 1833, alcançou enfim, em 1851 o Sr. Macedo uma licença para vir a esta corte. Ao chegar achou-se designado para a legação de Paris, que acabava de vagar. Dispunha-se a ir para o seu novo posto, quando pelo Sr. Visconde de Itaboraí, então Ministro da Fazenda, lhe foi pedido um trabalho acerca do que conviria fizesse o governo para solver os empenhos em que se achava, tendo de pagar em 1853 o empréstimo português de 1823, que, pelo tratado do reconhecimento da independência, ficara a nosso cargo, em 1854 os empréstimos de 1824. O primeiro importava um milhão de esterlinos, ou nove mil contos, e os outros em três milhões de esterlinos, ou vinte e sete mil contos.

À vista da exposição apresentada pelo Conselheiro Sérgio, o visconde resolveu incumbi-lo das operações de créditos para isso necessárias: foi pois removido de Paris para Londres.

Depois de 18 anos de ausência da pátria, dos parentes, dos amigos, apenas quatro meses foram dados ao distinto brasileiro para saciar as saudades que o deviam pungir. Logo em outubro partiu para seu novo destino.

Ia cheio de cuidados, pois a sua missão era mais árdua; as questões políticas sobrepujavam a dificuldade das questões financeiras: salvar os comprometimentos do Tesouro, por maiores que fossem, era

muito menos do que vindicar o decoro nacional. Era, pois, esse o momento em que os cruzeiros ingleses queimavam nossos navios nos nossos portos e ancoradouros.

Se porém era árdua a missão, o acerto da escolha ou a fortuna do nomeado para logo a modificou: os mais prósperos resultados foram obtidos. Em consequência de suas laboriosas e hábeis negociações, e da boa aceitação que ao governo britânico merecia o antigo inimigo do tráfego de africanos, em fins de abril ordem era dada aos cruzadores ingleses de se absterem de violências, expressões de sincero pesar pelo passado eram dirigidas ao negociador brasileiro, em atenciosa franqueza se lhe explicavam as razões que obstavam a que o governo desde logo propusesse a revogação do *bill* que autorizava tais violências, passando este a ser letra morta.

Ao tempo que salvava a honra do país, seriamente se ocupava o ministro brasileiro com os interesses materiais. Então apresentava-se em Londres uma pessoa munida de títulos, que supunha válidos, para organizar uma companhia que construísse a estrada de ferro de D. Pedro II. Eram princípios de 1852; no mercado abundava dinheiro; nenhuma empresa considerável aparecia; ferro, mão-de-obra, fretes, engenheiros hábeis, empreiteiros os mais sagazes e poderosos, tudo havia em abundância e por preços baixos. O nosso ministro devia impedir que a primeira empresa do Brasil se transformasse em uma especulação de agiotas. Semelhante risco foi desde logo desviado; a mesa de diretores, que mais poderosa se podia desejar, achou-se prontamente formada.

Questões que se levantaram nesta corte adiaram, primeiro, a adoção da lei que dava a garantia do juro de 5 por cento, e depois, a escolha da pessoa a quem devia ser outorgada a concessão do privilégio. A ocasião fugiu com o ano de 1852. Organizaram-se diversas empresas na Índia, na Itália, no Canadá; todas iam a Londres buscar capitais, elevaram portanto todos os preços, empregaram muitos engenheiros e empresários. Com o ano de 1853 deviam começar dificuldades onde até então tudo havia sido facilidade.

Naquilo, porém, que só dependia da vontade do nosso negociador, as vantagens do ano de 1852 não foram perdidas. Ao chegar a Londres em fins de 1851, achara no mercado os fundos brasileiros de 5 por cento ao preço de 86. E o governo tinha obrigação de pagá-los ao

par em abril de 1854. Esses fundos porém foram ganhando rápida marcha ascendente; chegaram ao par.

Certa cláusula do contrato do governo com os agentes financeiros atava as mãos do ministro. O contrato foi inovado com economia nas comissões, e com eliminação daquela cláusula. Livre em suas deliberações, o negociador anunciava, pacote por pacote, ao governo imperial o que esperava para o mês seguinte: os resultados confirmavam suas previsões.

Segundo as cláusulas do contrato para o empréstimo português, era permitido resgatá-lo, quando o governo quisesse, pagando as apólices ao par. Em julho de 1852 concluiu o nosso negociador um empréstimo ao juro de 4.1/2 por cento e ao preço de 95, com o qual remiu aquele outro, que era de 5 por cento. Assim o ônus tornou-se uma fonte de economia.

Era essa a base da grande operação meditada. Só em abril de 1854 podiam ser pagos os empréstimos de 1824. Como as apólices de 4.1/2 por cento rastejavam pelo par, estava certo o Sr. Sérgio de resgatar esses empréstimos por meio de outro a juro de 4 por cento negociado a 94 ou 95.

A guerra européia porém veio transtornar estas combinações. O ano de 1854 veio achar as apólices brasileiras em um preço elevado relativamente às das outras nações; mas, como as de todas, tinham descido. As de 5 por cento estavam a 96 e 97. O 1^o de abril, termo fatal do empréstimo, batia à porta, o plenipotenciário brasileiro em Londres, obrigado a proceder antes de ter recebido a última decisão do governo às ponderações que fizera, desenvolveu, para a operação que única podia fazer, um sistema tão completo de cautelas e de facilidades, que o resultado veio surpreender a ele próprio, e mais ainda ao governo.

Os empréstimos de 1824 foram pura e simplesmente renovados por mais dez anos. Não pesou sobre o tesouro do Brasil ônus algum.

Toda a imprensa inglesa sustentou a medida, e a justiça dela. Todos os possuidores de apólices a aceitaram. Uma insignificante comissão de 1/2 por cento aos contratadores dos empréstimos pelo trabalho da emissão das novas apólices de dez anos, postas em todas as

praças da Europa, por onde se tinham espalhado as apólices brasileiras, foi a única despesa do Tesouro.

A satisfação do Marquês de Paraná, ministro da Fazenda, manifestou-se no aviso endereçado ao Conselheiro Sérgio, aviso o mais honroso que um funcionário pode receber. O Sr. Macedo foi então agraciado com a grã-cruz da Ordem da Rosa, em que era simplesmente oficial.

Temos agora de voltar às estradas de ferro, e ao ano de 1853.

O governo imperial para desembaraçar-se das incertezas de uma concessão de empresa de estrada de ferro feita aqui, tão longe do mercado em que devia ser levantado o dinheiro, e querendo livrar-se de outras dificuldades autorizou o ministro em Londres a outorgar essa concessão a quem lhe parecesse oferecer melhores garantias.

Reunida esta autorização, que equivalia a 38 mil contos, aos empréstimos, às encomendas de vasos de guerra, e muitas outras, e às despesas regulares que fazemos anualmente pela Legação de Londres, vê-se logo que à discrição do Sr. Sérgio de Macedo colocado a duas mil léguas do governo, estiveram entregues mais de oitenta mil contos. À poucos homens talvez se tenha confiada a gestão de capitais tão avultados.

O ano de 1853 devia porém ser para o feliz negociador um ano de provação. No meio dele perdeu o Sr. Macedo sua esposa, modelo de virtudes, mãe extremosa, notável pelo espírito de ordem e economia com que dirigia sua casa. Compreende-se quão sensível lhe seria essa perda que o deixara com cinco filhos menores: compreende-se que ela fortemente o impelisse na resolução, em que de há muito estava, de recolher-se à pátria, de deixar enfim uma carreira em que ele e seus filhos se tornavam como que desligados dessas afeições íntimas de família, dessas amizades e simpatias da infância, tão poderosas para a felicidade humana, e até como que ficava ele posto em olvido dessa pátria que com tanta fidelidade estava servindo.

Seguiram-se os receios da guerra européia, a conseqüente falta de confiança e o retraimento dos capitais. Desapareceram todas as facilidades de formar uma companhia para construir e custear a estrada de ferro de D. Pedro II. Essa concessão, até ali por tantos disputada, agora

nem um homem sisudo a queria sem reservas que tirassem toda a obrigação de levantar logo os capitais.

Sendo porém necessário decidir este negócio, assim mesmo com essas reservas indeclináveis foi em novembro de 1853 feita a concessão a uma poderosa reunião de capitalistas. Seguiu-se a guerra, e a inação, cláusula expressa do contrato da concessão de que naturalmente se prevaleceram os concessionários.

Entretanto no mercado de Londres a empresa de Pernambuco procurava seu caminho sem a menor intervenção do ministro brasileiro. Aparece, porém, a empresa da Bahia com a cláusula fatal de uma garantia de juros adicionais de 2 por cento, votada pela sofreguidão e pelo irrefletido patriotismo da Assembléia Provincial.

Antes de ser concedida essa garantia, logo que apareceu a idéia dela, o Sr. Macedo a tinha combatido. Cassandra inútil, não foi ouvido, ou não foi acreditado. Hoje todos conhecem o mal dessa concessão tão elevada; mas naquele tempo a impaciência e o entusiasmo não quiseram atender à voz que aconselhava prudência.

Forçoso foi às Assembléias Provinciais de Pernambuco e Rio e Janeiro imitarem o exemplo da Bahia. O governo provincial de Pernambuco autorizou o ministro em Londres a dispor dos 2 por cento adicionais da província para obter logo sua estrada de ferro. Ele os outorgou aos concessionários, limitando a duração a 20 anos, e procurou obter que para a Bahia também a 20 anos se limitasse a concessão: mas já estava feita por 90; baldados foram pois os seus esforços.

Para a estrada de ferro de D. Pedro II outro sistema, que exigia maior coragem, foi adotado. Os concessionários desta empresa renunciaram à concessão. Se porém com a simples garantia de 5 por cento ninguém queria obrigar-se a levá-la a efeito, com a garantia de 7 por cento todos a queriam, e o nosso ministro era importunado por homens que já não pediam, mas ofereciam comprar por grossas somas uma tão vantajosa concessão.

O Sr. Sérgio de Macedo entendeu que, a fazer o Brasil o sacrificio de tão grande garantia de juros, devia livrar-se dos inconvenientes de uma companhia estrangeira.

Aproveitando os menos incompletos dos planos levantados pelos pretendentes que aqui haviam aparecido, fez ele em fevereiro de

1855 um contrato para a execução das obras da primeira secção da estrada de ferro de D. Pedro II. Obtida essa base essencial para a formação de uma companhia, deixou ao governo a opção entre a formação de uma companhia nacional, ou de uma companhia estrangeira, pedindo somente que apressasse a sua decisão. Aconselhava ele fortemente a formação da companhia nacional, e respondia à objeção da falta de capitais com recurso ao crédito, com o qual se podia obter o empréstimo desses capitais com o juro de 4.1/2 por cento em lugar de conceder a garantia de 7 por cento unida a tantas probabilidades de questões, de lutas, de encontros de interesses, que nunca se dariam nos empréstimos.

Na adoção deste sistema o Sr. Macedo afastava-se da lei. A responsabilidade deste passo entendeu o governo que devia deixar-lha: decidiu pois transferi-lo para os Estados Unidos: se fosse argüido por essa falta de pontual execução da lei, poderia declarar que a não tinha aprovado, e com aquela remoção o mostraria.

Vencidas as dificuldades que pensou encontrar na formação da companhia e no levantamento dos capitais, passada a sessão legislativa sem que a menor censura lhe houvesse sido feita no parlamento, o governo reconheceu o serviço que o Sr. Macedo havia feito ao país.

Por uma carta em que tudo isto lhe era comunicado lhe foi ordenado que não partisse para os Estados Unidos, mas se recolhesse a esta corte, pois aqui seria útil ao governo.

Ao chegar aqui o Sr. Macedo, consultado sobre o emprego de presidente da diretoria da estrada de ferro, respondeu que o seu decoro não lhe permitia aceitar semelhante posição. Outros empregos foram-lhe oferecidos nesta corte; recusou-os, assim como a missão para os Estados Unidos, e duas outras diplomáticas, dizendo que lhe era preciso estar o país algum tempo, e requerendo simplesmente ser posto em disponibilidade ativa. Isto lhe foi concedido.

Entenderam seus amigos que convinha responder às censuras que alguns jornais haviam feito ao contrato relativo à execução da 1ª seção da estrada de ferro. Ele o fez numa série de artigos publicados no *Jornal do Comércio*, e depois coligidos em um folheto. A clareza da exposição, a força da verdade, e o tom de convicção que distinguem este escrito calaram em todos os ânimos desapassionados. Nem uma resposta lhe foi dada. O espirito de partido tem por vezes renovado asserções re-

futadas, e insinuações absurdas; o Sr. Macedo nunca mais respondeu. A sua vida aí está para responder.

Ao marquês de Paraná, que sempre fora seu amigo, que sempre confiara em suas luzes e probidade, parecia incomodar a falta de aproveitamento de pessoa capaz de prestar tão bons serviços; ofereceu-lhe diversas presidências de províncias de 1ª ordem, que foram recusadas. Por fim a dificuldade de achar um presidente para Pernambuco o fez insistir de modo que o Sr. Macedo não pôde recusar.

A 21 de maio partiu para Pernambuco no vapor de guerra *Viamão*.

Chegou à província a 27, e tomou posse no dia seguinte.

Demoramo-nos na exposição dos serviços prestados no exterior pelo conselheiro Macedo, porquanto, pela sua natureza mesma, são dos que mais fáceis se esquecem, e menos são sabidos.

Presidente de Pernambuco, aí temos o antigo fundador do *Olindense* de volta à política interna, à frente da alta administração do país.

Para a época em que foi empregado, para a importantíssima província que lhe fora confiada, o Sr. conselheiro Sérgio tinha uma grande vantagem: havia conservado todas as suas relações da mocidade, e de aula, sem que nas nossas lutas internas se houvesse comprometido; suas idéias o faziam conservador; mas ninguém dos adversários desse partido tinha contra ele represálias que exercer.

Compreende-se, pois, como haviam de ser acolhidos na província a que era mandado o nome e a pessoa do novo presidente.

Entretanto, acervava-se o período fatal das eleições, período sempre incandescente, e que em Pernambuco, onde os velhos partidos não tinham deposto as suas inimizades, envolvia sérios perigos.

A presença da cólera-morbo na ocasião em que se haviam feito as qualificações, a abstenção do Partido Liberal nas precedentes eleições, impunham ao presidente a obrigação de providenciar contra os vícios da qualificação. Ele o faz com tanto acerto, que de todos é louvado; as medidas que então adota, as soluções que então e, posteriormente, dá a inúmeras dúvidas sobre a inteligência da legislação, não têm sido até hoje combatidas, nem censuradas.

Em uma das freguesias da capital aparece na eleição municipal alguma desordem, medidas de prudente vigor, por todos os contendores a princípio aceitas e aplaudidas, mantêm a ordem e restauram a regularidade do processo eleitoral.

Segue-se a essa eleição a dos eleitores; corre pacificamente. Então porém cessa para uma fração do partido liberal o período de louvores e de justiça ao presidente; a sorte das urnas havia sido contrária a suas pretensões.

Impassível às agressões, o presidente continua no seu zelo pela prosperidade da província, e em 1^o de março de 1857 instaura a sua assembléia com um relatório em que até os adversários admiraram tantos estudos feitos em tão pouco tempo e no meio de tantos cuidados.

Entretanto, o fim da presidência do Sr. Sérgio estava chegando: os seus amigos e patrícios do Rio de Janeiro haviam-se lembrado dele; e os votos do 1^o círculo eleitoral da corte o mandavam à Câmara.

Para vir tomar assento, deixou ele a presidência no meio das maiores demonstrações de estima e de consideração dos pernambucanos, e no intervalo da primeira e segunda sessão legislativa, embora não se houvesse até então pronunciado em oposição, não pôde anuir às reiteradas instâncias do marquês de Olinda que lhe pedia reassumisse aquele encargo.

Tomou assento na Câmara em 7 de maio. Se tem sido curta a vida parlamentar do conselheiro Macedo, pois apenas consta de duas sessões, se ainda é tão recente que está na memória de todos, ninguém nos contestará quando dissermos que com seu proceder, com a sua palavra, justificou ele o conceito de que goza, conquistou simpatias que justamente o colocam na mais elevada posição.

Todavia, se não pôde anuir ao convite do marquês de Olinda para voltar a Pernambuco, não podia negar-lhe o auxílio de suas luzes e experiência para o serviço do país nas suas relações exteriores.

Nomeado plenipotenciário para aqui tratar com o ministro inglês, concluiu a convenção que sujeita a uma comissão mista a decisão e julgamento de todas as reclamações pendentes entre os governos brasileiro e britânico. Um só tribunal tinha até aqui decidido todas as questões: a vontade do governo inglês. Só ele declarava admissíveis as suas reclamações, só ele repelia as dos brasileiros. Pela convenção, o

governo poderoso e o governo fraco se sujeitam ao mesmo tribunal, composto de súditos de cada um deles com voto igual.

Chamado em 12 de dezembro a tomar a pasta do Império, no gabinete atual, o Sr. Conselheiro Sérgio saberá desempenhar essa nova missão, como tem desempenhado todas as que lhe têm sido confiadas.

Membro de diversas sociedades sábias, nacionais e estrangeiras, condecorado com a mais alta mercê da Ordem da Rosa, apresenta em diversas condecorações estrangeiras, o autêntico testemunho dos seus serviços diplomáticos, e da consideração em que é tido pelos soberanos das nações perante as quais teve de representar o Governo brasileiro.



Engraving by J. J. G.

GENERAL FERNANDO DE SOTOMAYOR Y RIQUELME

Manuel de Sotomayor y Riquelme

.....

Manuel Felizardo de Sousa e Melo

O

conselheiro Manuel Felizardo de Sousa e Melo, nasceu a 8 de dezembro de 1805, na freguesia de Campo Grande, município da corte.

Em casa de seus pais, o major Manuel Joaquim de Sousa, natural da província de Minas Gerais, e de D. Luzia Maria de Sousa, nascida em Iguaçu, estudou as primeiras letras e o latim.

Em março de 1819 entrou no seminário de S. José, onde freqüentou as aulas de filosofia, retórica, grego e de francês.

Em junho de 1822 seguiu para Portugal, e nesse mesmo ano matriculou-se nos primeiros anos matemático e filosófico, e na cidade da Bahia em 14 de agosto de 1813, tomou o grau de bacharel formado em matemáticas em junho de 1826, sendo reputado um dos mais distintos estudantes entre seus condiscípulos, e tendo obtido prêmios em todos os anos em que esta distinção era permitida aos alunos mais aplicados.

Em fevereiro de 1827 foi despachado lente substituto da academia militar da corte, e, pouco depois tenente graduado capitão do corpo de engenheiros.

Até 1832 foi incumbido pelo governo de algumas comissões importantes, como a de membro da comissão liquidadora do primeiro Banco do Brasil, e do exame do pessoal do Tesouro e de todas as outras

repartições fiscais da corte, exame preciso para a reforma desses estabelecimentos, pois que antes se devia verificar quais dos empregados então existentes deviam continuar no serviço.

Em fins de 1832 teve a comissão de organizar, na qualidade de inspetor, a tesouraria provincial de S. Pedro do Sul, e conseguiu em dois anos e meio fazer duplicar a renda.

Retirado poucos dias antes da infeliz revolta que por dez anos assolou aquela província, voltou ao magistério, e nele se conservou até fins de 1837, época em que foi nomeado presidente da província do Ceará.

Grande então era o exaltamento dos partidos políticos em todo o império; o novo presidente sofreu, pois, da parte de um deles encarniçada guerra; e, se foi forçado a reagir para manter a ordem conduziu-se sempre com tanta justiça, que pouco tempo depois, os próprios adversários o confessaram. Foi obrigado a refazer a polícia, a fazer algumas alterações na Guarda Nacional, mas não demitiu um só empregado cujas funções não influíssem a tranqüilidade pública: a um só empregado sequer não tirou o pão com que se alimentava e à sua família.

Removido em fevereiro de 1839 para a presidência da província do Maranhão, encontrou ali em campo a sedição que em dezembro anterior se havia feito contra o seu antecessor.

Os recursos da província se achavam exaustos. A única força de que o Presidente Camargo poderia dispor, e havia mandado contra os sediciosos tinha sido feita prisioneira, e o comandante esfolado vivo. Tudo foi então preciso criar para repressão da revolta. Da corte e das províncias, e com longa demora, apenas se enviaram: da Bahia, um chamado batalhão, recrutado na véspera do embarque, levando o fardamento e armas encaixotados, e por oficiais muito pouco efetivos, e o resto novos cadetes arvorados em oficiais de comissão; de Pernambuco um outro batalhão de soldados novos, ou antes de recrutas que se achavam apenas com as primeiras lições; e do Ceará, uns 30 a 40 soldados. A corte, tendo sua atenção presa com a rebelião do Rio Grande do Sul, apenas pôde enviar para o Maranhão duas ou três escunas de guerra; e o Pará os destroços de um batalhão que foram encher os hospitais militares. Com estes recursos, e criando na província corpos provisórios, conseguiu o Presidente Sousa e Melo ter em campo cerca de

5.000 praças, bater os revoltosos em diversas ações, e entregar a província a seu sucessor, depois de restaurada pela segunda e última vez a cidade de Caxias, de repellidos os desordeiros de todas as povoações, cursos de água e estradas, e de fazê-los recolher às matas. Apenas em força se animavam então os revoltosos a mostrar-se na remota comarca de Pastos Bons.

A província não foi entregue mansa e pacífica ao Sr. Marquês de Caxias, sucessor do conselheiro Sousa e Melo, mas a revolta que contou um exército de mais de 15.000 homens estava vencida, e com os meios criados por este administrador. O officio em que o Conselheiro Sousa e Melo dá conta ao governo de haver entregue a presidência expõe o estado em que deixava a província.

O emprego de força material muito produziu, e ações mortíferas tiveram lugar, tendo o presidente dirigido uma delas, a da tomada da vila de Icatu; mas o que maiores e mais benéficos resultados produziu foi o constante uso dos meios brandos para com aqueles que se não achavam efetivamente em armas, e o bom tratamento aos que as depunham.

Os partidos políticos estavam no último grau de exaltação; um attribuía ao outro a origem da revolta e sua continuação: queriam portanto aproveitar-se da ocasião para saldar contas antigas. A imprensa de um desses partidos, os deputados da província à assembléia geral, o presidente da província do Piauí, e seus numerosos amigos, mais ou menos abertamente acusavam o Conselheiro Sousa e Melo por não desenvolver energia contra os autores e fomentadores da revolta. A tudo resistiu o presidente: conhecia perfeitamente que o concurso de todos os maranhenses era necessário para debelar a revolta, e fazendo dela desaparecer toda a cor política e de partidos, conseguiu extremá-la da parte sã da província, deixando-a somente com a mais vil plebe, que se entregava a todas as orgias de sangue e devassidão e por isso mais fácil foi vencê-la.

Não se limitou o presidente à província do Maranhão; grande parte da do Piauí, interceptada da capital, e não podendo receber ordens e auxílios de Oeiras, teve o Conselheiro Sousa e Melo de encarregar-se de sua administração, e de libertá-la dos desordeiros.

Força numerosa ali concentrou, e por medidas prontas e enérgicas salvou a Vila da Parnaíba que estava prestes a ser saqueada.

Dispensado da presidência do Maranhão, foi promovido ao posto de major pelos serviços relevantes feitos na província: e três meses depois seguiu como residente para a província de Alagoas, que agitada se achava ainda pela última sedição contra o presidente Agostinho da Silva Neves, e subsequente mudança da capital para a cidade de Maceió.

Sem a menor oposição administrou a província por dois anos e meio, e a deixou tranqüila. Neste intervalo por duas vezes foi eleito deputado em primeiro lugar, e com grande diferença de votos em relação aos que seus colegas obtiveram.

Em fins de 1843, foi nomeado presidente da província de São Paulo, donde voltando a assistir à sessão legislativa de 1844, e tendo sido dissolvida a Câmara dos Deputados, regressou para a Escola Militar a exercer o magistério, exercício em que se conservou até março de 1848, época em que, na qualidade de ministro da Marinha e interino da Guerra, ao princípio, e depois na de ministro da Guerra, fez parte do Ministério de que foi presidente o Exmo. visconde de Macaé.

Dissolvido o ministério ocupou-se no magistério e na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro, da qual foi eleito presidente, e de novo subiu em 29 de setembro do mesmo ano ao Ministério, ocupando efetivamente a pasta da Marinha e interinamente a da Guerra. Em fins de 1849, passou-se efetivamente para o Ministério da Guerra em que permaneceu até setembro de 1853.

No seu longo ministério a pacificação de Pernambuco se fez com rapidez e se obteve a glória de duas grandes vitórias: a primeira incruenta, a da dissolução do exército de Oribe, que há dez anos sitiava a cidade de Montevideú, e dominava toda a República Cisplatina; a segunda, conseguida com pequena perda de sangue brasileiro, mas com dispêndio de muita coragem e habilidade dos nossos bravos.

Rapidez do movimento das tropas e ao completo fornecimento de tudo quanto era necessário para um exército em campanha, se deveram em não pequeno número os bons resultados acima apontados.

O recrutamento do exército, a promoção dos oficiais, e melhoramentos razoáveis de vencimentos a estes e aos inferiores, a disci-

plina do exército e sua administração, foram atendidos por diversos atos administrativos, ou legislativos, indicados ou promovidos pelo Conselheiro Sousa e Melo.

Em 1^a de outubro de 1848, foi eleito senador pela província do Rio de Janeiro, e escolhido em dezembro do mesmo ano.

Nomeado presidente da província de Pernambuco, em outubro de 1858, tomou posse da presidência a 6 de dezembro, e a entregou ao Sr. Conselheiro J. A. Saraiva em fins de janeiro do corrente, por ser chamado ao Ministério da Guerra, no qual entrou em exercício a 12 do mês seguinte.

Em dois meses incompletos de administração em Pernambuco pouco poderia ter feito em benefício da província; entretanto, conseguiu durante esse período inspirar tal confiança a todos que foi seguido pelos chefes até o embarque, deixando gratas recordações.

Entre diversas comissões que tem desempenhado, sobressai a de comandante geral da freguesia de S. José, nos lutosos dias de 1831 e princípios de 1832, em que a cidade do Rio de Janeiro era constantemente insultada por desordenados movimentos revolucionários. Com a guarda municipal de sua freguesia cooperou ativamente para a manutenção da ordem, achando tempo ainda de comparecer muitas vezes à frente da 2^a Companhia do Batalhão de Oficiais-soldados, da qual foi eleito 1^o comandante.

Desde o início de sua carreira política, sustentou sempre os princípios da ordem, e nas câmaras legislativas jamais se afastou de tais princípios conciliando-os sempre com a bem atendida liberdade.

Nomeado em janeiro de 1854 diretor-geral das terras públicas, contribuiu para a organização dos diversos regulamentos para a execução da lei de 18 de setembro de 1850.

Por decreto de 2 de dezembro de 1857, foi promovido a brigadeiro graduado; por ocasião da coroação teve a comenda da Ordem de Cristo e, de Portugal, a Grã-Cruz da mesma ordem pelos serviços prestados à marinha portuguesa no desarvoramento da nau *Vasco da Gama*, etc.



24. 2000 100 100

JOSÉ THOMAZ NABUCO DE ARAÚJO

José Thomaz Nabuco de Araújo

.....
José Tomás Nabuco de Araújo

F

ilho legítimo do Senador José Tomás Nabuco de Araújo, que, no primeiro reinado e durante a minoridade, foi presidente de diversas províncias, e de sua mulher D. Maria Bárbara Ferreira Nabuco, o conselheiro José Tomás Nabuco de Araújo nasceu na cidade da Bahia em 14 de agosto de 1813.

Logo nas aulas menores mostrou que seria digno da ilustração da família a que pertencia, e a quem o país já devia cidadãos ilustres na magistratura e na jurisprudência.

Dotado de atilamento e de perseverante aplicação, ainda menino já se ocupava com assuntos sérios, especialmente com as questões políticas que, aliás, nesse tempo de patriotismo e de dedicação, constituíam como a atmosfera em que vivia o brasileiro.

Quando no ano de 1831 foi matricular-se no curso jurídico de Olinda, o jovem Nabuco era um dos mais distintos desses jovens em quem descansavam as esperanças da pátria.

Político, discutidor, infatigável no trabalho, como estudante sustentava nas aulas lugar de honra entre os seus companheiros. Não podia contentar-se com os estudos como alimento à atividade do seu espírito, nem faltar à sua vocação que o chamava a ocupar-se dos negócios públicos. Portanto, tomou parte em todas as associações pa-

trióticas dessa época de agitação, e para vulgarizar as suas convicções empregou logo a pena de jornalista.

Sem embargo da sua mocidade, solicitavam a sua coadjvação, aceitavam os seus conselhos, atendiam a sua palavra os homens mais notáveis que nessa época dirigiam a opinião pública, e refreavam os desmandos revolucionários.

O *Eco de Olinda*, montado em 1831 em colaboração com os Srs. Ferraz e Cansanção, então igualmente estudantes, o *Velho* de 1817, fundado em 1833, o *Aristarco*, que existiu de 1834 a 1836 foram os ensaios do estudante que, ao depois, no período tão importante de 1844 a 1849 devia, no *Lidador* e na *União*, apresentar-se um dos mais prestimosos atletas da grande causa da unidade brasileira, e das instituições que nos garantem a liberdade e a ordem.

Formado em 1^o de dezembro de 1835, foi alguns meses depois despachado promotor público da cidade do Recife, e nesse emprego se conservou até janeiro de 1841. Foi então nomeado juiz de direito da comarca de Pau do Alho, na mesma província de Pernambuco.

Enquanto promotor público, applicou-se com a devida atenção e seriedade aos graves estudos de assunto tão árido como a jurisprudência, e a par dos conhecimentos especiais, que desde então alcançou, e que tão raros são na época da leviandade e do improvisado em que vivemos; adquiriu os hábitos da reflexão, madureza e estudo que ainda hoje o recomendam.

Podemos considerar essa época como a de seu tirocínio: tirocínio de eloquência, nas sociedades populares em que sua palavra incansável sustentou os sãos princípios constitucionais, e no júri em defesa da sociedade contra o crime: tirocínio de publicista e de político, quer naquelas associações, quer na constante redação de jornais, em épocas tão diversas das de hoje, em épocas em que a luta animada como que punha em questão cada dia, cada hora, a existência das instituições nacionais; tirocínio de meditação e de estudo na árida ciência do direito positivo.

Assim, preparado antes de chegar aos 30 anos de idade, os votos da província em que residia chamaram-no ao parlamento: nele teve assento nessa deputação pernambucana que então era tão rica de talentos e de notabilidades, na sessão de 1843, e nunca mais cessou de

fazer parte dela, senão quando o partido que lhe era infenso comprimia o voto popular de modo a excluir todos os que não pertenciam às suas chapas.

Na assembléia provincial pernambucana de que por vezes tinha feito parte havia-se adestrado para aparecer em maior teatro.

Antes de o vermos nesse novo teatro, acompanhem-lo um pouco na sua carreira de magistrado.

Da comarca do Pau do Alho foi, em 1842, removido para a do Recife: no exercício das funções judiciárias em comarca tão importante pôde mostrar o que a natureza e o estudo o haviam feito. Granjeou logo com a consideração e a estima pública os foros de abalizado magistrado, a ponto tal que, quando em 1847, a reação política então desencadeada por um partido que senhor do poder, não admitia em posições oficiais a quem quer que o não servisse, o removeu para a comarca do Açu, houve um clamor geral de indignação, ecoado por toda a imprensa do país, e os cidadãos mais grados do Recife, sem distinção de opiniões ou de parcialidades políticas, deram solenes testemunhos da mágoa que lhes causava a prepotência que os privava de juiz tão reto e tão ilustrado.

Assim, o golpe com que o ódio implacável dos seus adversários o queria castigar, achou-se frustrado; foi ocasião para o juiz removido dessa solene compensação, e ainda mais o serviu abrindo-lhe a carreira da advocacia. Ao invés de ficar resignado com o degredo a que era condenado, o jurisconsulto abriu banca de advogado; aí o acompanharam o conceito, as simpatias que tinha sabido adquirir, e quando um poder mais regular o restituiu em 1849 à sua comarca do Recife, foi para o ilustre advogado um verdadeiro sacrifício aceitar a nomeação. Esse sacrifício, porém, ele o fez porque as circunstâncias eram graves: Pernambuco tinha visto uma nova revolta, felizmente a última que tem ensangüentado o país; processos iam ser instaurados aos comprometidos nessa revolta, o júri do Recife ia julgá-los; era, pois, indispensável que o magistrado que lhe tivesse de presidir, não deixasse que as paixões políticas, os ressentimentos e ódios se substituíssem à justiça. Nabuco de Araújo compreendeu que havia uma missão importante para o juiz de direito do Recife. Aceitou-a, cumpriu-a. Os processos políticos foram então levados a bom êxito sem quebra da lei e da justiça.

A vida política o distraiu então completamente da carreira de magistrado; restituído à tribuna em 1850, nunca mais pôde voltar à sua comarca, e em 1857 conseguiu a sua aposentadoria de juiz de direito com as honras de desembargador.

As convicções que o Conselheiro Nabuco tem por diversas vezes manifestado na tribuna, e que cada vez se enraízam mais no seu espírito com os fatos que tem presenciado, acerca da incompatibilidade das funções de magistrado com as funções políticas, especialmente as de natureza eletiva, determinaram-no naquela solicitação, quando as nobres inspirações do seu talento à sua patriótica ambição de servir ao país, oferecia a carreira de político melhor e mais vasto campo do que a do magistrado.

Membro distinto das maiorias ordeiras, o conselheiro Nabuco fez-se logo reconhecer como um homem de futuro pelo seu talento de tribuna, pelos seus trabalhos de comissões e de gabinete.

Por amor deles viu-se, no Ministério do Sr. Queirós Coutinho, nomeado membro da comissão que teve de organizar os regulamentos necessários à execução do código do comércio; e foi autor do importante regulamento das correições.

Entrando, enfim, na alta administração, foi em 1851 presidir à província de São Paulo. Essa província, uma das que mais agitadas temos tido pelas paixões políticas, importantes pelas notabilidades que aí capitaneiam os partidos, era incontestavelmente uma das em que se exigem talentos de mais subida plana. O hábil administrador manobrou de modo a neutralizar as paixões, a fazer arrefecer as lutas, a acalmar o antagonismo dos interesses, e teve a fortuna de conciliar amizades distintas de ambas as parcialidades, que ainda se lhe conservam devotadas.

Os tempos, porém, iam fazendo sua obra: longe estavam os dias de lutas; os partidos antigos começavam a deixar as suas bandeiras. Nessas circunstâncias, o Sr. Carneiro Leão é encarregado de organizar um gabinete: a palavra em que se encerrava o programa desse gabinete tinha de ser: *conciliação*. Um notável discurso do deputado de Pernambuco, no começo dessa sessão legislativa, o seu procedimento na câmara, a sua presidência de São Paulo, tudo o apresentava ao organizador do gabinete como o melhor para coadjuvá-lo na pasta da Justiça.

Nesse longo ministério, que durou de 1853 até 1857, e que é um dos que mais fortes vestígios têm de deixar na nossa história, coube ao Conselheiro Nabuco de Araújo papel importante. Os serviços que então prestou, querendo dar regularidade à administração da justiça, os seus grandes trabalhos sobre a reforma da nossa organização policial e criminal, e seu projeto para introduzir a luz no caos de nossa legislação hipotecária, e assim tornar possível o crédito territorial, estão na lembrança de todos, e embora não sejam leis do país, constituem o mais belo florão de glória do ministro que compreende os deveres do seu cargo.

A morte do presidente do Conselho determinou a dissolução desse Ministério; se as circunstâncias políticas da proximidade de uma eleição sob o regime de uma nova lei, impunham aos companheiros do marquês de Paraná o dever de continuar no poder, considerações políticas de igual peso determinavam-lhes que se retirassem na presença da nova câmara – o conselheiro Nabuco o compreendeu e solicitou a sua demissão.

Nesse ministério, o conselheiro Nabuco mostrou-se um dos mais sinceros e devotados propugnadores da conciliação; na tribuna a defendeu por vezes e a explicou com o seu talento de hábil doutrinário, com as suas grandes exposições de idéias gerais; na prática, não fazendo seleção de pessoas pelas simples recomendações do passado, mas somente atendendo ao merecimento de cada um, mostrou-se o que havia anunciado que seria já na presidência de Pernambuco, já nos seus discursos na sessão de 1853, especialmente quando procurou sustentar a validade do diploma com que então se apresentava como deputado pelo Pará o Sr. Sousa Franco.

Depois desse Ministério, tão preeminente se tornou o conselheiro Nabuco que na nova organização ministerial de que foi encarregado o Sr. visconde de Abaeté, em 12 de dezembro do ano passado, não podia deixar de ser contemplado. Tendo recebido recentemente da coroa a graça da escolha para senador em uma lista que só lhe cabia o terceiro lugar, o Conselheiro Nabuco entendeu que não podia recusar-se ao convite. Embora nisso sacrificasse grandes interesses, aceitou o posto... Não o pôde porém sustentar: reconheceu, dizem-nos pessoas bem informadas, que não se poderia dar entre ele e alguns dos seus colegas a necessária solidariedade; retirou-se pois em 19 de março deste ano.

Ao sair do Ministério, em 1857, o Conselheiro Nabuco alisou-se entre os advogados do foro fluminense, onde foi escolhido como devia sê-lo um jurisconsulto tão abalizado; agora, que de novo se acha fora do poder, voltará à sua banca de advogado: ainda aí prestará bons serviços à administração da justiça.

Do caráter nobre e desinteressado do hábil jurisconsulto há uma prova raríssima nos nossos dias.

É de prática que as vagas senatórias que aparecem, quando no poder estão ministros com a idade de 40 anos, pertençam a esses ministros. Ainda livre da influência indébita, a eleição sempre se acomoda em prol do cidadão cujo merecimento está sobressaindo em uma pasta. Nabuco de Araújo tinha ambição mais nobre: desprezando essa prática, no seu longo ministério da Justiça viu sucederem-se sete vagas de senador por províncias onde tinha ele algum título pessoal com que apadrinhasse a sua candidatura; foram essas vagas duas por São Paulo, duas pela Bahia, uma pelo Pará, uma por Pernambuco e uma por Alagoas; o ministro Nabuco não foi candidato. Reservava-se para pleitear a sua candidatura no dia em que não fosse mais ministro, no dia pois em que não lhe pudesse ser exprobrada a interferência oficial. Esse dia chegou enfim: a província do seu nascimento apresentou-o à coroa, em 1858, e a coroa o escolheu.

Eis em breve resumo a vida pública do conselheiro Nabuco. Da sua vida particular apenas nos cabe aqui mencionar o seu consórcio, logo no começo da sua carreira, em março de 1840, com a Sra. D. Ana Benigna Barreto Nabuco, filha legítima do tenente-coronel Antônio de Sá Barreto e D. Ana Felicidade Barreto, irmã germana do marquês do Recife, descendente em linha reta e legítima dos morgados do cabo de Santo Agostinho.



S. A. von Schick

Grav. 211

CONTE JUAN DE LA CUESTA ILIBREDA.

C. Barbou.

.....

Januário da Cunha Barbosa

Januário da Cunha Barbosa nasceu na cidade do Rio de Janeiro, a 10 de julho de 1780. Foram seus pais Leonardo José da Cunha Barbosa e Bernarda Maria de Jesus, aquele natural de Lisboa, esta do Rio de Janeiro. Perdendo sua mãe, quando apenas contava nove anos, e pouco tempo depois seu pai, ficou a sua educação, assim como a de seus irmãos ainda mais moços do que ele, a cargo de um tio paterno, que o sustentou nos estudos preparatórios ao estado eclesiástico, que ele abraçara no ano de 1801 pela ordem de subdiácono, entrando no sacerdócio em 1803, logo que completou a idade para isso requerida. Em 1804 fez duas viagens a Lisboa, e voltando em junho de 1805 entregou-se ao ministério do púlpito, em que adquiriu crédito.

Estabelecendo-se a capela real no Rio de Janeiro, no ano de 1808, teve Januário da Cunha Barbosa carta de pregador régio. Desvelou-se no desempenho deste encargo, do qual colheu o hábito de Cristo, os aplausos dos cortesãos e a estima de seus patrícios. Em setembro desse mesmo ano, foi Januário admitido a substituir a cadeira de filosofia racional e moral, habilitando-se para isso na Mesa do Desembargo do Paço, e começou também em janeiro seguinte a servir o lugar de pró-comissário da ordem terceira dos *Mínimos*. Em dezembro de

1814, teve a propriedade da cadeira, vaga por jubilação de seu proprietário.

Em 1821, o grito de liberdade soltado em Portugal achou eco no coração de Januário da Cunha Barbosa, que, como visse se desenvolverem os destinos do Brasil a esse brado, que retumbou prontamente em todas as suas províncias, quis logo, associado a um amigo e colega em seus estudos, Joaquim Gonçalves Ledo, concorrer com um contingente necessário em tal ensejo. O *Revérbero Constitucional Fluminense*, periódico semanal que apareceu pela primeira vez em 15 de setembro desse ano, encaminhou os brasileiros à Independência, fortificou-lhes a opinião contra os disfarçados acometimentos das Cortes em Lisboa, acendeu-lhes o entusiasmo daquela época, dispondo os ânimos para a emancipação do Brasil, proclamada em setembro de 1822, mas começada verdadeiramente em maio pela representação redigida pelos redatores do *Revérbero*, lembrada pelo então Presidente da Câmara Municipal, José Clemente Pereira, e discutida por estes e mais dois patricios, José Mariano d'Azevedo e José Joaquim da Rocha, que assim lançaram a pedra angular no alicerce da independência do Brasil.

Quando em setembro desse ano os negócios do país chegavam ao ponto de seu maior desenvolvimento, Januário da Cunha Barbosa marchou à província de Minas Gerais para coadjuvar os mineiros na aclamação do Príncipe, então escolhido para reger os destinos da nação. Apesar de que os sentimentos de quase todos os mineiros estivessem acordes para este ato, contudo a presença de um fidalgo português, que ali governava com algum partido, fez necessária a sua ida à capital de Minas. D. Manuel da Câmara nem se pôde opor ao ato da aclamação que poucos dias antes havia desaprovado, nem se demorou ali depois desse ato, que fora celebrado na melhor ordem e com entusiasmo impossível de se descrever. Januário da Cunha Barbosa tratou então em Vila Rica, Mariana, Caeté e Sabará, de temperar algumas paixões irritadas pelos acontecimentos anteriores; trabalhou por si e por seus amigos em ordem a fazer chegar ao centro da opinião nacional os que erradamente divergiam, ou que achavam graves embaraços na indignação dos escandalizados por seus primeiros atos; e conseguiu gloriosamente fazer muitas reconciliações. Mas quando Januário da Cunha Barbosa acabava a inteira conversão dos dissidentes, um mês de-

pois da aclamação do Imperador constitucional na capital de Minas, em que tivera não pequena parte, ele foi preso em seu regresso ao Rio de Janeiro, recolhido à fortaleza de Santa Cruz em 7 de dezembro, no mesmo instante da sua chegada à corte, e no dia 19 posto a bordo de um bergantim francês, e deportado para o Havre, sem processo, sem se atender a um só de seus requerimentos, e sem subsídio para manter-se em terra estrangeira!

Januário da Cunha Barbosa teve muitos outros companheiros de desgraça, e de tão inqualificável deportação. Julgado improcedente o processo contra todos eles, e na ausência de todos instaurado, teve ele bem depressa em Paris as provas de que sua inocência havia plenamente triunfado, sendo-lhe restituída a liberdade de voltar ao seu país.

Em 1823, deixando a capital da França, dirigiu-se ao Havre, donde regressou ao Império, chegando ao Rio de Janeiro em dezembro do mesmo ano. O exílio só serviu para fazer avultar a consideração de que por todos os seus atos e serviços feitos à pátria tornara-se tão credor. Todo o tempo de sua imerecida deportação foi pelo ilustre brasileiro aproveitado em ilustrar a sua inteligência, habilitando-a com os frutos da experiência e a lição dos homens para melhor servir ao seu país, cuja prosperidade constituía o constante objeto de sua solicitude e anelo.

Não era possível que os acrisolados serviços, tão desinteressadamente prestados à pátria e ao Império por Januário da Cunha Barbosa, ficassem eternamente deslembrados na consciência pública e nos arquivos da administração suprema.

Restituído à pátria, foi o digno fluminense recebido pelo Sr. D. Pedro I com todos os sinais de benevolência, sendo logo em seguida honrado com o oficialato do Cruzeiro, em abril de 1824, e com o lugar de cônego da capela imperial, em setembro do mesmo ano.

Tão significativos atos de distinção da parte do monarca foram por parte dos povos correspondidos por demonstrações não menos nobres e honrosas. Os mineiros, recordando os preciosos serviços que lhes prestara o cônego Januário, e os fluminenses disputando-lhes a glória de os retribuir, conjuntamente elevaram o cônego Januário ao alto cargo de representante da nação na primeira legislatura,

que teve lugar em maio de 1826, na qual, em respeito à lei, tomou parte pela província do Rio de Janeiro, por ser a do seu nascimento.

Concluídos os trabalhos do quadriênio, o governo, querendo aproveitar as luzes e reconhecida a aptidão do cônego Januário, encarregou-o, não só da direção da tipografia nacional, como também da redação do *Diário do Governo*.

Como era natural, não poderia deixar o cônego Januário, nessa sua nova posição, de incorrer no desagrado daqueles que, por qualquer modo, hostilizassem os atos da administração a cuja defesa se prestava. Não há ministério que não tenha adeptos detratores. Dessa origem procedeu o resfriamento das afeições de alguns de seus amigos e admiradores, sem que jamais lhe pudessem fazer carga de ser menos extremoso defensor dos verdadeiros sentimentos liberais que professava, ou de olhar com menos horror para quanto podia alimentar a anarquia ou a revolução.

Por essas vicissitudes, tão naturais no regime da política adotada, facilmente explica-se a dispensa do cônego Januário da redação da folha oficial, em abril de 1831, bem como também a sua reintegração, logo em junho do mesmo ano, sob a administração da regência permanente, que soube fazer justiça aos sentimentos e à ilustração de um cidadão tão distinto. Novas provas de consideração do governo ainda se observam em suas nomeações de examinador sinodal, de cronista do Império e de diretor da Biblioteca Nacional.

Nos últimos anos de sua existência, não se descuidava um só momento o cônego Januário de dedicar-se com o mais desvelado zelo ao serviço do seu país. As letras receberam de sua cultura e constantes estudos os mais benéficos impulsos.

O periódico *Auxiliador da Indústria Nacional*, o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, a *Revista Trimensal* do mesmo Instituto, o poema "Niterói" a coleção das poesias mais estimadas dos poetas brasileiros, com a vida de alguns deles, lhes devem a sua existência. Se se juntarem a esses títulos de glória os serviços prestados ao ensino da filosofia por espaço de vinte e sete anos, que lhe valeram por fim a sua jubilação, e os aturados trabalhos de uma ativa correspondência entretida com as principais sociedades literárias da Europa e da América do Norte, atinar-se-á com a razão por que em seus últimos anos tantas

provas de distinção pública, nacional e estrangeira, procuravam como que à porfia honrar o benemérito literato. A tão distintos incentivos deveu o cônego Januário o ser secretário perpétuo das duas mais úteis sociedades da capital do Império, como sejam a Sociedade Auxiliadora e o Instituto Histórico, o ser membro do Conservatório Dramático, correspondente de catorze associações literárias estrangeiras. As comendas do Cruzeiro e Cristo foram unidas às da Rosa, da Conceição de Vila Viçosa, em Portugal, e de Francisco I, em Nápoles.

Ainda no último quartel de sua vida, e quando os fluminenses o haviam novamente elevado ao lugar de deputado à assembléia geral legislativa, seus amigos o viram dedicar-se com a solícitude que tanto o distinguia ao estudo da reforma da instrução pública.

Orador sagrado, seus inúmeros sermões e orações de graças atestam a sua profunda erudição, colhida nas melhores obras da literatura religiosa, publicadas nas línguas latina, portuguesa, espanhola e francesa. Seus próprios desafetos nunca deixaram de admirar o talento e a superioridade com que nessa qualidade honrava as letras e a pátria.

Escritor público, era dotado de rara fecundidade, de recursos variadíssimos e de um estilo lúcido, algumas vezes caloroso, sempre insinuante, agradável e interessante. Era um dos principais de sua época, digno companheiro dos Cairus e Ferreiras da Veiga.

Professor de filosofia, por mais de um quarto de século, instruía a mocidade nos sãos princípios da ciência, extremando-os dos abusos e inconvenientes excessos. Inúmeros cidadãos, que por mais de um título hoje realçam nas cadeiras dos legisladores da pátria, entre a ilustrada classe médica, na honrosa profissão das armas, e em outras não menos dignas posições, atestam os serviços importantes e verdadeiramente reais com que procurava o cônego Januário desenvolver e ilustrar a inteligência pública.

Poeta, diferentes escritos seus o colocam na ordem dos primeiros épicos, satíricos e epigramáticos da sua época.

Jornalista, foi um dos mais conspícuos colaboradores do tempo, e devendo-se, como acima fica dito, à força de seus escritos, cheios de energia, cabedal e independência, as causas produtoras dos principais sucessos do país.

O cônego Januário arrebatava no púlpito pela sua presença nobre, por sua larga fronte, seu olhar vivo e brilhante, seus gestos regulares e sua voz acentuada e sonora.

Em sua organização sanguínea, móvel e suscetível, achava-se como que encarnado o espírito do jornalismo.

Era constante e aturado no trabalho, incansável em produzir, inexaurível no improvisar. Seus trabalhos apenas se afrouxaram quando na idade de sessenta e dois anos, uma paralisia lhe veio suspender a ação da mão direita.

A morte o arrebatou na idade de sessenta e seis anos e meio, aos 22 de fevereiro de 1846, assistindo-lhe aos seus derradeiros instantes os seus melhores amigos.

O país deplorou a perda do homem distinto, que por mais de um título se havia ilustrado e o havia honrado.

O cônego Januário da Cunha Barbosa teria colhido melhores louros em sua afanosa vida, e veria melhor recompensados os seus eminentes serviços, se a ingratidão dos homens e as tormentas políticas tanto o não houvessem contrariado.



24. Serra de (1812).

MARQUEZ DE PARANAGUÁ

Marquês de Paranaguá

.....

Marquês de Paranaguá

Francisco Vilela Barbosa, natural da província do Rio de Janeiro, filho de Francisco Vilela Barbosa, tendo terminado os estudos preparatórios, seguiu para Portugal, a fim de estudar matemática na universidade de Coimbra. Depois de formado nessa faculdade, assentou praça na armada nacional, no posto de 2^o tenente, em 1797, na idade de 25 anos, onde prestou bons serviços, principalmente no cerco da praça de Túnis, e na tomada dos piratas argelinos, no Mediterrâneo.

De volta a Lisboa foi nomeado lente da Real Academia de Marinha, por proposta da congregação dos lentes da universidade de Coimbra, segundo a lei; passando para o real corpo de engenheiros, em agosto de 1802, no posto de 1^o tenente, sendo em dezembro do mesmo ano promovido a capitão e a major em julho de 1810.

Sendo já membro da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica de Lisboa, foi eleito sócio da Academia Real das Ciências na classe das ciências exatas, em dezembro de 1814, sendo em 1818 eleito vice-secretário, com exercício de secretário, que serviu até demitir-se, em 1823.

Além dos trabalhos acadêmicos, F. V. Barbosa procurou dotar as ciências com alguns de seus escritos.

Escreveu para a Real Academia *Elementos de Geometria* com um tratado de geometria esférica, 1 vol. em 8^o, do qual a academia tem feito quatro edições, já extintas. O 6^o tomo, part. 1^a das memórias, e história da Academia Real das Ciências de Lisboa, traz a *Primavera*, sublime cantata, feita por V. Barbosa. Assim como o tomo 8^o das mesmas memórias contém os discursos recitados pelo vice-secretário V. Barbosa na sessão pública da academia, a 24 de junho de 1821, e no paço de Queluz a el-rei o Sr. D. João VI, em 9 de julho do mesmo ano, por ocasião da sua chegada a Lisboa.

A mudança de sistema de governo facilitou aos fluminenses a ocasião de distinguirem ao seu comprovinciano, que em Portugal tantas provas dava de seu talento; F. V. Barbosa foi eleito deputado às Cortes constituintes, pela sua província natal.

Porém, apenas os deputados portugueses justificaram a independência do Brasil, com a sua conduta imprudente e provocadora, V. Barbosa provou que tinha um coração brasileiro; que o amor da pátria que nele palpitava, não tolerava a menor idéia de opressão para o Brasil; e unido à falange dos Andradas, dos Linos Coutinhos e de todos os outros brasileiros, reconheceram que as vistas do congresso eram hostis ao Brasil; que o Brasil, que principiara a ser livre em 1808, não podia mais voltar às cadeias coloniais; e com eles assinou, a 18 de setembro de 1822, a declaração proposta pelo digno paulista Fernandes Pinheiro, depois Visconde de S. Leopoldo, de que não jurariam a Constituição, porque na sua discussão haviam votado contra ela; e também porque entendiam ter cessado os seus poderes; pedindo V. Barbosa em sessão do congresso, a urgência para a discussão dessa declaração.

Porém, apresentando a comissão de Constituição do Congresso o famoso projeto de decreto, que não só cassava os poderes delegados ao príncipe real no Brasil, como anulava seus atos, lhe marcava o prazo de quatro meses para voltar a Portugal, prazo que na discussão foi reduzido a um mês, depois da intimação; ordenando a el-rei, que no caso de recusa do príncipe, fosse ele desautorado! e constando em Portugal o decreto do príncipe real o Sr. D. Pedro, para a convocação das cortes constituintes no Brasil, F. V. Barbosa, depois de declarar ao Congresso português, que voava ao Brasil, para tomar parte na sua inde-

pendência, atravessando, se possível fosse, o oceano com a sua espada na boca, requereu ao governo português a demissão de todos os seus empregos e postos; o que só lhe foi concedido por decreto de 17 de maio de 1823, quando regressou para o Brasil.

Sem nos fazermos cargo de historiar os dias da nossa Constituinte, diremos, como coevo imparcial, como brasileiro desinteressado, que tem acompanhado todos os partidos políticos desde 1822, sem nunca haver a eles pertencido, que não tardou em mostrar a Constituinte que não havia compreendido a sua alta missão; a Constituinte, cujos membros haviam sido feitos pela única eleição vestal, que o Brasil tem tido, desde a sua emancipação!

No seio da Constituinte manifestou-se um grupo, que eivado da demagogia, parecia querer lutar com o poder. Essa luta era, sem dúvida, funesta ao país; a existência da Constituinte era pois um mal!

Ao chefe do estado foi indicado o corretivo; porém, generoso como era, a ponto de ser tolerante, entendeu que o remédio era violento; e então procurou em ocasião oportuna, com palavras sinceras, como amigo fanático do Brasil, que ele emancipara! neutralizar as idéias que pareciam exageradas de um dos membros mais preeminentes desse grupo; mas a decepção foi completa! A resposta dessa capacidade foi audaz, chegou a parecer insultuosa! E foi então, que o imperador o Sr. D. Pedro I, ciente dessa opinião, e recebendo aviso de um dos caracteres mais distintos da Assembléa Constituinte, em saber e moderação, de que, se o remédio fosse demorado, produziria o efeito inverso, resolveu dissolvê-la, com o decreto de 12 de novembro de 1823. F. Vilela Barbosa, recém-chegado de Portugal, defensor corajoso da monarquia, e da liberdade legal, não desejava ver reproduzidas no seu país as cenas da constituinte francesa de 1789 e 90: aceitando a responsabilidade moral do ato da dissolução, com ela aceitou no dia 10 desse mesmo mês a nomeação de ministro e secretário de Estado dos negócios do império; passando para ministro da Guerra a 14, e a 17 para ministro da Marinha, cujo ministério serviu até 16 de janeiro de 1827, data em que talvez a firmeza de seu caráter o fez solicitar e obter a sua demissão; tendo sido durante esse espaço novamente ministro da Guerra, de 26 de julho de 1824 a 3 de agosto do mesmo ano e dos Negócios Estrangeiros, de 4 de agosto de 1825 a 21 de novembro desse ano.

Novamente ministro da Marinha, a 4 de dezembro de 1829, deixou essa pasta a 19 de março de 1831, tendo estado também com a pasta de Estrangeiros desde 29 de setembro a 9 de outubro de 1830.

Deixou, dissemos nós, a pasta da Marinha a 19 de março de 1831, porque tendo-se violentamente manifestado o partido revolucionário, pretextava, para as suas iras, a existência do Ministério Paranaguá (F. Vilela Barbosa havia sido nomeado por seus bons serviços visconde de Paranguá, e depois marquês).

Sem dúvida, o marquês de Paranaguá não transigia com revolucionários, e portanto ele era um obstáculo para seus fins!... O marquês de Paranaguá deixou pois o poder a 19 de março de 1831, aconselhando porém à Coroa a nomeação de um Ministério liberal; e esse Ministério composto em parte de capacidades, e no todo, de pessoas que o seu partido indicava como as mais aptas para satisfazer as suas exigências, ou não tinha força moral para obstar o progresso do mal, que ostentava o seu poder ou traía a coroa e nada fazia. A exoneração desse Ministério foi decretada a 5 de abril seguinte, e chamado o marquês de Paranaguá.

Mas, o dano estava feito. Só medidas enérgicas podiam salvar o país. Porém, o Imperador o Sr. D. Pedro I temia o derramamento do sangue brasileiro, no emprego dessas medidas; e generoso e magnânimo, como era, preferiu sacrificar-se, abdicando à coroa em seu excelso filho. Manifestada a vontade do Imperador, o marquês de Paranaguá retirou-se no dia seguinte ao da sua entrada, a 6 de abril de 1831.

Dada a abdicação no dia 7 seguinte, ficou o nobre marquês exposto à sanha do partido revolucionário, que a não ser a lealdade de um amigo, que a tempo o preveniu, para abrigar-se na legação francesa, e depois a bordo do *Almirante Grivel*, ele teria sido vítima dos facciosos, que duas vezes, depois de quebrarem as janelas da sua casa, a invadiram; tendo em uma dessas invasões penetrado, em alta noite, até ao aposento da desolada consorte, que como heroína lhes bradava pela Constituição, lançando-lhes em rosto a sua ferocidade contra uma senhora! No dia seguinte, a nobre marquesa teve também de exilar-se, para fugir à sanha dos revolucionários do 7 de Abril!

O marquês de Paranaguá era criminoso, por ser amigo do Sr. D. Pedro I, como tantos outros!

Amigo da sua pátria, que tantas vezes cantou na lira sublime, que com encanto tangia, só queria para ela o verdadeiro sistema constitucional representativo; e era por isso que os demagogos o tinham como o seu maior antagonista!... E a tal ponto chegou a sua sanha, que além de outras afrontosas calúnias, lhe assacaram haver ele mandado buscar ao estrangeiro, e conservar ocultas no Arsenal da Marinha, *forças de ferro*, para com elas punir aos liberais. Não é um romance que escrevemos; essas acusações foram tantas vezes repetidas pela imprensa revolucionária que brasileiros respeitáveis as acreditaram. Não há muitas semanas que ouvimos a uma alta personagem a confissão a mais sincera dessa fraqueza:

"Eu cheguei a crer", disse ela, "que de fato existiam no Arsenal da Marinha as tais forças de ferro, mandadas vir pelo marquês de Paranaguá."

O marquês de Paranaguá, exilado meses, até cessar o vulcão revolucionário, pois que ainda depois exigiram a sua deportação, entregou-se à vida privada, limitando-se a comparecer às sessões do Senado, do qual era membro desde a sua criação.

Conselheiro de estado, pela lei de 20 de outubro de 1823, foi ele um dos dignos brasileiros a quem o Sr. D. Pedro I incumbiu a revisão do projeto da Constituição, por ele redigido, e que por isso teve a glória de ser um dos seus referendatários, por cujo motivo foi condecorado com a dignitária da Imperial Ordem do Cruzeiro.

Em janeiro de 1826 foi o plenipotenciário do Tratado de Amizade e Comércio que o Brasil fez com a França.

Habitados a julgarmos os fatos pelos resultados, entendem hoje alguns dos nossos políticos que os artigos permanentes desse tratado foram um erro, pois que ligaram o Brasil a condições onerosas! Não entraremos no exame da conveniência ou desconveniência desses artigos, mas é nossa convicção que se na sua estipulação houve sacrifício, era ele necessário naquela época. Emancipado o Brasil em 1822, ainda em agosto de 1825 não havia sido a sua independência reconhecida pela mãe-pátria, nem por nenhuma nação estrangeira; mesmo a Inglaterra, que maior comércio tinha com Brasil. O Brasil solicitava esse direito da França, o reconhecimento da sua Independência. A França, conquanto não receasse comprometer-se com Portugal dando esse passo, todavia queria tirar vantagem dessa primazia; com o ato pois do

reconhecimento da Independência exigia um tratado de comércio, com tais artigos permanentes: convinha ao Brasil, naquelas circunstâncias, recusar o pedido? Que nos responda o bom senso dos nossos políticos imparciais.

É, porém, verdade que às boas relações entre os plenipotenciários brasileiros e os da França, deve o Brasil as condições favoráveis que lhe vieram do tratado, as quais custaram a destituição dos da França, e com ela a sua desgraça!

Uma outra circunstância colocou a França em posição vantajosa para com o Brasil; a sua aquiescência à exigência do Brasil demoveu a mãe-pátria a reconhecer a independência do Brasil, antes que aquela o fizesse; e tendo chegado a esta corte, como medianeiro para aquele fim, Sir Carlos Stuart, em princípios de agosto de 1825, a 29 do mesmo mês e ano estava assinado o tratado do reconhecimento da sua independência, cabendo ainda a Francisco Vilela Barbosa a glória de ser ele um dos seus plenipotenciários.

No Ministério da Marinha prestou o nobre marquês relevantes serviços, com os recursos que lhe dava um orçamento sempre mesquinho, como permitiram então as finanças do país. Aos seus esforços, secundados pelo digno fluminense Francisco Bibiano de Castro, e o honrado José Maria de Almeida, apesar do limitado orçamento de 1.200 e 1.600 contos de réis, nos anos de 1825 e 1826, conseguiu mandar para o rio da Prata uma esquadra respeitável de mais de quarenta vasos, entre os quais três fragatas de linha, que a não ser a proteção oculta da grande potência marítima às Repúblicas contendoras, o Brasil teria evitado a vergonha de fazer um tratado preliminar de paz, quando as forças imperiais triunfavam dos revoltosos. Os bons serviços prestados pelo nobre marquês de Paranaguá à Marinha de Guerra foram galardoados pelo imperador, o Sr. D. Pedro I, com a Grã-Cruz da Imperial Ordem do Cruzeiro.

O homem que tantos serviços havia prestado no reinado do primeiro imperador não podia ser indiferente ao do Sr. D. Pedro II. Convencido que nada podia fazer durante o governo fraco da minoridade, tão semelhante dos governos interinos, o marquês de Paranaguá aguardava a maioria do Sr. D. Pedro II para oferecer-lhe seus serviços, que eram recomendados por um autógrafo do Sr. D. Pedro I,

que o nobre marquês só devia entregar depois que o Sr. D. Pedro II tomasse as rédeas do poder.

O marquês de Paranaguá, assim como tantos outros distintos brasileiros, tinha visto a insuficiência dos governos regenciais para proverem ao bem do país, talvez pela razão já dada, da franqueza que traz a interinidade; nem a regência provisória, nem a trina, reduzida a um membro que menos fez, só com o seu prestígio militar; e finalmente a de um único regente, que apesar do prestígio ganho pelos seus bons serviços prestados nas grandes crises por que passou a capital do Império, e com todo o sufrágio do país, teve de abandonar o posto, reconhecendo essa impotência, e então aspiravam o momento feliz em que o jovem monarca assumisse o poder. Esse momento apresentou-se a 23 de julho de 1840.

Os partidos políticos reconhecendo a deficiência de suas forças, que o golpe de estado de 22 de julho desse ano acabou de aniquilar, viram na maioria a sua redenção; e sendo ela aclamada pela assembléa geral, foi o nobre marquês de Paranaguá, panegirista dessa aclamação, não quis marear a sua glória com uma idéa de interesse pessoal; ele pediu e obteve a declinação dessa honra. Porém, a 23 de março do ano seguinte, 1841, teve de obedecer ao Imperador, entrando para o poder, na pasta da Marinha, que por força de circunstâncias deixou a 26 de agosto de 1842, tornando porém a entrar para o mesmo ministério a 13 de setembro desse ano, que deixou a 20 de janeiro de 1843.

Além de outras provas de distinção que aprouve a S. M. I. o Sr. D. Pedro II, conceder ao nobre marquês como justiça a seu mérito, dignou-se S. M. determinar que o marquês de Paranaguá exercesse as funções de condestável, no glorioso ato de sua coroação. No quadro histórico que existe no imperial paço da cidade, representando esse ato solene, figura o nobre marquês no exercício de tão altas funções.

O nobre marquês renunciou ao poder em 1843, para não mais voltar a ele. Reconhecia que suas forças físicas eram apenas sustidas pelo espírito de seu caráter; que 75 anos de idade, dos quais 50 haviam sido passados no bulício de uma vida toda intelectual, que muitas vezes era exacerbada pela sublimidade de suas idéias poéticas, não lhe permitiam outro trabalho que o da revisão de seus escritos. Entregue a ela, não era todavia indiferente às discussões do Senado; em todas tomava o inter-

esse a que levava o zelo da causa pública, principalmente naquelas questões que lhe eram peculiares.

Depois de tenaz enfermidade, de mais de ano, e quando parecia completamente restabelecido, findou-se o nobre marquês de Paranaguá, quase repentinamente, a 11 de setembro de 1846, deixando desolada a nobre marquesa, esposa em segundas núpcias, da ilustre casa de Brancamps de Portugal, e sem sucessão; sendo suas cinzas depositadas em modesto mausoléu, que a piedade de sua consorte lhe dedicou, na ordem 3^a dos mínimos.

Se algum dia a história do Brasil for imparcialmente escrita, serão nela devidamente avaliados os serviços do marquês de Paranaguá, de caráter firme, independente e probo a toda a prova.

A não ser a fatal resolução do nobre marquês, de entregar às chamas todos os seus escritos, meses antes do seu falecimento, teríamos para admirar, não só a sua coleção de poemas épicos como as interessantes notas para a história do Brasil, que com todo o esmero as havia escrito, para quatro volumes, e que algumas vezes nos honrou com a sua leitura.

Mandou porém imprimir o seu *Tratado de Geometria*, que também havia escrito, e que hoje faz parte dos compêndios das nossas escolas militares.

O marquês de Paranaguá havia sido reintegrado nos postos militares de engenharia, de que fora demitido em Portugal, tendo depois acesso até ao de brigadeiro, em que se reformou. O marquês de Paranaguá honrou a pátria e o nome de brasileiro.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1858.



LA. S. M. de L. S.

FRANCISCO DE ARRANZA

Bispo de Anemoria

F. Arranza

.....
Bispo de Anemúria

Frei Antônio de Arrábida nasceu na cidade de Lisboa, em Portugal, a 9 de setembro de 1771, de pais honrados e virtuosos, que lhe deram esmerada educação, baseada nos princípios religiosos, os quais com rápido desenvolvimento o prepararam para o estado regular, e por tal maneira, que Antônio de Arrábida não esperou a idade canônica para o abraçar, e apenas acabados seus primeiros estudos entrou para o claustro, no convento de S. Pedro de Alcântara, quando tinha então 15 anos; tomou logo as primeiras ordens, e aí esperava a época da sua profissão. Porém, conhecida sua aplicação aos estudos superiores, e seu aproveitamento, foi ele escolhido para lente e bibliotecário do convento de Mafra, onde com grande proveito para si e para a corporação esperou a idade necessária e professou. Continuando ali tão honrosa ocupação, foram seus talentos e conduta devidamente apreciados pelo virtuoso príncipe, depois rei, o Sr. D. João VI, de saudosa memória, na sua estada naquele convento, chamando-o para junto de si, quando Fr. Antônio tinha apenas 28 anos de idade.

Colocado assim em tão alta posição desde 1800, Fr. Antônio, o amigo confidente do príncipe, nunca dela abusou: era na habitação régia o mesmo religioso do claustro; e cultivando sempre as letras, Fr. Antônio não perdia ocasião de fazer o bem: quem o conheceu sabia que

era ele o mediano entre o príncipe clemente e caridoso e o necessitado.

Em política já então era Fr. Antônio de escrupulosa reserva, quando em consultas o ouvia o príncipe, muito mais depois que Sua Alteza foi a regente; e o acerto em que nelas se houve era uma garantia que lhe dava o seu confidente.

Assim passaram os anos até 1807, em que o príncipe regente, reconhecendo a importância do Estado do Brasil, e querendo dar-lhe um governo mais forte, mais prestigioso, resolveu nomear ao Sr. D. Pedro de Alcântara, príncipe da Beira, seu condestável no Brasil, para onde devia logo partir.

Tomada esta resolução, e quem sabe com que alcance, aconselhada talvez pelo distinto brasileiro, então incumbido do gabinete do príncipe regente, foi por ele comunicada a Fr. Antônio, da parte de Sua Alteza, com a declaração de que o príncipe o havia nomeado secretário particular do augusto condestável, e que dentro em poucos dias seguiriam para o novo destino; dando-lhe um exemplar da proclamação impressa, que naquela ocasião seria publicada. Ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil foi há dois anos oferecido o documento autêntico, que comprovava o fato da nomeação do augusto condestável, até então ignorado. Porém, quando Fr. Antônio preparava-se para a longa viagem, com tanto segredo, que sua própria família apenas sabia que em serviço do regente saía de Lisboa, é novamente chamado pelo regente, por intermédio do mesmo nosso distinto patricio, e então lhe comunica que o número de passageiros havia-se aumentado, isto é, que ele e toda a família real partiam para o Brasil; que Fr. Antônio o devia acompanhar, e na mesma nau, dando-lhe mais, além da nomeação do seu diretor espiritual e de mestre do príncipe da Beira. A notícia da invasão dos franceses em Portugal havia obrigado o príncipe regente a tomar uma tal resolução.

Obedecendo Fr. Antônio às ordens do príncipe, não pôde lhe ocultar o desejo que tinha de contribuir para o engrandecimento de um país, cuja prosperidade ele tanto profetizava; declarando mais, que, vindo para o Brasil, seria brasileiro!...

Realizada a viagem, e chegada a família real a este porto, não tendo sido para isso indiferente ao príncipe regente o parecer do seu

confessor, sobre a escolha da província, ou cidade do Brasil, para sua residência, foi sempre Fr. Antônio o confessor inseparável do príncipe regente, não porque assim quisesse ostentar privança, mas porque o ordenava o príncipe. Nós fomos testemunha da modéstia de Fr. Antônio em todo esse tempo, apesar do reflexo que lhe cabia, do astro que acompanhava.

Chegada a época da aclamação do príncipe, por falecimento da rainha a Sr^a D. Maria I, foi ela julgada oportuna pelo novo monarca para elevar o seu confessor em dignidade no seu estado; porém, Fr. Antônio tudo recusou com respeito, aceitando apenas a pensão do 400\$000 do bolsinho de el-rei, para suas irmãs, que haviam ficado em Portugal.

No ano de 1821 vieram os sucessos, que proclamaram a Constituição, a 26 de fevereiro; e conquanto o Fr. Antônio não fosse liberal, todavia desejava que o país, que adotara por pátria, tão voluntariamente, acompanhasse as idéias do século, e melhorasse, com a adoção de novas instituições; neste caso, pois, não hesitou Fr. Antônio nas respostas que tinha de dar ao príncipe e ao rei, sendo consultado; elas foram favoráveis à manifestação popular, e por maneira, que podemos certificar, que a modesta cela de Fr. Antônio (Fr. Antônio nunca deixou a morada do convento de Santo Antônio dessa corte) era o ponto de reunião dos Rochas, dos Azevedos Coutinhos, dos Nóbregas, dos Andradas e outros colaboradores da Constituição e da Independência, onde se resolvia o que devia ser e foi proposto ao príncipe, e a el-rei, e depois ao imperador.

Dado aquele passo importante, já não era possível duvidar da sorte do Brasil; porém outro tanto não acontecia a Portugal, donde tudo era para reccar; e então pareceu a el-rei, indo, tudo remediava; e resolvendo-o fazer, em menos de um mês, não pedia mais a Fr. Antônio o auxilio dos seus conselhos, que lhe recordavam reflexões feitas em 1807, todas favoráveis ao monarca e ao Brasil, mas que não cessasse de dirigir a seu filho, o príncipe D. Pedro; o qual collocando logo Fr. Antônio no mesmo posto que occupara para com seu augusto pai, e já mais o consultando, e ouvindo, que não conhecesse o acerto de suas idéias, e o estudo que fazia dos homens e das coisas do Brasil, o nomeou, a 23 de outubro de 1822, bibliotecário da Biblioteca Pública e Nacional, onde Fr. Antônio prestou importantes serviços, que ainda hoje o recordam. Entre

os bons serviços prestados pelo novo bibliotecário, um há, sem dúvida, que revela bem o apreço em que Fr. Antônio tinha às coisas do Brasil. Fazendo organizar o índice da livraria, encontrou ele o importante *Manuscrito Botânico*, do padre-mestre Fr. José Mariano da Conceição Veloso, franciscano da província do Rio de Janeiro, e natural de Minas, que em 1790 o havia dedicado a Luís de Vasconcelos, depois conde de Figueiró, com o título de *Flores Fluminenses*, formado com saber e precisão, e muito trabalho de coligir, descrever e fazer desenhar 1.639 espécies de planta.

Por tão feliz achado exultou de prazer Fr. Antônio, amigo que era do Brasil, e para logo o denunciou na augusta presença do fundador do Império, o Sr. D. Pedro I, com o plano e proposta para sua publicação; o qual desejando, e tudo fazendo para realçar a glória do Brasil, dignou-se mandar aprovar a proposta por aviso da secretaria de estado dos Negócios do Império, de 25 de abril de 1825, e louvar o reconhecido zelo do bibliotecário, por tudo quanto podia acreditar o gênio brasileiro; determinando que o texto da obra fosse aqui impresso, na tipografia nacional, sob as vistas do mesmo bibliotecário e o Dr. João da Silva Caldeira; e autorizando-o a remeter os desenhos para Paris, a fim de serem litografados na oficina de Lasteyrie, "ficando a direção de todos estes trabalhos, diz o referido aviso, a cargo do bibliotecário, por lhe serem louváveis, e muito análogos ao seu patriotismo".

Antes de janeiro de 1831, estavam todas as litografias recebidas no Rio de Janeiro, para a publicação de 3.000 exemplares.

Fr. Antônio era tão brasileiro, que acusado, logo depois da nossa independência, por uma alta personagem do velho mundo, por não ter cooperado para a conciliação dos dois países irmãos, o que dizia ela, teria sido fácil, mas antes concorrido, talvez, para a sua emancipação, respondeu-lhe ele nestes termos:

"Se a boa-fé presidia às suas deliberações, às das Cortes, se os seus intentos não eram escravizar, por que razão lhe tem custado tanto a ajustar os projetos emitidos pelas comissões? Por que razão nada do que parece favorecer o Brasil diretamente lhe agrada? Por que razão os mais francos princípios de reciprocidade, e os artigos, talvez os mais onerosos, mas que provam os ardentes desejos que os brasileiros tinham da união, têm sido constantemente reprovados ao som de impérios e

de afrontas, de gritos, e pachouchadas, indignas do mais ordinário? É assim que irmãos se ajustam? É este o método de tratar as mais interessantes questões de Estado?" Estes sentimentos de brasileiro em Fr. Antônio eram tão conhecidos e apreciados pelo imperador o Sr. D. Pedro I, de sempre saudosa memória, que lhe determinou, depois da queda da Constituinte, apresentasse um projeto de Constituição; o qual foi tomado em consideração pelos distintos brasileiros colaboradores da que nos rege, e Fr. Antônio convidado e ouvido para as respectivas conferências.

Ao brasileiro em Fr. Antônio deve o país o significativo título da primeira de suas ordens honoríficas.

Querendo o Sr. D. Pedro I dar a Fr. Antônio maior prova de sua estima, solicitou e obteve da Santa Sé, com surpresa dele, a dignidade de bispo titular de Anemúria; adicionando-lhe a nomeação de coadjutor do capelão-mor. Agradecendo ao seu augusto amo tanta distinção, não lhe estava bem uma renúncia, ele resignou-se mas escrevendo a um amigo, a 23 de outubro de 1826, disse-lhe: "A Providência queira não tomar contas ao imperador, por este excesso de liberalidade."

O imperador ainda deu ao bispo de Anemúria outra prova da valia em que tinha seus talentos; dignou-se nomeá-lo diretor dos estudos do augusto príncipe e princesas imperiais; e no seu segundo consórcio, condecorá-lo com a Grã-Cruz da Imperial Ordem da Rosa.

O homem que tantos serviços havia já prestado ao Brasil não podia deixar de participar de um dos seus maiores triunfos, do reconhecimento da sua independência; e tendo Portugal ouvido enfim o reclamo da justiça, nomeando o embaixador que devia fazer o tratado do reconhecimento da Independência do Brasil, apenas chegado ao Rio de Janeiro Sir Charles Stuart, a 16 de julho de 1825, foi procurar na modesta cela do convento de Santo Antônio a Fr. Antônio de Arrábida, e entregar-lhe uma carta autógrafa de el-rei o Sr. D. João VI. Não diremos até que ponto pôde influir a mediação do amigo confidente de ambas as Altas Partes Contratantes; mas é fato que, três dias depois da chegada, teve o embaixador a sua apresentação, e a 29 de agosto do mesmo ano, pouco mais de um mês da sua chegada, estava assinado o tratado!

Foi o bispo de Anemúria incansável em promover o engrandecimento do nosso museu; entre outras, muito importante foi a oferta,

que para ele fez a Sua Majestade o Sr. D. Pedro I, de uma coleção de mil preciosas medalhas, que ele possuía, egípcias, gregas e romanas.

Os anos decorridos depois, até a abdicação, não foram de ócio para o bispo de Anemúria. Evitaremos os comentários dos seus sofrimentos nessa época de dor, que nos trouxe o devolvimento da coroa a S. M. I. o Sr. D. Pedro II, príncipe virtuoso, ilustrado, e magnânimo, a glória dos monarcas do nosso século.

Esses sofrimentos foram agravados, quando o punhal do assassino o foi procurar na sua cela no convento de Santo Antônio, na tarde do dia 15 de julho de 1831! O bispo de Anemúria foi obrigado na tarde seguinte a tomar o disfarce para procurar um asilo seguro. Ele achou-o na casa hospitaleira de um respeitável ancião, onde esteve três anos. O bispo de Anemúria havia sido contemplado em uma lista de proscritos: o seu crime era ser amigo do Sr. D. Pedro II!

Logo depois, isto é, a 16 de agosto do mesmo ano, o bispo de Anemúria exonerado do lugar de bibliotecário da Biblioteca Pública Nacional, perdendo assim o único vencimento que tinha dos cofres públicos, porque toda a sua subsistência cessou com a partida do magnânimo Sr. D. Pedro I.

Reduzido portanto à miséria, e a mendigar dos amigos o pão necessário, ele recorreu a uma subscrição entre amigos e caritativos, para formar um fundo, cujo rendimento minorasse a sua mendicidade; ele obteve-a em parte, o que muito deveu, entre outros, ao Ex^{mo} marquês de Abrantes, que afincadamente a promoveu. O generoso coração de S. M. o imperador apareceu a concorrer com uma mensalidade, segundo sua ordem de 23 de agosto de 1834, que lhe foi paga até sua morte.

Estava o bispo de Anemúria nestes apuros de meios de subsistência, quando um amigo de além-mar lhe lançava em rosto o nenhum fruto que havia tirado dos seus bons serviços, e ele respondia-lhe em carta de 8 de fevereiro de 1835: "De que tenho eu de me pejar, da minha mendicidade? A minha profissão religiosa; 40 anos de serviços públicos, e aos imperantes; sacrifícios não equívocos, prestados não só à submissão e ao respeito, mas ao amor e à gratidão para com os soberanos são títulos que fazem muita honra à miséria a que fui reduzido".

A Providência quis ainda uma vez ser-lhe propícia, para o punir talvez depois com maior severidade. Em 1836, foi-lhe concedida pelo

corpo legislativo uma cônica de um conto e duzentos mil-réis anuais; e tendo sido criado o Colégio D. Pedro II, nesta corte, por grandes instâncias de seus amigos aceitou a sua reitoria, por decreto de 5 de fevereiro de 1838; dando tanto apreço a esse assentimento o Ex^{mo} Ministro Vasconcelos, que, apesar de seu estado de paralisia, foi ao convento de Santo Antônio, à cela do bispo de Anemúria, agradecer-lhe o seu *sim* e dar-lhe por esta forma um desmentido às frívolas acusações.

Os sofrimentos morais haviam fortemente contribuído para deteriorar a saúde do reitor do Colégio de Pedro II. Depois de tê-lo montado e conseguido a sua marcha regular, instou ele, e obteve a sua exoneração, por decreto de 15 de junho de 1839.

Nesse mesmo ano, teve o bispo de Anemúria a distinta honra de administrar a S. M. I. o Sr. D. Pedro II o sacramento da Confirmação, com a agradável coincidência de haver tido a subida honra de ser padrinho do Imperador o Sr. D. Pedro I, no mesmo sacramento.

Retirado o bispo de Anemúria para fora da cidade, pelo seu mau estado de saúde, não lhe foi ali indiferente o brado da Maioridade: voltou à corte; e unindo seus votos aos dos defensores desse princípio, procurou chamar para ele os que por acaso ainda não tinham avaliado a sua importância. De tão feliz sucesso, da aclamação da maioria de S. M. o Sr. D. Pedro II, participou diretamente o bispo de Anemúria; ele teve a honra de ser um dos prelados assistentes à coroação e sagração do mesmo augusto senhor; sendo por esse motivo condecorado com a comenda da ordem de Cristo; e criando-se depois o Conselho de Estado, foi ele contemplado no número dos conselheiros, na sua criação, sendo nomeado, por decreto de 5 de fevereiro de 1842, conselheiro de estado extraordinário. Porém, pouco mais de três anos exerceu essas funções; o aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, de maio de 1845, exonerou-o delas, e novamente reduziu a privações, que tanto mais sensíveis lhe foram, quanto suas forças o abandonavam e aparecia o desânimo para mais nada empreender.

Então teve de ser novamente pesado ao pequeno círculo de seus amigos, tão pequeno como é o de um velho sem valimento.

A mesma cônica de 1:200\$000, que o corpo legislativo lhe havia concedido em 1836, foi mal interpretada, e dela deduzida a pensão

de 400\$000, que recebia do bolsinho de el-rei, o Sr. D. João VI, e que não lhe havia sido mais paga desde 7 de abril de 1831.

Com tão poucos meios, impossível era sustentar-se; e no seu mau estado de saúde, sem novamente recorrer aos amigos, ele viveu, pois, os últimos tempos de sua existência na companhia de alguns, falecendo na de um deles.

Vendo aproximar-se seus últimos dias, combatidos por oito meses de enfermidade e tendo já satisfeito todos os deveres de católico, o bispo de Anemúria reconheceu que lhe faltava ainda cumprir um rigoroso dever para si, e para aqueles que possuem iguais sentimentos; esse dever era o de beijar pela última vez a mão de S. M. o Imperador, e pedir-lhe que lhe perdoasse, se alguma vez o ofendeu. Não o podendo fazer, nem autorizar ao amigo, em cuja casa estava, a que o fizesse pessoalmente, pela estada fora da corte do mesmo augusto senhor, autorizou-o a que por escrito, e para aquele fim, procurasse o intermédio do gentilhomem de serviço ao monarca, manifestando-lhe ao mesmo tempo, que havendo ele servido com toda a dedicação aos augustos antepassados de S. M. o imperador, desde o Sr. D. João VI até então, cinqüenta anos decorridos, não se recordava que um só momento houvesse deixado de servir com muita adesão, fidelidade, amor, respeito e dedicação a sua augusta família nessas três gerações; que jamais houvesse abusado da confiança que nele tinham depositado, traindo-a de qualquer maneira; e que, finalmente, nos quarenta e dois anos que serviu ao Brasil, nunca fez, nem aconselhou senão o bem para seus augustos amos, e para a pátria que tão voluntariamente adotou; que côm conscio desta verdade ele beijava pela última vez a augusta mão de S. M. o imperador e imperial família; e suplicava ao Senhor dos Impérios, que com a sua bênção os protegesse, e ao Império do Brasil, como ele sempre rogou no santo sacrificio da missa; esperando que um dia, pela Misericórdia Divina, e ainda que demorado pela longevidade de S. M. o imperador, para bem do Brasil, ambos pudessem dizer em face do Deus vivo – *Venite, exultemos domino*. A resposta de S. M. I., em carta do Ex^{mo} conde de Iguaçu, foi a mais lisonjeira possível para o bispo de Anemúria; as expressões imperiais serviram de consolação ao bispo moribundo, que faleceu pouco depois, a 10 de abril de 1850, nos braços do amigo, filho daquele que o havia recebido em sua casa a 16 de julho de 1831.

Muito mais poderíamos dizer do bispo de Anemúria, se uma resolução, filha sem dúvida da sua modéstia, não nos privasse de importantes documentos, entregando-os às chamas, pouco tempo antes da sua última enfermidade, entre os quais havia importantíssimas cartas autógrafas de diversos monarcas, principalmente de SS. MM. II. e RR., os Srs. D. João VI e Francisco I.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1859.



Alex. 185 de Paris de França

IMPERATRIZ CRISTINA MARIA
IMPERATRIZ DO BRASIL

Christina Maria de Bragança

.....

D. Teresa Cristina Maria
Imperatriz do Brasil

S

ua Majestade, a Senhora D. Teresa Cristina Maria, terceira Imperatriz do Brasil, nasceu a 14 de março de 1822. É irmã de S. M. o Sr. D. Fernando, atual rei das Duas Sicílias, por sucessão a seu pai, o Rei Francisco I.

Ornada pela mão pródiga da Providência de todas as virtudes que podem realçar o alto valimento do trono, a imperatriz do Brasil, nascida sob um outro horizonte, é, na opinião unânime dos brasileiros, uma protetora desvelada e amante, em cujo seio augusto se entensoura uma afeição sincera ao seu povo.

Se em algumas resoluções da monarquia pode-se crer que as inspirou de mais perto esse espírito divino que outrora, diz-se, iluminava os apóstolos e os aurúspices, na escolha da augusta soberana do Brasil, mais que nunca poder-se-á adotar como um mistério celeste o acerto e o seu resultado feliz.

Há quinze anos que o Brasil goza a ventura de elevar-se sob os auspícios da imperatriz atual; e desde o solar faustoso até a choça modesta do operário é lembrado com júbilo o dia 3 de setembro, em que S. M. I. acolheu pela vez primeira as saudações festivas do seu novo

povo; já nessa hora prometendo-lhe no seu aspecto doce a soberania branda e carinhosa que ele até hoje aplaude e abençoa.

Foi, com efeito, um belo dia o dessa data, em 1843, apesar do aspecto melancólico do céu e das torrentes de chuvas que dele se despenhavam.

Eram talvez nuvens arredadas ao impulso de suspiros tristes do límpido horizonte de Nápoles, que vinham derramar na verde alcatifa de nossos campos as lágrimas vertidas no derradeiro adeus do povo napolitano a sua princesa adorada.

Palpitava, no entanto, demais forte e ansioso o regozijo dos brasileiros para que essa expressão dos elementos o pudesse tolher ou abafar.

Na tarde do dia 3, às 5 horas e 35 minutos, entrou em nosso porto a fragata *Constituição*, conduzindo ao seu bordo a imperatriz, entregue, no dia 1^o de julho do mesmo ano, no palácio de Chiatomoni, em Nápoles, ao embaixador de S. M. o imperador do Brasil, o Sr. José Alexandre Carneiro Leão, pelo príncipe de Cila, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, na qualidade de delegado de S. M. o rei das Duas Sicílias.

A fragata *Constituição* fora precedida pela corveta *Euterpe*, que anunciou aos brasileiros a propícia vinda da imperatriz; entraram depois a corveta *Dois de Julho*, e uma nau e três fragatas napolitanas.

Chegada a fragata defronte da fortaleza de S. João, foi saudada por todas as fortalezas do mar e vasos de guerra nacionais e estrangeiros surtos no porto.

Ao anoitecer, apenas fundeara a fragata, dirigiu-se a seu bordo o imperador acompanhado pelos ministros de estado, e ali demorou-se algumas horas.

No dia 4, desembarcou a imperatriz no cais cujo nome comemora esse fato.

Esse ato a que se seguiram as bênçãos do imperial consórcio teve lugar da maneira mais solene.

A S. M. o imperador acompanhava S. A. R. o príncipe Luís, conde d'Aquila, irmão da imperatriz, e o cortejo seguindo pelas ruas da Imperatriz, Larga de S. Joaquim, Campo da Aclamação, S. Pedro e Dire-

ita, parou às portas da Capela Imperial, onde receberam a SS. MM. o Ex^{mo} bispo conde de Irajá, capelão-mor, e o cabido.

Procederam-se então as sagradas bênçãos; e terminada esta cerimônia, dirigiram-se os augustos noivos para a imperial quinta da Boa-vista entre filas de povo que anelava conhecer a graciosa soberana, cujo sorriso afável respondia a cada ovação que surgia das turbas. Eram as primícias da influência benéfica que a Imperatriz devia exercer sobre o coração de seus súditos.

No oitavo dia, depois do consórcio de SS. MM. II., a multidão enchia o recinto da capela imperial onde celebrava a missa de ação de graças por tão jucundo sucesso.

A cidade iluminou-se; e os atavios de maior gala enfeitaram esses dias de festa.

Assim, subiu os degraus do trono brasileiro a imperatriz atual; e jamais o diadema monárquico brilhou sobre uma fronte mais reveladora de raros dotes de coração e dessa inteligência materna, que parece a depuração do espírito até o seu maior grau de sensibilidade e delicadeza.

Ao esplendor do trono nada mais falta; o futuro da Nação porém carecia de um novo penhor, de um laço que a ligasse em vínculos estreitos à imperial estirpe.

Deus ouviu as preces da Nação, e no dia 23 de fevereiro de 1845, ela soube que a imperatriz era mãe; que mais uma raiz profunda segurava a monarquia ao solo brasileiro.

Nascera o príncipe D. Afonso.

Grande foi a ventura da Nação; mas também grande tinha de ser a dor que cedo a acompanhou.

No dia 11 de junho de 1847, o anjo da morte estendeu sobre o berço imperial o crepe dos finados; e a esperança dos brasileiros, o príncipe D. Afonso, foi valer de mais alto pela paz e felicidade de seus súditos.

Nesse transe supremo, nessa provança difícil, a imperatriz mostrou o quanto a resignação e a fé nos decretos do Céu suavizam as angústias que a humanidade partilha.

As lágrimas da mulher umedeceram por algum tempo a tela suntuosa do trono; a saudade sombreou por alguns meses essa fronte

serena onde a bondade da alma se reflete, até que, debruçada sobre o berço imperial, prespondeu novamente aos vagidos do segundo príncipe que, como tênue meteoro, perpassou também em face do seu povo, e, serafim celeste, foi, como o primeiro, sorrir à luz dos planetas, implorar às plantas do Criador pelo bem, pela sorte dos brasileiros.

Era o príncipe D. Pedro.

Por duas vezes a alegria da Nação sucedeu em curto espaço de tempo a aflição mais sincera; por duas vezes do trono brasileiro transladaram-se para o trono celeste duas jóias de imensurável valia, dois príncipe herdeiros da coroa.

Submissa ao novo golpe como sofrera o primeiro, a imperatriz, chorando essa perda irreparável, mereceu do seu povo esse tributo de admiração e respeito a que tem sempre jus as íntimas e verdadeiras dores.

Atualmente, dedicada à educação das princesas Isabel e Leopoldina, S. M. ensina às mães como, entre as galas do poder, se desvela o coração no cultivo dos grandes sentimentos.

Mãe inteligente e amorosa, como é esposa terna e amante, a imperatriz é hoje o modelo augusto, em que os brasileiros estudam o desenvolvimento e a beleza dos maiores afetos.

Protetora de muitas associações filantrópicas, S. M. ampara-as a um mesmo tempo com o auspício de soberana e com o desvelo feminino; os pobres invocam-na como assídua esmoler; os órfãos, como mãe; e o seu povo, como a mais eficaz das protetoras.

Tais são em traços indeléveis as qualidades eminentes que ornaram a atual imperatriz do Brasil, soberana por escolha feliz de seu augusto esposo, duplamente soberano pelo culto reconhecido que, em geral, lhe consagram brasileiros.

.....

Índice Onomástico

A

ABAETÉ, visconde de - 30, 31, 57 a 63, 208, 254, 278, 433
ABIGAERD - 169
ABRANTES, marquês de - 101 a 106, 149, 306
ABREU, Limpo de - V. ABAETÉ, visconde de
AFONSO (príncipe) - 190, 229, 469
AFONSO HENRIQUES - 167, 185
AGUIAR, marquês de - 158
AGUIAR, Rafael Tobias de - 218, 221
ALCÂNTARA, Pedro de - V. PEDRO I
ALEGRE, Manuel de Araújo Porto - 173, 182, 320
ALENCAR, José Martiniano de - 11, 249 a 254
ALIBERT (Dr.) - 228
ALMEIDA, Antônio de Coração de Maria e (frei) - 337
ALMEIDA, Antônio José Pereira de - 35
ALMEIDA GARRETT, Visconde de - 147
ALMEIDA, José Maria - 450
ALMEIDA, Manuel de (bispo) - 300
ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e - V.
ABRANTES, marquês de
ALMEIDA, Teodoro de (padre) - 299
ÁLVARES MACHADO - 278, 345
ALVERNE, Francisco do Monte (frei) - 170, 309, 315, 317 a 331, 334 a 339
ALVIM, Maria Isabel de Sousa e - 81
AMARAL, Antônio José do - 373
AMARIS, conde de - 167
AMÉLIO (imperatriz) - 374
ANCHIETA, José de (padre) - 14, 316
ANDRADA, Bonifácio José de - 167, 270
ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de - 167, 170, 172, 173, 254, 277, 278
ANDRADAS (irmãos) - 168, 275, 345, 446, 457
ANDRÉIA (general) - 118

ANEMÚRIA, bispo de - V. ARRÁBIDA, Antônio de (frei)
ANJO, Francisco Batista - 125
ANTÔNIO CARLOS - V. SILVA, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Machado e
ÁQUILA, conde de - 468
AQUINO, Tomás de (São) - 300
ARAÚJO, Catarina Ferreira de - 110
ARAÚJO, João Rodrigues de - 110
ARAÚJO, José Tomás Nabuco de (pai) - 429
ARAÚJO, José Tomás Nabuco de (filho) - 429, 431 a 434
ARAÚJO, Manuel do Monte Rodrigues de - V. IRAJÁ, conde de
ARRÁBIDA, Antônio de (frei) - 455 a 463
ARRUDA CÂMARA - 169
ASCENÇÃO, Edeltrudes Maria da - 261
ASSIS, Francisco de - 319
ATAÍDE, Pedro Maria Xavier de - 237
AVILEZ (general) - 42
AZEVEDO, Ana de Macedo Álvares de - 54
AZEVEDO, José Mariano d' - 438
AZEVEDO COUTINHO (os) - 457

B

BAEPENDI, marquês de - 233, 234, 236 a 341, 245
BAHIA, Manuel Lopes Pereira - V. MERITI, barão de
BAHIA, Maria Carolina da Piedade - 105
BARATA - 252
BARBACENA, marquês de - 30
BARBOSA, Francisco Vilela (pai) - 445
BARBOSA, Francisco Vilela (filho) - V. PARANAGUÁ, marquês de
BARBOSA, Januário da Cunha - 437 a 442
BARBOSA, Leonardo José da Cunha - 437
BARRADAS, Bernardo de Sousa - 388
BARRADAS, João de Sousa - 387, 397
BARRADAS, Maria do Carmo - 387, 397
BARREIROS, Eusébio Gomes - 205

BARRETO, Ana Felicidade - 434
BARRETO, Antônio de Sá - 434
BARROS, Emília Carolina da Costa - 345
BARROS, Francisco da Costa - 345
BARROS, Francisco do Rego - 28
BARROS, Sebastião do Rego - 90
BEIRA (príncipe da) - V. PEDRO I
BELCHIOR (vigário) - 381
BELO, Maria Cândida de Oliveira - 87
BERGMAN - 169
BITENCOURT, Ângela de Sousa - 297
BOAVISTA, visconde da - 346 - 47
BOBADELA - 43
BONIFÁCIO, José - V. SILVA, José
Bonifácio de Andrada e
BORGES CARNEIRO - 252
BOSSUET - 309
BRAGANÇA (família de) - 317
BRAGANÇA, D. Miguel de - 49
BRANCO, João Alves - 179
BRANCO, Manuel Alves - V. CARAVELAS,
visconde de
BRASIL, Joaquim Pinto - 324
BURGSDORF, conde de - 169

C

CABRAL (general) - 338
CABRAL, Pedro Álvares - 185
CAIRU, visconde de - 157 a 161, 162, 181,
441
CALDAS (padre) - 14, 318
CALDEIRA, João da Silva - 458
CÂMARA, Catarina M. de Queirós - 27
CÂMARA, Eusébio de Queirós Coutinho
Matoso, 27, 374, 404
CÂMARA, Manuel da (D.) - 438
CAMARGO (presidente) - 422
CAMÕES, Luís de - 323
CAMPOS MELO - 291
CAMPOS, São Salvador, baronesa de - 245
CANSANÇÃO - 430
CARAVELAS, visconde de - 129, 179 a 182,
206, 240, 406
CARLOS (irmão do marquês de Caxias) - 359
CARLOS ALBERTO (rei) - 408, 409

CARRÃO, Antônio José da Silva (pai) - 286,
287
CARRÃO, João da Silva - 285 a 292
CARRÃO, Antônio José da Silva (filho) - 287
CARRUTHERS, Ricardo - 35
CARVALHO, Bráulio Muniz e Costa - 77
CARVALHO, José da Costa de - V. MONTE
ALEGRE, marquês de
CARVALHO, Manuel de Almeida de - 297,
365
CASTILHO, Antônio Feliciano de - 308
CASTILHO, José Feliciano de - 308
CASTRO, Francisco Bibiano de - 450
CAXIAS, marquês de - 52, 70, 87 a 98, 353,
359, 363
CILA, príncipe de - 468
CLOQUET (os) - 228
CLOQUET, Orfila - 228
COELHO JÚNIOR, José Francisco - 345
COELHO, Antônio Francisco - 344
COELHO, Francisca Lima do Espírito Santo
- 343, 344
COELHO, Jerônimo Francisco - 120, 343,
345, 347, 349, 350, 356
COELHO, João Francisco - 344
COELHO, José Francisco - 345
COELHO, Romualdo de Sousa (padre) - 298
CONCEIÇÃO, Ana Francisca da - 318
CONRADO (coronel) - 253
COEMENIN - 276
CORREIA, Ângelo Custódio - 351
COSTA CARVALHO - V. MONTE ALE-
GRE, marquês de
COSTA, Antônio da - 151
COSTA, Cláudio Manuel da - 272
COSTA, Francisca Mônica Carneiro da - V.
BAEPENDI, marquesa de
COSTA, Inês Maria da Piedade - 81
COSTA, Joana da Fonseca - 360
COSTA, João do Amor Divino (frei) - 337
COSTA, José de Resende - 236
COSTA, Luísa Rosa Carneiro - 87
COSTA, Manuel José da - 28
COUTINHO, Aureliano de Sousa e Oliveira -
V. SEPETIBA, visconde de
COUTINHO, José Caetano da Silva - 111

COUTINHO, Lino - 22, 446
COUTINHO, Luís Pereira da Nóbrega de
Sousa - 173
COUTINHO, Rodrigo de Sousa - V. LIN-
HARES conde de
CROMWELL - 215
CUNHA, Manuel de Araújo da - 147
CUVIER - 228

D

DAMASCENO, Antônio João - 151
DE CHAPTAL - 169
DE FOURCROY - 169, 170
DE L'EURE, Dupont - 221, 276
DE MENUSIGLIO - 169
DINIS (D.) - 168

E

EUSÉBIO DE QUEIRÓS - V. CÂMARA,
Eusébio de Queirós Coutinho Matoso

F

FARIA, Custódio de (frei) - 28
FARO, Ana Rita de - 373
FARO, Camilo - 196, 375
FARO, João Pereira Darrique - V. RIO BO-
NITO, visconde do
FARO, Joaquim José Pereira de - 372, 374
FEIJÓ, Diogo Antônio - 69, 78, 90, 104, 180,
189, 250, 251, 254, 281, 305, 365, 372, 373,
391, 408
FERNANDES PINHEIRO - V. SÃO
LEOPOLDO, visconde de
FERNANDES TOMÁS - 252
FERNANDO (D.) - 467
FERRAZ - 430
FERRAZ, Luís Pedreira do Couto (pai) - 193
FERRAZ, Luís Pedreira do Couto (filho) -
193, 194, 198, 199, 201
FERREIRA BORGES - 252
FIGUEIREDO, Ana Benedita de - 157-58
FIGUEIREDO, José Bernardo de - 148
FIGUEIRÓ, conde de - V. VASCON-
CELOS, Luís de
FONSECA, Pedro José da - 157

FONTOURA, Antônio Vicente da - 43, 348
FOX (Mr.) 180
FRANÇA, Ernesto Ferreira - 348
FRANCISCA (Dona) - 84, 393, 409
FRANCISCO (irmão do marquês de Caxias) -
359
FRANCISCO I - 463, 367
FRANCO, Bernardo de Sousa - 117 a 121,
143, 349
FRANCO, Catarina de Sousa - 117
FRANCO, Manuel João - 117
FREIRE, Joaquim da Silva - 149

G

GALVÃO (deputado) - 306
GAMA, Ana do Nascimento - 142
GAMA, Ana Joaquina da Almeida e - 234
GAMA, Antônio Joaquim Nogueira - 236
GAMA, Brás Nogueira da Costa e - 245
GAMA, Caetano Maria Lopes - V. MARAN-
GUAPE, visconde de
GAMA, Francisco Nicolau Carneiro Nogueira
da - 245
GAMA, José Basílio da - 234
GAMA, Manuel Jacinto Nogueira da - V.
BAEPENDI, marquês de
GARSON (general) - 97
GIRÃO - 252
GONÇALVES, Antônio - 41
GREGÓRIO XVI (papa) - 111, 308, 408
GUERREIRO - 252
GUIMARÃES, Luís Ribeiro Peixoto dos -
225
GUIMARÃES, Manuel Pedro de Freitas - 101
GUSMÃO, Alexandre de - 167
GUSMÃO, Bartolomeu de - 167

H

HAUY (abade) - 169
HOLANDA CAVALCANTI - 254
HORÁCIO - 160
HUMBOLDT - 170, 174

I

IGUARAÇU, barão de - 225 a 230

INHAMBUPE, marquês de - 240, 382
IRAJÁ, conde de - 28, 109 a 112, 469
ISABEL (princesa) - 190, 470
ITABORAÍ, visconde de - 75 a 78, 346, 410
ITANHAÉM, marquês de - 152, 174

J

JANUÁRIO (cônego) - 52, 318
JEQUITINHONHA, visconde de - 173, 278
JERNINGHAM, William - 209
JESUS, Bernada Maria de - 437
JESUS, Helena Nunes de - 157
JOÃO CARLOS (D.) - V. BEIRA, príncipe da
JOÃO VI (D.) - 57, 87, 134, 135, 158, 159, 160, 172, 186, 226, 240, 318, 329, 446, 455, 459, 462, 463
JOÃO EVANGELISTA - 173
JOINVILLE (príncipe de) - 84, 393
JOSÉ (irmão do marquês de Caxias) - 359
JOSÉ BENTO - 251, 254
JOSÉ CAETANO (bispo) - 321, 364
JOSÉ POLICARPO (frei) - 344
JUSSIÉU, Lourenço - 169

K

KANT, Emanuel - 170

L

LABATUTU (general) - 44, 77
LAFAIETE - 221
LAFÕES, duque de - 169, 171
LAJES, marquês de - 126
LAVALEJA, Juan Antonio - 88
LEÃO XII (papa) - 303
LEÃO, Brás Carneiro - 245
LEÃO, Honório Hermeto Carneiro - V. PARANÁ, marquês de
LEÃO, José Alexandre Carneiro - 468
LEÃO, Nicolau Neto Carneiro - 21
LEDO, Joaquim Gonçalves - 438
LEITÃO, João Batista - V. ALMEIDA GARRET, visconde de
LEITE, Genebra de Barros - 81, 138
LEMO, Joana Severina Augusta - 21

LEOPOLDINA (Dona) - 186, 188, 363, 470
LEOPOLDINA (princesa) - 190
LIMA, I. P. Viana de - 198
LIMA, Luis Alves de - V. Caxias, marquês de
LIMA, Pedro de Araújo - V. OLINDA, marquês de
LIMPO, Manuel do Espírito Santo - 57
LINHARES, conde de - 171, 235
LISBOA SERRA (conselheiro) - 78
LISBOA, Eufrosina da Silva - 162
LISBOA, Henrique da Silva - 157
LISBOA, Isabel da Silva - 162
LISBOA, Joana da Silva - 162
LISBOA, Venâncio José - 175
LISBOA, José da Silva - V. CAIRÚ, visconde de
LISFRANE (Dr.) - 229
LOPES, José Joaquim Rodrigues - 150
LUÍS (príncipe) - V. ÁQUILA, conde de
LUÍS XV - 309
LUÍS FELIPE (rei) - 409

M

MACAÉ (Ministério) - 255
MACAÉ, visconde de - 424
MACEDO, Álvaro Teixeira de - 403, 404
MACEDO, Sérgio Teixeira de - 197, 403 a 410, 412, 417
MACHADO, João Lopes Cardoso - 142
MACIEL, Salvador José - 253
MAGALHÃES - 259
MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de - 320, 324, 336 - 37
MAGALHÃES, Naria Germana de Sousa - 101
MAIA (conselheiro) - 148
MALHEIROS, Agostinho Marques Perdigão - 148
MALMESBURY (lorde) - 209
MARANGUAPE, visconde de - 120, 141 a 144
MARIA I (Dona) - 169, 174, 365, 457
MARIA, Antônio do Coração de (frei) - 338, 339
MARIA BÁRBARA - 168
MARIANO, Ângelo de São José (frei) - 320
MARINHO - 31, 345

MARQUES, Manuel - 260
MARTIM FRANCISCO - V. ANDRADA,
Martim Francisco Ribeiro de
MARTINS, Antônio Félix - 320
MARTIUS - 301, 308
MAUÁ, barão de - 35 a 38, 197
MAYRINK (presidente) - 361
MELO, Inácio Luís Madeira de - 88, 101
MELO, José Cardoso Pereira de - 303
MELO, Manuel Felizardo de Sousa e - 254,
421, 422, 423, 425
MENDONÇA, Ana Luís Carneiro de - 58
MENDONÇA, João José Carneiro de - 58
MERITI, barão de - 105
METTERNICH, príncipe de - 129, 409
MIRABEAU - 279
MONÇÃO, Antônio de São Bernardo (frei) -
318-19
MONTE ALEGRE, marquês de - 81 a 84, 93,
152, 365, 372
MONTENEGRO, Pinto Miranda - 173
MONTEZUMA (Jê Acaiaba de) - V.
JEQUITINHONHA, visconde de
MOURA, Antônio Maria de (bispo) - 194,
364
MOURA, José Joaquim Ferreira de - 299
MUNIZ TAVARES - 252
MUNIZ, João Bráulio - 83, 152, 364

N

NABUCO, Ana Benigna Barreto - 434
NABUCO, Maria Bárbara Ferreira - 429
NAPOLEÃO - 186, 215
NATIVIDADE, Ana Jacinta da - 387, 397
NERO - 361
NESSELRODE, conde de - 129
(monsenhor) - 318
NEVES, Agostinho da Silva - 424
NICHOLSON - 169
NÓBREGA, Manuel da (padre) - 316
NÓBREGAS - 457
NOGUEIRA DA GAMA (camarista) - 338
NOGUEIRA, Nicolau Antônio - 234

O

OLINDA, Marquês de - 67 a 71, 77, 91, 95,
104, 120, 128, 144, 162, 181, 189, 249, 305,
306, 392, 398, 408, 417
OLIVEIRA ÁLVARES - 253
OLIVEIRA, Aureliano de Souza e - 406
OLIVEIRA, Cândido Batista de - 125, 126,
127, 129, 130
OLIVEIRA, Francisca Cândida - 125
OLIVEIRA, Manuel José Ribeiro de - 28
OLIVEIRA, Maria da Maternidade de Abreu
e - 57
OLIVEIRA, Saturnino de Sousa e - 405
ORIBE (general) - 88, 89, 96, 424
OTÔNI - 31, 345
OVÍDIO - 323

P

PADRILHA, Ezequiel - 196, 375
PAIM (deputado) - 306
PALMA, marquês de - 29
PALMEIRA, duque de - 406
PARAÍSO, Francisco de Sousa - 163
PARANÁ, marquês de - 21 a 24, 50, 97, 194,
207, 209, 216, 372, 398, 404, 412, 415, 432
PARANAGUÁ, marquês de - 240, 445 a 452
PARANHOS, Agostinho da Silva - 205
PARANHOS, José Maria da Silva - 205, 208,
209, 210
PARANHOS, Josefa Emerenciana de Barrei-
ros - 205
PARISET (governador de Caiena) - 350
PAULA CÂNDIDO (Dr.) - 199
PAULA E SOUSA (Ministério) - 119, 254,
281
PEDREIRA (presidente) - 375
PEDREIRA, Guilhermina Amália Correira -
193
PEDRO (príncipe) - 190
PEDRO I (D.) - 22, 42, 43, 45, 81, 82, 88, 89,
102, 136, 137, 148 a 151, 153, 160, 167, 173,
174, 186 a 189, 226, 252, 264, 302, 307, 309,
360, 361, 364, 374, 389, 390, 391, 404, 405,
406, 439, 446 a 450, 456 a 461
PEDRO II (D.) - 15, 45, 51, 60, 70, 78, 83,
104, 105, 126, 138, 152, 161, 185, 186, 188,
189, 190, 229, 242, 279, 303, 305, 309, 324,

330, 363, 364, 366, 383, 411, 413, 414, 450, 451,
460, 461, 462, 469
PEDRO IV (D.) - 240
PEDRO DE ALCÂNTARA - 333
PEIXOTO (Dr.) - 338
PEIXOTO, Domingos Ribeiro dos Guimarães - V.
IGUARAÇU, barão de
PEIXOTO, JOSEFA MARIA DA CON-
CEIÇÃO - 225
PEREIRA, MATEUS DE ABREU (D.) - 319
PEREIRA DE VASCONCELOS - 120
PEREIRA, Florêncio Alves de Macedo (padre-
mestre) - 344
PEREIRA, JOSÉ CLEMENTE - 29, 41 a 46, 95,
119, 196, 253, 346, 375, 438
PEREIRA, Maria - 41
PERES (frei) - 28
PIEIDADE, condessa da - 28
PILAR, João Silveira do - 31
PINTO MADEIRA - 77
PIO IX (papa) - 112, 308, 337
PITT - 387
PORTO ALEGRE, barão de - 348
PORTUGAL, Fernando José de - V. AGUIAR,
marquês de
PRESTES, Francisco de Paula (padre) - 287
PRICE (empresário) - 197
PRIESLEY - 169

Q

QUEIRÓS COUTINHO - 432
QUEIRÓS, Elídia Mafalda de Sousa - 138
QUEIRÓS, Eusébio de - V. CÂMARA, Eusébio
de Queirós Coutinho Matoso
QUEIRÓS, Maria Custódia Ribeiro de Oliveira - 28

R

RAMALHO, Ana Angélica de Castro - 148
RAMALHO, Ana Ifigênia de Siqueira - 148
REGO BARROS - 347
RESENDE, Estêvão Ribeiro de - V. VALENÇA,
marquês de
RESENDE, marquês de - 228
RESENDE, JOSEFA MARIA de - 133
RESSURREIÇÃO, MANUEL da (frei) - 168, 270

RIBEIRO, Engrácia Maria da Costa - 28
RIBEIRO, Francisco Bernardino - 287, 288
RIBEIRO, Joaquim Machado - 147
RIBEIRO, Lourenço José - 28
RIBEIRO, Severino - 133
RICHARD, A. - 228
RIO BONITO, Visconde do - 371 a 375
ROCHAS (os) - 457
ROCHA, José Joaquim da - 438
RODOVALHO, 317
RODRIGUES, Manuel Jorge (general) - 307
ROSAS (general) - 96, 97, 363
ROUSSEAU - 235
RUSSEL, J. - 198

S

S. JUSTINA, Inácio de (frei) - 319
SÁ, Francisco de - 404
SALUCCIO - 169
SALES TORRES HOMEM - 324
SAMPAIO, Francisco de (frei) - 317, 318, 330
SAMPAIO, Manuel Inácio de - 343
SANTA CRUZ, conde de - 297, 298, 299, 301,
302, 303, 309
SANTA GERTRUDES, José Policarpo de (frei) -
320
SANTOS, Gabriel José Rodrigues dos - 213, 217 a
221, 289
SANTOS, Lino dos - 343
SANTOS, Luís Gonçalves dos - 308
SANTOS, Tristão Pio dos - 118
SÃO CARLOS, Francisco de (frei) - 317, 318, 330,
339
SÃO LEOPOLDO, visconde de - 200, 446
SÃO SILVESTRE, Ana Joaquina de - 179
SAPUCAÍ, Visconde de - 147, 150, 151, 152, 153
SARAIVA, José Antônio - 120, 354, 425
SATURNINO, Francisco Luís - 260
SEIXAS, Francisco Justiniano - 297
SEIXAS, Romualdo Antônio de (D.) - V. SANTA
CRUZ, conde de
SEJANO - 361
SEPETIBA, Visconde de - 194, 206
SILVA, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada
Machado e - 167, 189, 251, 252, 254, 269 a
281, 306

SILVA, Eusébio de Queirós Coutinho da - 27
SILVA, Eusébio Pereira da - 346
SILVA, Fernando Luis de Sousa Cardoso e - 388
SILVA, Francisco de Lima e - 83, 87, 152, 359, 360, 361, 363 a 367
SILVA, Inácio Acióli de Cerqueira e (coronel) - 308
SILVA, Jacinta Maria da Fonseca Tavoreda e - 387, 397
SILVA, João Diniz da (padre) - 329
SILVA, José Bonifácio de Andrade e - 41, 44, 167 a 175, 189, 270, 305, 381
SILVA, José Joaquim de Lima e - 87, 360
SILVA, Luís Alves de Lima e - V. CAXIAS, marquês de
SILVA, Luís Teles da - 125
SILVA, Maria Bárbara da - 167, 270
SILVA, Mariana de Sousa e - 35
SILVA, Paulo Barbosa da - 338
SILVEIRA, João Antônio da - 318
SMITH, Adam - 158
SOARES, João Crispiniano - 220
SOUSA FRANCO - 433
SOUSA MARTINS - 404
SOUSA RAMOS - 346
SOUSA, conde de - 173
SOUSA, Antônio Madalena Soares de - 49
SOUSA, Irineu Evangelista de - V. MAUÁ, barão de
SOUSA, Joaquim Vieira da Silva - 151
SOUSA, José Antônio Soares de - 49
SOUSA, Luís de Vasconcelos e - 237
SOUSA, Manuel Joaquim de - 427
SOUSA, Manuel Marques de - V. PORTO ALEGRE, barão de
SOUSA, Maria Joaquina de - 36
SOUSA, Paulino José Soares de - V. URUGUAI, visconde de
SPIX - 301
STUART, Carlos - 450, 459
SWIFT (deão) - 405

T

TAYLOR (general) - 409
TERESA CRISTINA MARIA - 190, 467
TIBÉRIO - 361
TIJELINO - 361
TORRES - 372
TORRES, Emerenciana Matilde - 75

TORRES, Joaquim José Rodrigues - V. ITABORAÍ, Visconde de
TRANT (coronel) - 171

U

URQUIZA (general) - 53, 97
URUGUAI, Visconde de - 31, 49 a 54, 207, 346, 392

V

VAIA, João José - 260
VALENÇA, Marquês de - 133 a 138, 398
VASCONCELOS - 31, 254
VASCONCELOS, Bernarda Malvina de - 398
VASCONCELOS, Bernardo Pereira de - 44, 50, 126, 216, 279, 387 a 394, 397
VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de - 387, 397
VASCONCELOS, Francisco Diogo Pereira de - 397
VASCONCELOS, Jerônimo Pereira de - 387, 397
VASCONCELOS, José Andrade de - 380
VASCONCELOS, José Teixeira da Fonseca - 147
VASCONCELOS, Luís de - 458
VASCONCELOS, Maria Angélica de - 380
VEIGA, Evaristo Ferreira da - 216, 253, 259 a 266, 405, 441
VEIGA, João Pedro da - 261
VELOSO, José Mariano da Conceição - 458
VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos - 249, 251, 252, 281, 372, 379 a 383
VIANA, Ana Luísa Carneiro - 87
VIANA, Cândido José de Araújo - V. SAPUCAÍ, Visconde de
VIANA, Mariana Clara - 147
VIANA, Paulo Fernandes - 87
VICENTE DE PAULA - 349
VILELA TAVARES - 308
VILLARDS, Ch. J. F. Carron du - 230
VIRGÍLIO - 243
VOLTA, Alexandre - 169

W

WELLINGTON, duque de - 41, 171
WERNER, Abraão - 169

X

XERXES - 273